

João Flávio de Almeida

**PARA UMA EPISTEMOLOGIA DA ERRÂNCIA:
ERRO, HIÂNCIA E CIÊNCIA EM MICHEL PÊCHEUX**

São Carlos
Dezembro/2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

PARA UMA EPISTEMOLOGIA DA ERRÂNCIA: ERRO, HIÂNCIA E CIÊNCIA EM MICHEL PÊCHEUX

Tese de Doutorado apresentada à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologia e Sociedade, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

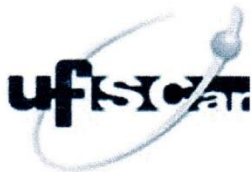
Área de concentração: Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Linha de pesquisa: Linguagens, Comunicação e Ciência.

Orientadora: Prof^a Dra. Lucília Maria Abrahão e Sousa

São Carlos
Dezembro/2018

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

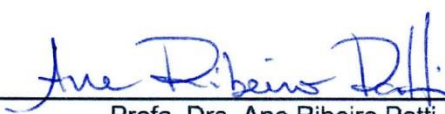
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato João Flávio de Almeida, realizada em 07/12/2018:



Prof. Dra. Lucília Maria Abrahão e Sousa
USP




Prof. Dra. Ane Ribeiro Patti
UNIP



Prof. Dra. Dantielli Assumpção Garcia
Unioeste

Prof. Dra. Soraya Maria Romano Pacífico
USP



Prof. Dr. Eduardo Nespoli
UFSCar

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Soraya Maria Romano Pacífico e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.



Prof. Dra. Lucília Maria Abrahão e Sousa

DEDICATÓRIA

Para:

Tanyse Galon

DEDICATÓRIA

Para:

Maria do Carmo Almeida

Benedito Almeida

Lucelí Galon

Francisco Galon

AGRADECIMENTOS

Aos meus irmãos:

Marco Aurélio de Almeida (inspiração)

Eduardo Almeida Neto

Jéssica Galon

Francisco Galon Neto

AGRADECIMENTOS

Aos amigos:

Aruan Henry
Aline Coscrato
Cleiton Frazon
Danilo Paziani
Eliton Almeida
Fernando Emboaba
Henrique Dutra
Joseane Balthazar
Juliana Damaris
Lucas Galon
Luiz Frazon
Mariana Galon
Pedro Dutra
Precyane Gabriel
Sara Cesca
Suzana Stefanini
Weder Gabriel

AGRADECIMENTOS

Aos e-l@dianos:

Adonai

Aline

Bia

Bruno

Daiana

Elaine

Gustavo

Jonathan

Karen

Ludmila

Maria Eduarda

Matheus

Melissa

Paulo

Rodrigo

Stefanie

Táisa

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, pela oportunidade de realização deste doutorado.

Agradeço à CAPES, instituição que financiou a minha pesquisa de doutorado.

Agradeço à generosa banca de defesa, Prof^ª. Dra. Ane Ribeiro Patti, Prof^ª. Dra. Dantielli Assumpção Garcia, Prof^ª. Dra. Soraya Maria Romano Pacífico, Prof^º. Dr. Eduardo Néspoli .

Agradeço à Beatriz Prandi, por toda ajuda com a tese.

Agradeço ao Paulo, secretário do PPGCTS, pela amizade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Lucília, que com inspiração, carinho, paciência e dedicação me guiou neste caminho prazeroso e enriquecedor.

Quiçá, só no silêncio encontraria sentidos tão vastos para te agradecer, minha amiga e orientadora, Lú.

RESUMO

Sob a égide da Análise do Discurso de matriz francesa, mais especificamente em Michel Pêcheux, o objetivo desta tese é lançar as bases para uma epistemologia da errância: uma teoria do conhecimento fundamentada no não logicamente estabilizado que possa fundamentar a escuta, a produção e a circulação de saberes “outros”, e com isso, produzir movências no sentido e no sujeito. Nossa proposta se situa nas regiões de toque entre semântica, filosofia e sociologia do conhecimento, e por isso se limitará a analisar apenas as condições de produção e circulação de saberes “científicos” na contemporaneidade. Para tanto nos colocaremos na escuta dos sentidos que oscilam entre errar (vagar sem rumo) e errar (falhar), e a partir deles propor um itinerário teórico que lance luz sobre a sedentarização (estabilização, diminuição, administração e lucro) da significação a partir da instrumentalização ideológico-política das noções de erro e acerto, trabalhada pelo discurso dito “científico”. Percorreremos, página a página, duas das principais obras do autor: “Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio” (2009), e “Discurso. Estrutura ou acontecimento?” (2008), seguindo a tênue linha da errância que perpassa essas obras e transita por discussões a respeito do “erro” na língua, das hiências que separam e produzem movências nas partes que constituem a base linguística e os processos discursivos, e sobre a estabilização lógico-retórica dos sentidos pelo método científico e pelo axioma computacional da tecnociência.

Palavras-chave: Epistemologia. Ciência. Erro. Errância. Michel Pêcheux.

ABSTRACT

Under the aegis of French Discourse Analysis, more specifically in Michel Pêcheux, the objective of this thesis is to establish a basis for a errancy (wander) epistemology: a theory of knowledge based on non-logically-stabilized that may substantiate the listening, production and circulation of other knowledge, and then produce changes in sense and subject. Our proposal is placed in the touching areas of knowledge semantics, philosophy and sociology, and for this reason will be limited to only analysing the production and circulation of “scientific” knowledge in the contemporary world. To this end we will consider the senses that oscillate between errancy and error, and from them suggest a theoretical itinerary that casts light onto the sedentarisation (stabilisation, decrease, administration and profit) of the signification from the ideological-political implementation of the concepts of mistake and success regarded by the discourse called “scientific”. We will go through two of the author’s main works: “Language, Semantics, and Ideology” (2009), and "Discourse: Structure or Event?" (2008), following the tenuous line of errancy that passes through these works and through discussions concerning “mistake” in language, the gaps that divide and cause changes in the parts that make up the linguistic base and the processes of discourse, and about the logical-rhetorical stabilisation of the senses through the scientific method and the computational axiom of the techno science.

Keywords: Epistemology; Science; Mistake; Error; Errancy; Wander; Michel Pêcheux.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Silêncio. Autor: João Flávio de Almeida – p. 93

Figura 2 – Eixo Sy e Sx. Autor: João Flávio de Almeida – p. 166

Figura 3 – Eixo Sy e Sx: aplicação. Autor: João Flávio de Almeida – p. 241

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

O início de uma jornada rumo a lugar algum. Autor: João Flávio de Almeida – p. 17

O moinho nunca erra. Autor: João Flávio de Almeida – p. 62

Memórias inventadas são mais bonitas. Autor: João Flávio de Almeida – p. 196

Estranha alegria em derrubar muros. Autor: João Flávio de Almeida – p. 224

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO - ERRO, HIÂNCIA, ERRÂNCIA	17
1.1 MEMÓRIAS SOBRE ERRO E ERRÂNCIA	26
1.1.1 A instrumentalização ideológica do erro	31
1.1.2 Errância, nomadismo e sedentarismo	49
2 - ERRO E ERRÂNCIA E(M) SEMÂNTICA E DISCURSO	63
2.1 ASSEPSIA E SEDENTARIZAÇÃO DA LÍNGUA	64
2.1.1 Lógica e retórica contra o erro	72
2.1.2 Leibniz e a língua perfeita perdida	75
2.1.3 Kant, Husserl e Frege: corrigir é necessário	80
2.1.4 O paradoxo da hiância: errância incorrigível	83
2.1.5 Da errância à ilusão de sedentarização	109
2.2 DA LÍNGUA AO DISCURSO: ANDANÇAS	128
2.2.1 Ideologia e sedentarização	143
2.2.2 A sedentarização do sujeito pela ideologia	150
2.2.3 O sujeito é uma ilusão, ou: o personagem que consumiu o ator	155
2.2.4 A errância do sujeito: só há causa daquilo que erra	175
2.3 A MATEMÁTICA DA SEDENTARIZAÇÃO	184
3 - ERRÂNCIA NA ESTRUTURA E NO ACONTECIMENTO	197
3.1 A ERRÂNCIA DA HISTÓRIA	198
3.1.1 A sedentarização teleológica da história	213
3.1.2 A errância da ciência: lógica <i>versus</i> interpretação	217
4 - EPISTEMOLOGIA DA ERRÂNCIA: O QUE ERRA E FAZ ERRAR	225
4.1 O ERRO SECRETO DO ACERTO	226
4.1.1 A velha cidade da língua: periferias esquecidas	227
4.1.2 Ciência: descrição ou interpretação?	235
4.1.3 Escutar os restos e os erros: depor os muros	245
REFERÊNCIAS	260

O início de uma
jornada rumo
a lugar algum



1 - INTRODUÇÃO - ERRO, HIÂNCIA, ERRÂNCIA

ERRAR:

verbo transitivo

1. Enganar-se em.
2. Não acertar com.
3. Não dar em.
4. Não dar com.

verbo intransitivo

5. Vaguear.
6. Perder-se.
7. Esgarrar.
8. Flutuar.

Algo sempre erra, vaga e falha, no conhecimento humano. Curiosamente, na língua portuguesa a palavra “errar” possui dois sentidos distintos, distantes um do outro: falhar não é o mesmo que vagar sem rumo. Enquanto verbo transitivo, que necessita de complementos, “errar” indica a presença de um objeto no qual/com o qual o sujeito pode falhar. Mas na forma de verbo intransitivo, que prescinde de complementos, “errar” indica uma ação do sujeito sobre si mesmo: perambular. A esta tese importam os dois sentidos dessa palavra, erro e errância (não como simetrias, mas como discrepâncias), nas teias discursivas que fundamentam a construção do conhecimento epistemológico.

A epistemologia, assim como outros campos de conhecimento, erra e vaga na imensidão dos sentidos, logo, não se pode falar em epistemologia, mas em epistemologias, plurais, contraditórias, difusas e inconclusas. A epistemologia é um tipo de saber de segundo nível, ou seja, seu objeto de estudo são outros saberes; mais especificamente, ela se ocupa com a forma com que são produzidos e difundidos os saberes científicos. Segundo Mário Bunge (2002), a epistemologia é um campo de estudos que se refere à prática científica em suas mais diferentes esferas, e por isso se ocupa de problemas filosóficos que se apresentam no curso da investigação científica, quer sejam de cunho teórico, metodológico, ético, social, estético etc. Bunge defende ainda que este campo deve se ocupar principalmente em propor soluções para tais problemas, de forma que se possa distinguir a ciência autêntica das pseudociências, além de criticar programas e resultados errôneos. Para o autor, a epistemologia, ou filosofia do conhecimento, deve trazer à tona os pressupostos filosóficos - sobretudo semânticos, gnosiológicos e ontológicos - de planos, métodos e resultados de investigação científicas, o que implica elucidar e sistematizar filosoficamente a prática

científica de forma metodológica. Essa definição não é nova. Desde Platão a noção de “episteme” tem que ver com conhecimento verdadeiro, de natureza científica, em contraposição à doxa, que é a opinião infundada ou irrefletida do senso comum (FRANKLIN, 2004).

Essa definição clássica de epistemologia nos parece aqui, se não ingênua, enviesada político-ideologicamente. Mas é possível que esta visão crítica, comum à uma parcela das ciências humanas, seja uma exceção em franco declínio; estamos na geração que vê na tecnociência¹ um caminho sem volta, e por isso só cabe à epistemologia e à filosofia/sociologia da ciência analisar e propor melhores formas de aplicação e distribuição de patentes. Questionar a ciência, qualquer que seja a via, produz hoje sentidos de retrocesso ou conservadorismo. Ora, esse movimento de autoproteção e autorregulação dos saberes, através de um efeito que já converte em erro qualquer gesto crítico, não se distingue muito da prática religiosa que o Iluminismo ajudou a desconstruir nos séculos XVI e XVII.

Na contemporaneidade, fora dos muros das universidades circulam muitos sentidos que atestam a infalibilidade da ciência. O físico e matemático Alan Sokal, pesquisador e professor da Universidade de Nova York, concedeu ao jornal El País uma entrevista que corrobora com as hipóteses que sustentamos nesta tese. Este professor combate, há décadas, os acadêmicos que negam o conhecimento científico como algo verdadeiro, exterior aos próprios investigadores, e que afirmam que os conhecimentos científicos são, na verdade, construções sociais e linguísticas. O autor do texto no El País afirma que Sokal ainda hoje viaja o mundo combatendo aqueles que não respeitam os fatos científicos; mas agora, no entanto, “ele mudou suas prioridades e tem deixado em paz os professores de Humanas, que têm pouca influência fora das universidades” (MEDIIVILLA, 2017). Na entrevista, ele segue afirmando que os acadêmicos das “humanas” são, na verdade, a ameaça mais inofensiva às verdades científicas; os verdadeiros problemas são as pseudociências, como as terapias alternativas, a homeopatia, e as religiões que negam o Big Bang e a evolução. E ele termina afirmando que, como só a ciência produz fatos, só ela pode produzir enunciados legítimos sobre ética.

¹ Para alguns epistemólogos contemporâneos, como Galimberti (2009, p. 7), toda ciência se tornou tecnociência, pois já não há como pensar em ciência sem um viés técnico-tecnológico. Nestes termos, a ciência moderna não é um tipo de saber dado apenas para a contemplação da verdade, tal como a ciência grega antiga. Toda ciência (tecnociência) é, sobretudo, saber para dominação/alteração da realidade, utilitarista.

Esta tese se insere, portanto, no rol dos dizeres “inofensivos às verdades científicas”, diria Sokal. É possível que ele tem razão. Diante da potência discursiva da tecnociência, com suas “evidências” tão essenciais e atemporais, nosso gesto epistemológico de olhar o saber de forma histórica e discursiva parece não ter força de confronto na contemporaneidade. É patente que esta tese não tem competência para discutir Big Bang e evolução com Sokal; não podemos competir com o chuveiro elétrico, com a bomba Atômica e a cura do câncer. Partindo da Análise do Discurso, só o que podemos fazer é analisar os gestos e os efeitos político-ideológicos desse discurso chamado científico, lançar luz sobre suas condições de produção e indagar os sentidos que irradiam deste trabalho sustentado sobre uma suposta estabilização lógica da significação. Nossa principal hipótese enuncia que, de um ponto de vista discursivo, existe um calcanhar de Aquiles na teia discursiva científica, a saber, o princípio do axioma: uma premissa lógica considerada “necessariamente verdadeira e evidente”, que se constitui através da prática de seleção e instituição de um sentido único para determinado significante. Nestes termos, produzir “verdades” científicas é trabalhar escolhas ao mesmo tempo em que se apaga o próprio gesto de discriminação e determinação. Nesta tese procuraremos apontar, a partir de Pêcheux, que o discurso científico² funciona através de escolhas políticas, apagamentos ideológicos e interpretações discursivas; por isso a linguagem científica é histórica, e não “essência atemporal” - como pretendem epistemologia, lógica e tecnociência. Um dos objetivos desta tese é lançar luz sobre a prática política e ideológica da epistemologia enquanto campo regulador e administrador da produção de saberes constituídos sobre axiomas, um gesto discursivo que apaga sentidos outros enquanto fornece “evidências” ilusoriamente singulares e absolutas. Pretendemos também analisar os efeitos dessa redução da amplitude dos sentidos, realizada pelo discurso científico e demarcada a partir das noções flutuantes de “erro” e “acerto”.

A história da humanidade é, de alguma forma, a história da própria criação e acúmulo de conhecimentos e saberes; supostamente é o que distingue a raça humana dos demais seres vivos deste planeta (HUME, 2004). Incontáveis empreendimentos teóricos tentaram dar conta das motivações humanas pela busca do saber, de sua natureza ontológica, política ou religiosa, e as respostas são múltiplas, heterogêneas e contraditórias. Para alguns o conhecimento deriva do medo e da angústia em relação à dúvida e ao absurdo caótico que o real impõe à

² Como veremos a partir de Pêcheux (2009), não existe discurso científico puro.

consciência (SARTRE, 1997); há aqueles que acreditam que todo conhecimento deriva de uma força extra-humana, quer seja divina (AGOSTINHO, 1973), quer seja puramente ideal (PLATÃO, 1991); outros creem que o ser humano é naturalmente um animal político, pensante, acumulador de conhecimentos (ARISTÓTELES, 1997); para outros o conhecimento é uma reduplicação do mundo que nada tem a ver com o real (NIETZSCHE, 2003); ainda outros creem que o conhecimento é apenas um funcionamento social, político e ideológico (ALTHUSSER, 1985); e ainda outros creem que o conhecimento é uma questão biológica, conflitos entre genes que lutam para sobreviver (DAWKINS, 2008)

Se se permitir imergir, qualquer uma dessas premissas poderia ser usada para “interpretar” o mundo em sua inteireza, e não sem grande coesão. Mas um breve recuo já bastaria para se entrever a contradição universal que constitui o pensamento humano: a existência de incontáveis teorias, todas “verdadeiras” para si mesmas, radicalmente contraditórias entre si, gladiando por sectários no decorrer dos séculos. A premissa de Richard Dawkins (2008), por exemplo, poderia muito bem explicar esse conflito entre saberes: tal como os genes egoístas, que lutam apenas pela perpetuação e propagação da sequência de suas duplas hélices, as diferentes correntes de saberes lutam, de forma aparentemente autônoma, pela perpetuação de suas “verdades”, haja vista que mesmo na contemporaneidade Aristóteles é usado, com grande frequência, para tecer teorias a respeito da realidade. Mas Dawkins não seria o único a tentar explicar a própria miríade contraditória de saberes; a maioria das teorias possui, secretamente ou não, respostas próprias para a pluralidade dos saberes que, enquanto explicam, doutrinam. Algo sempre erra, vaga e falha, no conhecimento humano.

Esta movência claudicante, no entanto, por mais que persista e insista, raramente é tomada como fundante do saber calcado na língua. Para grande parte da filosofia, essa errância não passa de erro a ser solucionado por aqueles que se dispuserem a corrigir a língua e o saber. Descartes (1992) sintetiza bem este espírito: para ele a diversidade de opiniões e saberes, além de desencorajar, atravanca o progresso do conhecimento. Para que se possa chegar à “verdade”, diz ele, é preciso chegar à unidade firme, lógica e absoluta (SILVA, 1993). Para ele, a verdade absoluta só pode advir de métodos calcados na matemática, o único saber que possui fundamentos sólidos o suficiente para guiar a produção de outros tipos de saberes que pretendam alcançar a verdade. O corte epistemológico proposto por Descartes se funda em quatro regras: clareza e distinção inequívoca; análise matemática das partes subdividas;

ordenação dos saberes em níveis de complexidade; e finalmente, enumeração e categorização matemática dos resultados (SILVA, 1993, p.31). Com estes quatro princípios este filósofo revolucionou e transformou drasticamente toda forma de produção de saberes, inaugurando aquilo que a filosofia nomeia como Modernidade. Depois deste corte epistemológico, todo saber que se pretendesse “verdadeiro” deveria ser submetido aos crivos metodológicos da matemática, ou melhor, todos os sentidos, e com eles língua e linguagem, deveriam ser matematizados. Importa ressaltar que para Descartes a matemática não é a própria ciência, mas uma ferramenta de organização lógica dos saberes. Sua “vantagem” residiria na premissa de que na linguagem matemática, cada significante possui apenas um único significado, o que permitiria construir enunciados estabilizados, sólidos e verdadeiros. E para que se transforme um significante repleto de significados plurais e moventes em um signo inequívoco e matematizado, a epistemologia (através do método) se coloca então a estabelecer axiomas para os signos linguísticos cotidianos, cobrindo-lhes com um verniz matemático, supostamente necessário e essencial. A língua do discurso científico, portanto, é a língua instrumentalizada a partir da escolha de um único sentido para determinado significante, apagando e silenciando os demais. Dito de outra forma, o projeto de Descartes pretendia que, assim como “um” é igual a 1, todos os signos da língua cotidiana tivessem também um único sentido supostamente natural e inequívoco.

Decorrente do corte epistemológico cartesiano, na Modernidade o sentido dominante a respeito do saber humano é o sentido da verdade inequívoca e única, que, como vimos, diminui a potência da significação em nome de um suposto progresso linear. Este encurtamento no horizonte da potência de significação é balizado, principalmente, por noções dicotômicas como verdadeiro-falso, bom-mal e válido-inválido – dicotomias que são, afinal, derivações de uma dicotomia mais fundamental: a de certo-errado (FREGE, 2009). Isso nos impele inquirir: qual é o lugar político do erro e do acerto no discurso científico ocidental?

Na ciência, na filosofia, na religião e em outros domínios do saber, os sentidos de erro comumente deslizam para falha, pecado, defeito, falência, imperfeição, irregularidade e inexatidão, e por isso o erro aparece apenas como algo que impele e inspira a busca pelo acerto, pela perfeição e pelo sucesso. Em termos científicos, o erro é um motor por falta: é ele que aparece primeiro; logo, o acerto não seria, senão, a expulsão do erro. Por isso o erro emerge frequentemente como aquilo que deve ser expurgado, corrigido, afastado,

ultrapassado³. A temática do erro se mostra assaz desafiadora. O objeto de estudo do pensamento ocidental foi mormente o acerto, o verdadeiro; o erro é verificado muito mais por exclusão, e por isso poucas vezes foi tomado como objeto principal de estudo (SCHULZ, 2011). O que não quer dizer que existam poucos dizeres a seu respeito: de alguma forma, quase sempre que se toma o acerto e o verdadeiro como tema de reflexão, o erro é abordado por oposição. Isso faz do erro um dos temas mais tangenciados da história da filosofia ocidental, principalmente pela epistemologia, pela lógica, pela filosofia do conhecimento e pela filosofia da linguagem.

À primeira vista, o erro pode parecer ideologicamente ingênuo, apenas uma força motriz que impulsiona o pensamento humano rumo ao progresso. Contudo alguns questionamentos se avistam diante desta temática: se há erro, erro para quem? A quem interessa que algo seja compreendido como erro? É realmente possível ultrapassar e expurgar o erro em direção ao “aperfeiçoamento”? De que forma a instrumentalização do erro poderia ser usada para direcionar os rumos do “progresso”? O erro existe, de fato, na língua e no mundo material? Se o erro é causa de movimento, haveria algo que pudesse ser causa do erro? E se não for o erro a causa primeira dos movimentos: o que seria então?

De partida, tais questionamentos já colocam em suspeição o ideário de uma epistemologia pura, livre de influências ideológicas e contingentes. A principal hipótese desta tese é que ao iniciarmos uma fundamentação epistemológica pelo erro podemos chegar a novas premissas a respeito do próprio saber, que nestes termos, se mostraria efeito de uma epistemologia (lógica, filosofia da linguagem etc.) histórica, política e movente, incapaz de fornecer fundamentos estáveis, coesos e imparciais à construção de continentes de conhecimento.

O percurso dessa tese se inicia pela busca de alguns dizeres e efeitos discursivos a respeito do erro na história do pensamento ocidental - não nos proporemos a fazer uma revisão bibliográfica exaustiva sobre o assunto, haja vista que sua extensão é inalcançável. Nesta revisão procuraremos localizar apenas as condições específicas pelas quais algo pode significar como “falha”. Procuraremos sustentar, a partir de Kant, que o erro não existe na coisa-em-si, mas no juízo que se faz sobre ela (KANT, 2001), a *posteriori*, por atribuição.

³ Certos pensadores como Kierkegaard (1991), Freud (1974), Camus (2018) e outros, não tiveram, diante da noção de erro, um posicionamento de rejeição. Todavia, não nos deteremos em analisar suas teorias, pois o que realmente nos importa aqui é a rejeição tecnocientífica em relação aos efeitos do erro.

Contudo nos centraremos, a partir de Pêcheux (2009) na premissa de que não existe erro na língua ou no discurso, e que a própria emergência disso que se chama “erro” é, na verdade, um gesto político de dominação.

Mas se não há erro na língua e no discurso, qual é a origem dos deslizos de sentidos, dos equívocos de interpretação e das ilusões na língua? Nossa proposta é lançar as bases teóricas para uma construção epistemológica da noção de “errância” como aquilo que se move contingentemente na significação e impossibilita à língua a totalidade (e unidade) de tudo dizer, tudo significar e tudo comunicar.

A linguagem supõe, pois, a transformação da matéria significante por excelência (silêncio) em significados apreensíveis, verbalizáveis. Matéria e formas. A significação é movimento. **Errância** do sujeito, errância dos sentidos. [...] Ao tornar visível a significação, a fala transforma a própria natureza da significação. (ORLANDI, 2007, p. 33).

Nestes termos, propomos lançar também a noção de “sedentarização” como gesto discursivo que visa, ilusoriamente, minorar e administrar a movência errante e fundamental da significação através da instrumentalização discursiva do “erro”.

Quando o homem, em sua história, percebeu o silêncio como significação, criou a linguagem para retê-lo. O ato de falar é o de separar, distinguir e, paradoxalmente, vislumbrar o silêncio e evitá-lo. Esse gesto disciplina o significar, pois já é um projeto de **sedentarização** dos sentidos (ORLANDI, 2007, p. 27).

Partindo dos escritos de Pêcheux, nosso objetivo é analisar de forma sistemática a estrutura da base linguística e dos processos discursivos na intenção de lançar luz sobre a errância fundamental que está nos alicerces da significação - errância que inunda os poros da língua e do sujeito. Por outro lado, propomos chamar de sedentarização todo processo ideológico de estancamento da movência, de instauração ilusória de completudes e unidades administráveis - por isso, toda vez que falamos em sedentarização, nesta tese, falamos em termos de ilusão de estancamento, completude e permanência, a ilusão do logicamente-estabilizado. Como veremos, errância e sedentarização ocorrem naquilo que Althusser chamou “materialismo do encontro”, ou seja, na pega, na relação. Uma relação errante é aquela que coloca partes distintas em algum tipo de vínculo movente, efêmero, fugaz. Nestes termos, veremos que há uma errância latente em todos os vínculos, vista na incapacidade de qualquer relação em constituir unidade e apagar as hiências que separam as partes deste “não-

todo”. Já a sedentarização é a tentativa de criar laços de propriedade, submissão e diluição de uma parte na outra, dissimulando as hiências que as separam.

Assim, a partir de Michel Pêcheux (2008; 2009), o objetivo desta tese é analisar a relação que se pode estabelecer entre os conceitos de errância (movência da significação), sedentarização (tentativa de naturalização do sentido dominante) e erro (para os lógicos, imperfeição corrigível) na língua e no sujeito, para então colocar em consideração duas posições epistemológicas: 1) a sedentária, que trata a emergência do erro como algo a ser corrigido, ou 2), uma via errante, que acolhe o erro como aquilo que reconduz à errância, o estado *linguageiro* onde não existe erro nem acerto.

Para falarmos em termos de epistemologia a partir de Pêcheux, nos assentamos na premissa de que este autor foi, antes de tudo, bacharel em filosofia, tendo sua primeira obra publicada com o título “Sobre a história das ciências” (PÊCHEUX; FICHANT, 1971). Baseamos também nos indícios de que “Semântica e Discurso” (2009), e “Discurso: estrutura ou acontecimento” (2008) se tratam, em grande medida, de obras que abordam a lógica e a teoria do conhecimento. Partindo destes pressupostos, buscaremos mostrar que tais premissas sobre erro, sedentarização, relação e errância emergem e se sustentam na própria teoria de Pêcheux. Assim, buscaremos em sua obra analisar e questionar a assepsia lógica proposta pelos filósofos da linguagem, que pretendem separar o contingente (língua das massas, verdades de fato, históricas, subjetivas e errôneas) da necessidade (língua da ciência, verdades de razão, essências eternas, objetivas, corretas).

Posteriormente, ainda fundamentados no mesmo autor, buscaremos por traços teóricos que nos permitam sustentar a ideia de que o erro não está na língua, mas no juízo *a posteriori* que se faz a respeito dela. Procuraremos, então, analisar se esta realocação do ponto de partida do “erro” pode ajudar a desvelar o caráter ideológico-político da apropriação do par antinômico erro/acerto por parte das ideologias dominantes, o que por sua vez pode desvelar o caráter ideológico-político da própria epistemologia, que trabalha dissimulando a errância movente e fundamental.

As perguntas que norteiam esta pesquisa são: o que será que perdemos diante de uma sedentarização epistemológica da ciência que, à medida em que promete expandir o conhecimento humano, diminui a extensão e a potência da significação? Em que medida o aprofundamento vertical do conhecimento implica em um apoucamento horizontal da

superfície do sentido e do sujeito? E de que forma o erro e o acerto não constituem meros efeitos de dominação discursiva e administração da significação?

O objetivo principal dessa tese é lançar as bases para uma epistemologia da errância a partir de Michel Pêcheux, um procedimento epistemológico que possa ser usado não só pelo campo da Análise do Discurso, mas também pela filosofia. A epistemologia da errância, como veremos, tem por objetivo “denunciar” a sedentarização (estabilização, posse, administração e lucro) da significação por parte da tecnociência e, com isso, produzir movências para além do par antinômico erro/acerto. Isso significa desestabilizar o lógico e alargar as divisas do sentido e do sujeito lá onde a movência é fluida e franqueada para construir conhecimentos outros, por mais efêmeros e frágeis que não-durem.

Importa, finalmente, ressaltar que esta pesquisa é de cunho estritamente teórico, e para tanto nos limitaremos a procurar nas obras pecheutianas “Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio” (2009) e “Discurso. Estrutura ou acontecimento?” noções e conceitos que possam nos ajudar a lançar as bases para uma epistemologia da errância. Nos primeiros capítulos passaremos por um processo de delimitação teórica, pela qual contornaremos os principais conceitos que serão postos em diálogo com a teoria pecheutiana, a saber, as noções de erro, errância e sedentarização.

Quem nos acompanhará nessas andanças teóricas será Dom Quixote, o errante mais famoso da literatura moderna. Alonso Quijano era um fidalgo colecionador e leitor fascinado por histórias de cavalaria; depois de muitas leituras, os sentidos da ficção passaram a se confundir com os sentidos de sua própria vida. Para muitos, delírio, para ele, uma nova vida cheia de possibilidades e amplitudes. Até seu nome desliza a outro: Dom Quixote de La Mancha que, de fidalgo sedentário, passa a cavaleiro, herói e errante. Por quê? Simplesmente porque quer, porque pode. Seu mundo também se expande: sua nobre residência é deixada para trás, ela dá lugar a novos caminhos desconhecidos que também são deixados para trás. Errante, ele não planeja rotas, apenas perambula sem rumo, sempre montado no pangaré Rocinante. Com ele vai Sancho Pança, não menos descomprometido com a razão que seu senhor. Dom Quixote erra pelo mundo: vaga e falha, brinca e se machuca, sorri e chora; mas sobretudo, ama a vida. Muitos querem pôr juízo e racionalidade neste errante aventureiro, querem que volte aos muros de seu castelo, que volte às responsabilidades e administrações cotidianas. Mas será este seu destino?

1.1 MEMÓRIAS SOBRE ERRO E ERRÂNCIA

DOM QUIXOTE - PARTE 2, CAPÍTULO 4

“Cada um é como Deus o fez e ainda pior muitas vezes”

O “erro” já levou muitos aos tribunais, forcas e fogueiras. O “erro” já custou muito dinheiro aos cofres públicos; já retardou, por séculos ou milênios, a caminhada humana rumo ao “progresso”. No entanto, os sentidos de “erro” não são unívocos: deslizam de um palanque a outro, entre normas e prescrições, entre crenças, esperanças, gerências e regências diferentes. De toda forma, o erro emerge como aquilo que recorta, bordeia e limita a significação, que veta e orienta o conhecimento humano e a própria práxis do sujeito no discurso. O “erro”, portanto, é ferramenta de sedentarização, o avesso da errância - que é movência contingente. Contudo, das diversas formas de se significar o erro, a que nos importa inicialmente é aquela apontada por Pêcheux nos capítulos iniciais de *Semântica e Discurso* (2009): aquilo que a epistemologia, a lógica e a filosofia da linguagem chamam de “ilusões lógicas na língua” (FREGE, 2009).

Nestes termos, a epistemologia moderna, embora derive de uma profunda revolução intelectual, ainda está fundada nos mesmos pilares que, desde Platão, animam a empresa intelectual do Ocidente: “a tentativa de livrar o pensamento das contingências da história, a busca de ideias cuja validade independa de contexto, o desejo aparentemente incurável de atingir uma perspectiva fora de qualquer perspectiva” (TEIXEIRA, 2011). Neste projeto lógico-epistemológico estão implicados a busca por verdades essenciais, a-históricas e universais. A estas supostas verdades essenciais cabem uma contraparte igualmente “essencial”: a do erro a-histórico, universal - aquilo que supostamente seria errado a despeito do contexto histórico e social no qual é feito.

Mas o que poderia estar por trás desta ideação universal de erro e acerto? Quais são os efeitos discursivos desta concepção de erro que ilusoriamente prescinde das noções de história, língua e sujeito? Por outro lado, o que decorreria de uma concepção discursiva deste conceito que levasse em conta as condições históricas e sociais de produção de sentido? Um dos objetivos desta tese é observar e discutir os efeitos discursivos e ideológicos que decorrem da rejeição (e instrumentalização discursiva) da noção de erro - e conseqüentemente, da ávida

busca pelo acerto -, propondo um novo fundamento para o funcionamento epistemológico e discursivo do conhecimento humano: a errância.

Destas premissas iniciais, que passam pela história da filosofia e da ciência, observamos que a noção de errância e erro recebem significações que clamam por interpretação e análise. Ao se estruturar enquanto constructo lógico-racional, o “erro⁴” tem implicações nas mais diferentes formas de circulação do discurso: na filosofia, na ciência, na tecnologia, na religião, no direito, na pedagogia e no cotidiano das mais diferentes culturas ao redor do mundo. Diante disso, irrompe certa necessidade de se pensar o erro sob os prismas político e ideológico, fazendo uso da história e da materialidade da língua.

A noção de erro recebeu incontáveis significações discursivas no decorrer da história da filosofia, da ciência, da religião etc. Contudo, nossa hipótese é que certos valores para este termo subsistiram em diferentes condições de produção de sentido: ao erro sempre coube valores de nocividade, inconveniência e fracasso. O erro é comumente compreendido como aquilo que pode frustrar planos nas mais diferentes esferas e práticas humanas. Ele aparece no pênalti perdido pelo jogador de futebol, na perda de dinheiro na bolsa de valores, no diagnóstico equivocado que culmina na perda de um paciente; mas o erro pode ainda emergir na frustração de uma opinião emitida sobre política ou religião, na suposição que se faz a respeito da competência de um colega de trabalho, ou em uma aposta sobre a autoria de uma canção. Como veremos adiante, historicamente o discurso sobre o erro aparece principalmente de duas formas: na forma de “dar errado”, mas também na forma de “estar errado”, onde uma diz respeito a um estado material de ações humanas (acidentes e falhas de consequências materiais) e a outra a um estado discursivo (equívocos linguísticos, de convicções ou concepções).

O que chama atenção aqui, sobretudo, é o poder de balizamento que a instrumentalização do erro fornece àqueles que detém o poder de definir e fixar o que é errado e correto. Neste aspecto, diversos termos tangenciam o valor da palavra erro como se fossem sinônimos: falha, defeito, imperfeição, imprecisão, inexatidão, incerteza, incorreção, incompletude, engano, escorregadela, deslize, lapso, desvio, confusão, descuido, equívoco,

⁴ Para evitar repetições e ressalvas excessivas, doravante entenda-se “erro” como significante que recebeu significados distintos no decorrer da história, e que por isso estão sendo colocados em suspeição nesta tese. Não se trata, portanto, de uma defesa epistemológica dessa noção, mas sim de uma crítica à instrumentalização política de seus sentidos.

desacerto, pecado, mau comportamento, desregramento, crime, falta, discrepância, discordância, desigualdade. Esta série de quase-sinônimos nos permite antever o caráter político e ideológico por traz do domínio da noção de erro. Outras tangenciam sua antinomia, o acerto: precisão, exatidão, justeza, certeza, correção, atino, acerto, perfeição, ajustamento, convenção, contrato, combinação, acordo, adaptação, sensatez, bom senso, cabimento, adequação, discernimento, tino, reflexão, sabedoria, oportunidade, juízo, propriedade, prudência, ponderação, glória, sucesso, sorte, ventura, fortuna, felicidade, regulação, totalidade.

Assim valorado, a manifestação do erro é mais comum do que muitos gostariam nas sociedades contemporâneas. Como contraparte do acerto, o erro é aquilo que se evita fitar, que surge apenas nos cantos dos olhos para logo se desviar. O erro é aquilo que se tenta apagar, silenciar, mascarar. O erro é tido como desagradável, feio, fétido, amargo, frustrante. Por um lado, o erro pode ser determinante na sobrevivência de um grupo de nômades afegãos, de uma nação inteira, e até de toda uma espécie - por que não, de todo um planeta. Individual e coletivamente, a própria existência depende da capacidade de se chegar a conclusões precisas sobre o mundo. Ou seja, a experiência de estar certo é imperativo para a manutenção da sobrevivência, e talvez por isso mesmo seja uma das satisfações mais baratas e profundas. Mas por outro lado, o erro pode sofrer determinações discursivas com implicações bem menos vitais. Um sujeito pode cometer uma gafe em um jantar, ou falar algo impróprio em uma dada circunstância e nem por isso correr risco de vida - ou pode?

Mas algo sempre erra, insistentemente, na ideologia e em seus discursos. A quebra da bolsa de valores é o erro do sistema capitalista, bem como o mendigo que dorme na rua. Uma nova descoberta científica aponta os erros da anterior. Uma corrente filosófica sempre se contrapõe a outra, e mutuamente apontam seus erros. A profecia não cumprida coloca em xeque os enunciados religiosos, e as guerras, corrupções e populismos atestam os erros dos governantes de diversas nações.

Uma contradição se avizinha: algo insiste em errar, em não se permitir acertar, não cabalmente, mas o suficiente para desestabilizar qualquer projeto de totalização. Mas apesar do perene “falhamento” que inunda teorias, planos e práticas, ainda assim muitos supõem estar corretos o tempo todo, sobre basicamente tudo: sobre convicções políticas e intelectuais, religiosas e morais, na avaliação que se faz a respeito de outras pessoas, sobre memórias e compreensões dos fatos. Por mais paradoxal que pareça, o espírito absoluto hegeliano

(HEGEL, 2003) se evidencia como estado inconsciente que parece lançar o ser humano próximo à onisciência.

Seria tal contradição uma aporia moderna, derivada do imperativo filosófico-científico-capitalista do progresso, ou seria ela um nó muito mais antigo e com variações diferentes? Platão se tornou um erro diante de Aristóteles, e ambos diante de Descartes, que por sua vez foi corrigido por Kant, que foi atualizado por Heidegger. Newton foi desmentido por Einstein, que foi corrigido por Hawkins: uma lista interminável de reparações. Não haveria, no imperativo do acerto, a necessidade secreta de um erro?

E o que dizer a respeito do efeito discursivo do erro? Não derivaria ele de uma memória impregnada de vergonha, ignorância e degeneração moral? O que significa errar, em nossos tempos? Será que os sentidos desta palavra passaram por grandes transformações no decorrer da história? Se o projeto da filosofia e da ciência é estabelecer o que é verdadeiro, correto e acertado, quer seja por questões de sobrevivência, ética, ou progresso, fica implícito em tal projeto sua contraparte fundamental: o erro, o fracasso, a falha.

Contudo, frequentemente negligencia-se um tipo específico de erro, a saber, o meta-erro, ou seja, o erro sobre a definição e significação a respeito do próprio erro. Neste aspecto, é possível que no gesto discursivo de silenciamento do erro esteja implícito um movimento de manutenção do “mesmo”, do “repetível”, da definição supostamente correta do erro. Como o erro aparece apenas como negatividade do acerto, ele não consta como objeto direto de estudo na filosofia, na linguística e outros campos de conhecimento, mantendo-se obscuro. Assim, se para a epistemologia lógica (e porque não, capitalista) o erro desponta como motor do progresso, ele só pode assim o ser na medida em que continua inexplorado, obscuro, repugnante e rejeitável: o erro impulsiona na medida em que é recusado.

Não é incomum o paradoxo discursivo que, enquanto refuta o erro, o acolhe como sendo característica intrínseca do ser humano, o mesmo paradoxo que fundamenta o meta-discurso científico sobre a verdade e o acerto, que quando falha, verte-se em progresso, ultrapassagem do erro pelo novo acerto. Em outras palavras, a assunção da falibilidade humana não impede o delírio de perfeição. O mesmo se dá na religião, que ao mesmo tempo em que assume a natureza pecaminosa e falha do ser humano exige dele uma vida virtuosa e obediente à vontade perfeita de Deus. Nada diferente do que comumente pratica-se na pedagogia, no direito ou na política.

Mil e duzentos anos antes de Descartes (1973) enunciar o famoso “*cogito ergo sum*” (penso, logo, existo), Agostinho escreveu “*fallor ergo sum*” (errei, logo, existo). No pensamento deste filósofo da idade média, o erro não é apenas uma parte da existência, mas a própria prova dela. Dentre algumas outras características, o erro é o que faz humano o humano. Assim, morte e erro aparecem ao ser humano como características fundamentais de sua natureza - mas nem por isso acolhidos. Quando erra, o ser humano nega o erro de diversas formas: relutância, ocultamento, dissimulação, arrependimento, minimização, transferência e correção. Os políticos dizem “erros foram cometidos”, não se sabe por quem, menos por eles; o religioso sempre coloca um “mas”, depois do “errei”; o empresário coloca a culpa no mercado de ações e o professor no sistema de ensino. E se não houver maneira de se esquivar do epíteto do erro, é possível ao sujeito do erro algum ritual de penitência ou a contratação dispendiosa de um advogado. Se se tratar de um cientista, ele pode se retratar e escrever um artigo corrigindo o erro; ao aluno resta a próxima prova, e ao motorista o pagamento da multa.

Sempre é possível arrepender-se, corrigir e ultrapassar o erro, não importa onde, nem quando. Depois de décadas de certezas, é possível que se passe a entender como erro antigas convicções religiosas, políticas, profissionais, científicas e até mesmo afetivas. Certo desagrado decorre da sensação de perda de tempo e de esforços, o que talvez explique certo prazer quando se vê e aponta o erro do outro - para alguns, um prazer viciante.

No entanto o erro pode emergir de formas mais sutis. Não é incomum dois governantes crerem estar certos a respeito de suas convicções e decisões ao ponto de levar à guerra e à morte um incontável número de cidadãos. Onde está o erro quando dois acertos se contrapõem? Pois são essas convicções que fundamentam ética, justiça e leis de um povo. Convicções que, não raramente, se mostram equivocadas se comparadas com outras certezas, quer sejam separadas no espaço ou no tempo. O caso Eichmann (ARENDDT, 1999) é prova disso⁵.

A história da ciência está repleta de teorias tidas como errôneas, ultrapassadas. Algumas dessas teorias estão entre os erros mais dramáticos da humanidade: a terra plana, o universo geocêntrico, a existência do éter, a constante cosmológica, a fusão a frio. A despeito

⁵ Nesta obra, a filósofa descreve o julgamento de Eichmann, um nazista responsável pelo transporte de judeus para campos de extermínio. Em sua defesa ele argumentou que agia segundo a ética corrente em seu país naquele momento. Segundo a autora, o julgamento também foi regido por certo sentimento de vingança, culminando na sentença de morte do réu.

disso, a ciência prossegue percebendo e corrigindo esses erros, ainda que ao longo do tempo diversas correções se mostraram tão erradas como as anteriores. Consequentemente a epistemologia admite que muitas das teorias que hoje são tidas como acertos, em algum momento serão dadas como erradas.

Em nossos tempos, até mesmo a morte começa a receber sentidos de erro, uma falha na cadeia genética que poderia-deveria ser corrigida. O autor Gennady Stolyarov II (2015) traduz este sentimento de boa parte da comunidade científica, de que a morte é uma inimiga de todos e por isso deve ser combatida com ciência, medicina e tecnologia. Neste âmbito, começam a circular dizeres e movimentos na intenção de prolongar radicalmente o tempo da vida humana até que a humanidade possa corrigir e ultrapassar o erro da morte.

Estes questionamentos prévios evidenciam que o erro é um gesto humano que figura tanto no plano coletivo como no individual. O erro exige uma compreensão que perpassa ideologia, língua, história, sujeito e, mais árduo de se sustentar no interior da A.D., o erro também é da ordem do humano de carne e osso, daquilo que é impossível significar no sujeito. Diante de inúmeros conflitos e derivas de sentido a respeito da própria noção de realidade e verdade, as relações que se estabelecem como corretas ou equivocadas aparecem também de distintas formas. Assim, qualquer definição de erro deve ser suficientemente flexível para acomodar todas as formas de equívocos e falhas mesmo quando não existem referências diretas e absolutas sobre o correto. Neste sentido, esta tese pode ser vista como um trabalho que examina o funcionamento da linguagem não somente em uma perspectiva histórica, mas também lógica. Trata-se, portanto, de uma questão epistemológica fundamental: “por que existem erros na linguagem?”. Uma tese sobre erro e errância impõe algumas definições: o que é o erro? O que é que pode errar? Para quem um determinado erro é erro? Quem é o “proprietário” discursivo do erro? Essas perguntas já nos permitem antecipar a hipótese dessa tese de que erro e acerto não são essências ou causas, mas efeitos.

1.1.1 A INSTRUMENTALIZAÇÃO IDEOLÓGICA DO ERRO

DOM QUIXOTE - PARTE 1, CAPÍTULO 8

“Andar por terras distantes e conversar com diversas pessoas torna os homens ponderados.”

Narciso morreu afogado no rio quando desejou sobremaneira a própria perfeição espelhada na água. Perfeição ou ruína? Sabedoria ou imbecilidade? Loucura ou lucidez? A vergonha da loucura *versus* o esplendor da lucidez - assim pregaram os sábios no decorrer da história, uma constante busca por clareza, sabedoria, inteligência, razão, precisão, conhecimento, progresso: perfeição.

Erro. Acaso não haveria na sabedoria uma loucura secreta? Não seria a perfeição mera extravagância? Afinal, naturalizou-se (ou não) que se sintam vergonha da loucura e orgulho da lucidez. Mas e o que dizer da vergonha do esplendor e da loucura da lucidez? Do esplendor da vergonha e da lucidez da loucura? Da lucidez da vergonha e do esplendor da loucura? Da vergonha da lucidez e da loucura do esplendor? A problemática do erro pode parecer um questionamento pueril, mas talvez seja justamente dela que emanem reflexões e análises importantes à nossa proposta de epistemologia da errância. Buscaremos, inicialmente, pelas relações possíveis entre os dessemelhantes “errar” (enquanto falha) e “errar” (como errância), aproximações que, inicialmente, não parecem mostrar traços de harmonia.

Iniciemos com alguns questionamentos: seria possível falar em “erro”, no singular? Seria possível instrumentalizar politicamente a noção de erro? Quem foram, no decorrer da história, aqueles que tentaram se tornar “proprietários” do erro? Esta subseção da tese não tem por objetivo uma arqueologia exaustiva daquilo a que chamaram “erro⁶” no decorrer da história da humanidade. Isso é da ordem do impossível. Objetivamos, sim, ancorados na AD de Michel Pêcheux, a partir da noção de memória discursiva como base do dizível, lançar luz sobre alguns sentidos discursivos a respeito da noção de erro, e de como tal concepção nunca esteve alheia à ideologia e aos jogos políticos.

A memória discursiva, segundo o autor, se materializa nas práticas sociais e históricas que apontam para as condições ideológicas de produção que circunscrevem língua e sujeito, logo, a própria noção de erro. Falamos, portanto, de uma memória discursiva, social, que não diz respeito à memória individual e psicológica, mas sim àquela que encontra sua materialidade no funcionamento da linguagem. A noção de memória discursiva, em Pêcheux, tem ainda como característica fundamental a impossibilidade de tudo registrar, de tudo dizer. Ou seja, nem tudo vira memória discursiva; e muito do que entra em algum momento, pode ser esquecido ou silenciado em outro (ROMÃO, 2011).

⁶ Ainda não estamos falando em errância, que é movência. O erro é da ordem da sedentarização, a tentativa ideológica de minorar e controlar a significação. Como veremos, na errância não há erro.

Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

A memória discursiva é aquilo que fundamenta as condições de funcionamento do discurso, de sua produção e interpretação. Pêcheux esclarece que são as redes de memória que proporcionam a retomada de discursos já-ditos, atualizando-os. Nestes termos, o funcionamento do discurso é, em grande medida, a materialização de uma memória social na língua, guiando o a-dizer através do já-dito. A memória se mostra como espaço de retomadas de discursos anteriores, além de funcionar como elemento balizador dos embates entre diferentes forças ideológicas que almejam fundamentar a rede de implícitos. Haveria, assim, um eterno embate de forças na memória, balizado pelo choque do acontecimento. De um lado estão as forças de manutenção do implícito, uma estabilização parafrástica que sempre visa a integração do novo ao “mesmo”, até que ele seja absorvido e dissolvido no caldo da memória dominante. De outro lado, no entanto, atua uma força de “desregulação” que tenciona perturbar a rede dos “implícitos”, um efeito polissêmico que fratura o “mesmo” e muda o curso do discurso.

Neste embate entre o “mesmo” e o “novo” funcionam a ideologia e o sujeito, este último como efeito do primeiro. Isso importa na medida em que os embates entre as distintas memórias de “erro” se mostram como condições materiais específicas que assujeitam o indivíduo em um terreno movediço fundamentado por diferentes formações ideológicas e discursivas. Essa desmedida teia de memórias, justamente por que é esburacada e costurada de forma imprecisa, produz sujeitos igualmente fendidos e equívocos.

Assim, o sentido nunca é totalmente controlado pelo sujeito, podendo sempre ser outro e, assim, escapar de maneira imprevisível para um lugar diferente. Esse terreno do novo apresenta-se propício para que a teoria sempre se abra a cada estudo, reestruture seus postulados à medida que outras análises surjam e, por fim, não se constitua como um bloco monolítico de conceitos a serem somente reproduzidos e aplicados. Também vale destacar que as bordas e as sobras dos dizeres, as falhas e as faltas da linguagem, os equívocos do sujeito se enovelam como indícios imprescindíveis para compreender o funcionamento da linguagem, ou seja, o que nas teorias da comunicação era conhecido como ruído, falta de exatidão

da mensagem, imprecisão do emissor, erro do código, é justamente o lugar em que a ideologia e o inconsciente cavam sua espessura mais significativa, reclamando significação. Como um caçador de pistas e vestígios, o analista deve se colocar nessa banda larga em que a falha, a opacidade, a incompletude e o silêncio significam, e significam muito (ROMÃO, 2007).

Se a memória discursiva é como um tecido despedaçado, assim o é a memória discursiva sobre o erro. Para tratarmos o erro de um ponto de vista discursivo, na intenção de buscarmos minimamente pelos efeitos que tal concepção produz no dizer contemporâneo, vamos buscar na grande teia ocidental de memórias discursivas por evidências históricas que fundamentaram dizeres a respeito desta noção em diferentes condições de produção de sentido. A intenção das páginas que se seguem não é proporcionar uma arqueologia da noção de erro, tampouco elencar, uma a uma, todas as teorias que tocaram de alguma forma esta temática. O objetivo é tentar captar minimamente alguns dos incontáveis sentidos que este termo recebeu no decorrer da história, para então verificarmos, discursivamente, alguns dos efeitos de sentido que ainda perduram e interferem nos dizeres contemporâneos sobre as noções de verdade, erro e progresso⁷.

Esta tentativa de examinar as memórias de erro necessitam, de pronto, descartar certa separação entre o erro do tipo material, como o acidente de trânsito, de outro tipo de erro, aquele que supostamente se aproxima mais da pura linguagem, como o erro político, religioso, judiciário ou artístico. O primeiro tipo de erro parece ser facilmente demonstrado, ao passo que o segundo tipo sugere erros que não permitem demarcação definitiva. Ora, tal distinção se coagula facilmente diante de um questionamento discursivo muito simples: “erro para quem”? Tomar o erro em termos discursivos parece ser uma tarefa fadada a incontáveis contradições, e por isso mesmo tentar forjar uma teoria unificada sobre o erro no/do discurso já seria, por si só, um erro. Mas diferente de outras teorias, nesta tese o erro deve ser acolhido como parte fundamental da construção do próprio conhecimento sobre o erro.

A memória de “erro” aparece comumente no discurso filosófico e científico ocidental de forma negativa (apenas como oposição ao correto) desde seus primórdios. A construção de memórias sobre o erro se inscreve em um projeto ininterrupto de tentar definir a natureza essencial da verdade e do conhecimento correto, um projeto que nasce na filosofia pré-socrática e perdura até nossos dias. Pelo menos nos dois primeiros milênios de sua existência,

⁷ Importa ressaltar que esta tese é, acima de tudo, um tratado anti-positivista. Trata-se, na verdade, de uma crítica às noções de verdade e progresso, instrumentalizadas ideologicamente.

a filosofia se dedicou prioritariamente ao projeto de examinar se determinados conhecimentos poderiam ser tidos como verdadeiros, corretos e adequados. Tal projeto surgiu inicialmente na intenção de compreender e evitar as ameaças à espécie humana, mas depois para explicar a própria relação entre humanos, que se tornava cada vez mais complexa. Este foi o projeto que orientou “A república”, de Platão (2006), passando pela “Política”, de Aristóteles (1997), e depois pela filosofia medieval (KIRCHOF, 2003), até culminar no “Discurso do método”, de Descartes (1973) e na “Crítica da razão pura”, de Kant (2001). Em todo este trajeto, a teorização sobre o correto dependia, de forma negativa, de uma teorização sobre o erro. E assim, o campo da filosofia responsável pela distinção entre acerto e erro, ou seja, o estudo do conhecimento, tornou-se conhecido como epistemologia.

Importa ressaltar que no mesmo período outras fontes de conhecimento produziram discursos sobre o erro de formas distintas. O texto filosófico-científico era restrito a poucos na idade média, e por isso imperava o sentido de pecado para a noção de erro (AGOSTINHO, 1991). É precisamente esta memória de erro como “pecado” que conduziu a origem da filosofia ocidental em seus primeiros séculos. Tanto na Grécia quanto em Roma, os grandes mitos atribuem a origem do mal físico e do sofrimento, e até da morte, a um erro primordial, um pecado, uma transgressão moral. Nestes mitos, o erro aparecia sempre seguido de castigo. Prometeu praticou um erro moral quando roubou o fogo dos deuses para entregar aos homens, e por isso Zeus o prendeu a uma pedra no Cáucaso onde uma grande águia comia diariamente suas vísceras. Narrativa semelhante aparece no Gênesis, com Adão e Eva, enganados por uma serpente e condenados por Deus a viverem uma vida de angústia com intermináveis consequências. Em ambas narrativas o erro aparece como origem de todo sofrimento, dor e morte (PRADEAU, 2010).

A filosofia europeia, em seus primeiros séculos, se debruçou com afinco sobre o conceito de pecado original. Em Santo Agostinho todos pecaram em Adão, através de Adão, e por isso ocorre uma transmissão hereditária do pecado, ou seja, todos nascem maus e pecadores por causa do erro primordial de Adão. Outra forma de pensar o erro como pecado se dava na forma de negação de virtudes. Nesta linha discursiva, o pecado não passa de uma privação do bem, e o erro não é mais do que a falta que destotaliza a perfeição. Logo, quando nasce, o humano herda a maldade decorrente do erro, o que significa que ele nasce privado daquilo que deveria ter, mas não tem: a graça, a justeza, a perfeição (AGOSTINHO, 1991).

A construção desta memória de erro como origem das mazelas humanas perdura até nossos tempos, bem como certas significações subjacentes como transgressão, culpabilidade, condenação e seqüela. Não seria possível contar quantas pessoas não foram conduzidas à prisão, à forca, à fogueira ou à cadeira elétrica por cometerem erros de diferentes gravidades. Em alguns casos, no entanto, a pena pelo pecado lançava luz sobre a condição de produção de sua significação: enquanto errava perante o Deus católico, Galileu corrigia a questão do heliocentrismo.

Eu, Galileu, filho do falecido Vincenzo Galilei, florentino, de setenta anos de idade, intimado pessoalmente à presença deste tribunal e ajoelhado diante de vós, Eminentíssimos e Reverendíssimos Senhores Cardeais Inquisidores-Gerais contra a gravidade herética em toda a comunidade cristã, tendo diante dos olhos e tocando com as mãos os Santos Evangelhos, juro que sempre acreditei, que acredito, e, mercê de Deus, acreditarei no futuro, em tudo quanto é defendido, pregado e ensinado pela Santa Igreja Católica e Apostólica. Mas, considerando que [...] escrevi e imprimir um livro no qual discuto a nova doutrina (o heliocentrismo) já condenada e aduzo argumentos de grande força em seu favor, sem apresentar nenhuma solução para eles, fui, pelo Santo Ofício, acusado de veemente heresia, isto é, de haver sustentado e acreditado que o Sol está no centro do mundo e imóvel, e que a Terra não está no centro, mas se move; desejando eliminar do espírito de Vossas Eminências e de todos os cristãos fiéis essa veemente suspeita concebida mui justamente contra mim, com sinceridade e fé verdadeira, abjuro, amaldiçoo e detesto os citados erros e heresias, e em geral qualquer outro erro, heresia e seita contrários à Santa Igreja, e juro que no futuro nunca mais direi nem afirmarei, verbalmente nem por escrito, nada que proporcione motivo para tal suspeita a meu respeito (DONATO, 1971).

Nestes termos, sua carta de retratação se evidencia como grande aporia epistemológica, pois enquanto era corrigido pela igreja, Galileu corrigia a ciência, que depois o corrigiria novamente através de Newton, Kepler e outros. Uma memória de erro era posta em conflito com outra, uma ruptura, uma nova memória científica, que tempos depois seria sobreposta por novas memórias que fundamentariam outros dizeres. A igreja Católica, no entanto, só assumiu o heliocentrismo em 1922 (BYNUM, 2014). Essas memórias discursivas sobre o erro, como visto, não são apenas elucubrações gratuitas, meramente teóricas. Elas fundamentaram dizeres durante muitos séculos, justificando muitas sentenças de morte e enunciados de repúdio.

O discurso sobre o erro também sofreu diversas variações dentro da filosofia, e no decorrer da história da epistemologia diferentes sentidos para erro foram estabelecidos, muitas vezes contraditórios. Contudo, de Platão (1991) em diante uma linha tênue parece ter

estabelecido um consenso mínimo sobre sua definição. Para o filósofo grego, e para muitos que vieram depois dele, estar errado é assentir que algo é verdadeiro quando é falso - ou, ao contrário, acreditar que algo é falso quando é verdadeiro.

Mas como se pode chegar de forma segura à verdade, em Platão, para que se possa saber quando o verdadeiro foi tomado por falso ou o contrário, configurando um erro? Para entender esta posição discursiva de Platão, é preciso voltar aos eleastas, que apresentaram uma concepção de negação radical do erro: “o ser é”, já o “não-ser” não pode ser pensado nem enunciado; logo, tudo o que puder ser dito diz o que “é”, assim, é verdadeiro e não há nele erro algum (CARVALHO, 2012). Não é preciso apontar os problemas que essa assertiva causaria à filosofia. Platão logo tratou de corrigir esta definição de erro e acerto: quem emite um juízo errôneo não enuncia um “não-ser”, mas sim algo diferente do “ser”, do que “é”. E para ele o ser é a ideia, a possibilidade de ser.

A memória de erro construída a partir de Aristóteles causou profundas marcas discursivas no decorrer da história, principalmente na idade média. Para ele o erro aparece em um enunciado muito semelhante ao de Platão: “erro é a negação do que é ou a afirmação do que não é” (ARISTÓTELES, 2002). Contudo o ser, para Aristóteles, é diferente do ser ideal platônico, é substância, ou melhor, é realidade necessária (ARISTÓTELES, 2006). Contudo, a característica mais imprescindível que Aristóteles atribui ao erro (e ao acerto) é a de que estes só são possíveis onde há relação (síntese) de elementos diferentes. Onde se percebe substâncias indivisíveis, ou seja, no um, não há possibilidade de erro ou acerto. O erro e o acerto só podem aparecer quando se articula, pelas vias do intelecto, percepções, ideias e enunciados heterogêneos. O erro e o acerto, portanto, são da ordem da relação, do juízo, e não das singularidades (das coisas, dos enunciados, dos signos etc.). Para Aristóteles, se o intelecto humano fizer sínteses que se harmonizam com as relações naturais, ele está emitindo um juízo sintético verdadeiro, correto, e nele não há erros. O erro aparece realizando sínteses ou divisões que não são guiadas pela essência necessária da substância em questão (ARISTÓTELES, 2002).

Com isso Aristóteles restringe o erro à esfera das intelecções, mais especificamente, à esfera do juízo. Somente quando se avalia a relação sintética é que se pode julgar se houve ou não um erro. Esta primeira parte de sua definição do acerto (e do erro, como contraparte), pode ser separada da segunda, que estabelece os critérios para avaliar as relações. E o parâmetro aristotélico para mensurar as relações é a referência à estrutura substancial do ser:

se a relação sintética respeitar a estrutura substancial do ser (ou dos seres envolvidos), esta é uma relação adequada, correta e verdadeira. Quando um intelecto percebe um odor qualquer, tal percepção é uma intelecção de algo indivisível, e por isso não há nela erro nem acerto. Mas quando a fonte daquele odor é apreendida com os olhos, e uma relação sintética entre percepções é estabelecida, a possibilidade do erro e do acerto emergem. Para Aristóteles, se tal relação for condizente com a estrutura substancial e essencial do ser daquela fonte de percepções, então trata-se de uma relação correta.

Aristóteles está tratando, afinal, de lógica, e a lógica se enuncia através da linguagem (ANGIONI, 2012). É de discurso que ele está tratando. O juízo estabelecido sobre uma ou mais relações sintéticas se dá na língua, ou melhor, no discurso, na língua em curso. No entanto as definições aristotélicas sobre o erro começam a impor problemas ao pensamento epistemológico deste ponto em diante. A partir de tais critérios estabelecidos para julgar as relações, o erro fica circunscrito à esfera das afirmações acidentais, que para ele não têm lugar na ciência. Isso implica afirmar, afinal, que os enunciados necessários⁸ não estão sujeitos ao erro, apenas os contingentes⁹. Mas ainda assim, mesmo às afirmações acidentais é possível, dentro de sua filosofia, aplicar a necessidade da ciência silogística, que regularia também o conhecimento contingente e eliminaria as possibilidades de erros. Em outras palavras, na lógica aristotélica, a ciência não produz erros. E onde houver erros na linguagem do senso comum, a lógica silogística pode repará-los.

Em Santo Agostinho (1973) o erro aparece com definições cristãs que mesclam as teorias platônicas às aristotélicas, priorizando a primeira. Na filosofia cristã o erro aparece como contraparte da perfeição divina, ainda que a definição de erro como efeito do juízo sintético permaneça:

O erro provém dos juízos que se fazem sobre as sensações e não delas próprias. A sensação enquanto tal jamais é falsa. Falso é querer ver nela a expressão de uma verdade externa ao próprio sujeito. Assim, nenhum cético pode refutar alguém que afirme simplesmente: ‘Eu sei que isto me parece branco; limito-me à minha percepção e encontro nela uma verdade que não me pode ser negada’. Muito diferente seria afirmar somente: ‘Isto é branco’. Neste caso o erro torna-se possível, no primeiro não. Assim, existiria pelo

⁸ Necessidade: desde Aristóteles, entendeu-se por necessário aquilo que não pode ser de outro modo, aquilo que, por conseguinte, só existe de um modo. Pode entender-se esta noção de duas maneiras: a) como necessidade ideal, que expressa o encadeamento das ideias, e b) como necessidade real, que expressa o encadeamento de causas e efeitos (FERRATER MORA, 2000).

⁹ Contingência: o contingente opõe-se ao necessário. É aquilo que se deu de uma forma mas poderia ter se dado de outra, ou não ter se dado de forma alguma (FERRATER MORA, 2000).

menos uma verdade absoluta, que estaria implicada no próprio ato de perceber (PESSANHA, 1980, p. 18).

Entre Platão, Aristóteles e Agostinho existe um fio condutor que define o erro como uma faculdade distinta do intelecto, mas que ocasiona efeitos sobre ele, desviando-o de seu funcionamento correto. Em outras palavras, o próprio intelecto tem um funcionamento tido como correto, onde o erro não passa de uma sombra negativa da adequação perfeita e correta de seu funcionamento essencial. Para estes filósofos, o erro é o conhecimento de um não-conhecimento, tal como ouvir o silêncio. Neste aspecto, o erro volta a aparecer como um não-ser: o erro não existe, é apenas uma falta (negatividade) do correto (AGOSTINHO, 1973). Em Spinoza encontramos uma definição semelhante. A ideia incorreta é a ideia falsa, e falsidade é a privação de consciência decorrente de ideias inadequadas, falhas, imaginativas ou confusas (SPINOZA, 1979). Leibniz (1992) percorre o mesmo caminho, delineando o erro como uma deficiência que vem destotalizar a perfeição do intelecto humano.

Descartes (1973), enquanto busca pela verdade absoluta e fundamental, acaba por associar o erro à certa falha na vontade que orientaria o intelecto à falsidade. Se a vontade é maior que a inteligência, seria necessário duvidar de todas as verdades provenientes da percepção até que se chegasse a uma assertiva irrefutável, fundamento de todas as outras: o “cogito ergo sum”. Em Descartes, portanto, o erro é meramente uma ilusão que se origina na “vontade” humana.

Além disso, o entendimento aplica-se apenas aos raros objetos que se lhe apresentam e o seu conhecimento é sempre muito limitado; embora a vontade possa parecer infinita, só apreendemos o que possa ser objeto de outra vontade, mesmo dessa vontade imensa que está em Deus, se a nossa vontade também o abarcar. Daí que geralmente a estendamos para lá do que conhecemos clara e distintamente. E quando abusamos dela desta forma não causa admiração que nos enganemos. (DESCARTES, 1992, p. 39).

Algo se avista neste horizonte epistemológico: o discurso sobre o erro e o acerto recebeu grandes condicionamentos discursivos da filosofia. Foi a partir de Descartes que se instaurou métodos para chegar às verdades, evitando os erros e as falsidades dele decorrentes. Ainda que viesse de Kepler, Newton, Galileu e outros cientistas as principais transformações das “verdades universais”, apontando e ultrapassando erros milenares, ainda era Descartes (1992), Bacon (2000) e outros filósofos que definiam, epistemologicamente, a noção de erro.

As antigas verdades começavam a ruir, e quanto mais castelos teóricos erram derrubados, mais a noção de erro se tornava execrada (DURÃO, 2010).

No entanto, coube a Kant (2001) estabelecer parâmetros supostamente seguros que garantissem a correta produção de conhecimento. O erro, para ele, se dá quando a falsidade é tomada por verdade. Se falsidade é o contrário da verdade, falsidade deixa de se tornar sinônimo de erro, e passa ser efeito deste. Mas onde está, então, o erro?

Porque a verdade ou a aparência não estão no objeto, na medida em que é intuído, mas no juízo sobre ele, na medida em que é pensado. Pode-se, pois, dizer que os sentidos não erram, não porque o seu juízo seja sempre certo, mas porque não ajuízam de modo algum. Eis porque só no juízo, ou seja, na relação do objeto com o nosso entendimento, se encontram tanto a verdade como o erro e, portanto, também a aparência, enquanto induz a este último (KANT, 2001, p. 321).

Um juízo pode ser verdadeiro ou falso sem que ele seja, necessariamente, um juízo errôneo. Na lógica kantiana, é só na medida em que o falso é tomado como verdadeiro, ou o contrário, é que surge o erro. O valor de verdade recai apenas sobre a relação que liga um “sujeito” a um “predicado”. Assim, se tal relação ligar de forma adequada e conveniente um predicado (conhecimento) a um sujeito (objeto-mundo), pode-se afirmar que se trata de um juízo verdadeiro. Se tal juízo não for adequado, ele será falso, mas é possível que tal falsidade não decorra de um erro. O erro emerge, portanto, quando se toma um juízo verdadeiro por falso, bem como o contrário. Uma relação predicativa tem lugar somente no juízo, logo, verdade e acerto, bem como falsidade e erro são da esfera do juízo. Esta relação, na medida em que liga um objeto com o entendimento, “é um juízo que, enquanto conhecimento, é mais que mero pensar, é um pensar que liga, numa consciência, representações intuídas” (VARGAS, 2015).

Em Kant, erro e acerto não são meros produtos da ação isolada do entendimento: derivam da soma de outras faculdades para seu estabelecimento. Para ser verdadeiro, um enunciado tem que ser coerente consigo mesmo, não pode se autocontradizer sob pena de se autodestruir. É isto que Kant chama de princípio de não contradição, o que permite reconhecer a justeza de um enunciado e sua verdade. No entanto, o efeito discursivo mais significativa sobre o erro, partindo de Kant, atesta que a principal virtude do “princípio de não contradição é a possibilidade de banir o erro e a falsidade na medida em se assentam na contradição (KANT, 2001).

Dessa forma, Kant salva o raciocínio científico do ceticismo de Hume (2004). Para ele, quando se percebe um objeto e se considera sobre ele de acordo com as leis essenciais e necessárias da lógica e do entendimento, extingue-se a possibilidade de erro. No entanto, quando a contingência da sensibilidade interfere na racionalidade necessária do entendimento, surge uma percepção que gera uma aparência tomada por verdade. Tem-se, então, um erro (KANT, 2001). Importa ressaltar que erro e acerto não são intuídos na sensibilidade de um dado fenômeno, nem no enunciado que se emite a respeito dele: erro e verdade são da esfera do juízo. Logo, a fonte do erro é a contingência da sensibilidade atuando sobre a necessidade do entendimento, fazendo parecer que juízos falsos são verdadeiros, ou o oposto. É a contingência da aparência tomada por verdade que torna o erro possível. “É como se o entendimento se distraísse deixando a sensibilidade desempenhar um papel que não é seu” (VARGAS, 2015).

O discurso, ou melhor, a memória discursiva produzida a partir de Kant atesta que a natureza do erro encerra, além da falsidade, a noção de aparência de verdade. Assim, diante do objetivo de se evitar erros, faz-se necessário procurar pela fonte dos mesmos, a saber, a contingência da aparência. A verdade e a perfeição se alcançam, por sua vez, mediante raciocínio lógico, que mais do que um cânone do pensamento, aparece em Kant como *órganon*, condição necessária e suficiente para a verdade.

A definição Kantiana de erro, ou melhor, o lugar teórico onde o filósofo o coloca, permite afirmar que fundamentalmente a experiência de estar errado em questões morais não se distingue da experiência de estar errado materialmente - o erro prático, embora pareçam diferentes no conteúdo e na dimensão das consequências. A forma do erro, bem como do acerto, só se evidencia no momento do juízo sobre a coisa ou o evento. Kant, como um dos pais do iluminismo, propôs sentidos para a noção de erro que se entranharam profundamente na sociedade moderna, trabalhando efeitos discursivos que converteram as condições de produção de sentidos em termos de racionalidade e técnica.

O idealismo romântico continuou na mesma direção: o erro é o finito, o negativo, o acidental, o contingente, o que já está no passado e destina-se a ser ultrapassado e eliminado. O correto é o verdadeiro, aquilo que se encontra no infinito, no necessário, na positividade da autoconsciência absoluta (HEGEL, 2003). Assim, no limite, não existe erro. O erro é o ultrapassado, aquilo que, diante de um conceito correto e atual, é seu não-ser dissolvido no

passado. Esta é a solução dialética que Hegel e seus seguidores legaram ao erro: a mera contraparte (não existente) daquilo que é, daquilo que caminha em direção ao absoluto.

Nietzsche (2005) foi uma das poucas vozes que saiu em defesa do erro. Suas principais críticas se direcionavam à avidez ocidental pela verdade, que ele nomeou de *vontade de verdade*. Mais do que questionar a veracidade de uma proposição, como fazem os lógicos, Nietzsche coloca em questão o próprio valor da verdade e do acerto: por que motivo a exatidão valeria mais do que o erro? Sua voz subversiva questionava: “O problema do valor da verdade apresentou-se à nossa frente, ou fomos nós a nos apresentar diante dele?” (NIETZSCHE, 2005, p. 12).

Suas marteladas em direção aos metafísicos apontavam para uma inversão dos valores entre erro e acerto, entre verdade e falsidade, mas principalmente entre o essencial e o sensível. Nesta inversão ele afirma que o principal erro dos filósofos que procuram a verdade é pressupor que as verdades do mundo sensível são menos importantes que as verdades do mundo ideal, meramente racional. A negação da contingência e da fugacidade da sensibilidade lança os pensadores ocidentais em uma busca insaciável pela origem absoluta da verdade e da exatidão, como se existisse um ponto último que lhes servisse de fundamento, um ser-em-si fundamental, primeiro, um deus oculto (NIETZSCHE, 2005, p. 13).

Esta busca, no entanto, esconde um erro: ela pressupõe que aquilo que se avalia como acerto, exatidão e perfeição já existisse desde sempre, e só pudesse ser alcançado pelo filósofo (CAMARGO, 2008). Tal arrogância, segundo Nietzsche, não passa de demagogia, uma vez que tal fundamento essencial e necessário não passa de uma invenção, não é mais do que uma crença. A possibilidade de uma verdade essencial e necessária serve de justificativa para a arrogância filosófica. É justamente por que o erro vale menos que o acerto, e por que a correção pode conduzir à perfeição essencial e necessária, é que o filósofo merece seu lugar de destaque nas mais diferentes sociedades. A evidência desta ilusão, no entanto, faria desmoronar este castelo que é batizado solenemente de ‘verdade’ (NIETZSCHE, 2005, p.44).

‘Verdade’: em minha maneira de pensar, a verdade não significa necessariamente o contrário de um erro, mas somente, e em todos os casos mais decisivos, a posição ocupada por diferentes erros uns em relação aos outros: um é, por exemplo, mais antigo, mais profundo que outro; talvez mesmo inextirpável, se um ser orgânico de nossa espécie não puder dele prescindir para viver (NIETZSCHE, 2008, p.46).

Se o fundamento necessário da verdade é uma ilusão, então ela mesma é uma espécie de erro. Logo, a verdade não passa de um erro com maior aceitação, fruto muito mais de um movimento humano de autopreservação do que de uma racionalidade infalível. Para Nietzsche a linguagem e a lógica também não passam de criações fictícias que reduplicam o mundo segundo a vontade daqueles que detêm maior poder. Ele chama de “aberração da filosofia” o fato de que, ao invés de ver na linguagem e na lógica meros meios de acomodar o mundo a certos fins utilitários, vê-se aí o critério da verdade ou da exatidão. “A inocência seria de tomar a idiossincrasia antropocêntrica por medida de todas as coisas, por linha divisória entre o ‘real’ e o ‘irreal’” (CAMARGO, 2008).

Somos nós apenas que criamos as causas, a sucessão, a reciprocidade, a relatividade, a coação, o número, a lei, a liberdade, o motivo, a finalidade; e ao introduzir e entremesclar nas coisas esse mundo de signos, como algo ‘em si’, agimos como sempre fizemos, ou seja, mitologicamente (NIETZSCHE, 2005, p.51).

A inversão subversiva de Nietzsche deixou profundas sequelas no projeto ocidental de estabelecer uma verdade absoluta. No século XX outra importante definição de erro emerge através do princípio de incerteza, de Heisenberg (1930). Segundo o físico alemão, não existe a experiência de “estar errado”, há, sim, uma experiência de se perceber que está errado. Segundo este princípio, o erro literalmente não existe no tempo presente da primeira pessoa do singular: o enunciado “estou errado” descreve uma lógica não-possível. Assim que se sabe que está errado, já não se está mais errado, uma vez que o reconhecimento de uma crença errônea implica o abandono daquela crença enquanto crença, implica ultrapassá-la e deixá-la no passado. Assim, o único enunciado lógico aceito é “eu estava errado”: ou se está errado, sem saber, ou se sabe que estava errado, no passado, no entanto, não se pode aceder aos dois estados ao mesmo tempo (PRICE; CHISSICK; HEISENBERG, 1977). Por isso o erro, no princípio de incerteza de Heisenberg, é também chamado de “cegueira de erros”, o que evidencia a dificuldade de um sujeito ou de toda uma formação discursiva reconhecer seus erros. Na cegueira de erros, o sujeito vive em uma “falta de erros”, pois os erros atuais permanecem imperceptíveis, o que poderia explicar a surpresa quando se descobre errado, mesmo que se reconheça a falibilidade como fenômeno universal. Tal noção fundamenta a hipótese de Heisenberg de que a crença atual é sempre idêntica à crença verdadeira, o que reforça todo senso generalizado de justiça, por mais perigoso que isso seja.

Este princípio se alinha, como veremos mais adiante, com a noção de que o erro não está na ideia, no enunciado, nem no mundo: o erro só se evidencia a partir do juízo que se faz a respeito das relações. O erro, portanto, é de ordem discursiva. E enquanto efeito discursivo, o erro decorre sempre de uma hiância, uma ruptura que se manifesta de diferentes formas em distintas teorias, separando: o particular do geral (erro de adequação), a palavra e a coisa (erro de referência), o presente e o primordial (erro diacrônico), o mortal e o divino (pecado religioso), a lei e a prática (erro moral), a hipótese e o verificável (erro científico), e mais fundamentalmente, o intelecto e o mundo (PRICE; CHISSICK; HEISENBERG, 1977).

Contemporâneo de Heisenberg, Karl Popper (2006) propôs uma profunda revisão na significação da noção de erro.

O antigo imperativo para os intelectuais, é: sê uma autoridade! Sabe tudo no teu domínio! Quando um dia a tua autoridade for reconhecida, será defendida pelos teus colegas e, naturalmente, terás de proteger também a autoridade dos teus colegas. A antiga ética, que descrevi, proíbe que se cometam erros. O erro é absolutamente interdito. Assim, os erros não podem ser confessados. Não preciso de assinalar que a antiga ética profissional é intolerante. E era também intelectualmente desonesta: leva ao encobrimento dos erros por amor da autoridade (POPPER, 2006, p. 134).

Popper então se propõe a lançar as bases para uma nova ética profissional para a prática científica, fundamentada em princípios que assumem a impossibilidade de se desvelar e corrigir todos os erros.

É impossível evitar todos os erros ou sequer todos os erros em si mesmo são evitáveis. São constantemente cometidos erros por todos os cientistas. A antiga noção de que é possível evitar o erro, e que, portanto, é obrigatório evitá-lo, deve ser revista: ela própria está errada (POPPER, 2006, p. 134).

Apesar de sugerir uma atitude mais humilde diante do erro, Popper afirma que se deve aprender através dos erros para que o progresso do conhecimento não seja interrompido. “O que não podemos é negligenciar a nossa vigilância. Não obstante, é humanamente inevitável continuar a cometer erros” (POPPER, 2006, p. 134).

O problema do erro começa a aparecer nas teorias da linguagem mediante aproximação da filosofia da linguagem com a lógica. Isso se deu com o renascimento da geometria euclidiana no séc. XVI, embora persista até nossos dias. Este movimento teórico volta a colocar em questão o "rigor" euclidiano que trata do problema de fixar as estruturas

discursivas que constituem a certeza e a exatidão que podem fundamentar a linguagem científica do progresso. Neste aspecto, a noção de erro aparece como aquilo que oferece obstáculo para o progresso lógico e sistemático do conhecimento (PRADEAU, 2010).

Deste momento em diante os lógicos começaram a ultrapassar os limites do campo do raciocínio lógico, indo buscar na filosofia da linguagem o terreno onde o raciocínio deveria caminhar. Logo, para que o conhecimento racional alcançasse êxito, era preciso buscar por regras metodológicas e formais de uma linguagem perfeita, sem erros e ilusões. A linguagem e o pensamento se tornaram dispositivos regulados por “cálculos lógicos”, combinações e transformações de símbolos segundo regras que deveriam ser bem estruturadas a partir de novas convenções (convencionalismo). Assim, a linguagem lógica, entendida como solo seguro para o funcionamento e propagação das verdades científicas, deveria se afastar dos erros da contingência e da história: deveria ser essencial, universal e atemporal (STÖRIG, 2008). Esse foi o projeto que guiou pensadores como Leibniz (1992), Peirce e Martens (1975), Frege (2009), Wittgenstein (2009), Carnap (1975) e outros.

Estas ideias se evidenciam de forma mais clara no projeto do *Tractatus Logico-Philosophicus*, de Wittgenstein (2008). Para ele, os problemas da filosofia derivam dos erros da linguagem, de seus mal-entendidos e pontos de ilusões. Logo, a própria busca por respostas como existência, conhecimento, verdade, valor etc., são erros filosóficos decorrentes do erro fundamental, o erro da língua. Por isso, a tarefa mais importante da filosofia é tornar clara a natureza da linguagem e do pensamento, compreender a origem dos erros e os caminhos adequados de correção. Se a língua for corrigida, afirma Wittgenstein, os mais complexos problemas filosóficos se resolverão sozinhos e desaparecerão (GRAYLING, 1996). A tarefa da filosofia, portanto, é dizer somente o necessário para que se corrija a língua usada pelas ciências naturais, revelando a natureza da linguagem e sua relação com o mundo. Pêcheux dedica várias páginas a esta discussão em *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, 2009), e por isso tal temática será analisada mais adiante com mais profundidade.

Alguns estudos sobre o erro e suas consequências apareceram na filosofia contemporânea. O filósofo português Miguel Real, em seu livro “Nova teoria do mal” (REAL, 2012), produz interessantes deslocamentos de sentido para a noção de erro. Para ele, o erro e o mal só são colocados em questão por causa do imperativo do progresso e da evolução social. Nesta linha argumentativa, muito do que seria natural ao ser humano é posto como erro por obstruir o caminho do desenvolvimento. A noção mais subversiva deste autor

atesta o primado do erro e do mal sobre o acerto e a virtude. O mal é o real, substancial. É o erro, e não o acerto, o natural e essencial. O acerto e a virtude sequer derivam do erro e do mal: são justaposições arquitetônicas e artificiais que tentam mascarar aquilo que é a essência primeira do humano, na intenção de justificar e possibilitar o imperativo do progresso e da evolução. Para o autor, o acerto e a virtude não passam de equilíbrios frágeis no seio de uma ininterrupta instabilidade. Para o projeto capitalista de progresso, iniciado na modernidade, a instabilidade deve ser detida, o erro deve ser corrigido e o mal deve ser vertido em virtude. No entanto, contesta o autor, o acerto não passa de acidente instrumentalizado, construído para parecer correto, para ocultar o erro essencial. Para ele, a racionalidade científica/filosófica não passa de um barco que vaga sem leme em meio a uma tempestade que nunca cessa.

O autor analisa as consequências desta construção artificial de acerto e virtude trazendo como exemplo o papel do político na contemporaneidade. Enquanto este detentor de poder zela pela segurança econômica, em detrimento de verbas para saúde e educação, suas decisões são valoradas, no máximo, como erros administrativos, ainda que as consequências de seus atos custem vidas. “Hoje, sempre que vos apareça no ecrã da televisão um economista com funções governamentais - não duvideis: eis a face explícita do mal, aquele que levou a Europa à decadência e se prepara para, alegremente, destruir o planeta” (REAL, 2012, p. 84).

Algumas evidências emergem das análises dos filósofos supracitados: o mundo e seus fenômenos não erram, tampouco os animais, as plantas e o clima. A rigor, o ser humano consciente também não erra, por três motivos: 1) o erro não pertence à esfera das proposições ou dos enunciados, mas à do juízo, ou seja, das atitudes valorativas que qualificam, à *posteriori*, algo como erro ou acerto (argumento de Kant); 2) o erro está sempre no passado, ultrapassado, logo o erro só existe enquanto atribuição à *posteriori* (argumento de Hegel); 3) o erro só pode existir na ausência de consciência de erro, por isso a tomada de consciência do erro é a própria aniquilação do erro (argumento de Heisenberg).

Assim, certo vestígio se avulta diante dos demais: se o erro é uma atribuição à *posteriori*, da ordem do juízo valorativo, o erro nada mais é do que um efeito discursivo, ideológico, político e histórico: “erro para quem?” Um erro pode custar a vida de muitos no momento da aterrissagem de um avião, ou pode custar apenas o leite derramado. Um erro moral pode resultar em uma pequena gafe que se soluciona com um breve pedido de desculpas, ou pode emergir como justificativas para a escravidão, o arianismo e o

patriarcalismo. O erro pode aparecer diante de um descuido, mas pode derivar de incontáveis estudos científicos. Pode ser totalmente irracional, bem como consequência de uma profunda racionalidade. No entanto, o questionamento que se sobressai coloca em xeque a universalidade e a atemporalidade do erro, ou seja, a essência material do erro. Enquanto atribuição discursiva, o erro pode vir a ser outro em diferentes condições de produção de sentidos.

O erro, enquanto resultado de um juízo valorativo, se dá apenas no campo da linguagem. Um acidente entre automóveis não é um erro em si, só emerge enquanto erro à posteriori, depois de um juízo valorativo, depois que a língua lhe comprometa e lhe circunde. Antes disso ele é apenas colisão entre objetos. Um assassinato, em si mesmo, não pode se tratar de um erro. Ele só aparece assim diante de um juízo valorativo que o categoriza como crime premeditado, autodefesa, pena de morte etc. Hannah Arendt já problematizou esse efeito há mais de seis décadas: por um lado os assassinatos em Auschwitz não pareciam erros para Adolf Eichmann, mas sim acertos, eficiência; mas por outro lado, para a corte de Jerusalém que o julgava, sua condenação à morte também não soava como erro, mas como justiça, correção (ARENDR, 1999). O mesmo ato, tirar a vida de outrem, pode ser visto como assassinato ou como efeito de justiça, pode ser erro ou correção a depender do lugar discursivo que ocupa o sujeito do discurso.

No entanto a noção de erro, enquanto efeito discursivo, sofre transformações de outro efeito discursivo. Além de se inquirir “erro para quem?”, pode-se questionar: por que o erro é ruim? A quem interessa que a noção de erro seja significada de forma negativa? Se esta noção é da ordem da linguagem, ele está sujeito a sofrer efeitos da mesma ordem: o próprio substantivo “erro” pode receber adjetivações que o valoram. Quais foram os valores discursivos que o erro recebeu no decorrer da história? Do ponto de vista discursivo, importa ressaltar que na história da filosofia ocidental o acerto e a correção do erro sempre estiveram ligados à própria noção de progresso: científico, filosófico, social, religioso e cultural. O erro sempre foi obstáculo para o intelecto, para a sabedoria, para o avanço das teorias físicas, químicas, políticas etc. O erro é obstáculo para o cientista, para o religioso, para o político, para o economista e para o educador.

O discurso sobre o erro, diante do imperativo do progresso, parece ser melhor definido e orientado por Hegel. Para ele, a razão governou e governa o mundo, logo, o erro emerge como importante força motriz do progresso racional ocidental. Apesar das verdades

múltiplas a que se pode chegar, o erro, como aquilo que é deixado para trás, impulsiona o progresso humano em direção ao espírito absoluto (WERLE, 2004). Neste aspecto, mais importante do que o acerto é a ultrapassagem progressiva do erro. Esta premissa parece valorar discursivamente a noção de erro em suas mais diferentes formas de uso. No cristianismo a santidade e a perfeição se alcança na comunhão com Cristo, que afasta o erro (pecado) do coração contrito. Na ciência, este efeito de sentido aparece na forma de diligência e esforço de superação do erro. Quando Thomaz Edson tentou encontrar o filamento ideal para a lâmpada, testou e errou mais de seis mil materiais diferentes, e por isso se tornou famoso. É por isso que os sujeitos se regozijam quando acertam, e se envergonham quando erram. Acertar é progredir, avançar materialmente e intelectualmente. Errar é retroceder, é perder tempo para consertar.

Quando se vê uma criança desnutrida do sul do Sudão, vítima de um clima árido e avassalador, as noções de erro e acerto se tornam vestígios abissais. Seres humanos podem passar toda vida em grandes dificuldades, lutando contra a natureza em favor da própria vida. Neste caso, o acerto se inscreve na esfera do progresso, na diminuição das adversidades, na segurança e na melhor qualidade de vida, e o erro pode vir em forma de dificuldades, miséria, dor, sofrimento e morte. Em outras palavras, o erro se inscreve primeiro na relação do humano em relação à natureza que o cerca, um humano de carne e osso, sujeito a doenças, animais que podem oferecer toda sorte de risco à vida, intempéries climáticas etc. Por causa desse temor a humanidade cria a cultura, nega a natureza e se protege dela em uma sociedade cada vez mais artificial e técnica. Sistemas e códigos inundam toda produção e relação humana tentando afastar o erro e o retrocesso à natureza (FLUSSER, 2007).

Mas não é só nestes termos que o erro pode aparecer de forma negativa. Se o progresso se tornou o imperativo humanista capitalista na modernidade¹⁰, o erro ganha novos caracteres execrados diante de um discurso que condiciona a moral contemporânea em termos de poder de consumo (BAUMAN, 2008). Nestes termos, o erro se torna o obstáculo para o progresso econômico e social de todas as sociedades capitalistas. Um erro de planejamento pode custar a um país vários anos de recessão, diminuição de vagas de emprego, a diminuição dos lucros e até o fechamento de empresas. Um erro pode custar o retrocesso financeiro de um sujeito, de uma família, de uma empresa, de uma cidade inteira. Salvos da natureza, a sociedade

¹⁰ Modernidade: período que se inicia com a revolução artística, cultural e científica no século XVI, marcado pela liberdade progressiva em relação ao domínio do clero (FOUCAULT, 2009).

aparentemente pode se permitir ter novos temores diante do erro: os temores financeiros agora assustam mais que as temporadas anuais de tornados no sul dos Estados Unidos.

Por hora estes questionamentos bastam para colocar em questão os principais problemas sobre o “erro” que interessam a esta tese, a saber: a) o erro emerge do discurso, além de ser valorado por ele; b) o erro é da ordem do juízo valorativo sintético, e aparece como hiância entre relações; c) erro (e acerto) são efeitos discursivos que dependem de vínculos estabelecidos por projetos discursivos. O que interessa a esta tese, agora, é estabelecer as condições de tais vínculos. Ao vínculo tido como “sólido¹¹” chamaremos de sedentarismo; ao intermediário, nomadismo; e ao vínculo frágil chamaremos de errância - na errância, como veremos, não há erro ou acerto.

1.1.2 ERRÂNCIA, NOMADISMO E SEDENTARISMO

DOM QUIXOTE, PARTE 1, CAPÍTULO 38

“Eu sei quem sou, e quem posso ser se eu desejar”

O viço e o desejo pelo par antinômico errância-sedentarização surgiu da leitura de “As formas do silêncio”, de Eni Orlandi (2007). Embora tais noções apareçam separadas nas tramas deste texto - e de forma marginal e passageira -, foi dali que emergiu certo fascínio e expectativa pelo aprofundamento desses princípios: pela errância como movência desobrigada da significação, e pela sedentarização como gesto regulador e disciplinar do sentido e do sujeito:

A linguagem supõe, pois, a transformação da matéria significante por excelência (silêncio) em significados apreensíveis, verbalizáveis. Matéria e formas. A significação é movimento. *Errância* do sujeito, errância dos sentidos (ORLANDI, 2007, p. 33, grifo nosso).

Quando o homem, em sua história, percebeu o silêncio como significação, criou a linguagem para retê-lo. O ato de falar é o de separar, distinguir e, paradoxalmente, vislumbrar o silêncio e evitá-lo. Esse gesto disciplina o significar, pois já é um projeto de *sedentarização* dos sentidos (ORLANDI, 2007, p. 27, grifo nosso).

¹¹ Como veremos mais adiante, tanto a errância como a sedentarização plena são da ordem do impossível.

De igual forma a noção de “valor do signo”, em Saussure (2006), também faz despertar questionamentos a respeito da amplitude da significação em um sistema de valores regido pela oposição e que, por isso mesmo, se afasta, se franqueia e se pluraliza mais do que unifica. Silêncio e valor são conceitos caros a esta tese, e por isso serão averiguados adiante com cuidado. Por hora, importam apenas como pretextos para o desejo de aprender mais sobre errância e sua associação à noção de “erro”.

Na filosofia a noção de “errância” já foi colocada em questão por diferentes autores. A saber, ela apareceu em Heidegger (2002), ainda que periféricamente em seu pensamento, como uma condição da consciência, um pensar que se coloca em movimento. Para ele a consciência é errante, uma busca que aceita seu próprio exílio na medida em que este se configura, paradoxalmente, como um abrigo: o fluir que pensa o ser naquilo que vem a ser (devir). Aparece também em Foucault (2002), em uma relação que passa por literatura, ficção, loucura e errância, mas que na modernidade se sucumbe diante do discurso pacificador da racionalidade científica.

Por vezes a noção de errância foi associada diretamente com a noção de nomadismo, como acontece com Maffesoli (2001), o único teórico desta lista que colocou a errância no centro de seu pensamento. A errância nômade se dá, em sua teoria, através da síntese do par antinômico nomadismo-sedentarismo na forma de *enraizamento dinâmico*, resultando em uma *vagabundagem pós-moderna*. Assim, nomadismo e errância aparecem em Maffesoli na forma de movimento social ininterrupto, o que na pós-modernidade aparece como aquele desprendimento em relação à família, emprego, amigos, lugares etc.; trata-se de uma "sede do infinito" que põe em movimento os valores e instaura um estado de constante aventura, mas que religa a humanidade à sua principal essência: o não-ser. De alguma forma, essa concepção se aproxima das propostas de Bauman (2001) e Lyotard (1993), a respeito da pós-modernidade. A liquidez da competição social, em Bauman, é o imperativo da mudança perene, da não estabilização do indivíduo e de todos os signos sociais. E a fragmentação das grandes narrativas, em Lyotard, aponta para um fenômeno que parece lançar a humanidade num mar turbulento e imprevisível que arremessa o sujeito de um lugar para outro, e nunca cessa seu movimento. Ainda que sem a noção de errância, Deleuze (1988) teorizou acerca do nomadismo como uma multiplicidade pura e sem medida, irrupção do efêmero e potência da metamorfose. Uma máquina de guerra, enfim, contra os efeitos de dominação dos detentores do poder.

Não nos deteremos em cartografar as diversas teorias que de alguma forma se aproximaram da noção de errância. Ainda que sem desconsiderar o que já foi evidenciado a respeito deste conceito, o objetivo desta tese é, a partir de Pêcheux, propor uma nova prática teórica sobre esta formulação para depois considerar o funcionamento discursivo (errante) que fornece sentidos, interpela sujeitos e fornece realidades. No entanto algumas rubricas precisam ser feitas sobre a constituição da errância pelos autores apontados anteriormente: 1) para eles a errância aparece como efeito, e não como causa de movimentos - afinal, para eles a errância e o nomadismo são meramente fenômenos da pós-modernidade¹²; 2) errância e nomadismo aparecem algumas vezes em sinonímia, ocultando certos caracteres que singularizam cada termo; 3) *errar* (caminhar sem direção) aparentemente não tem relação direta e necessária com *errar* (falhar). Destes três apontamentos prévios, alguns questionamentos emergem de forma efusiva: o que é a errância? Como ela pode ser compreendida como fundamento e causa primeira do movimento do discurso (sentido, história, sujeito e língua)? Quais as relações possíveis entre errância e erro? Começemos este itinerário teórico pela distinção entre os termos errância, nomadismo e sedentarismo. A principal diferença que estabelecemos é, evidentemente, entre errância e sedentarismo. Contudo, as nuances sutis que diferem errância de nomadismo são também imprescindíveis para esta definição inicial dos conceitos.

A revista National Geographic Brasil (FINKEL, 2013) publicou uma extensa matéria sobre os quirguizes nômades que há dois mil anos vivem caminhando em uma grande região deserta que hoje faz parte do Afeganistão. Vida de nômade é mudança, e os quirguizes o fazem de duas a quatro vezes por ano, dependendo do tempo e da disponibilidade de pasto para seus animais. Adquirir conhecimento sobre os pontos de estadia temporária é vital. É preciso saber onde cresce um determinado tipo de vegetação na estação correta para garantir pastagem para os animais, e com isso, leite, queijo, carne, couro, lã etc. É preciso saber onde encontrar água, o que geralmente implica longas caminhadas por caminhos nevados e traiçoeiros. No inverno não basta saber se aquecer, é preciso conhecer os melhores pontos, a depender da direção do vento, onde estabelecer o abrigo provisório - como cavernas e encostas podem ser eficazes em uma temporada e fatais em outra.

¹² Alguns autores usam outros nomes para pós-modernidade, outros a negam. No entanto, apontamos para o caráter contemporâneo da aparição e funcionamento da noção de errância e nomadismo para estes autores.

Para os quirguizes, nômades reais, nomadismo não significa apenas perambular. Um caminho errado, uma escolha equivocada ou uma previsão mal calculada pode custar a vida de toda família. A matéria da National Geographic conta que alguns dos mais influentes quirguizes nômades lutam por estradas pavimentadas na região, o que possibilitaria que suas mudanças frequentes pudessem ser feitas com veículos automotores, além de facilitar o acesso a médicos e escolas. Contudo, outros acreditam que no lastro destas mudanças viriam o exército, os turistas e a obliteração de um estilo de vida que perdura orgulhoso por mais de dois milênios. A maioria dos quirguizes nômades do Afeganistão rejeitam a ideia de serem controlados por um governo ou por um rei, sentem-se indomáveis. Além disso, as paisagens apresentadas pela revista são exuberantes, belos caminhos que, de alguma forma, nunca se repetem para estes nômades. Mas longe das conceituações romantizadas, o nomadismo vivido por este povo é implacável: para sobreviver é necessário conhecimento e planejamento.

O nomadismo dos quirguizes afegãos está no limiar dos outros dois conceitos que interessam muito a esta tese, a saber, a errância e o sedentarismo, noções que marcam, na história da humanidade, o caminho do progresso percorrido desde nossos antepassados primatas, passando pelo Homo Sapiens, culminando no período da escrita, no acúmulo de alimentos e no surgimento das primeiras cidades e sociedades. Evidentemente não seria possível resgatar mais de dois milhões de anos em poucas páginas, e tal superficialidade poderia comprometer a coerência desta tese. Contudo importa ressaltar que este não é um texto que se inscreve na ciência historicista, logo, interessa apenas, a título de analogia, elencar estes conceitos na intenção de propor modos de compreensão para o funcionamento do discurso. O que propomos, portanto, é olhar o funcionamento do discurso enquanto batimento (pulsação) entre errância e sedentarismo do sentido e do sujeito.

O nomadismo não foi o primeiro modo de existência dos seres humanos. Antes da história e da escrita, quando a consciência de si e do mundo tomavam a forma do que hoje conhecemos como Homo Sapiens, haviam os sapiens que apenas perambulavam pelo mundo, sem rumos nem planejamentos (RIGHI, 2017). O nomadismo já era um funcionamento social um pouco mais avançado. Na pré-história certos sapiens viviam em pequenos grupos nômades onde a preocupação com a sobrevivência num ambiente natural e hostil era crucial. Caçar, pescar, procurar frutas e raízes, fugir de animais perigosos e abrigar-se das variações climáticas faziam parte do cotidiano. O humano dessa época tinha que se adaptar à alternância frequente de quase tudo ao seu redor, desde paisagens, fontes de água e alimentos

e mudanças dramáticas do clima a cada estação. Logo, era de suma importância conhecer os melhores pontos onde sanar cada uma dessas necessidades, bem como os períodos certos. Era preciso relacionar e organizar corretamente espaço, tempo e necessidades específicas. Para eles, um erro assim poderia ser fatal para todo o bando.

Conforme crescia os conhecimentos sobre espaço, tempo e necessidades, os nômades puderam diminuir o ritmo e as distancias de suas mudanças, transformando o movimento incessante em sedentarismo. Segundo Harari (2017), foi principalmente o conhecimento sobre o trigo que provocou a segunda grande mudança no estilo de vida dos humanos. Onde o trigo se tornava particularmente abundante, e a carne de caça e outras fontes de alimento também eram abundantes, os bandos humanos puderam, pouco a pouco, abandonar seu estilo de vida errante e nômade para se assentar em acampamentos onde se estabeleciam por uma estação inteira, ou mesmo em caráter permanente (HARARI, 2017).

A segurança da revolução agrícola implicou diversas transformações sobre o estilo de vida e até mesmo sobre o corpo humano. No entanto, aquilo que por muito tempo foi estritamente descrito como evolução, hoje é apresentado, por vezes, de forma controversa e menos otimista. Paradoxalmente, “a vida de um camponês era menos segura que a de um caçador-coletor” (HARARI, 2017, p. 91), ou seja, a quantidade de dificuldades adquiridas pelo sedentário era maior que a pura movência do errante. O sedentarismo, longe de significar uma nova era de vida tranquila, promoveu uma vida em geral mais difícil e menos gratificante que a dos errantes caçadores-coletores. Segundo o autor, os errantes e os nômades passavam o tempo com atividades mais variadas e estimulantes, e supostamente estavam menos expostos à ameaça de fome e doenças. A revolução agrícola aumentou a provisão total de alimentos à disposição da humanidade, mas a estabilização domiciliar - bem como os alimentos extras -, não se traduziu em melhor qualidade de vida; ao contrário, se traduziram em explosões populacionais, em aumento de doenças, acúmulo de alimentos e origem da divisão de trabalhos e classes. Em média, um agricultor sedentário trabalhava mais que um nômade caçador-coletor e obtinha em troca uma qualidade de vida inferior. O sedentarismo agrícola, nesta perspectiva, se mostrou como uma armadilha que inicialmente proporcionou facilidades, mas que impulsionou o aumento populacional e obrigou o homo sapiens a trabalhar mais e a caminhar mais - agora ao redor de um cenário repetível, uma colheita. O sedentarismo também impôs o acúmulo de conhecimento, o estabelecimento de regras sociais e uma nova dinâmica familiar: era a origem das pequenas cidades e da sociedade de classes.

O nômade é definido como aquele que caminha entre pontos específicos, em momentos específicos, para garantir sua sobrevivência. Ele vai e volta por caminhos seguros, pois se falhar em alimentar seus animais e familiares na estação certa, no pasto correto, todo seu bando pode morrer. O sedentário também caminha, mas em volta de um mesmo ponto: sua colheita e seu vilarejo. Ele acumula conhecimento: não pode errar a época do plantio e da colheita, e tem que criar e manter toda uma estrutura social que garanta a posse permanente de um pedaço de terra e de tudo o que foi construído ali. Toda essa estrutura social permitiu ao sedentário um crescimento populacional exponencial, além de um vasto domínio sobre as mais diversas espécies de seres vivos. Todavia, a irradiação desse movimento de sedentarização é tido hoje por muitos historiadores como uma grande armadilha, nas palavras de Harari (2017, p. 93), “a maior fraude da história”.

A ascensão da agricultura sedentária ocorreu de forma lenta e gradativa ao longo de milênios (HARARI, 2017, p. 96). Tal transformação ocorreu de forma lenta, em etapas que envolviam pequenas e sedutoras mudanças cotidianas que faziam parecer que o modo anterior de vida era insuportável, mais intolerável até do que as novas complicações decorrentes da aglomeração incontrolável de pessoas. Os novos vilarejos sedentários, onde viviam cada vez mais indivíduos em condição de grande proximidade, eram verdadeiras incubadoras de doenças infecciosas. Outro problema é que pragas e secas afetam plantas diferentes de formas diferentes; quando os sedentários se tornaram dependentes de uma variedade muito menor de alimentos, eles se tornaram ainda mais frágeis às pragas e às secas. Se nada de ruim com o clima acontecesse, o celeiro cheio poderia atrair ladrões que poderiam roubar suas plantações ou até expulsá-los de suas terras. No final das contas, a busca por uma vida mais fácil resultou em incontáveis dificuldades. Pensaram que estavam economizando tempo e esforço, mas na verdade apenas colocaram a roda da vida para girar mais rápido, tornando os dias mais ansiosos e agitados. Pensaram que estavam criando estruturas de segurança, mas criaram concomitantemente fragilidades até então desconhecidas, muitas vezes insuperáveis. Uma série de mudanças triviais foram, aos poucos, enlaçando os Homo Sapiens até que grandes vilarejos e cidades começaram a tomar forma. Nestes termos, na sedentarização havia uma outra sedentarização secreta, um aliciamento oculto que fazia com que os hábitos anteriores parecessem cada vez mais intoleráveis.

Todavia, antes do nômade e do sedentário, havia o errante. O errante tinha por característica fundamental o movimento despreocupado: o ato de caminhar sem rumo. Mas

diferente do nômade, ele não se detém em um ponto mais do que o tempo necessário para descansar, comer e satisfazer outras necessidades fisiológicas. Os caminhos não são planejados, são caminhados. Cada ponto existe apenas para ser desfrutado e abandonado, e não importa que se adquira conhecimentos sobre onde esteve, onde está, tampouco onde estará. Na errância apenas se caminha.

Os indivíduos errantes pré-históricos “eram animais insignificantes, cujo impacto sobre o ambiente não era maior que o de gorilas, vaga-lumes ou águas-vivas” (HARARI, 2017, p. 12). Os seres vivos da categoria Homo (diferentes categorias) estavam mais em baixo na cadeia alimentar, e caminhavam errantes pelo mundo tentando sanar suas necessidades, tal como qualquer outro animal. Assim, durante milhões de anos, estes Homo Sapiens viveram de pequenas caças e coletas de alimentos encontrados pelo caminho. Eles não se distinguiam do mundo em que viviam, não o submetiam às suas necessidades e não transformavam o cenário mais do que qualquer outra espécie de animal: apenas caminhavam.

Os antigos errantes caçadores-coletores geralmente viviam em territórios com muitas dezenas e até centenas de quilômetros quadrados. “Lar” era o território inteiro, até onde se dispusessem a caminhar; suas moradas eram os caminhos, vales, colinas, rios, florestas e céu aberto. Os camponeses, por sua vez, passavam a maior parte de seus dias trabalhando um pequeno campo ou pomar, e sua vida doméstica se centrava em uma estrutura apertada de madeira, pedra ou barro, medindo não mais do que algumas dezenas de metros: a casa (RIGHI, 2017). Os errantes eram predominantemente coletores (eventualmente, caçadores) que abdicavam do conhecimento de um determinado espaço em relação ao tempo. Dispunham de pouquíssimos artefatos justamente por que não se atinavam em transformar o espaço para estender sua relação com o tempo. O tempo, aliás, era o tempo de uma geração: sem a escrita, o errante não perdia tempo pensando no dia nem no mês seguinte, ao passo que o sedentário se colocava a antever e planejar anos e décadas no futuro.

As ferramentas exerciam um papel modesto no cotidiano do errante, ao passo que na vida dos sedentários quase todas as relações com o mundo eram/são intermediadas por algum objeto construído artificialmente. Foi dessa forma que o Homo Sapiens, quando saiu da errância plena e se tornou nômade - milênios antes do primeiro vilarejo sedentário -, já dispunha de ferramentas e conhecimentos que o fizeram sair da base da cadeia alimentar para ocupar posições elevadas no topo da lista dos caçadores mais eficientes da natureza. Com tais ferramentas em mãos, e com milênios de caça pela frente até a diminuição da mesma no

sedentarismo, os nômades já foram capazes de levar diversas espécies animais à extinção. Historiadores afirmam que os nômades caçadores foram responsáveis pela extinção de até noventa por cento da megafauna australiana quarenta e cinco mil anos atrás, evento que se repetiu na América do Norte, dez mil anos atrás, quando lá chegaram os primeiros nômades. Lanças, flechas, pedras afiadas e outros artefatos artificiais colocavam um bando de Homo Sapiens em pé de igualdade com mamutes, búfalos e até mesmo outros caçadores de grande porte. E para cada artefato construído, uma gama incontável de conhecimentos era elaborada, arquivada e aprimorada para que novos artefatos pudessem alcançar ainda maior eficiência. E como salienta Marx, a construção de ferramentas transforma o mundo e a própria humanidade, e da soma de ambos surge um conhecimento que proporciona novas transformações para ambos (LESSA; TONET, 2011, p. 29).

Ora, foi justamente dessa rede de transformações que surgiu a noção de posse - não do objeto, mas da força de trabalho usada para transformar aquele objeto. Ou seja, a força e o conhecimento para somar e transformar objetos instaurava a ilusão de que uma ferramenta criada por um indivíduo era de sua posse, pois sem ele (sua força e conhecimento), aquele artefato não viria à existência (RIGHI, 2017). Esta é a mesma noção que fundamentou as primeiras propriedades territoriais, ou seja, a noção de transformação (força e conhecimento). Foi dessa forma que nos espaços sedentários de maior êxito começaram a surgir governantes e elites que viviam do excedente dos camponeses, deixando-os com o mínimo para a sobrevivência. Era a origem do poder, da administração, da exploração e dos impostos; eram os primórdios da riqueza de poucos e da pobreza de muitos, do ócio de uns e do trabalho árduo de outros, do trabalho intelectual de alguns administradores do conhecimento às custas do trabalho braçal de milhares. “A história é o que algumas poucas pessoas fizeram enquanto todas as outras estavam arando campos e carregando baldes de água” (HARARI, 2017, p. 111).

No entanto uma contradição emergia: a propriedade, ao circunscrever uma divisa, fazia do sedentário um estrangeiro daquilo que estava para fora de suas fronteiras: se ele era proprietário de uma fração da terra, não o era de todo o restante. A propriedade instaura, também, se não uma negligência com o restante, uma exclusão do “fora”; sedentarização implica criação de um excedente apagável, resto descartável. Para fora de seus vilarejos e casas, todas as belas pradarias, florestas e rios não foram apenas esquecidos, foram também enjeitados, recusados e desprezados. Na psicanálise lacaniana (LACAN, 2002) o termo

foraclusão¹³ tem um funcionamento semelhante a este gesto sedentário que, ao mesmo tempo em que exclui, apaga sentidos, realidades e, no caso do sedentário, o restante do mundo. Importa sublinhar que este conceito laciano possui nuances mais complexas que estas, e seu funcionamento na psicanálise é mais extenso que o que acabamos de apresentar, contudo noções como banir, excluir, privar, expulsar, impedir, omitir, cortar etc., também são sentidos úteis à descrição do conceito de sedentarização como propõe a historiografia. Sedentarizar é estabelecer morada fixa, mas é também recortar um determinado espaço através de muros que prendem o resto e o outro do lado de fora, ou seja, fecha-os no exterior; este gesto não é apenas irreduzível, é também o gesto de jogar fora. De forma análoga à foraclusão laciana, sedentarização é “expulsar alguém ou alguma coisa para fora dos limites de um reino” (RABINOVITCH, 2001, p. 17). A foraclusão da sedentarização implica, também, que o local do qual se é interditado seja fechado perenemente.

Também se faz assaz pertinente para esta discussão, além do conceito de foraclusão, a noção de denegação, que tem que ver com o (auto) apagamento do conhecimento a respeito de algo. Na psicanálise (LACAN, 2002), a denegação é parte consituente da religião, da política e de diversos outros preconceitos da psicopatologia da vida cotidiana. A denegação é vista, por exemplo, nas situações corriqueiras onde um dado sujeito simula a crença em algo que realmente não acredita, como quando se insiste em chamar o ilusionista de mágico, ou quando se empenha em defender a boa índole de um político conhecidamente corrupto. Na propaganda, no jornalismo, no mercado das artes e em diversos espaços simbólicos cotidianos, a denegação aparece na forma de “eu sei..., mas mesmo assim...”. Outra característica da denegação é seu funcionamento como mecanismo de defesa em que o sujeito se recusa a reconhecer como seu um pensamento ou um desejo expresso anteriormente. Essa negação da realidade constitui uma proteção contra dores e sofrimentos. A denegação é, assim, a reação perversa¹⁴ de ver e ao mesmo tempo fazer não ver; é ouvir, mas não escutar; é entender sem compreender. Denegar, enfim, é recusar um saber e colocar em seu lugar um substituto que nega a realidade. Nos termos propostos por esta tese, a denegação trabalhada

¹³ Importa demarcar que não temos nenhuma pretensão psicanalítica neste texto. Foraclusão, denegação e perversão aparecem, aqui, de forma rápida, apenas como analogia teórica para os funcionamentos daquilo que aqui chamamos de sedentarização discursiva. Portanto, não nos deteremos em delinear tais conceitos com maior profundidade teórica, tampouco clínica.

¹⁴ O perverso é regido pelo imperativo categórico do gozo, na tentativa de apoderar-se dele. Na perversão o desejo não tem que ver com o gozo do Outro (como na neurose), funciona apenas como resposta inflexível à própria ânsia de gozo (RABINOVITCH, 2001).

pelo sedentário pode ser vista em diversos gestos perversos de apagamento e substituição de saberes, como veremos adiante.

A sedentarização era um gesto de dupla produção: era o apoucamento da potência de ser tanto do “indivíduo” humano quanto do espaço (terra) que tomava posse. Nos primórdios da humanidade, a sedentarização apagava do universo significativo do camponês tudo aquilo que estava para fora de seus muros. O problema é que os territórios dos sedentários não eram apenas menores que os dos antigos errantes: eram repetíveis e enfadonhos. Enquanto o errante caminhava por cenários distintos que não se repetiam, o agricultor sedentário caminhava muitos quilômetros por dia ao redor de sua colheita, plantando, colhendo, afastando pragas e vigiando de invasores humanos. Contudo, se a colheita garantia o provimento diário de alimentos, ela impunha um cardápio extremamente limitado, afinal, cuidar da colheita demandava todo o tempo do agricultor sedentário, não lhe sobrando tempo para coletar frutos de outras espécies. A carne também era sempre da mesma espécie, fruto da domesticação de animais específicos. Assim, enquanto a indeterminação espacial e temporal do errante lhe proporcionava uma multiplicidade incontável de experiências e sensações, o nômade e o sedentário minoravam e extinguíam suas possibilidades. Em prol de uma segurança maior, se dispunham a uma existência menor (HARARI, 2017, p. 91).

O estabelecimento de uma posição fixa para sobreviver trazia diversas responsabilidades para todos os integrantes de um grupo, momento no qual o sedentário camponês se viu obrigado a estabelecer um vínculo muito forte com essa estrutura. Mas ele não era impelido a este vínculo a despeito de outros indivíduos, mas contra outros indivíduos, ou seja, a própria relação de apego com a casa e a colheita comprometia o proprietário a instaurar sistemas que garantissem o sedentarismo: a propriedade instaurava a submissão à propriedade. Foi dessa forma que a “minha casa” inaugurou a separação dos vizinhos, os outros, e fortaleceu as diferenças autocentradas. Alguns acordos tácitos poderiam garantir certa convivência com a vizinhança, mas grupos provenientes de outros lugares poderiam tentar se apoderar daquilo que se construiu com muito trabalho, logo, era preciso vigiar, cuidar, submeter-se a responsabilidades e se preparar para a guerra (HARARI, 2017, p. 93). Nada disso fazia parte do modo de vida dos errantes.

Não foi fácil. O trigo demandou muito deles. O trigo não gostava de rochas nem pedregulhos, e por isso os sapiens trabalharam muito para limpar os campos. O trigo não gostava de dividir espaço, água e nutrientes com outras plantas, e assim homens e mulheres

trabalharam longas jornadas sob o sol abrasador eliminando ervas daninhas. O trigo ficava doente, e por isso os sapiens tinham de ficar de olho em vermes e pragas. O trigo era atacado por coelhos e nuvens de gafanhotos, então os agricultores construíram cercas e passaram a vigiar os campos. O trigo tinha sede, então os humanos cavaram canais de irrigação ou passaram a carregar baldes pesados de poços para regá-lo. Os sapiens até mesmo passaram a coletar fezes de animais para nutrir o solo em que ele crescia (HARARI, 2017, p. 94).

Além de menores, os espaços dos sedentários eram também mais artificiais. Se os errantes não causavam praticamente nenhuma mudança nas terras por onde perambulavam, os nômades já faziam uso de queimadas estratégicas, erguiam algumas construções para serem abandonadas e levavam em cativeiro alguns animais vivos, para servirem de alimento na hora certa. Por outro lado, os sedentários construíam ilhas humanas artificiais transformando radicalmente a natureza. Derrubavam árvores, cavavam canais, limpavam campos, sulcavam a terra e plantavam alimentos de forma ordenada, tudo isto dentro de marcos territoriais assegurados por cercas, casas e pontos de vigia. Essa transformação do mundo fazia com que os sedentários agricultores tivessem a ilusão de que aquele espaço lhes pertencia: eram “suas” plantas, “seus” animais, “suas” casas; transformações do espaço. Se não fosse o trabalho duro daquelas mãos, aquele espaço não ofereceria a possibilidade de sedentarização. O intangível das ideias era materializado através do trabalho e instaurava a ilusão da posse. Ilusão frágil, convém ressaltar: grupos maiores e mais fortes frequentemente expulsavam dali os primeiros sedentários construtores (HARARI, 2017, p. 96).

Em outras palavras, o medo das intempéries da natureza foi substituído pelo medo da perda, pela inquietação incessante do iminente desmoronamento de tudo que foi construído. Uma intempérie qualquer poderia arruinar a colheita de um ano todo; um grupo rival poderia furtar ou destruir plantações inteiras; uma doença tinha capacidade muito maior de se proliferar entre os membros de um grupo que vivia sempre no mesmo espaço. Estas e muitas outras contingências faziam da vida sedentária um abrigo muito árduo de ser mantido em pé, onde errar ou acertar tornavam-se, então, o limiar de uma nova forma de sobrevivência. Quanto maiores e mais sólidas fossem as estruturas físicas, sociais e institucionais, maiores seriam as chances de se garantir a posse e a estabilização sedentária de um povo (RIGHI, 2017). Depois de milênios, o projeto final do sedentário era tornar-se “um” com sua propriedade.

Assim, as diferenças entre errância, nomadismo e sedentarismo começam a tomar forma, e uma característica parece atravessar as três formas de existência do ser humano no

mundo, a saber, o estabelecimento de projetos. Ora, o nômade precisa conhecer os melhores pontos onde buscar determinadas soluções, e para tanto estabelece planos e projetos para cada estação do ano. Tempo e espaço precisam estar bem relacionados, e um erro simples pode custar a vida de muitos. O sedentário também estabelece planos de organização social, projetos de plantio e colheita, esquemas de estocagem e troca etc. A ele também um simples erro pode custar muito caro. Logo, tanto ao nômade quanto ao sedentário, o erro e o acerto aparecem como possibilidades materiais, pois ambos partem do estabelecimento de projetos que podem triunfar ou falhar. O errante, por outro lado, enquanto erra (caminha errante) não erra (falha), pois caminha alheio ao estabelecimento de um projeto.

Em outras palavras, no mundo antigo errância, nomadismo e sedentarismo se diferiam pela intensidade de imersão e complexidade de um projeto que alinhasse e organizasse as condições totais de produção e transformação do mundo. O errante era o menos implicado em um projeto de organização da vida: quando podia, apenas desfrutava das benesses do mundo e fugia das agruras. O nômade já se mostrava em uma posição superior de envolvimento com certos projetos que visavam a sobrevivência do grupo, como conhecer e contornar dificuldades do espaço (perigos com animais, fontes de água e alimento etc.) e do tempo (estações do ano). E o sedentário, por sua vez, era aquele que não só se criava como se prendia em projetos de organização a longo prazo, transformando o espaço em virtude de um prolongamento e previsão do tempo, instaurando toda sorte de regulamentações sociais que permitissem a manutenção daquele complexo material e social chamado ‘cidade’.

Na contemporaneidade, sedentarismo é sinônimo de estabilidade econômica, é aquele que tem um bom emprego e não precisa se mudar; nomadismo tem a ver com versatilidade pós-moderna e com o imperativo pela atualização constante; e a errância, contudo, se tornou sinônimo de miséria e marginalidade¹⁵. Errante é aquele que não tem posses, emprego ou família: é o andarilho. O errante é aquele que não se insere na sociedade de consumo, não produz, não paga impostos e não acumula os conhecimentos imprescindíveis à sobrevivência na sociedade de consumo: o errante é o inútil. Ele vive fora dos procedimentos disciplinadores da sociedade contemporânea que obriga o sujeito a se adequar e a se alienar constantemente

¹⁵ Importa ressaltar que os errantes diferenciam-se dos trecheiros, que andam por caminhos recorrentes e conhecidos; dos mendigos, que perambulam pelas ruas conhecidas das cidades; e dos itinerantes, que transitam ou migram de uma cidade a outra em busca de melhores condições de estabilização.

em busca da obrigatória/desejável inclusão e aceitação social. É que o errante vive o espaço em detrimento do tempo: ontem, hoje e amanhã estão fundidos em um eterno agora. É como se eles não tivessem história: seu passado não está no seu presente, e o futuro perde sua importância. Não há uma linearidade, o passado desconectado do futuro gera uma ruptura que o lança em uma espécie de vácuo temporal e social (JUSTO; NASCIMENTO, 2005).

Nesse contexto, a errância se apresenta como um fenômeno radical dessa normalização, pois, conjugada com a migração, desemprego, pobreza e desqualificação profissional, ela se caracteriza por uma movimentação a pé, contínua e inexorável do sujeito pelas rodovias do país, sem rumo certo, sem destino e objetivos definidos. A errância se caracteriza, ainda, pela solidão, desamparo, miséria extrema, e por uma ruptura do sujeito com os nichos de fixação social aos quais pertencia - como família, trabalho, casa, bairro, etc. (NASCIMENTO; JUSTO; FRANÇA, 2009).

Na contemporaneidade, o errante é aquele que não tem direito à sedentarização. Sem conhecimentos nem documentos, o errante não tem direito ao emprego. Sem um “comprovante de endereço”, sem referências nem conta bancária, ele não está nem minimamente apto a fixar morada, estabelecer família e inserir-se no mercado produtivo capitalista. Logo, se por um lado vê-se na errância certa evidência de erro no projeto capitalista de sedentarizar e interpelar indivíduos em sujeitos produtores/consumidores, por outro vê-se na errância certo impedimento de sedentarização: por não ter onde estabelecer morada, por estar impedido de fixar-se, ele caminha sem rumo.

A errância, embora tenha sido o estado primeiro do Homo Sapiens aparece, no capitalismo ocidental, como um erro no projeto de sedentarização social, um erro a ser corrigido pelas instituições. Essa transformação conceitual não é sem importância: a errância pré-histórica não era valorada nem categorizada, diferente da errância contemporânea que, de alguma forma, é normatizada, hierarquizada e regulamentada socialmente. Se o nomadismo social é aceito, e talvez até imposto (vide teorias da pós-modernidade¹⁶), a errância indeterminada e insubmissa é compreendida como problema social a ser solucionado, como um erro no sistema que precisa ser estancado. Mesmo na filosofia e na maioria das teorias da linguagem, aqueles que de alguma forma acolhem a errância como fundamento primeiro do conhecimento, e o destotalizam, são qualificados como “niilistas”, “anti-

¹⁶ Modernidade Líquida (BAUMAN, 2012); Condição pós-moderna (LYOTARD, 2010).

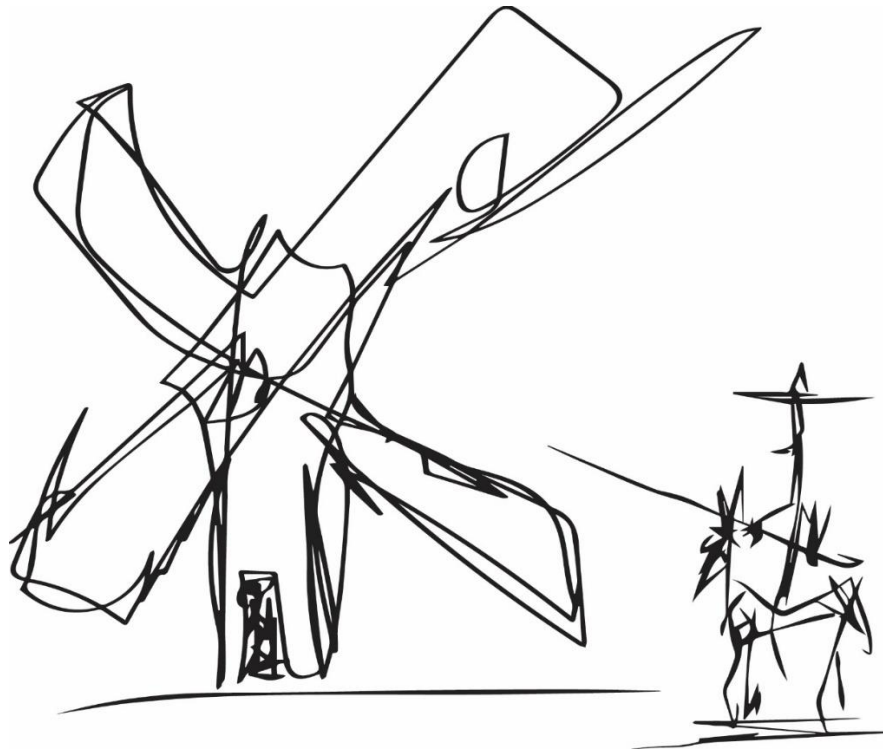
intelectualistas”, “relativistas”, “céticos”, “caricaturistas” (TEIXEIRA, 2011), justamente pelo fato de que a errância e o erro se colocam como obstáculos ao progresso do conhecimento humano, construído sobre o discurso humanista que supostamente visa melhorar a qualidade de vida dos humanos. Será este realmente seu objetivo? O que poderia estar por trás deste discurso desenvolvimentista?

Estas breves inquietações e distinções nos fornecem certo substrato teórico para fundamentarmos, nesta tese, um itinerário conceitual para a concepção de uma teoria (discursiva) da errância. Em “Semântica e Discurso” (PÊCHEUX, 2009) o autor faz severas denúncias a determinado projeto ideológico de estabilização lógica dos sentidos, visto desde Sócrates, passando pela idade média, pelo renascimento e chegando aos lógicos contemporâneos. Propomos, assim, lançar mão da noção de “sedentarização” como alegoria em torno da qual se possa arranjar não só os procedimentos ideológicos de estabilização, mas também os de apoucamento, administração, domínio, causalidade, seleção, exclusão e economia (mais-valia) dos sentidos¹⁷. A errância, por outro lado, será proposta como contraparte (não-excludente) da sedentarização: ela é movência contingente, larga, desorganizada, promíscua e inclusiva. Veremos também que na sedentarização o erro é inserido no próprio funcionamento da língua como justificativa para o trabalho de reparação. Já na errância não há erro, tampouco acerto.

Finalmente, importa sublinhar que este texto não pretende o demérito da sedentarização do conhecimento, tampouco fazer funcionar a errância dos sentidos em todos os espaços discursivos. Afinal, vida e morte podem depender de pequenos acertos e erros - a própria língua existe no espaço contraditório entre a estabilização e a movência. Não se trata disso. Nosso objetivo é outro: é lançar luz sobre os efeitos do projeto tecnocientífico de sedentarização, cada vez mais intensa, dos sentidos na contemporaneidade; é desnudar as contradições advindas do apoucamento da potência do sentido vista na especialização verticalizada; é ponderar sobre o prejuízo secreto do “aperfeiçoamento” e do “progresso”. Propomos, assim, junto com Pêcheux, denunciar a armadilha da sedentarização desmedida dos sentidos a partir do método científico e dos axiomas computacionais, procedimentos lógico-retóricos que instrumentalizam as posições discursivas de erro e acerto, de progresso, fracasso, eficácia e produtividade em uma realidade discursiva cada vez menor e controlada.

¹⁷ Neste aspecto, as noções sobre sedentarização advindas do senso comum, que tangenciam sentidos de “falta de atividade física”, “falta de condicionamento físico” etc., também são noções utilizáveis.

O moinho nunca erra



2.1 ASSEPSSIA E SEDENTARIZAÇÃO DA LÍNGUA

DOM QUIXOTE, PARTE 2, CAPÍTULO 10

“Esse meu mestre, por mil sinais, foi visto como um lunático, e também eu não fiquei para trás, pois sou mais pateta que ele, já que o sigo e o sirvo, se é verdadeiro o refrão que diz: ‘diga-me com quem anda e te direi quem és’ e o outro de ‘não com quem nasce, mas com quem passa’.”

Já de saída, importa ressaltar o método usado para a estruturação desta seção, bem como das subsequentes. Ao invés de passarmos pelas obras de Pêcheux tentando captar o funcionamento teórico de cada conceito, partiremos, ao contrário, de duas problemáticas, a saber, o conjunto de questões que tangem “erro” e “errância”, que serão investigadas no decorrer das páginas de diferentes obras do autor. Por isso as seções teóricas desta tese estão divididas e organizadas a partir dos títulos das obras pecheutianas. No primeiro capítulo, em Semântica e Discurso, procura-se pela errância na oposição entre “base linguística” e “processo discursivo” (PÊCHEUX, 2009, p. 81); no segundo, investiga-se “Discurso: estrutura ou acontecimento?”, onde buscaremos pela errância na história, no discurso e no sujeito. A escolha e o encerramento em tais obras justificam-se pela própria amplitude das mesmas, quer seja pela quantidade de páginas, quer seja pela quantidade de temáticas e conceitos abordados. Assim, importa sublinhar com maior insistência o objetivo e o percurso proposto por esta tese: buscar pelas noções de erro e errância na obra de Pêcheux e analisar, à luz de tais considerações, o funcionamento da língua, do discurso, da história e do sujeito.

Iniciaremos tal percurso por Semântica e Discurso assinalando uma importante distinção feita pelo autor, a saber, uma oposição complementar entre “base linguística” e “processo discursivo”.

Ao opor base linguística e processo discursivo, inicialmente estamos pretendendo destacar que [...] todo sistema linguístico [...] é dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da linguística. É, pois, sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva etc., que utilizaria acidentalmente os sistemas linguísticos (PÊCHEUX, 2009, p. 81).

Tal distinção guiará a investigação da primeira seção desta tese. Importa sublinhar que, em um primeiro momento discutiremos o efeito da hiância, do erro e da errância no

próprio funcionamento da língua, passando por autores propostos por Pêcheux, como Leibniz, Hume, Frege, Carnap, Saussure e outros, tentando compreender o efeito da errância principalmente no interior e no exterior do signo. De nossa parte, não nos caberia discutir tais problemáticas com tantos autores, por isso o faremos apenas na medida em que o próprio fundador da AD nos sugerir. Mais adiante, na mesma seção, passaremos por autores como Henry, Althusser e outros, na tentativa de lançar luz sobre a errância no seio do funcionamento discursivo.

O título deste primeiro capítulo da seção 1, “Assepsia e sedentarização da língua”, justifica-se por um fio teórico quase imperceptível em Semântica e Discurso, onde queremos lançar luz. Este tímido fio condutor se inicia pela problematização do erro fundamental, defendido por diversos teóricos da linguagem e rechaçado por Pêcheux. Seu argumento pode ser sintetizado da seguinte forma: por descartar a possibilidade histórica de uma língua primeira, inteiriça e absoluta, não se faz necessário projetar um erro primordial que a tenha destotalizado. É neste ponto onde se situa seu principal ataque aos gramáticos e filósofos da linguagem: é justamente por que se concebe uma língua primordial absoluta, mas fraturada por um erro primário, é que se pode justificar as políticas de assepsia e sedentarização da língua. É por que houve a profanação da língua perfeita é que se justifica a própria existência dos teóricos preocupados em corrigi-la e aperfeiçoá-la. Mas se não é assim, perfeição > erro > perfeição, como se pode, então, conceber a origem e o funcionamento da língua e do discurso?

Iniciamos esta seção apontando sua hipótese final: a de que o erro não está na língua, mas no juízo que se estabelece sobre a língua, na metacrítica que a língua executa sobre si mesma. Esta hipótese se fundamenta em outra, que atesta que língua, discurso e sujeito possuem elementos constitutivos que apresentam uma hiância que os separa irremediavelmente, logo, são descontínuos - possuem funcionamentos distintos, de natureza ímpar. Cada elemento, em sua forma mais fundamental, portanto, possui modos de ser independentes e errantes, e é só pelas vias da ideologia que eles são costurados, amarrados e sedentarizados para então constituírem língua, discurso e sujeito. Para chegarmos à noção de descontinuidade (hiância), esteio da noção de errância, seguiremos o percurso pecheutiano começando por “Semântica e Discurso, uma crítica à afirmação do óbvio” - doravante, SD (PÊCHEUX, 2009), começando pela introdução e pelos dois primeiros capítulos, os quais ele mesmo chamou de desvio necessário (PÊCHEUX, 2009, p. 27).

Nestes primeiros capítulos, Pêcheux estabelece um diálogo teórico com Adam Schaff, filósofo polonês que tinha como projeto inserir a Semântica no seio das teorias marxistas; por extensão, o analista do discurso dialoga também com os neopositivistas, especialmente Frege e Carnap, mas também com alguns filósofos que pensaram a linguagem e seus usos científicos, como Leibniz e Kant. Ele inicia suas argumentações a partir das discussões científico-teóricas dos marxistas da década de 1950, sublinhando o fato de que diversos teóricos não se deram conta de que lançavam luz sobre os efeitos dos problemas instaurados por Stalin, e não se atinavam para as causas reais do desvio stalinista que poderia, afinal, ainda estar à espreita e se encarnar novamente. Somente na década de 1960 é que o filósofo marxista Adam Schaff parece ter compreendido parte da causa de tal desvio do marxismo (stalinista) em direção ao imperialismo ditatorial, a saber, a exclusão da semântica do campo da linguística, mas também da lógica, da teoria do conhecimento e outros campos.

Assistimos agora a sua (da Semântica) reabilitação. Não só na linguística, onde o desenvolvimento das pesquisas semânticas nunca encontrou dificuldades maiores, mas também na lógica. Pois acabou acontecendo que o estudo da sintaxe lógica e da metalinguagem encontra aplicações muito práticas na construção de máquinas de traduzir, aparelhos mecânicos de memória, etc. (SCHAFF, 1968, p. 355).

Depois que Schaff apontou a luz do progresso teórico do socialismo marxista para a semântica, diversos teóricos multiplicaram seus estudos em tal direção. Pêcheux, no início do primeiro capítulo de SD, aponta que seu trabalho, embora perpassasse questões semelhantes, não se trata meramente de fazer funcionar uma teoria semântica nos moldes marxistas/leninistas, mas sim de criticar a afirmação do óbvio praticada pelos teóricos de sua época, oportunistas que reincidiam sobre velhas problemáticas e faziam ajustar o parafuso da teoria marxista a porcas que nitidamente não foram feitas para se encaixar ali (PÊCHEUX, 2008, p. 8).

Estamos, pois, reivindicando a liberdade de questionar o oportunismo filosófico de que se autoriza a atual coexistência ‘marxista’ do pavlovismo, da cibernética, da semiótica, das aplicações lógica formal à teoria da linguagem e à semântica, e também a liberdade de lutar contra uma concepção stalinista voluntarista da ciência em que o marxismo ditaria, previamente, a uma ciência, seus princípios e seus resultados em nome do Materialismo Dialético ou das Leis da História (PÊCHEUX, 2009, p. 15).

Pêcheux parece ter detectado, neste movimento liderado por Schaff, uma amalgama inconsistente que tentava forçosamente costurar/submeter a semântica ao marxismo, mesmo que para isso fosse necessário usar liames como linguística, lógica, teoria científica da propaganda, política e retórica. “Como tudo isso pode se unir para formar a Semântica, como ramo da linguística?” (PÊCHEUX, 2008, p. 16). Pelas vias do idealismo, aponta Pêcheux, seria fácil, mas Schaff é marxista, e precisa resolver este impasse pelas vias do materialismo histórico dialético. A solução encontrada pelo filósofo polonês é a noção de “função comunicativa da linguagem”, que dentre outras coisas, tenta evidenciar elementos de base linguística que sustentem uma semântica da intencionalidade comunicativa. (PÊCHEUX, 2008, p. 17).

Partindo desta problemática, Pêcheux aponta o propósito primeiro desta crítica da afirmação do óbvio: “questionar as evidências fundadoras da ‘Semântica’, tentando elaborar, na medida dos meios de que dispomos, as bases de uma teoria materialista” (PÊCHEUX, 2008, p. 18). O ponto de partida, aponta o filósofo francês, é duplo:

1. Mostrar que a semântica, como parte da linguística, é o ponto nodal das contradições que a atravessam e a organizam cientificamente; teorias que, concomitantemente, manifestam e encobrem tais contradições.
2. Evidenciar que a constituição da Semântica como ponto nodal da Linguística se dá pelas vias da filosofia, mais especificamente no que diz respeito ao materialismo histórico. Isto implica fazer um desvio para que a linguística e a filosofia se habitem e comunguem de certos termos e conformações enunciativas.

Essa relação entre linguística e filosofia marxista, no entanto, já tinha renomados representantes e teses consolidadas. Pêcheux teria que se inserir nos espaços de contradição resultantes da tese formalista-logicista, da escola chomskyana; da Linguística Histórica (sociolinguística), de Brunot e Meillet; e de uma Linguística da Enunciação e da Mensagem, cujos representantes eram principalmente Jakobson, Benveniste, Ducrot, Barthes, Greimas e Kristeva (PÊCHEUX, 2008, p. 19). Pêcheux aponta que não pretende fundar uma “quarta via”, e sim desenvolver a contradição que emerge das teorizações que tentam amarrar Língua - enquanto mero sistema - com história e sujeitos falantes para formarem, então, a ciência da semântica. Para tanto, ele precisará elencar as teses fundamentais erigidas por estes autores para então colocar em evidência as contradições resultantes.

Pêcheux começa pelas teses da posição formalista chomskyana, resumida em dois pontos: a) se a língua é apenas um sistema, ela não pode ser histórica; na verdade, como mero sistema, ela resistiria à história justamente por que as regras do sistema são a-históricas; b) é somente enquanto sistema que a língua tem se constituído como objeto de estudos da linguística. Em outras palavras, a linguística, que teria por objeto de estudos um sistema a-histórico, não seria capaz, sem a filosofia, de fazer funcionar a tão tencionada relação com a História marxista. Sem a filosofia do Materialismo Histórico, a relação linguística/história estaria fadada a tão-somente evidenciar as influências dos fatores sociais na língua (sociolinguística), uma vez o explicável do sistema (em forma de gramática) tem prioridade sobre as condições históricas que o instituem como explicável (PÊCHEUX, 2008, p. 21).

Emerge desta compreensão de língua enquanto sistema uma primeira contradição, e talvez a mais cara à hipótese proposta por este texto, que se enuncia da seguinte forma:

Trata-se, no presente trabalho, de compreender como aquilo que hoje é tendencialmente ‘a mesma língua’, no sentido linguístico desse termo, autoriza funcionamentos de ‘vocabulário-sintaxe’ e de ‘raciocínios’ antagonistas; em suma, trata-se de pôr em movimento a contradição que atravessa a tendência formalista-logicista sob as evidências que constituem a sua fachada (PÊCHEUX, 2008, p. 24).

Se à linguística toca a língua apenas como um sistema (para os sociolinguistas, um sistema que sofre influências sociais), o caráter sistêmico da língua permitiria, assim, falar em termos de “unidade da língua”, ou, “a mesma língua”. Contudo, questiona Pêcheux, como essa língua unificada por um sistema poderia permitir antagonismos ainda em seu nível estrutural? Afinal, este antagonismo não aparece apenas no nível da influência social na língua - na forma de luta de classes como motor da história -, mas aparece também no nível estrutural da língua, no nível da “unidade da língua” enquanto sistema. “A unidade tendencial daquilo que a linguística atual define como língua constitui a base de processos antagonistas no nível do ‘vocabulário-sintaxe’ e no dos ‘raciocínios’” (PÊCHEUX, 2008, p. 24). E se a língua admite extremos como antagonismos, ou seja, a emergência de sentidos diametralmente opostos, não parece demasiado supor que neste entremeio existam outros níveis de variações de significação como deslizos de sentidos, mal compreendidos ou mesmo incompreendidos. Todos estes desvios de significação podem, para muitos, ser fonte de obstáculos e embaraços; mas de fato, o antagonismo aparece já no funcionamento mais fundamental da língua: ainda

que o sistema possua regras mais ou menos claras, e que um enunciado esteja ajustado adequadamente às suas diretrizes, todo enunciado parece estar sujeito a erros.

No entanto uma contradição se manifesta quando associamos antagonismo, deslizos, mal compreendidos e incompreendidos com a noção de erro. Quando se assume que se trata de erros assume-se também a possibilidade epistemológica da noção de acerto, ou mais, assume-se a possibilidade de correção e aperfeiçoamento. Mas não é disto que Pêcheux está falando. A relação entre erro (e acerto) e língua parece mais complexa do que a afirmação do óbvio de que a língua é um sistema imperfeito.

Mas antes de abandonar a noção de erro fundamental, Pêcheux estende mais um pouco a análise desta suposta imperfeição, não sem motivo: desta análise, outras noções vão emergir. Se tal “erro fundamental” da língua - a causa de sua imperfeição - for concebido como “divisão da unidade”, assume-se então a possibilidade de que exista uma re-conformação da unidade perdida. Essa fratura da unidade, aponta Pêcheux, se fundamentaria na oposição comunicação/não-comunicação, que toma a aparência do par (apartado) lógica/retórica. Esta divisão, como veremos, apresenta-se conveniente para os lógicos e filósofos da linguagem. Ela parece sugerir certo movimento de uma parte (da unidade rasgada) em direção à outra, como se se complementassem mutuamente até uma unidade. Os lógicos encontram, assim, um conveniente “erro fundamental” que, por vias de uma boa prática, poderia culminar numa correção plena e acabada da língua. É assim que a existência do par “lógica/retórica” se torna justificável: imputando (a posteriori) na língua um “erro fundamental” que lhes impõe o desafio e a obrigação da correção em nome de um suposto progresso. Certa incongruência começa a emergir e a instrumentalização do erro ganha contornos de ferramenta de dominação discursiva.

No capitalismo, aponta Pêcheux, o par lógica/retórica é notado em todo lugar: a) na base econômica, onde a lógica fornece uma espécie de clareza axiomática das instruções e diretivas, e a retórica fornece o “comando” eficiente que separa os trabalhadores da organização da produção; b) na forma jurídica das divisões nas relações de produções, onde a lógica serve para expurgar os equívocos dos contratos (trabalhistas, comerciais etc.), e a retórica se encarrega de persuadir de que “todos os homens são iguais, mas alguns são mais iguais que os outros”; c) nas relações sociais políticas, onde a lógica e a retórica fornecem argumentos que, afinal, instauram certa ilusão de coerência entre dominantes e dominados (PÊCHEUX, 2009, p. 25).

Para diversos campos de conhecimento a amalgama contraditória “lógica/retórica” se mostra uma expressiva ferramenta de apagamento estrutural. No realismo concreto, por exemplo, a lógica supostamente oferece elementos simples e indestrutíveis para a constituição de verdades essenciais que afastam qualquer adjunção estranha; a retórica, por sua vez, diz respeito àquilo que narra o mundo - função determinativa - e alça o indivíduo (mais adiante, sujeito) até o essencial fornecido pela lógica, até aquilo que é indispensável saber. No racionalismo idealista, por outro lado, onde pensamento e realidade não se distinguem, a lógica fornece diretrizes para a aquisição de novas incisões, adjunções e outros suplementos através dos quais o espírito representa para si a realidade; e a retórica idealista cumpre a função de justificar o mundo - função explicativa (PÊCHEUX, 2009, p. 26).

Portanto, a unidade dividida, evidenciada pelos antagonismos, pelos deslizamentos, pelas incompreensões, pelas falhas etc., aparecem para os lógicos como defeitos, imperfeições passivas de serem corrigidas pela lógica sistêmica (gramática) e pela retórica (política da boa fala), que se sustentam mutuamente na linguística. E à soma de todas estas imperfeições chamamos, nesta tese, de erro. Somente quando algo falha é que pode surgir a possibilidade e a necessidade de reparo. Assim, o antagonismo, a falta, a imprecisão, o equívoco, o lapso, o deslizamento, o desvio, o mal-entendido, o controverso etc., tem em comum o fato de que se aproximam, de alguma forma, à noção de erro, onde todos estes conceitos se subsomem diante do projeto de sistema unívoco proposto pela epistemologia moderna (salvo exceções). Este projeto, segundo Pêcheux, sustenta-se na relação entre lógica e retórica, restos significantes da relação entre Realismo Concreto (função determinativa) e Racionalismo Idealista (função explicativa). No entanto, este percurso teórico ainda evidencia outro par antinômico:

Em termos aristotélicos, a oposição entre explicação e determinação recorta a distinção entre os dois tipos de ligações que podem unir um acidente e uma substância: no caso em que um certo acidente está preso por uma ligação essencial a uma substância, essa substância não pode faltar. [...] Mas há acidentes que podem ser subtraídos a um ser sem que sua existência seja atingida (PÊCHEUX, 2009, p. 27).

Pêcheux está conduzindo a discussão, neste momento, à relação antinômica entre necessidade e contingência. Ele mostra que na determinação narrativa de eventos lógico-científicos identifica-se uma relação de necessidade causal (obrigatória, do ponto de vista lógico) entre um dado acidente e uma substância qualquer. Pêcheux dá um exemplo através do enunciado “homem racional”, um enunciado que supostamente atesta a relação necessária

(causal) entre “ser humano” e “racionalidade” (em Aristóteles, um ser humano desprovido de razão não é mais um ser humano). Por outro lado, do racionalismo explicativo despontam acidentes que possuem relações contingentes com uma dada substância: tais relações se dão de uma única forma, mas poderiam se dar de outras (ou não ocorrer). É o que se vê no enunciado “ser humano vestido com roupas brancas”, onde o acidente (vestir uma roupa de determinada cor) é contingente, uma relação não necessária que autoriza outras possibilidades sem que desponham problemas lógicos tampouco se destrua a existência das substâncias envolvidas (PÊCHEUX, 2009, p. 28).

Este novo par antinômico é relevante à lógica e à filosofia da linguagem, que assumem a língua como um sistema imperfeito, mas corrigível. É neste nível, das necessidades e das contingências, que Adam Schaff coloca questões como a necessidade comunicativa das palavras, ou a divisão lógica obrigatória entre pessoas e coisas, subjetividade e objetividade, emocional e cognitivo etc. (PÊCHEUX, 2009). Em outras palavras, é neste nível que aparece a lógica como aquilo que é necessário na constituição da língua, e a retórica como aquilo que se encarrega das contingências. A língua enquanto sistema unívoco é o projeto de fazer subsumir todas as contingências casuais nas necessidades causais da lógica, pelas vias da retórica. É neste projeto (idealista) de “totalização da língua” que se ampara o projeto Lógico-Formalista: quando compreendem a língua como um sistema necessário, as repetições aparecem em maior número que os acidentes contingentes, o que justificaria (ilusoriamente) o maquinário classificatório de Chomsky (PÊCHEUX, 2009, p. 29).

No entanto, questiona Pêcheux: a história e o sujeito são classificáveis? (PÊCHEUX, 2009, p. 31). Ou mais: história e sujeito são categorias possíveis de serem separadas em dicotomias? Se forem decompostas, o serão apenas para serem refundidas, na aparência, através do par lógica/retórica - uma sedentarização das possibilidades contingentes pelas verdades necessárias da lógica. Instaure-se, assim, uma instrumentalização política do erro no interior da língua: é por que se cinde a língua que ela pode ser costurada, é por que erra que pode ser concertada, é por que emergem contingências que se pode ser perfilada em necessidades. É o que Horkheimer (2002) chamava de paranoia da razão: quando alguém possui os meios de fazer algo se tornar realidade, ele possui também os meios de administrar suas provas.

Assim se configura o aparelhamento ideológico do par erro/acerto pelo discurso da tecnociência capitalista: se a língua for imperfeita, pode ser corrigida e aperfeiçoada. Somente

quando se concebe a existência de um erro fundamental é que se justifica a existência de teorias que buscam a construção lógica da exatidão. É a respeito deste fenômeno que Pêcheux usa pela primeira vez o termo “efeito Münchhausen”, como o personagem que se sustenta no ar puxando-se a si mesmo pelo cabelo (PÊCHEUX, 2009, p. 32), ou seja, é o efeito que instaura justificativas para a existência de um campo teórico a partir do problema que ele mesmo instaura. A língua imperfeita é “perfeita” para quem sobrevive de corrigi-la, ou melhor, a existência do erro na língua é assaz conveniente para quem se coloca a repará-la.

Em resumo, a noção de língua enquanto sistema imperfeito, passível de ser corrigido, se sustenta na linguística mediante outra hipótese, a de que a lógica (gramatical) necessita da retórica (política da boa fala) para reconduzir o sujeito falante até uma suposta exatidão onde se possa extinguir a possibilidade de antagonismos. Nesse modelo é possível fundamentar a ideia de “erro fundamental”, mas apenas na medida em que seu aparecimento deve ser apagado pelo funcionamento do par Lógica/Retórica. Se assim o for, o erro aparece como causa do antagonismo, e o antagonismo emerge como vestígio de erro no sistema. A hipótese que queremos sustentar nesta tese, no entanto, atesta o contrário: o erro (que deixa de ser fundamental) não é causa, mas efeito do antagonismo, do deslize, da falta, do mal compreendido etc.; tal hipótese se sustenta na noção de descontinuidade, como veremos adiante.

2.1.1 LÓGICA E RETÓRICA CONTRA O ERRO

Importa ressaltar que o objetivo de pesquisa que guia nossa leitura em Pêcheux é o conceito de errância, na relação mais imediata possível com a noção de erro. O primeiro capítulo de SD traça uma linha teórica que passa pela lógica (em Hume, Kant, Frege, Carnap e outros) e pelo materialismo histórico (conforme o enuncia Althusser e Lacan). Contudo o fio condutor desta análise continua sendo o papel da lógica e da retórica na constituição de uma língua pretensamente coerente e una, argumentação fundada em uma análise mais demorada da constituição de orações relativas.

Por motivos que ficarão mais claros no decorrer do capítulo, Pêcheux inicia o capítulo primeiro de SD a partir das definições que a lógica de Port-Royal e a Gramática Gerativa trabalham a respeito das orações relativas (determinativas e explicativas). Ambas relativas se sustentam em duas noções prévias: a compreensão diz respeito aos atributos que uma ideia

traz em si, aquilo que não se lhe pode tirar sem destruí-la; ao passo que a extensão tem que ver com a quantidade e variedade de sujeitos a que uma relação convém.

Na lógica, determinação diz respeito àquilo que deve ser determinado (definido) ou indeterminado (indefinido) nos conceitos universais. Neste aspecto, a determinação, quando delimita a quantidade, a qualidade e outros atributos de um substantivo, determina o que entra e o que não entra em tal definição (FREGE, 2009, p. 148). Visto de outro modo, pode-se afirmar que a função determinativa diminui e controla as possibilidades de um termo/conceito e o transforma em um axioma. O funcionamento do axioma é, portanto, um trabalho discursivo dissimulado em trabalho lógico. Para que um enunciado funcione corretamente aos olhos da lógica, cada termo da frase deve ser axiomático, ou seja, deve passar por determinações que apartem e selecionem sentidos que devem ser determinados/indeterminados até que reste apenas “um”, o sentido que será “colado” em um dado significante.

As orações relativas explicativas, por sua vez, fornecem informações complementares sobre o sujeito da oração de forma que o axioma determinado ganhe características ainda mais delimitadas no interior mesmo do enunciado. Na frase a seguir: “Terrence Malick, professor de filosofia, dirigiu oito filmes”, a frase explicativa entre vírgulas - professor de filosofia - é uma marca linguística que apresenta mais informações sobre o sujeito da oração, o diretor de cinema Terrence Malick. Se a oração relativa explicativa fosse removida da oração, a mesma ainda permaneceria gramaticalmente correta, e seu sentido não seria radicalmente alterado, ainda que perca alguns detalhes. No entanto, se o enunciado fosse reduzido a “professor de filosofia”, ele já não mais se referiria a um sujeito específico, mas a uma classe de profissionais que se dedicam a ensinar a referida disciplina. Assim, as orações relativas explicativas são compostas por um pronome relativo, um verbo e outros elementos opcionais, como o sujeito ou objeto do verbo. Vírgulas (ou parênteses) são sempre utilizados para separar as orações relativas explicativas do restante da oração.

Pêcheux levanta tais questões para clarificar como gramática e lógica, tanto na gramática de Port-Royal quanto na gramática gerativa de Chomsky, são homogêneas em seus princípios (PÊCHEUX, 2009, p. 38). Quando tais pensadores buscam argumentos para explicar a união de vários termos no sujeito ou no atributo, é na lógica que eles encontram a solução. A saída encontrada, no entanto, resulta no princípio da relação de determinação, a saber, aquele que agrupa uma classe de seres a uma classe de características e determina espécies no

interior de gêneros (PÊCHEUX, 2009, p. 39). Nestes termos tem-se, portanto, uma série de relações (até mesmo de relações entre relações) que se instauram de forma determinativa e axiomática, ou seja, inauguram um sistema cujo funcionamento das regras faz parecer que as próprias regras são a origem do sistema, proporcionando a ilusão de que se tratam de essências (ex.: Ser humano - Reino: Animalia; Filo: Chordata; Classe: Mammalia; Ordem: Primata; Família: Hominidae; Gênero: Homo; Espécie: Homo sapiens). Levando adiante o funcionamento deste sistema, chega-se ao país de nascimento, região e estado, data de nascimento, filiação, nome e número de identificação do documento oficial, ou seja, o sujeito aparece apenas como efeito de uma regra.

Se as relativas determinativas concedem ao sistema lógico da língua certo vestígio de essência, as relativas explicativas são as incidências secundárias sobre a ordem das essências. Seguindo no encaixo da fundamentação da gramática gerativa, Pêcheux aponta que novamente é na lógica (neste caso, também na teoria do conhecimento) que tais linguistas procuram argumentos. Contudo, certos indícios começam a tomar opacidade neste processo: se nas relativas determinativas qualquer caráter ideológico de determinação das essências pode ser dissimulado no interior do sistema, nas relativas explicativas certo caráter político começa a ficar mais claro. Nas relativas explicativas, afirma Pêcheux, os gramáticos necessitam buscar recursos teóricos também na retórica (PÊCHEUX, 2009, 39).

Assim, no interior do funcionamento das relativas explicativas surge a retórica, aquilo que reconduz o sujeito falante ao sentido claro e ao bom uso da língua. A retórica, enquanto arte de bem falar, conforma a língua “às regras de acordo com as quais é realmente necessário que uma língua se ordene para poder existir” (PÊCHEUX, 2009, 40).

Nessa perspectiva, o bom uso da palavra é o de reconduzir o sujeito às verdades do mundo das essências, a ‘arte de falar’ é constitutivamente uma pedagogia: a explicação torna-se, assim, aquilo pelo que se reabsorve o desencontro entre meu pensamento e os seres aos quais meu discurso se refere, isto é, ao nível da gramática, entre [...] língua materna e [...] língua a aprender (PÊCHEUX, 2009, p. 41).

Na relação que se estabelece entre as relativas (determinativas e explicativas) começa a ficar mais claro um procedimento político de dissimulação da unidade perdida/resgatada no seio da linguística: apenas quando existe um erro primordial na língua é que a mesma pode ser corrigida. É por que uma fissura nasce em seu âmago é que se torna necessário uma linguística (gramática, lógica e retórica) da reabsorção da unidade. As relativas explicativas

franqueiam essa dissimulação na medida em que a explicação aparece como aquilo que remete as regras ao seu próprio funcionamento. Logo, pode-se dizer que a boa retórica está a serviço de uma pedagogia da verdade e das essências, de onde a retórica das figuras (figuras de linguagem) aparece como sistema de erros pedagogicamente necessários para se atingir a “verdade”, ao mesmo tempo em que permanece como ameaça constante de deslize para fora da “verdade” (PÊCHEUX, 2009).

Assim a língua, compreendida meramente como sistema, é posta em prática pelo par lógica/retórica juntamente com as regras que lhe dão forma e a permitem existir, tal como as regras de um jogo de xadrez que se materializam no movimento das peças pelo tabuleiro. Dessa forma, teríamos uma língua a-histórica, que funcionaria sempre da mesma forma independente do momento histórico e das condições sociais em que se inserem. O sujeito, neste sistema, aparece apenas como efeito de um conjunto de regras e que, por isso mesmo, se reabsorve logicamente. Dessa forma, a gramática/lógica está salva, bem como todos os processos retóricos de recondução do sujeito falante a tais regras fundamentais.

Pêcheux recusa veemente tal procedimento idealista instaurado pelos lógicos, onde todos os erros (deslizes de sentidos, contradições, equívocos, antagonismos, mal-entendidos, incompreendidos etc.) se tornam passíveis de serem homogeneizados, via retórica, em uma gramática lógica, coerente e unívoca. Esse movimento de retroalimentação não passa de um dispositivo de instrumentalização do erro e da língua: efeitos de dominação que se sustentam na premissa antinômica contingência/necessidade, onde o erro é causal e necessário à reparação e à exatidão. Em outras palavras, efeito Münchhausen: se o erro é necessário à reparação, a própria reparação se torna necessária à língua correta - uma cadeia lógica de necessidades causais que se sustenta sobre o problema que ela mesma instaura.

2.1.2 LEIBNIZ E A LÍNGUA PERFEITA PERDIDA

Pêcheux dá um passo mais adiante nesta análise, ainda que isso implique voltar no tempo, mais exatamente ao empirismo do século XVIII, na teoria da linguagem de Gottfried Wilhelm Leibniz. O polímata alemão tornou-se célebre por lançar as bases para o projeto moderno de assepsia da língua, ou seja, uma operação de separação entre uma língua construída logicamente de outra que é usada cotidianamente, passível de erro. Tal separação em Leibniz se sustenta em duas noções: a propriedade essencial e a propriedade contingente,

noções que se manifestam em outro par antinômico, a saber, as verdades de razão e as verdades de fato.

O projeto filosófico de Leibniz era construir uma via segura para a prática da ciência que se despontava nos séculos XVI e XVII e XVIII. Essas novas práticas de aquisição de conhecimento, provenientes de métodos e experimentações, demandavam formas mais seguras de propagação daquilo que entendiam como verdade: era preciso uma nova forma de usar a língua para que esta não contaminasse a divulgação das descobertas ou dificultasse replicações e testes de tais experimentos por cientistas de outras línguas. Diante de novos tipos de verdades, emergia a demanda por um profundo estudo sobre a própria noção de verdade bem como sobre sua divulgação, a que se deteve Leibniz. Ele se referia aos pensadores de sua época por meio de uma metáfora: “eles são como um rico negociante que tem grande quantidade de mercadorias na sua loja, mas que carece de um inventário delas” (MOLINA; HOFFMANN, 2007).

Para Leibniz, a verdade é algo intrínseco à relação que se estabelece entre uma palavra e uma coisa: se tal relação for possível, ela é uma relação verdadeira, pois nas relações impossíveis não há verdade. Assim, quando uma proposição carrega uma contradição ela é logicamente impossível, logo, falsa. Tal mecanismo lógico prometia a possibilidade de se constatar uma verdade absoluta através de cálculos analíticos. Leibniz sabia, no entanto, que a língua cotidiana apresentaria diversos problemas para o grande projeto da ciência moderna. Em tempos de credices e fé religiosa, os sujeitos falantes aceitavam e replicavam juízos tidos como verdadeiros, mas que em muitos casos pareciam se contradizer ou gerar mal-entendidos. A solução de Leibniz foi apresentar dois tipos de verdades e dois tipos de linguagens que pudessem, cada qual, fundamentar essas diferentes verdades: as necessárias (Verdades de Razão) e as contingentes (Verdades de Fato). Ele sabia que não era possível, naquele momento, lançar toda a sociedade em uma linguagem inteiramente calculável, e por isso propôs tal divisão na intenção de garantir uma via segura de tráfego para as verdades necessárias, essenciais e eternas - que supostamente valeriam para todos os mundos possíveis -, colocando em outra via a linguagem que permite verdades contingentes que abrangem apenas a realidade pontual de um determinado espaço, em um determinado momento.

As verdades de razão são aquelas que emergem do plano das essências lógicas, ou seja, derivam de cálculos e verificações científicas que permitem aceder a verdades universais. “Verdadeira é uma afirmação cujo predicado está incluído no sujeito” (LEIBNIZ, 1980, p. 124).

Para Leibniz, uma verdade de razão é uma proposição logicamente necessária que aponta para uma essência demonstrável pela análise de seus termos, e por ser logicamente estável, seu oposto implica uma contradição, ou seja, um juízo falso. Neste aspecto, todas as verdades se sustentam nas essências primeiras daquilo a que se referem, o que Leibniz chamou de Princípio de Identidade. Como exemplo, tem-se a fórmula física de equivalência entre matéria e energia ($E=mc^2$): verdades lógicas que supostamente atuam no universo desde sua origem, em todas as possibilidades físicas concebíveis; e em termos científicos, é provável que dure até o final dele. Assim, é necessário (verdade necessária) que a quantidade de energia seja igual à da massa multiplicada pela velocidade da luz ao quadrado, e seu oposto, ou mais, qualquer outra possibilidade, é impossível (e para aquilo que é impossível não há verdades). A estrutura gramatical das verdades de razão é, portanto, composta por relativas determinativas, que colocam termos em relações (encontros, pegos) que determinam suas funções no interior de um dado sistema (PÊCHEUX, 2009, p. 42). Esta estrutura lógica 'razão/determinação' é o fundamento do método dedutivo, que parte do geral para o individual, das essências para os fenômenos.

Já as verdades de fato, segundo Leibniz, são aquelas que derivam da observação e percepção do mundo temporal, daquilo que se restringe no espaço e no tempo. Elas são contingentes por que podem acontecer de uma maneira ou de outras, ou seja, o oposto a um dado acontecimento factual é possível. Tomemos como exemplo um dado acidente de trânsito numa determinada rua de uma cidade específica. Aquele acidente será único, e as condições exatas em que se dará nunca mais se repetirão (hora, local, veículos envolvidos etc.). Contudo, neste caso é fácil conceber a possibilidade de que tal acidente pudesse ter sido evitado, ou que outro acidente tivesse ocorrido naquele lugar e momento, e para isso não há fórmulas nem equações. Assim, as verdades relativas àquele fato são restritas àquele fato, não podendo se estender nem temporalmente nem espacialmente, ao contrário das verdades de razão (PÊCHEUX, 2009, p. 42). Para Leibniz, as verdades de fato não demonstram o Princípio de Identidade por não se constituírem verdades simples: ao contrário, são complexas, formadas por relações de diversas naturezas. A solução, no caso das verdades de fato, é instaurar o que ele chama de Princípio de Razão Suficiente, um princípio capaz de abarcar a causalidade dos enunciados que não são logicamente necessários, mas que, apesar disso, possuem alguma razão de ser, como a moral, a fé, a política etc. Por serem verdades contingentes são concernentes às existências das coisas verdadeiras em um tempo determinado, para uma

sociedade determinada. A estrutura gramatical das verdades de fato são as relativas explicativas, uma vez que é do fenômeno simples que se parte para chegar a verdades mais complexas, como no método indutivo.

Até aqui a motivação desta volta a Leibniz, diante do objetivo de relacionar erro e errância no funcionamento da língua, pode não parecer muito clara. Todavia, existe certa dificuldade no projeto do filósofo alemão que justifica esta aproximação teórica, destacada por Pêcheux (2009, p.42):

Mas a “razão suficiente” deve ser encontrada também nas verdades contingentes ou de fato, isto é, na sequência de coisas espalhadas pelo universo das criaturas; onde a resolução em razões particulares poderia ir a um detalhe sem limites, por causa da variedade imensa das coisas da natureza e da divisão dos corpos ao infinito. Há uma infinidade de figuras e de movimentos presentes e passados que entram na causa eficiente de minha escrita presente, e há uma infinidade de pequenas inclinações e disposições de minha alma, presentes e passadas, que entram na causa final (LEIBNIZ, 1992, p. 78).

O projeto de Leibniz lança nova luz sobre a contradição do erro na língua. Para ele é possível subordinar todas as verdades de fato às verdades de razão, ou seja, é possível, via lógica e gramática, fazer subsumir a relativa explicativa na relativa determinativa (PÊCHEUX, 2009, p. 43). Em outras palavras, o que Leibniz está propondo é o estabelecimento de uma língua lógica o suficiente para abarcar todos os eventos do mundo, por mais contingentes que eles possam parecer, o que culminaria em um sistema capaz de cooptar todos os erros eventuais e os ordenar de forma determinada.

Para Leibniz, só há contingência quando o espírito humano não é capaz de reconhecer todas as determinações que caracterizam um fenômeno. A contingência teria, assim, uma necessidade secreta que remeteria a uma origem singular para todos os fenômenos de uma dada categoria, o que só seria alcançado mediante a análise da sequência infinita dos eventos. O que Leibniz quer dizer é que se fosse possível observar todos os acidentes automobilísticos ocorridos no mundo, a contingência que recobre estes fenômenos seria esvanecida, desvelando uma lógica causal e necessária que determina todos os acidentes. Por mais absurdo que isso possa parecer a alguns, este princípio é amplamente usado no meio científico: quanto maior for o cálculo, maior a probabilidade de se chegar a médias determinantes (PÊCHEUX, 2009, p. 42).

Ainda que o cálculo total seja impossível, tal possibilidade moveu diversos linguistas à difícil tarefa de observar a maior quantidade de variações possíveis na intenção de encontrar a origem das línguas e assim poder chegar ao fator determinante comum a todas elas. No caso de Leibniz, a origem é o mito adâmico da língua divinamente instituída. Nela a ordem natural determinaria seu uso tanto pelos anjos quanto pelos seres humanos, da qual as línguas atuais só conservam frágeis traços deturpados através da gramática e da lógica, afinal, a língua de Deus não poderia errar (PÊCHEUX, 2009, p. 43).

Assim, o quadro proposto até agora ganha contornos mais minuciosos. Para que a gramática, a lógica e a retórica sejam justificadas, é preciso conceber a língua como um sistema imperfeito que só se corrige mediante a lógica (gramática) e as políticas de aliciamento à fala correta (retórica). Contudo, para que a língua apareça como sistema imperfeito, ela deve ser concebida como unidade perdida, como singularidade violada por um erro primordial. Mas isso não é tudo: para que se conceba a ideia de erro primordial, faz-se necessário encontrar o elo perdido da língua, ou seja, sua singularidade primeira, seu estágio adâmico, para que então se possa compreender a necessidade secreta de todas as contingências que a profanam.

Esse desvio proposto por Leibniz instaura um problema de grande complexidade para os gramáticos contemporâneos: como poderiam eles justificar o gesto de “corrigir”, se o “erro” não tiver uma origem singular e inequívoca? Nestes termos, os gramáticos e os lógicos se colocariam a corrigir a língua sem saber exatamente por onde começar. Em outros termos, para que a gramática exista enquanto sistema de reparação da língua, é necessário que exista uma língua singular primordial. Mas se Pêcheux tiver razão, tudo isso não passa de efeito de retroalimentação (efeito Münchhausen), e neste caso a origem do erro estará no próprio gesto do lógico e do gramático.

A principal hipótese desta tese atesta justamente o avesso da lógica e da gramática: o erro não está na língua, o que nos liberta da tarefa de encontrar uma língua adâmica e confere outra roupagem à necessidade lógica da gramática. Não obstante, Pêcheux ainda apresenta mais algumas evidências que apontam para este “imenso trajeto, desde a filosofia de Aristóteles até a disciplina ‘científica’ que leva hoje o nome de Semântica [...] um trajeto que, em seu próprio desenvolvimento, parece condenado a voltar indefinidamente sobre seus próprios passos”. (PÊCHEUX, 2009, p. 59).

2.1.3 KANT, HUSSERL E FREGE: CORRIGIR É NECESSÁRIO

A principal preocupação de Pêcheux, neste momento da obra *SD*, é que diante de uma língua lógica e sistêmica, o sujeito só irrompe subordinado à verdade de seu discurso, e no decorrer da história da filosofia da linguagem, ele passa contraditoriamente a ser fonte e objeto de determinação do discurso, um nó de necessidades que ata e freia o desenvolvimento da semântica, do discurso e da própria noção de sujeito.

Uma das variações desta ficção linguística se manifesta sob a alcunha da *subjetividade*, uma reelaboração das noções Aristotélicas de contingência e necessidade, passando por Kant e seus seguidores e culminando na ciência da semântica do início do século XX. Tal conceito desponta como possível forma de desatar o nó de necessidades que impedia a entrada da semântica e do sujeito na relação que até então se restringia à lógica e à retórica. Tal acesso parecia ser possível mediante a concepção kantiana de inerência do predicado no sujeito, a noção que fundamenta o juízo analítico e o juízo sintético na *Crítica da Razão Pura* (KANT, 2001), o que se enuncia da seguinte forma:

- a) Se o predicado pertence ao sujeito, ou seja, se está em relação de inerência necessária, impossível de se dar de outra forma, trata-se de um Juízo Analítico. Neste caso, o juízo emerge apenas na forma de constatação, de análise, pois o predicado está inscrito essencialmente no sujeito. Logo, esta é uma verdade de natureza universal, essencial e redutível, por cálculos lógicos, a uma identidade simples e determinada. Ex.: João é mortal.
- b) Se o predicado não está em relação de pertencimento inerente ao sujeito tal relação é fruto de um encontro contingente, cujo oposto é possível. Trata-se, portanto, de um Juízo Sintético, ou seja, é através de uma síntese entre dois diferentes, de forma ativa, que tal juízo pode ser enunciado. Neste caso, afirma Kant, trata-se de um ato do sujeito que liga o conceito a algo fora dele, fazendo com que todos os juízos de experiência se tornem Juízos Sintéticos. Ex.: João é professor.

Pêcheux lança luz sobre o fato de que, novamente, quando o imprevisto contingente aparece, ele surge como defeito a ser corrigido, e desta vez o caminho é o da *subjetividade* do *Juízo Sintético*, um ato do sujeito que impede a reintegração da língua completa. É conhecido o fato de que o projeto de Kant era salvar a ciência do ceticismo que a assolava no século XVII (EVANS, 1984). Este projeto se deu, em grande medida, através da instituição de uma

linguagem científica que fosse capaz de enunciar verdades universais e essenciais. Assim, a noção de Juízo Analítico permitiria à ciência emitir juízos lógicos, resguardando-a dos erros através de seu par antinômico, o Juízo Sintético, que por ser um ato do sujeito, estaria passível de relações imprecisas, falsas, equivocadas etc. Diante deste argumento, se a ciência se circunscrever a emitir apenas Juízos Analíticos, ela estará salva da subjetividade do sujeito e dos erros que dele derivam (PÊCHEUX, 2009, p. 48).

Tal noção de subjetividade como ato do sujeito, inaugurada por Kant, tornou-se base comum para diversos teóricos que tentaram viabilizar um método lógico e seguro, localizando fontes de erros e afastando-os. Gottlob Frege, por exemplo, famoso matemático e filósofo alemão do final do século XIX e início do século XX, distingue propriedades essenciais e inessenciais a partir desta mesma separação, ou seja, entre o enunciado lógico e universal (essencial) contraposto ao enunciado emitido por um dado sujeito (inessencial). Edmund Husserl, filósofo checo contemporâneo de Frege, é autor de uma teoria muito divergente da elaborada pelo alemão, menos neste ponto: o necessário e universal independe do sujeito, da história e das condições de produção de um enunciado, ao passo que o contingente e factual é datado, limitado, e passível de erros justamente por que depende do sujeito que o enuncia (PÊCHEUX, 2009, p. 49).

Todavia em Husserl esse percurso teórico ganha novas propriedades. A clássica oposição entre contingência e necessidade é superposta por uma nova oposição, a saber, a que opõe objetividade e subjetividade. Assim, para o pensador checo uma *expressão objetiva* é aquela cuja significação depende simplesmente de sua realidade fônica, ou seja, pode ser compreendida sem que se tenha que levar em consideração o enunciador nem as circunstâncias da enunciação. Tais expressões objetivas podem ser exemplificadas através de juízos matemáticos, teoremas, demonstrações científicas etc. Já a *expressão subjetiva*, ao contrário, é ocasional e instituí, no momento da fala, uma unidade conceitual que será atualizada e localizada pelo sujeito em um determinado contexto de enunciação (PÊCHEUX, 2009). Husserl argumenta que não se compreende o enunciado “há pedaços de bolos” da mesma forma que se compreende a proposição matemática “há corpos regulares”, ou seja, para ele existe uma separação entre o que se enuncia a partir do vivido historicamente e o que se enuncia a partir de essências atemporais. Esta separação, conclui, evita as armadilhas do relativismo cético nas ciências e na matemática (PÊCHEUX, 2009, p. 50).

Mas se Husserl e Frege compartilham das noções de objetividade e subjetividade, eles se opõem quando suas teorias se aproximam das relações que os sujeitos estabelecem com suas representações. Na fenomenologia de Husserl a consciência é uma singularidade: o si e o mundo são uma só coisa, o que conduz a assumir que a consciência é o ponto zero de significação das representações. Já em Frege as representações estão meramente ligadas ao sujeito, o que torna o sujeito não mais um criador das próprias representações, mas apenas portador de representações que estão no mundo a despeito do sujeito (PÊCHEUX, 2009, p. 52).

Pêcheux aponta que a ideia de Husserl predomina desde Kant, a saber, esta que coloca no sujeito a origem do discurso e das ideias. Tal noção perpassou toda estética romântica, quando se afirmava a prioridade do sujeito criador, o “eu” único que se exprime, a subjetividade que fala a outras subjetividades. Uma consequência já é possível ser vislumbrada: se a subjetividade é causa da contingência, tanto em Kant quanto em Husserl a contingência aparece como necessidade à subjetividade. Em outras palavras, a contingência se torna a necessidade da subjetividade, ou seja, uma causa da sua própria causa, uma nova versão do efeito contraditório de dissimulação das origens, meios e fins (PÊCHEUX, 2009, p. 53).

Assim, o par antinômico objetividade/subjetividade aparece como uma nova roupagem para a velha operação asséptica que separa experiência vivida de conceitos. Nesta versão da separação, o subjetivo aparece como lócus exonerado para as expressões ocasionais, subjetivas, contingentes, imprecisas. Já a subjetividade é o modo de ser de uma consciência que contamina o enunciado com suas próprias impressões e vivências datadas, limitadas e não-objetivas. O erro, portanto, pode ser afastado simplesmente afastando o sujeito: mais uma vez a ciência e sua língua lógica estariam supostamente salvas dos antagonismos justamente por que o antagonismo separa a língua necessária (lógica matemática) da língua contingente (sujeitos históricos).

Mas até onde se estende o horizonte que permite entrever este modelo de assepsia da língua? Pêcheux aponta para alguns indícios de que tal sistema mobiliza a linguística contemporânea em grande medida. Ainda no século XX a espinha dorsal da linguística é a separação entre aquilo que é lógico e estável daquilo que é contingente e imprevisível. Em Saussure, por exemplo, o corte estabelecido entre língua e linguagem, separando língua de fala, determina paradoxalmente um reforço das ilusões que fundamentam a divisão entre objetividade e subjetividade. No domínio da semântica isso se dá através de outro par

antinômico: criatividade/sistema (PÊCHEUX, 2009, p. 55). Assim, na linguística saussuriana tal oposição aparece na forma de *subjetividade criadora da fala* em contraposição à *objetividade sistemática da língua*. A criatividade subjetiva pressupõe um sistema lógico a ser extrapolado - uma sobrecarga do sistema pela fala - ainda que o sistema de um dado momento seja fruto de uma força criativa anterior. Logo, o sistema e a criatividade se complementam de forma necessária no sistema língua/fala (PÊCHEUX, 2009, p. 56).

Não nos demoraremos em demonstrar de forma minuciosa de que forma tal oposição aparece também como ponto comum entre semântica estrutural e semântica gerativa: em ambos os casos é supostamente possível aceder a cálculos que permitam determinar o sentido de um enunciado (PÊCHEUX, 2009, p. 57). Mais do que isso, tanto em Harris (1952) quanto em Chomsky e McGilvray (2012), o sujeito falante surge como uma entidade competente a acessar os cálculos do sentido no momento da enunciação. Ou seja, a lógica e a enunciação, embora se separem, podem ser reabsorvidas no momento da fala pelas vias de um cálculo direcionador da boa fala.

Assim, identifica-se na linguística contemporânea o mesmo percurso inaugurado por Aristóteles, a saber, o que trata de separar o campo da linguagem científica (um sistema instrumentalizado, objetivo e logicamente estabilizado, além de necessariamente universal), daquela linguagem da conversação cotidiana (datada, subjetiva, contingente e passível de erros), separação esta, aliás, conveniente àqueles que sobrevivem de reparar a língua. A dupla ferramenta de correção aparece através do par lógica/retórica, um recobrimento da fratura que emerge como extremos de uma continuidade, como se lógica e retórica fossem pontas diferentes do mesmo fio condutor (PÊCHEUX, 2009, p. 59). Dito de outra forma, a história da filosofia da linguagem e, mais contemporaneamente da linguística, embora apresentem em seu bojo pressupostos distintos, se sustentam em um ponto de apoio comum: a oposição asséptica que separa a língua do erro (contingente) da língua do acerto (necessária).

2.1.4 O PARADOXO DA HIÂNCIA: ERRÂNCIA INCORRIGÍVEL

Importa ressaltar que a noção de descontinuidade (hiância) aqui abordada não pretende, neste momento, tocar a continuidade (ou não) da linearidade histórica da ciência¹⁸.

¹⁸ Tal como preconiza Thomas Kuhn (1997).

Importa mais trazer à tona a contradição que emerge do confronto de dois diferentes problemas a partir da mesma matriz teórica. A saber, a mesma descontinuidade que fundamenta, para a ciência, a separação da língua científica da cotidiana - uma descontinuidade que importa ideologicamente aos produtores de conhecimento científico -, é a mesma que fundamenta a descontinuidade entre causa e efeito, que como visto, coagula a primeira. É que a hiância (descontinuidade) entre linguagem científica e linguagem cotidiana se ampara no continuísmo entre causa e efeito, ou mais especificamente, no continuísmo superposto entre retórica e lógica, que é consistentemente refutado a partir de Hume e Lacan.

As doutrinas filosóficas que tangenciam as noções de continuidade e hiância são diversas, distintas, e em grande medida, contraditórias. Diferentes conceitos foram cunhados na tentativa de demonstrar certos funcionamentos que se dão de forma contínua ou, ao contrário, de maneira descontínua. Este par antinômico é muito oportuno quando se pensa errância, nomadismo e sedentarismo, uma vez que a permanência/impermanência em um dado espaço é medida pela potência dos vínculos que se estabelece. Enquanto o errante prescinde totalmente de relações de conexão com um determinado espaço, o nômade constrói vínculos efêmeros e mais ou menos delimitados, ao passo que o sedentário se lança na feitura de laços cada vez mais sólidos com uma porção de espaço cada vez mais determinada. Dito de outra forma, entre o errante e o mundo existe uma intermitência, uma descontinuidade, uma hiância que os separa estruturalmente, condicionando suas relações à contingência efêmera e indeterminada. No entanto, importa detalhar com mais precisão tais noções na intenção de verificar suas possibilidades teóricas na constituição da noção de errância na língua.

A saber, a noção de contiguidade (continuidade) parece ter sido a primeira a emergir enquanto conceito. Ela aparece em Aristóteles como um tipo de relação que se estabelece entre diferentes cujos limites se tocam, de onde emerge uma espécie de unidade (ARISTÓTELES, 2002). Tal noção voltou a figurar na filosofia apenas muitos séculos depois, em Leibniz, que cunhou a “lei de continuidade”. Nela, a igualdade é uma desigualdade que se desvanece (LEIBNIZ, 1992). Neste caso, a lei de continuidade admite que todas as substâncias do universo possuem, entre si, uma relação de continuidade, ainda que em graus diferentes de continuação em suas séries de operações. De igual forma, a lei da continuidade vale também para os diferentes sistemas de representações.

Passando por Kant (2001), Dedekind (2005) e outros matemáticos, a noção de continuidade aparece novamente em Russell (1919, p. 111) da seguinte maneira:

O intervalo entre dois instantes quaisquer ou duas posições quaisquer é sempre finito, mas a continuidade do movimento nasce do fato de que, por mais próximas que estejam as duas posições consideradas, ou os dois instantes, há uma infinidade de posições ainda mais próximas, ocupadas por instantes que são igualmente mais próximos.

Tais noções geraram debates acalorados entre matemáticos e filósofos, pois delas emerge um caráter paradoxal para a noção de continuidade: a inferência do contínuo no descontínuo. Dito de outra forma, os pensadores continuístas buscaram fundamentar o contínuo no âmago do descontínuo, tentando estabelecer uma relação de igualdade entre diferentes, uma conexão que apaga as diferenças fazendo-os parecer um (ELIAS, 2012). Segundo o filósofo Mach, este procedimento não se limitaria às materialidades, mas também às representações.

Se um intelecto investigante se habituou a reunir no pensamento dois fatos, a e b, procurará, no que for possível, manter firme esse hábito mesmo em circunstâncias diferentes: em geral, sempre que a se apresentar, b também será pensado. Esse princípio, que tem raiz na tendência à economia e que se mostra bastante claro aos grandes pensadores, nós chamamos de princípio da continuidade (MACH, 1976, p. 71).

O princípio da continuidade de Mach se fundamenta no princípio de hábito, um movimento ilusoriamente espontâneo que apaga toda dificuldade que impede a passagem de um ponto a outro. A noção de continuidade é usada também por diversos pensadores para pensar a passagem histórica de um momento a outro (HEGEL, 2003). Neste caso, o elo que une os diferentes é a noção de “permanência”, que seria tudo aquilo que permanece e se repete no novo, fundamentando uma evolução contínua que parece conectar mesmo as grandes rupturas.

Já John Dewey postula o oposto. Para ele, a continuidade

[...] significa exclusão da ruptura completa, por um lado, e da simples repetição ou identidade, por outro; nega a redutibilidade do 'mais alto' ao 'mais baixo', como nega as separações e os cortes nítidos. O crescimento e o desenvolvimento de uma natureza viva, que vai da semente à maturidade, ilustra bem o significado dessa palavra (DEWEY, 1959, p. 59).

Dessa forma, o problema da continuidade parece ter se fundamentado sobre sua própria contradição: a continuidade não parece fornecer sustentação teórica para justificar a

conexão estrutural entre diferentes, afinal a continuidade só pode aparecer no interior do um, do mesmo, da passagem de uma parte do todo para outra que ainda é uma/uma com a primeira. Assim, para ligar dois diferentes, é preciso, como apontou Dewey, excluir a divisão fundamental que distingue os distintos no interior de um sistema.

O problema da continuidade/hiância, portanto, parece habitar o âmago de todas as relações, o que evoca a própria noção de “relação”. O dicionário de filosofia Abbagnano inicia a definição deste termo da seguinte forma: (Relação) - “Modo de ser ou de comportar-se dos objetos entre si” (ABBAGNANO, 2007). Ou seja, sempre que se fala em relação, se fala do modo de ser de uma coisa em relação a outra, distinta da primeira. Logo, quando se coloca dois diferentes em relação, já não se pode falar em continuidade.

Este é o ponto de vista desenvolvido por Pêcheux no segundo capítulo da primeira parte de SD (PÊCHEUX, 2009, p. 61), onde o autor problematiza o surgimento da noção de continuidade no interior da filosofia da linguagem e da linguística. De origem idealista, a noção de continuidade (continuismo) emerge como um justificativo que salvaguarda as diferentes relações que se instauram na língua e no discurso, conferindo-lhes uma necessidade lógica supostamente suficiente para apagar a contingência. Tal continuismo, afirma Pêcheux, se fundamenta principalmente na afirmativa de que o dado da experiência está em relação contígua com a intelecção dedutiva, como se uma fosse causa da outra.

A posição filosófica segundo a qual o pensamento e a linguagem provêm primeiramente da experiência e depois da dedução não se limita aos efeitos espontâneos que ela produz na prática do linguista: ela existe sob uma forma filosófica autônoma que traz por sua própria conta sua ‘solução ao problema’ da relação entre ‘teoria do conhecimento’ e ‘retórica’. O continuismo espontâneo da Linguística em matéria de epistemologia se apoia, pois, sobre um continuismo filosófico que vai do ‘dado’ ao ‘deduzido’, com o fato preciso de que se pode bem ou mal apreender o dado, e que se pode bem ou mal deduzir (PÊCHEUX, 2009, p. 61).

No campo da epistemologia, o embate entre continuismo e descontinuismo aparece na forma de separação ou não entre o conhecimento proveniente da ciência e o resultante do senso comum. Diversos filósofos ainda se lançam na longa discussão que trata de apartar ou interligar os conhecimentos humanos. Trata-se, afinal, de determinar se a natureza dos novos conhecimentos é a mesma que fundamentou os conhecimentos anteriores (o que garantiria uma continuidade necessária entre o saber cotidiano e o científico), ou se, ao contrário, existem conhecimentos que rompem com os anteriores de forma a exigir perspectivas e

metodologias tão radicalmente diferentes que se instaura uma descontinuidade irreversível entre os modos de produção de conhecimento (PÊCHEUX; FICHANT, 1971).

O continuísmo epistemológico crê que a ciência se desenvolve de modo linear (sempre na mesma direção, “para a frente”, o que parece sugerir que não existe possibilidade de retornos) e acumulativo (processos de acumulação onde os novos conhecimentos se somam aos anteriores, o que pode sugerir que os anteriores não precisam mais ser colocados em questão). Já os descontinuístas, por exemplo Bachelard (1971) e Popper (1982), acreditam na ruptura da linearidade e também na separação entre os diferentes tipos de saber. Para eles o desenvolvimento da ciência apresenta ocasiões de ruptura que apartam de forma irremediável uma fase da outra, quando não as antagoniza.

Pareceu-nos sempre cada vez mais evidente, no decorrer de nossos estudos, que o espírito científico contemporâneo não podia ser colocado em continuidade com o simples bom senso, que este novo espírito científico representava um jogo mais arriscado, que ele formulava teses que, inicialmente, podem chocar o senso comum. Nós acreditamos, com efeito, que o progresso científico manifesta sempre uma ruptura, perpétuas rupturas, entre conhecimento comum e conhecimento científico, desde que se aborde uma ciência evoluída, uma ciência que, pelo fato mesmo de suas rupturas, traga a marca da modernidade (BACHELARD, 1972, p. 27).

Segundo Pêcheux, na perspectiva deste embate se coloca em questão apenas a ordem de recobrimento entre Lógica e Retórica - se a primeira se submete à segunda, ou se ocorre o contrário. Enquanto o realismo e o racionalismo instauram descontinuidades nos conhecimentos, o empirismo e o subjetivismo tentam apontar a linearidade que une senso comum e ciência. No entanto, para o autor as duas perspectivas não passam de soluções idealistas para o problema das relações: processos distintos que fundamentalmente tratam apenas da subordinação do contingente ao necessário (PÊCHEUX, 2009, p. 62). E neste aspecto, todas as teorias de reparação e assepsia da língua fazem uso de um continuísmo mais fundamental, a saber, a continuidade entre causa e efeito.

A temática da continuidade abordada por Pêcheux diz respeito, em grande medida, à milenar matéria da causalidade, perscrutada pelo menos desde Aristóteles. Para o filósofo grego, a continuidade da causalidade permite afirmar que todo evento resulta de diversos eventos precedentes, uma grande cadeia ordenada de eventos procedentes da energia criativa do “todo” (ARISTÓTELES, 2002). Assim, há uma continuidade entre os acontecimentos

precedentes, consequentes e subsequentes. Há uma relação entre tudo o que veio antes, tudo o que se dá no agora e o que virá a acontecer no futuro, uma grande cadeia contínua de causas.

Para o analista do discurso, a continuidade da causalidade foi a solução idealista encontrada pelo realismo e pelo empirismo para tamponar o espaço (hiato) que separa a lógica (teoria do conhecimento, gramática etc.) da retórica (efeito ideológico de condução à língua corrigida), ainda que em cada um dos campos os objetivos e as consequências teóricas tenham aparecido de formas distintas. “Parece que esses dois ramos do idealismo filosófico foram constantemente empregados para fornecer soluções que permitiram impor uma unidade a esses dois espaços heterogêneos, anulando a separação entre eles”. (PÊCHEUX, 2009, p. 62).

Dentro dessa causalidade idealista, aponta Pêcheux, a retórica apareceria como consequência da lógica, como se fossem continuidades. Contudo, importa lançar luz sobre uma dificuldade que se desponta diante deste projeto de assepsia: para instaurar uma continuidade entre lógica e retórica, o idealismo precisa apagar o fato de que a natureza da causa é sempre diferente da natureza do efeito, problema que foi detectado por Hume (1998, p. 57), para quem “o efeito é totalmente diferente da causa e não pode, consequentemente, revelar-se nela” e adotado por Lacan (1979).

Tal salvaguarda no continuísmo - postura mais ideológica do que científica, segundo Pêcheux (2009, p. 62), foi discutida por Hume no século XVIII. O filósofo escocês mostrou que a união contígua de diferentes apresenta uma contradição interna no âmago da relação causa/efeito, ou seja, no âmago da continuidade. Para chegar a esta problemática, Hume desenvolve seu raciocínio afirmando que a investigação humana se dá a partir de dois tipos distintos de relações, a saber, relações entre ideias e relações entre fatos da experiência. Nas relações que se estabelece estritamente entre ideias, as dicotomias ainda aparecem resguardadas. A separação ideia/experiência parece refugiar outras como objetividade/subjectividade, essência/histórico e necessidade/contingência. Assim, as relações entre ideias são aquelas que permitem verdades matemáticas como $2 + 2 = 4$, proposições que prescindem de dados empíricos, pois o puro raciocínio supostamente desvela tais verdades essenciais das quais se pode ter absoluta certeza.

No entanto, quando Hume aborda as relações entre diferentes fatos da experiência, ou fatos empíricos, ele percebe que tais relações proporcionam proposições que dependem do assentimento de outra relação ideal que recobre as relações empíricas, a saber, a relação de causa e efeito. As verdades científicas estão firmemente fundamentadas nesta metodologia:

ciências como matemática, física, química, biologia, engenharias etc., formulam seus conhecimentos usando as relações entre ideias (causa e efeito são apenas ideias) para recobrir as relações empíricas derivadas da experiência. Este recobrimento, no entanto, não se dá na forma de anulação de um no outro, mas de sustentação mútua:

Arrisco-me a afirmar, a título de uma proposta geral que não admite exceções, que o conhecimento dessa relação não é, em nenhum caso, alcançado por meio de raciocínios a priori, mas provem inteiramente da experiência, ao descobrirmos que certos objetos particulares se acham constantemente conjugados uns aos outros. Apresente-se um objeto a um homem dotado das mais poderosas capacidades naturais de raciocínio e percepção -se esse objeto for alga de inteiramente novo para ele, mesmo o exame mais minucioso de suas qualidades sensíveis não lhe permitiria descobrir quaisquer de suas causas ou efeitos. Adão, ainda que supuséssemos que suas faculdades racionais fossem inteiramente perfeitas desde o início, não poderia ter inferido da fluidez e transparência da água que ela o sufocaria, nem da luminosidade e calor do fogo que este poderia consumi-lo. Nenhum objeto jamais revela, pelas qualidades que aparecem aos sentidos, nem as causas que o produziram, nem os efeitos que dele provirão; e tampouco nossa razão é capaz de extrair, sem auxílio da experiência, qualquer conclusão referente a existência efetiva de coisas ou questões de fato (HUME, 1998; 2004, p. 56).

Para Hume, usando-se apenas a razão não se pode concluir que certo acontecimento seja causa de outro. Tal inferência só pode ser desenvolvida na medida em que se observa regularidades que fazem supor que um deve ser a causa do outro. Mas qual é a natureza desta crença de que um evento pode ser causa de um efeito?

Se um objeto nos fosse apresentado e fôssemos solicitados a nos pronunciar, sem consulta a observação passada, sobre o efeito que dele resultara, de que maneira, eu pergunto, deveria a mente proceder nessa operação? Ela deve inventar ou imaginar algum resultado para atribuir ao objeto como seu efeito, e é óbvio que essa invenção tem de ser inteiramente arbitrária. O mais atento exame e escrutínio não permite à mente encontrar o efeito na suposta causa, pois o efeito é totalmente diferente da causa e não pode, conseqüentemente, revelar-se nela. O movimento da segunda bola de bilhar é um acontecimento completamente distinto do movimento da primeira, e não há nada em um deles que possa fornecer a menor pista acerca do outro (HUME, 1998; 2004, p. 57).

Pêcheux aponta que o problema que Hume detectou no âmago da ciência e da ilusão de linguagem pura (separada da linguagem corrompida do senso comum), aparece de forma análoga no movimento conhecido como continuísmo filosófico, que sugere que todo dado empírico pode ser colocado em relação de contiguidade com ideias lógicas (PÊCHEUX, 2009,

p. 61). Esta é a salvaguarda que a ciência precisava para unificar (fazer um) os experimentos empíricos e a linguagem científica, como se a passagem de um para o outro fosse orgânica, natural: duas pontas de um mesmo fio condutor.

A esta tentativa de unificar os diferentes, apagando sua hiância constitutiva em forma de continuísmo, Pêcheux chama de *filosofia espontânea da linguística*. Em outras palavras, quando a Lógica (gramática, teoria do conhecimento, filosofia da linguagem etc.) tenta estabelecer uma teoria universal das ideias, ela o faz a partir de operações que se baseiam no continuísmo espontâneo e natural entre diferentes (PÊCHEUX, 2009, p. 62).

Evidentemente, dois não fazem um, e assim as afirmações científicas acerca dos fatos da experiência se tornam fundamentalmente frágeis. Se são as relações ideais de causa e efeito que permitem à experiência encontrar regularidades empíricas, Hume mostra que não há uma relação de necessidade lógica que seja forte o suficiente para tamponar a descontinuidade que reside o âmago da relação entre causa e efeito. Em outras palavras, a pretensão ideológica de expurgar do interior da língua científica os erros que geram tantos embaraços trata-se de uma assepsia fadada ao fracasso.

[...] Hume acaba por mostrar que a função da causa implica em um colapso das propriedades usuais de tempo e espaço pelas quais apreendemos algo. Como rotura do tempo, ela impede a síntese entre o antes e o depois (para sempre outro). Como alternância entre o semelhante e o dessemelhante, a causação é um corte que limita a extensão; produzindo uma experiência da presença como fugacidade, sem duração possível, como perda (COSTA-MOURA, 2006).

Hume soluciona este problema de forma problemática, colocando o fundamento para a passagem da causa para o efeito no hábito derivado das experiências; contudo, importa menos a solução cética do que o questionamento que Hume deixou para a filosofia. Lacan, no seminário XI (LACAN, 1979), voltou ao problema deixado pelo empirista britânico sobre a questão da descontinuidade que reside o âmago da relação causa/efeito. Para o psicanalista francês, só há continuidade em uma cadeia de fenômenos onde a passagem de um ao outro é natural, o que na filosofia do conhecimento é conhecido como Lei. Já a relação causa/efeito é diferente: esta implica a passagem de uma coisa a outra, diferente, o que pressupõe uma hiância que talha a continuidade. A hiância que habita a relação causa/efeito, afinal, é uma pura negatividade indefinível que cessa a continuidade do definível. A relação causa/efeito distingue-se da lei (científica) por não conter em sua passagem uma homogeneidade, mas sim

uma heterogeneidade (LACAN, 1979, p. 27). Na Lei não há hiância ou descontinuidade, mas sim uma regularidade que faz parecer que todos os corpos obedecem às leis físicas, diferente da relação causa/efeito:

[...] cada vez que falamos de causa há sempre algo de anti-conceitual, de indefinido. As fases da Lua são a causa das marés - quanto a isto, é claro, sabemos que neste momento a palavra causa está bem empregada. [...] Isso não quer dizer nada, há um buraco e algo que vem oscilar no intervalo. Em suma, só existe causa para o que manca/claúdica (LACAN, 1979, p. 27).

Em outras palavras, para aplicar a noção clássica de causa e efeito à uma relação qualquer é necessário, segundo Hume e Lacan, apreendê-la a partir da hiância que reside o núcleo desta relação. Trata-se de uma separação fundamental entre a causa e o efeito, um corte que faz o efeito “para sempre outro” em relação àquilo que o causa. Em outras palavras, para falar em continuidade é preciso falar, em termos epistemológicos, de Leis, e não em causa e efeito: só há causa para aquilo que claudica, para aquilo que apresenta uma falha em seu âmago, logo, não há causa para aquilo que é contínuo, inteiriço e indivisível. A noção de relação implica ao menos dois eventos, não pode haver relação no um. E se há mais de um, dois não podem fazer um: serão para sempre outros, diferentes, condição primeira para que continuem sendo causa e efeito um do outro.

Assim, se Leibniz apontou para a necessidade secreta da contingência, a partir de Hume e Lacan podemos falar de uma contingência secreta na necessidade. Se a natureza da causa é diferente da natureza do efeito, a descontinuidade fundamental que habita o âmago da necessidade coagula a própria noção de necessidade, uma vez que sendo “para sempre outro”, um determinado efeito poderia ter se dado de outra forma, ou ainda, não ter se dado de forma alguma: contingência. No célebre exemplo de Hume, existe uma hiância no âmago da relação que se estabelece entre os diferentes movimentos de duas bolas de bilhar que se chocam. Só se pode falar em continuidade quando se trata de uma única bola de bilhar com seu movimento contínuo. . Justamente por se tratarem de duas bolas de bilhar, em que uma causa o movimento da outra, é que se faz necessário detectar a diferença intransponível dos movimentos. Há uma falha na continuidade do movimento, uma descontinuidade que faz mancar o movimento que passa de uma bola para outra.

É justamente nesse ponto, onde a etiologia não se fecha, que Pêcheux situa o ponto de origem para uma língua histórica, quer seja ela científica ou não. É aí, nesse não fechamento,

nessa incompletude incontornável na cadeia contínua, é que a língua perde seu caráter a-histórico, aquela pretensa continuidade necessária que permite a ilusão de uma língua estável em que os sentidos perduram estanques durante séculos: a ficção científica.

Pêcheux aponta que Leibniz, Russel, Frege, Husserl e os demais filósofos lógicos tentaram ocultar a presença problemática da descontinuidade no âmago da relação causa/efeito que fundamenta as relações necessárias. Aliás, eles fizeram uso da noção de descontinuidade de outra forma, uma mais conveniente: ao categorizarem as diferentes relações necessárias de um lado, e as diferentes relações contingentes de outro, eles retiram da necessidade qualquer possibilidade de contingência, colocando a descontinuidade para fora da língua lógica. Esta relação contígua entre causa e efeito fundamenta outra relação contígua, a saber, entre lógica e retórica, que por sua vez fornece um método aparentemente seguro para separar ciência e senso comum, além de proporcionar um método que separa, através do exame de marcas internas, se um modo de uso da língua é adequado ou não à produção de conhecimento científico (PÊCHEUX, 2009, p. 64). Sendo necessária, não-contingente, a língua científica supostamente pode ser estável, a-histórica, universal, essencial. A língua cotidiana da arte, da religião, da moral e dos costumes, ao contrário, é repleta de contingências que a tornam imperfeita.

Diversas soluções lógicas para tal impasse apareceram de diferentes formas na história da filosofia, embora o fio condutor tenha sido sempre o mesmo: a subordinação da contingência à necessidade. Esse movimento possibilitaria, aparentemente, tratar todos os seres e eventos de forma lógico-matemática, aplicando sobre eventos e seres morais, políticos, artísticos e religiosos as mesmas operações que se realiza sobre a linguagem “científica” (PÊCHEUX, 2009, p. 63).

Idealmente falando, toda expressão subjetiva, mantendo-se idêntica à intenção de significação que lhe cabe em um momento dado, pode ser substituída por expressões objetivas, tudo o que é pode ser conhecido ‘em si’ e seu ser é um ser determinado quando ao seu conteúdo, um que se apoia sobre estas ou aquelas ‘verdades em si’. Ao ser-em-si correspondem as verdades em si e a estas, por sua vez, correspondem enunciados fixos e unívocos (HUSSERL, 1967, p. 105).

Pêcheux então lança luz sobre os entraves que impedem que cada um dos projetos de reparação e assepsia da língua alcancem seus objetivos. Nem a reparação pela gramática, nem a esterilização da língua lógica, tampouco o encobrimento da natureza dos vínculos pode

ultrapassar tais obstáculos. De fato, embora culminem em soluções diferentes, as três vias têm como denominador comum o movimento de recobrimento do contingente pelo necessário, um movimento ideológico que busca apagar a oposição entre ciência (conhecimento seguro), de um lado, e senso-comum (ignorância, superstição e mito), de outro. Uma neutralidade oportuna: ainda que pareça conveniente à ciência que exista tal cisão, importa dissimular sua origem, importa fazer parecer que tal divisão/conformidade tenha sua gênese na própria essência da língua (língua original, perdida, fendida, mas corrigida), e não na filosofia lógica da linguagem: é preciso corrigir dissimulando o próprio efeito corretor. No entanto, afirma Pêcheux (2009, p. 65), na semântica do século XX essa suposta neutralidade assume caracteres ainda mais cínicos: ela continua apagando a origem da separação/conciliação através do par lógica/retórica, no entanto ela inverte a importância e instaura a subordinação da lógica em virtude da retórica.

Na relação de causa e efeito, dois não fazem um: só há causa para aquilo que claudica, falha. Só há causa para aquilo que é descontínuo, para a relação que manca. E se não existe continuidade entre causa e efeito, mas sim uma descontinuidade fundamental, não só o recobrimento da lógica sobre a retórica está ameaçado, mas também a própria linguagem lógica: esta não poderia chegar a lugar algum sem os dados fornecidos historicamente pela experiência.

A hiância, portanto, marca a separação incontornável entre as partes que compõem qualquer relação. Tal separação entre as partes, sendo irreparável, aponta para o caráter contingente das relações, uma contingência secreta no seio do necessário. E a contingência das relações, por sua vez, evidencia o acaso, a casualidade, a possibilidade, a vicissitude e a imprevisibilidade das relações, ou seja, a contingência das relações aponta para o caráter errante que fundamenta o modo de ser de cada uma das partes envolvidas nas relações. As relações de continuidade e necessidade só podem se instaurar na medida em que dissimulam o fundamento errante de cada um dos entes fundadores de uma dada relação. Mas de que forma pode-se ver o funcionamento da hiância na língua? Quais são seus efeitos? No próximo subtópico será apresentada uma prova material da errância contingente que habita o processo de significação, a saber, a prova do silêncio.

2.1.4.1 SILÊNCIO E HIÂNCIA

Falar sobre Silêncio ecoa incoerência, empreitada fadada ao colapso. Mais um palavrório? E palavrório a respeito do silêncio? Assemelha-se a lançar luz em um quarto escuro na tentativa de observar a própria escuridão.



Figura 1: Silêncio. Autor: João Flávio de Almeida

A primeira distinção necessária diz respeito à dimensão do silêncio que será abordada nesta pesquisa, a saber, um silêncio concebido não pela negatividade e passividade em relação à fala, mas sim pela atividade positiva de sua presença, evidência de uma relação fundamental entre o dito e o não-dito. Isso implica afirmar que há silêncio em cada palavra dita, que o silêncio atravessa toda a linguagem e, paradoxalmente, fala. “Quando o homem, em sua história, percebeu o silêncio como significação, criou a linguagem para retê-lo” (ORLANDI, 2007, p. 27).

Faz-se necessário salvaguardar tal concepção de silêncio de certo misticismo reprovado por diversos filósofos (NASSIM, 2000), patente nas tentativas de se tomar como ponto de partida outro silêncio, o que supostamente existia antes da humanidade (nem negativo nem positivo), ou seja, antes que o silêncio pudesse ser apreendido em sua relação com a significação. De outro modo, a relação de coexistência entre silêncio e linguagem impossibilita considerarmos linguagem sem silêncio, e da mesma forma, o contrário. Orlandi (2007, p. 23) já resguardava: “Fundador não significa ‘originário’, nem o lugar do sentido absoluto. Nem tampouco que haveria, no silêncio, um sentido independente, autossuficiente,

preexistente”. Essa aproximação entre linguagem e silêncio, contudo, nos permite observar suas formas de funcionamento: enquanto no silêncio o sentido, o sujeito e a história se movem errantes, na linguagem impera a sedentarização (ORLANDI, 2007, p. 25).

A língua (falada e escrita) é o espaço que imaginariamente é endereçado à sedentarização, onde supostamente ocorre a domesticação da contingência que erra no silêncio. Isso quer dizer que no silêncio os sentidos são livres como as ondas do mar: contingentes, plenas, disformes, inapreensíveis. Quando o silêncio é percebido como significação, o que ele significa não é um ‘nada’, uma falta, mas sim um ‘todo’ indefinível, uma pluralidade incontável e indizível de sentidos que emanam da mais plena possibilidade contingente. Quando o silêncio é colocado em questão e potencializado como um possível vir-a-ser, ele significa ‘tudo’ - não a plenitude na linguagem, mas sim no silêncio. “[...] se pode perceber o silêncio como o estado primeiro, aparecendo a palavra já como movimento em torno. Na perspectiva que assumimos, o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é” (ORLANDI, 2007, p. 31).

Neste aspecto, o momento da fala é a interdição da significação do silêncio: ‘tudo’ parece ser demais (TFOUNI, 2008). Quando o silêncio é reconhecido como significação é como se a humanidade fosse colocada diante da plenitude do universo, de uma quantidade incalculável de sentidos. Paradoxalmente, a tranquilidade do silêncio se mostra inquietante demais, abrangente demais, indefinível demais. A fala surge, então, como aquilo que visa interromper essa plenitude de sentidos e interditar essa passagem do todo pela significação.

A fala é o estabelecimento de vínculos linguísticos e discursivos, no entanto, quando se estabelece um vínculo, deixa-se de estabelecer todos os outros possíveis. Todavia, uma complexa teia de possíveis e impossíveis entram em jogo neste momento. Tomemos, como Tfouni (2008) e Milner (1987), a metáfora dos dados. Antes do interdito, ou seja, antes da fala, o dizer é da ordem do possível e do impossível, concomitantemente. Possível, por que os dados ainda não foram jogados e os números finais são desconhecidos, logo pode ser qualquer um, ou mais: é possível que os dados não sejam jogados. Essa metáfora nos ajuda a entender que, antes do lançamento das palavras, nada foi dito, e tudo pode vir-a-ser-dito. Todos os dizeres estão em forma de potência, aguardando a atualização (materialização) de um; ou mais, é possível que nenhum dizer seja atualizado e trazido para o campo (jogo) das palavras. Por outro lado, antes do interdito o dizer é também da ordem do impossível: impossível significar. Como nenhum corte ainda foi feito no silêncio significativo, nenhum sentido ainda foi levado

para o campo verbal. De igual forma, a significação no silêncio é também possível e impossível. No silêncio, como já vimos, ela é pura possibilidade contingente, já que nada foi dito. Mas também é impossível, por que se os dados não forem jogados (se a palavra não for tomada), o dizer será um possível eternamente aguardando seu devir, ou seja, impossível de ser atualizado.

O possível e o impossível coexistem também o processo de significação pós-interdito. Agora que a palavra foi tomada (dita, escrita, cantada, pintada etc.) e um enunciado foi emitido na tentativa de significar, é impossível esta palavra não-ser ou vir-a-ser-outra: ela se atualizou, se materializou. Já a significação é da ordem do possível, justamente por que pela hiância algum silêncio escorreu para o interior do verbal. Ou seja, apesar da tentativa de se estabelecer um único sentido para aquele enunciado, é sempre possível ao sentido não-ser, vir-a-ser-outro, ou vir-a-não-ser. Em outras palavras, não é por que se disse que se significou. E se significou, não é necessariamente impossível que os sentidos não venham a ser outros, ou incompletos, ou equivocados.

Por isso, o corte do interdito pode ser interpretado como o lançador (ou o lançamento) dos dados na metáfora acima: trata-se de uma necessidade estrutural e lógica da linguagem, ou seja, é preciso que algo faça com que o silêncio deixe de ser apenas a possibilidade de significar (apenas o vir-a-ser do discurso, sempre em suspenso), colocando-o em movimento e fazendo com que a significação se instaure. Nossa proposta é que é o corte do interdito que põe a linguagem em movimento e faz com que a significação se instale (TFOUNI, 2008, p.358).

O momento da tomada da palavra é, portanto, o interdito que Pêcheux e Gadet (2004) apontaram como sendo a interrupção da passagem plena e contínua da significação total: “o campo do interdito na linguagem é, assim, estruturalmente produzido pela língua, do interior dela mesma” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 30). Quando os dados são lançados, já não há mais como um resultado não vir-a-ser, e de todos os resultados contingentes um emergirá necessariamente. Dito de outra forma, quando os dados são lançados, a contingência vira necessidade, e a multidão de possibilidades torna-se uma única realidade. Quando a fala surge, toda potência incontrolável do silêncio é cortada e fracionada numa tentativa de ordenar, compreender e sedentarizar os sentidos. Deste momento em diante a totalidade da significação passa a ser interdita pela fala para então se tornar calculável (ORLANDI, 2007), logo, menos intimidante e aterradora.

O ato de falar é o de separar, distinguir e, paradoxalmente, vislumbrar o silêncio e evita-lo. Este gesto disciplina o significar, pois já é um projeto de sedentarização do sentido. A linguagem estabiliza o movimento dos sentidos. No silêncio, ao contrário, sentido e sujeito se movem largamente (ORLANDI, 2007, p. 27).

O átimo da fala (o momento da tomada da palavra) é, portanto, o evento de interdição da plenitude da significação do silêncio. É a fala que coloca em movimento a significação e interdita a passagem da totalidade dos sentidos para dentro do dito, ou seja, é a fala que coloca em movimento também o silêncio quando diz uma coisa e silencia uma infinidade de outras possibilidades que não cabem no já-dito. Se no silêncio a significação é pura possibilidade contingente (um pleno vir-a-ser, uma perfeita potência de significação, uma suspensão perene dos sentidos), o momento da fala é o esforço feito para que a significação se instale, pouse e tente fazer morada (TFOUNI, 2012). A língua tomada em sua prática é, portanto, o processo de realizar sucessivos cortes no silêncio na tentativa de que a significação fique cada vez menor, fragmentada, particularizada, e conseqüentemente, mais clara, eficiente e sedentarizada.

Para que a linguagem diga algo (para que se instaurem sentidos linguisticamente), é preciso considerar que esta necessita de um lugar 'outro'. Esse lugar 'outro' ou 'diferente' é o silêncio. Ora, para que a linguagem signifique, ela precisa atualizar sentidos desse silêncio, e ao mesmo tempo, precisa recusar alguns sentidos, pois não é possível dizer dois ou mais enunciados ao mesmo tempo. É assim que lemos a definição do silêncio como espaço diferencial da linguagem (TFOUNI, 2008, p.357).

Este lugar outro para onde escorre a significação é evidência da existência de uma hiância (separação) entre silêncio e linguagem. Tal separação se dá nos seguintes termos: ao mesmo tempo em que algo é enunciado, algo é silenciado. Neste caso, o signo falado se distingue e se opõe radicalmente ao signo silenciado. Fica patente que Orlandi está tratando de três momentos do silêncio: um antes, um durante e outro depois do dito. No silêncio anterior ao dito, todos os sentidos são passíveis de serem postos em relação e vir a ser dito. No momento da tomada da palavra, o silêncio se mostra como a contraparte do enunciado falado, uma oposição positiva, que fundamenta o dizer. Logo depois do enunciado dito, o silêncio aparece como tudo aquilo que não foi dito, silenciado. O produto de tal equação se mostra no final: depois do dito, o sentido no silêncio é igual à totalidade da significação menos

um (o enunciado dito). O dito, portanto, só significa na medida em que destotaliza a significação plena do silêncio, fazendo-lhe um corte, uma hiância que separa irremediavelmente o sentido.

A noção de interdito pode ainda ser expandida. A saber, não apenas o momento da fala interrompe a contingência e instaura a necessidade, mas também o estabelecimento de uma língua qualquer produz efeito semelhante. É natural da língua tentar estabelecer vínculos sedentários entre significantes e significados e se organizar através uma gramática, de uma sintaxe, de uma semântica etc., afastando e opondo-se a uma incontável possibilidade de processos outros de significação. Neste movimento de interdição da plenitude dos sentidos, a língua revela sua faceta mais contraditória. Por ser o recurso usado para reter a totalidade dos sentidos, a língua não pode, ela mesma, carregar em si essa totalidade de sentidos. Ela também é um mero corte no silêncio, apenas um processo de interdição; logo, a língua é a aparência (o visível) de algo maior e muito mais profundo, como as ondas que dão forma e limite às profundezas do mar e interditam sua aparência total: servem de muro, divisa. Ora, se a onda dá contornos ao mar, a onda não pode conter a magnitude e a profundidade do mar: apenas o envolve. Ou seja, a língua, justamente por interditar a significação plena, se defronta com certa impossibilidade: ela é impossível de “tudo dizer” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 32). “A linguagem supõe, pois, a transformação da matéria significante por excelência (silêncio) em significados apreensíveis, verbalizáveis. [...] Ao tornar visível a significação, a fala transforma a própria natureza da significação” (ORLANDI, 2007, p. 33).

A língua, quando interdita as possibilidades e determina o resultado do lançamento dos dados, se depara com uma verdade fundamental: a impossibilidade de fazer passar a totalidade do sentido (que residia no silêncio) para o recorte cerzido pelo dizer. O real da língua, ou seja, sua condição incontornável, é sua impossibilidade de tudo significar (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 7). Se mal interpretada, esta afirmação pode parecer desproporcional. De fato, o corte operado pela língua na significação do silêncio diz respeito a uma pequena parcela dos sentidos: a língua, enquanto corte, significa muito pouco diante da imensidão de significados que habitam o silêncio.

No silêncio, portanto, não existem vínculos que sedentizam os sentidos, ao passo que a fala se dá justamente atando (ilusoriamente) significantes e significados, bem como relacionando signos opostos. Uma contradição se evidencia nesta passagem do silêncio para o dito: o interdito corta atando, separa instituindo supostas uniões. Em outras palavras, a

sedentarização da palavra se dá justamente através de um corte no silêncio que “costura” um significante a um significado, diminuindo a dimensão e as possibilidades do sentido. O interdito, enquanto corte, separa e opõe silêncio/dito, uma hiância que aparta irremediavelmente o lugar da possibilidade errante em oposição ao lugar do dizer sedentarizado. No entanto, o lugar da sedentarização também é marcado por espaços lacunares por onde emana silêncio para dentro da língua. Esta hiância inexorável revela o fracasso do projeto de significação plena através da linguagem (TFOUNI, 2008). Assim: “o silêncio, mediando as relações entre linguagens, mundo e pensamento, resiste à pressão de controle exercida pela urgência da linguagem e significa de outras e muitas maneiras” (ORLANDI, 2007, p. 37).

Esse escoamento de silêncio para o interior da língua, através da hiância que separa e opõe língua/silêncio, bem como significante/significado e signo/signos, é a presença do impossível na palavra, da não-estabilização plena dos sentidos, ou seja, é a cissura por onde a contingência e o possível emanam do silêncio e se instalam no interior da palavra e da língua. Assim, por mais que se façam cortes no silêncio em sucessivas e intermináveis tomadas de palavra, explicações, aulas, sermões, comícios, palestras e discussões, o silêncio que emana pela hiância traz consigo o impossível para o interior da linguagem: é a impossibilidade de tudo comunicar, a impossibilidade da clareza plena e da estabilização completa.

Percebemos que o silêncio [...] não pode se atualizar como um todo: tem que sobrar algo não atravessado pela linguagem (um resto). E, para haver dizer, é preciso que não se diga tudo, é preciso o interdito. O silêncio é o espaço do múltiplo, é a condição de vir-a-ser do discurso (TFOUNI, 2008, p.361).

No silêncio a significação é plena errância contingente, o lugar-outro onde os vínculos ainda não foram estabelecidos. O silêncio é o lugar do não-conhecimento, do non-sense, e por isso mesmo fora da história. Evidentemente, para que haja linguagem faz-se necessário sedentarizar a errância do sentido no silêncio, pois no silêncio o sentido simplesmente “é”, sem laços, amorfo (SAUSSURE, 1995). Para que o sentido se materialize na linguagem, o interdito realiza um corte na plenitude do sentido no silêncio, e a significação ata, tão forte quanto puder, um significante a um significado, sedentarizando-os, diminuindo suas possibilidades contingentes e lançando-os na história. Por isso, importa neste momento analisar de forma mais demorada a forma com que a língua se lança no projeto de construção de vínculos entre significante e significado, bem como entre signos e outros signos, numa

tentativa de estabilizar e domesticar a contingência errante do silêncio. Estes vínculos serão buscados na teoria do arbitrário e do valor do signo, em Saussure.

2.1.4.2 A HIÂNCIA NO/DO SIGNO EM SAUSSURE

Desde Aristóteles a causalidade, e mais especificamente a "causa primeira", constitui o princípio da dedução de todos os efeitos possíveis. Esse conceito persistiu desde então chegando até a filosofia moderna, fundamentando tanto doutrinas idealistas quanto materialistas e mecanicistas. Tal noção de causalidade parece forçar a linguística a inquirir sobre a origem da língua, daquilo que a causou. Evidentemente não existem registros que narram a origem das línguas, levando historiadores e pensadores da linguagem a exaustivas investidas idealistas muito mais parecidas com mitos que fatos. Saussure, de outra forma, ao invés de buscar a causa da língua no passado, o faz olhando para a própria materialidade da língua, para seu próprio funcionamento: na linguística saussuriana as causas da formação dos signos são o arbitrário e o valor. Este abandono do projeto de buscar a origem das línguas olhando para o passado foi um importante passo que tornou possível avançar nos fundamentos dessa ciência (BARRETO, 2010).

Este movimento saussuriano de colocar a causa da língua no arbitrário e no valor se mostra de grande importância para esta tese. A partir de tal corte se pode chegar à seguinte articulação: se entre a causa e o efeito da língua existe uma hiância, por serem de naturezas distintas (dois não fazem um), a contingência secreta da causalidade se torna ainda mais patente diante de uma origem arbitrária que vale pela diferença. Torna-se latente, por outro lado, que o movimento de colocar a origem da língua em seu próprio funcionamento permite a Saussure atribuir-lhe um caráter sistemático, “minuciosamente - e, poderíamos dizer, matematicamente - delineado, de modo que conceitos como significante e significado cheguem a um considerável nível de abstração” (SANTOS; CHISHMAN, 2015).

Não obstante, a tese de que uma hiância (descontinuidade) reside no âmago da língua é atestada pelo próprio Saussure, quando ele indica que os elementos que constituem o signo são marcados pela “oposição que os separa, quer entre si, quer do total de que fazem parte” (SAUSSURE, 2006, p. 81). O pensador genebrino está apontando para o fato de que existe uma separação (e oposição) fundamental entre significante e significado, mas também entre um

signo e outro, uma hiância atestada pela noção de *arbitrariedade do signo* bem como pelo *valor do signo*.

Inicialmente a filosofia de Saussure se dá de forma negativa (ou não empírica), ou seja, a língua como um sistema isolado de signos é apreendida muito mais pelo que ela não é. Essa possibilidade de apreensão, ainda que negativa, só cabe ao conceito de *língua*, uma vez que sua causa (origem) está na própria língua, no próprio sistema: na arbitrariedade do signo. Esta estrutura origem de si mesma faz da língua um sistema homogêneo e minimamente apreensível, diferente da linguagem, cuja complexidade faz com que não se possa determinar sua causa. A língua, para Saussure, é passível de ser delineada como um sistema: como implica validação social, ela é um sistema que circunscreve o que é comum a totalidade dos falantes de um dado grupo; assim, o sistema da língua como *instituição social* está propenso a ser compreendido, corrigido e instrumentalizado. E o caminho Saussuriano para salvaguardar a instrumentalização e o bom uso da língua se dá através de uma nova separação, a saber, uma descontinuidade entre *langue* (língua) e *parole* (fala). Esta última é vista como uma parte acessória e “mais ou menos acidental” (SAUSSURE, 2006, p. 22), o que permite conceber a língua como *lado estrutural da linguagem*, isolável, analisável, instrumentalizável. “Vale frisar que tal sistema linguístico é considerado autônomo, ou seja, independente do uso individual, já que, para o teórico genebrino, língua é aquilo que o falante utiliza de forma passiva, sem que reflita ou intervenha sobre tal estrutura” (SANTOS; CHISHMAN, 2015).

Seguindo o fio condutor que nos guiou até aqui, a saber, a correção e a assepsia da língua, chegamos em um Saussure que compreende a língua como sistema que, por não ter causalidade externa, mas interna, concebe a língua como um sistema linguístico cuidadosamente delimitado, fechado e cabal em si mesmo, como se o mito de Babel jamais tivesse corrompido seu próprio mito Adâmico. Este sistema é como um

[...] tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo (SAUSSURE, 2006, p. 21).

Este sistema é constituído por signos, estruturas mentais tangíveis que podem ser registradas por meio da escrita, ou compartilhada através da fala (SAUSSURE, 2006, p. 32). Os termos *significante* e *significado* indicam “a oposição que os separa, quer entre si, quer do

total de que fazem parte” (SAUSSURE, 2006, p. 81). A definição de significante, segundo Saussure, é a de uma imagem acústica que “pode traduzir-se numa imagem visual constante. [...] cada imagem acústica não passa [...] da soma dum número limitado de elementos ou fonemas, suscetíveis, por sua vez, de serem evocados por um número correspondente de signos na escrita” (SAUSSURE, 2006, p. 23). Logo, a língua é como “o depósito das imagens acústicas, e a escrita a forma tangível dessas imagens” (SAUSSURE, 2006, p. 23).

A língua, enquanto sistema de signos, permite identificar os elementos fundamentais da função significante da língua, ou seja, os elementos que são funcionais dentro de um sistema que cria signos distintos, separados ainda em seu berço psíquico. Em Saussure, o fundamento psíquico das imagens acústicas se evidencia pela possibilidade da construção de enunciados estritamente mentais, que fazem uso do significante psíquico que pode (ou não) ser materializado em palavras escritas ou faladas (SAUSSURE, 2006, p. 80). Logo, como não é necessário materializar essa impressão para fazer uso da língua, o significante é delineado como uma “imagem interior no discurso”, sendo a fala e a escrita apenas formas de manifestação da imagem acústica. A manifestação do significante se dá sempre de forma linear. O significante “[...] desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo: a) representa uma extensão, e b) essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha” (SAUSSURE, 2006, p. 84). Em outras palavras, o significante é a contraparte do signo que se refere a uma imagem acústica em um contexto psíquico, sendo realizável sonoramente e também registrável pela escrita.

Já o significado é a outra face do signo, que inicialmente aparece definido como “conceito”. Esta noção aparece também, em Saussure, como “fato de consciência”, sendo responsável por suscitar a imagem acústica (SAUSSURE, 2006, p. 19). O significado é considerado a parte mais abstrata do signo, o que justifica Saussure caracterizar o significante como “material”. Diante do projeto de sistematização da língua, fica patente o motivo pelo qual o autor confere realce ao significante, que é mais sistematizável e descritível que o significado.

Em Saussure o significado tem que ver com a noção de “ideia”, de conceito que define e explica o referente a partir do significante. Assim, o significante “elefante” teria como significado algo como “grande mamífero terrestre, paquiderme da família dos proboscídeos, de pele rugosa, com grande tromba flexível e defesas de marfim que chegam a pesar mais de

setenta quilos”. Mais adiante, em sua obra, a noção de significado aparecerá na forma de significação:

Tomemos, inicialmente, a significação tal como se costuma representá-la e tal como nós a representamos [...] Ela não é [...] mais que a contraparte da imagem auditiva. Tudo se passa entre a imagem auditiva e o conceito, nos limites da palavra considerada como um domínio fechado existente por si próprio. (SAUSSURE, 2006, p. 133).

No entanto, como já observado anteriormente, a característica do signo mais cara a esta tese é a da diferença, da descontinuidade entre as partes que o constituem e que se apresentam na forma de arbitrariedade e valor. Por ser a junção do conceito com a imagem acústica, o signo foge “à vontade individual ou social, estando nisso seu caráter essencial” (SAUSSURE, 2006, p. 25). No signo, a relação que se estabelece entre significante e significado é designada principalmente pela “oposição que os separa, quer entre si, quer do total de que fazem parte” (SAUSSURE, 2006, p. 81). Assim, é preciso que socialmente exista um consentimento, uma convenção social, para que a o significante “cadeira” possa estar ligado à ideia de “assento de costas para uma só pessoa”. Tal convenção social impede, por exemplo, que um indivíduo passe a colar o significante “cadeira” à ideia de “grande mamífero terrestre, paquiderme da família dos proboscídeos, de pele rugosa”. Eis a contradição do signo: embora a força de tais convenções não possa ser desfeita com facilidade, nada assegura que tais relações sejam continuidades, extensões de um no outro. Embora o signo seja compreendido como moeda de duas faces, onde significante não existe sem significado, nada justifica que um determinado significante tenha relação de contiguidade com um dado significado.

Como a relação entre significante e significado é arbitrária, imotivada, conclui-se que não há nenhuma relação natural entre as duas partes da relação, e por isso mesmo são independentes e interdependentes ao mesmo tempo. Não há um significante verdadeiro, qualquer um pode ser válido, a depender do contexto e do grupo social que toma aquela palavra. A noção de arbitrariedade impele a assumir que um significante não está “atado” a um significado equivalente, o que por sua vez induz a outra assunção: a de que um signo pode descosturar sua relação e se reconstituir de outra forma. Apesar da complexidade do movimento, um significante pode enlaçar-se a outro significado em um dado momento. Logo, a união que resulta de um signo não é imutável, um significante não está atado de forma necessária a um significado, o que permite que uma língua ganhe vida e se transforme. Em

Saussure significante e significado jamais se equivalem. A hiância que separa a ideia da forma não indica proporcionalidade, ao contrário: indica separação, descontinuidade. Um não corresponde ao outro, são dois “entes” distintos atuando na significação.

Segundo Bouquet (1997), o arbitrário aparece em dois níveis. O primeiro diz respeito à arbitrariedade interna do signo, manifesto na descontinuidade existente entre o que o significante e o significado, imotivados um em relação ao outro (SAUSSURE, 2006, p. 83). O segundo nível concerne ao arbitrário sistêmico, concernente ao corte realizado pelo signo a partir da noção de massas amorfas, ou seja, entre um signo e suas materializações. Este nível atesta a arbitrariedade da relação que se estabelece entre o conceito de um determinado signo e as diferentes formas possíveis de manifestação significante que lhe podem ser atribuídas.

A noção de descontinuidade, portanto, aparece de forma notória na constituição interna do signo, em sua arbitrariedade contingente. No entanto, tal hiância contingente aparece também na exterioridade do signo, ou melhor, na relação que um signo estabelece em relação a outros, relações de diferenças relativas, ou seja, só existem como efeitos da união de diferenças já negativas em si mesmas. Nesse ponto surge, a partir de Saussure, a necessidade de se particularizar a *arbitrariedade* do signo da noção de *valor*, a medida que reveste um signo na presença de outros.

Foi só no último dos três cursos que Saussure expôs a Teoria do Valor. Essa concepção teórica fundamenta o funcionamento da língua enquanto sistema, juntamente com as noções de arbitrariedade do signo, linearidade do significante, a delimitação do significado e do significante como parte fundamental do signo linguístico e a separação/oposição entre “língua”, “linguagem” e “fala”. O signo não existe sozinho, ele só existe como parte de um sistema e nas relações construídas a partir dele. Sozinho, um signo jamais poderá ser tomado em relação direta, de contiguidade, entre coisa e palavra. Não há nada no signo que permita essa ligação direta entre as coisas do mundo sensível e seus respectivos nomes. Assim, quando se observa tanto o conceito da palavra quanto seu aspecto material, “jamais um fragmento de língua poderá basear-se, em última análise, noutra coisa que não seja sua não-coincidência com o resto” (SAUSSURE, 2006, p. 137).

a “teoria do valor” foi exposta por Saussure principalmente durante o último dos três cursos que ele ministrou no início do século XX, na Universidade de Genebra. Essa elaboração teórica saussuriana consiste em um princípio fundamental para o funcionamento da língua enquanto sistema, e só pôde ser desenvolvida por Saussure a partir da delimitação de todos os

outros aspectos e princípios linguísticos por ele expostos nos cursos, tais como a arbitrariedade do signo, a linearidade do significante, a definição do significado e do significante como constituintes do signo linguístico e a distinção entre língua, linguagem e fala.

O conceito de valor concerne tanto à noção de significação quanto à de sentido, aparecendo ora como sinônimos ora como contrapartes. Neste texto não nos deteremos em discutir se tais noções devem ou não serem tomadas como sinônimos, tampouco quando elas deveriam se aproximar ou se distanciar. Ressalta-se apenas que no CLG valor e significação são termos aparentemente distintos, onde o primeiro aparece como um processo do segundo. No processo de significação, o sentido de uma palavra é constituído pelo “concurso do que existe fora dela”, ou seja, a palavra “está revestida de uma significação e de um valor e isso é coisa muito diferente” (SAUSSURE, 2006, p. 134).

[...] a língua, como outros tipos de signos, é, antes de tudo, um sistema de valores, e é isso que estabelece seu lugar no fenômeno. Com efeito, toda espécie de valor, mesmo usando elementos muito diferentes, só se baseia no meio social e na força social. É a coletividade que cria o valor, o que significa que ele não existe antes e fora dela, nem em seus elementos decompostos e nem nos indivíduos (SAUSSURE, 2002).

Enquanto sistema, os termos de uma língua são de alguma forma solidários entre si, constituindo uma interdependência negativa: um signo é a contraparte dessemelhante de outros signos. Isso implica dizer que a significação de um signo depende da diferença que ele estabelece em relação aos demais, afinal, o sentido de uma palavra só irrompe em presença antagonista de outras palavras. Logo, o valor de um signo pode passar por viragem, a despeito da salvaguarda de sua significação, apenas deslocando-se o sentido de outro signo com o qual o primeiro tivesse relação. Na relação que se estabelece entre valor e significação, o valor aparece como materialização da significação através da relação que os signos mantêm entre si, pela situação de interdependência negativa entre os termos (BASÍLIO, 2013). A língua é “um sistema em que todos os termos são solidários e [que] o valor de um resulta tão somente da presença simultânea de outros” (SAUSSURE, 2006, p. 135). Os valores são “definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são” (SAUSSURE, 2006, p. 136).

Se tomarmos o signo como termo isolado, podemos dizer que há nele um conceito (significado/significação) que é a contrapartida de uma imagem acústica. Por outro lado, se pensarmos no sistema, veremos que os signos, relacionados uns aos outros, produzem um valor que seria a contrapartida dos termos coexistentes na língua. Portanto, Saussure faz a diferença entre sentido (significação), como pertencendo à ideia de signo, isolado do sistema; e valor, enquanto dependente do sistema (NÓBREGA, 2004, p.103).

O valor é um componente do sentido, contudo, ao mesmo tempo em que o sentido depende do valor, permanece distinto dele. Em outras palavras, na significação o valor de um signo procede da presença e da ausência de signos, na intersecção dos eixos sintagmático e paradigmático. O valor *in absentia*¹⁹ do signo, se divide inicialmente em valor interno valor sistêmico. O valor interno se desenvolve em três tipos de valores: o significado como valor do significante, o significante como valor do significado e, finalmente, significado e significante um como valor do outro (NÓBREGA, 2004). A noção que coloca o significado como valor do significante é a que comumente se compreende como valor, mas este seria apenas um dos aspectos do valor. No segundo caso há uma inversão: coloca-se o significante como valor do significado; Bouquet (1997) afirma que isso é possível em certos casos analíticos, ainda que se exija um exercício de reflexão mais profundo. O terceiro caso, quando ambos servem de valor para ambos, funcionaria dentro da lógica de que significante e significado são imanentes quando a língua está em movimento. Já o valor sistêmico se divide em dois: valor fonológico e valor semântico. Tais divisões são meramente metodológicas, uma vez que tais valores aparecem de forma amalgamada no momento da fala.

Por outro lado, o valor *in presentia*²⁰ diz respeito à oposição entre as unidades no eixo sintagmático que se evidenciam no interior de uma frase ou de um texto. Neste caso, cada unidade adquire seu valor em oposição às unidades que a circundam. Dito de outra forma, uma determinada palavra é aquilo que as outras não são, e por isso significa o que as outras não significam.

O valor de uma palavra subordina-se à relação com os signos que se situam ao redor dela. A significação, na constituição interna do signo, aparece inicialmente como contraparte da imagem acústica, mas depois emerge como contraparte de outros signos coexistentes, ou seja, na constituição externa do signo. Esta valoração externa do signo se dá sobre um

¹⁹ Do latim, “em ausência”.

²⁰ Do latim, “em presença de”.

princípio paradoxal: ao mesmo tempo em que o valor aparece como algo que pode ser trocado por outra coisa (como uma moeda de um real pode ser trocada por um pão), ele pode também ser comparado com outras coisas semelhantes (moedas de cinquenta centavos, vinte e cinco centavos etc.). Neste aspecto, a noção de valor como contraparte se dá concomitantemente nas duas relações: existe uma hiância (descontinuidade) que separa um signo do outro, contudo, uma separação que confere interdependência às partes, que as liga por semelhanças comparáveis ou por diferenças trocáveis (SAUSSURE, 2006, p. 162).

Dito de outra forma, na significação o valor *in presentia* do signo não é imputado por uma simples diferença, mas por dois tipos distintos de diferenças. Logo, para delinear o valor de uma palavra é preciso levar em consideração as demais palavras pelas quais ela poderia ser trocada bem como trazer à tona as palavras mais ou menos semelhantes com as quais ela possa ser comparada. No enunciado “Minha solidão se alegra com essa elegante esperança” (BORGES, 2007), o termo *solidão* vale pela diferença que emerge da possibilidade de trocas (por exemplo, por termos como companhia, amizade, casa, performance etc.), mas também pela diferença que se estabelece por comparações (por exemplo, isolamento, exílio, misantropia etc.). Assim, a noção de valor linguístico decorre de três tipos de relações: uma interna (entre significante e significado), uma relação em ausência e outra em presença de outros signos.

Esta dupla contrapartida do signo implica o processo de significação em duas linhas de orientação: uma horizontal, sintagmática, e outra vertical, paradigmática. Segundo Godel (1969, p. 72), em Saussure as duas formas de diferenciação do signo aparecem ao mesmo tempo na significação: o valor de uma palavra decorre de certa possibilidade de troca ou comparação (eixo paradigmático) e de uma relação linear estabelecida no interior de uma frase (eixo sintagmático).

Em ambos os eixos, o signo tem seu valor imputado pela diferença estabelecida com outros signos, estejam eles presentes ou não no enunciado. É na hiância entre eles que se sustenta a relação negativa que condiciona seus valores. Quando se estabelece algum tipo de vínculo entre eles, quando são colocados um na presença do outro, os signos assumem concomitantemente dois tipos de agrupamentos: “cada unidade não vale e não realiza sua função senão pela combinação que lhe é dada [...] cada elemento não dispõe livremente do seu sentido, mas somente por combinação” (GODEL, 1969, p. 232, tradução nossa).

Até agora vimos a negatividade do sistema linguístico, ou seja, a pura diferença que faz parecer que a língua seja desprovida de substância: “Quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta nem ideias nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes deste sistema” (SAUSSURE, 2006, p. 139). Mas isso não é tudo o que Saussure atesta sobre o signo e o processo de significação. Logo depois Saussure alerta que o signo, tomado em sua totalidade, é um fato positivo: “dizer que na língua tudo é negativo só é verdade em relação ao significante e ao significado tomados separadamente: desde que consideramos o signo em sua totalidade, achamo-nos perante uma coisa positiva em sua ordem” (SAUSSURE, 2006, p. 139). É somente enquanto algo positivo que o signo pode adquirir caráter material, afinal, ele é também composto por um significante, uma materialidade positiva que, quando posta em relação em relação com os demais, não apresenta apenas uma diferença, mas também uma oposição.

Em outras palavras, em um primeiro momento a relação entre os signos é caracterizada pela diferença, mas posteriormente a noção de diferença se condensa, se torna mais radical e definitiva: se torna oposição. Os diferentes não necessariamente se opõem, podem, aliás, conviverem pacificamente em um dado espaço. Já a noção de oposição acentua a distância que se estabelece entre diferentes signos. Na oposição está implícita certa rejeição, certa força ativa que repele um signo do outro, e os afasta. Assim, diferença e oposição constituem o signo, mas a primeira noção se sustenta na negatividade, enquanto a segunda se estabelece na positividade do signo (SILVA et al., 2016). “[...] limitado no total de ideias positivas que ele é no mesmo momento, chamado a concentrar em si mesmo. Ele só é limitado negativamente pela presença simultânea de outros signos, e é, portanto, inútil procurar qual é o total de significações de uma palavra” (SAUSSURE, 2006, p. 72).

Das reflexões decorrentes do pensamento saussuriano, a mais cara a esta tese é a que atesta que o sistema, por ser constituído por diferença e oposição, é um sistema aberto. Um signo não se apoia no outro, um se distingue do outro, se opõe e se afasta do outro, logo, sempre podem entrar outros signos no sistema. Ademais, é preciso assumir que é muito maior o que não está no sistema (o impossível) do que o que lá está: ele se organiza para fora, abrindo, e não para dentro, fechando. A oposição positiva entre os signos atesta, afinal, a materialidade positiva da hiância que separa um signo de outro, ao mesmo tempo em que assegura o caráter errante do signo em relação aos demais signos.

A ausência de vínculos que reside o valor do signo é percebida no caráter contingente das relações que se estabelecem. Os valores continuam a ser inteiramente relativos justamente por que o vínculo que liga ideia e som, significante e significado, e um signo e a outros signos, é radicalmente arbitrário. Se assim não o fosse, o valor apareceria como força absoluta, necessária e encerrada sobre si mesma. Mas é justamente porque o contrato social que estabelece o sistema é arbitrário é que os valores são fundamentalmente contingentes e relativos.

Do ponto de vista da causalidade, em Saussure tem-se que assumir que a causa do signo é a arbitrariedade e a diferença opositiva: há uma hiância fundamental que separa referente, significante e significado, a mesma descontinuidade que separa e opõe um signo de outro signo. No dizer, essa hiância que separa e opõe cada parte do signo é estrutural e intransponível; nestes termos, a noção de hiância se torna mais pertinente que as noções de corte e descontinuidade, pois a primeira diz respeito a um estado estrutural de distância, e as outras duas se referem a gestos secundários de fratura de algo que antes foi inteiro. A língua nunca foi inteira, como uma plenitude adâmica estilçada pelo erro. Só no silêncio o sentido é pleno, na língua ele emerge separado do significante e do referente - uma separação entre partes que jamais foram “um”. É nesta separação entre as partes, e na movência mais ou menos contingente entre elas, que sustentamos a hipótese da errância: na impossibilidade de unidade, ou melhor, nas andanças do significado em relação ao significante e ao referente. No entanto uma contradição surge no horizonte do signo e da significação: se por um lado é a língua que coloca a significação em movimento, ela o faz estabelecendo vínculos que em alguma medida sedentarizam os movimentos e as possibilidades do vir-a-ser dos sentidos.

2.1.5 DA ERRÂNCIA À ILUSÃO DE SEDENTARIZAÇÃO

Fundamentados nas noções anteriormente elencadas, passamos, neste subtópico, a falar em termos de errância, nomadismo e sedentarismo em relação ao uso que se faz da língua em diferentes campos do conhecimento. Neste texto, tal designação será sustentada pelo fio condutor que Pêcheux estabeleceu nos primeiros capítulos de Semântica e Discurso, que se sintetiza na compreensão do efeito Münchhausen em relação à problemática da instrumentalização ideológica e discursiva do erro. Esta noção pode ser formulada da seguinte forma: somente quando se concebe uma língua perfeita perdida, maculada pelo erro, é que se

pode conceber a possibilidade e a necessidade do aperfeiçoamento corretivo da língua de que se dispõe para fazer ciência, religião, pedagogia, política, direito etc. Este fenômeno é nomeado como efeito Münchhausen²¹, por Pêcheux, por causa do personagem que se sustenta no ar puxando-se a si mesmo pelo cabelo (PÊCHEUX, 2009, p. 32). Em outras palavras, é o efeito que instaura justificativas para a existência de um campo teórico a partir do problema que ele mesmo inaugura. A língua imperfeita é muito conveniente para quem sobrevive de corrigi-la.

A principal hipótese desta tese, fundamentada na Análise do Discurso pecheutiana, parte de um princípio diferente. A noção de língua perfeita, uma espécie de língua adâmica original, é substituída por uma língua fundamentada na errância, na pura movência. O fundamento errante da língua, atestado pela hiância que separa cada ente do signo, não comporta a ideia de língua perfeita, tampouco a ideia de erro fundamental, por que na ausência de vínculos não existem erro e acerto, perfeição e imperfeição - a língua apenas “é”. Como visto nas seções anteriores, são os vínculos que possibilitam o juízo (analítico ou sintético), e somente no juízo a posteriori é que se pode aplicar erro e acerto, correto e incorreto, bom e mal. Nestes termos, pode-se acrescentar a Nietzsche (2005), quando o filósofo alemão instiga seu leitor a ir “para além do bem e do mal²²”, um novo convite errante: um retorno “para aquém do bem e do mal”.

Evidentemente nem errância, tampouco sedentarismo, podem ser concebidos em plenitude. A errância, antes de mais nada, é puro movimento sem vínculos duradouros, sem pontos duradouros de parada. Mas se fosse possível conceber os elementos constitutivos fundamentais da língua (significante, significado e referente) despidos de toda e qualquer relação, estaríamos falando de uma não-língua desprovida, inclusive, de movência. O significante é a contraparte necessária do significado, no âmago do signo. No entanto é a significação que retira um dado significante de sua inércia e o correlaciona com um significado que também estava despido de movimentos, estabelecendo um sistema de valor que vigora pela oposição entre os signos. A significação é um processo, só se dá no movimento, na relação em fluxo entre língua e história (ORLANDI, 2007). Logo, a própria língua é o processo de

²¹ Mais adiante, na mesma obra, o efeito Münchhausen aparecerá novamente como modelo teórico para outro funcionamento discursivo, a saber, o efeito ideológico de interpelação.

²² Nesta obra, Nietzsche faz uma apologia à ultrapassagem dos valores morais e éticos, em direção a uma vontade de potência que está além do bem e do mal.

colocar o signo em movimento, conferindo-lhe relações arbitrárias que constituem um sistema de valor. Sentido é "relação a", daí sua opacidade, daí sua força motriz (ORLANDI, 2005, p. 25).

Seguindo o mesmo fio condutor conclui-se que a sedentarização plena da língua também é da ordem do impossível, uma ilusão. A significação não suporta a possibilidade de uma relação acabada, final e estanque. A arbitrariedade do signo atesta justamente este princípio: o da contingência, o da relação estabelecida enquanto algo que pode, a qualquer momento, deixar de vir a ser. Isto implica que a língua, em sua constituição fundamental, não comporte a possibilidade de uma perfeição perdida por um erro primordial - tal como propôs Leibniz e os lógicos.

A errância é o puro movimento que se dá através de encontros exíguos. O errante caminha sobre o mundo encontrando, atando e desatando laços com seu caminho e tudo mais que o bordeja. Diferente do nomadismo, na errância cada ponto existe apenas para ser desfrutado e abandonado, e por isso não importa que se adquira conhecimentos sobre onde esteve, onde está, tampouco onde estará. Neste aspecto, os caminhos não são planejados, são caminhados, deixados para trás, e por isso na errância não há erro nem acerto, há encontros, relações contingentes que duram o tempo da contingência. Diferente do errante, o nômade tenta estabelecer vínculos imanes com seu caminho, projetos que podem culminar em sucessos ou fracassos. E ainda mais distante do errante está o sedentário, aquele que tenta estabelecer relações cabais e totais com o espaço, diminuindo as possibilidades do sujeito e do próprio mundo que ele supostamente instrumentaliza.

Como vimos, a errância fundamental é evidenciada pelo *nonsense* que emerge no seio do sentido, pelo silêncio que escorre pelos poros da palavra, pela contingência secreta que destotaliza a necessidade causal. Ela é vista na impossibilidade de tudo dizer, de tudo registrar, nos furos que fazem errar (falhar e vagar) história e sujeito: tal movência se materializa em tênues encontros que propiciam sentidos quebradiços. A errância da língua se justifica pela descontinuidade da relação, pela hiância que se estabelece entre os elementos constitutivos da língua, e como veremos adiante, na lacuna que separa os elementos constitutivos do discurso. Por hora importa ressaltar que significante, significado e referente²³

²³ Saussure privilegiou a relação entre significante e significado em detrimento do referente (BOUQUET, 1997). Logo, o uso desta noção impõe certos cuidados para que ela não ultrapasse os limites da materialidade linguística e discursiva.

são colocados em movimento por uma relação contingente que pode, a qualquer momento, se desfazer. A rigor, a língua nunca erra, nem pode ser considerada uma “ferramenta imperfeita”, a menos que ela seja posta em relação a um dado projeto de vinculação e estabilização (HENRY, 2013).

Pêcheux discorre sobre esta construção de vínculos e projetos arquitetados pela filosofia em seus mais diversos subcampos, bem como nas ciências das linguagens. Estes vínculos aparecem, segundo o autor, principalmente na forma de apagamento do contingente por intermédio do necessário. Dito de outra forma, a sedentarização (a tentativa de cristalização e naturalização dos sentidos) emerge como movimento de apagamento da errância através de procedimentos de estabilização lógica. “O resultado dessa subordinação é a possibilidade aparente de tratar todos os seres (incluindo os que pertencem ao domínio da moral, da religião, da política etc.) como análogos a seres lógico-matemáticos e aplicar a seu respeito as mesmas operações” (PÊCHEUX, 2009, p. 63).

Este processo de sedentarização da língua, através da lógica e da retórica (PÊCHEUX, 2009, p. 64), pode ser visto com certa clareza no projeto de assepsia inaugurado por Gottlob Frege, ou seja, o projeto de sedentarização das possibilidades inerentes à contingência através de uma determinação causal necessária. Neste procedimento de instrumentalização da língua, a necessidade deveria recobrir até mesmo a língua cotidiana, contingente. Seu projeto permite antever algumas consequências: “Haveria ciência que não fosse uma ciência histórica? Toda teoria do dever, toda ciência do direito, não ficariam abaladas? O que restaria da religião? As ciências da natureza seriam taxadas de poesia, da mesma forma que a astrologia ou a alquimia” (FREGE, 1971 apud PÊCHEUX, 2009, p. 63).

Como visto, o ataque científico à contingência da língua coloca também como alvo a história, além da própria noção de sujeito e do efeito de interpretação que tange sua relação com a língua. O projeto Fregeano, ou mais, o projeto da lógica e da filosofia da linguagem, é o projeto de estabelecimento de vínculos que perdurem no tempo, que prescindam da história, que se inscrevam de forma universal e atemporal no universo das essências necessárias e causais. Trata-se, portanto, de um projeto de sedentarização das relações estabelecidas entre significante e significado no interior de um sistema de valores igualmente estanque. Trata-se, ainda, de apagar a hiância da errância através da construção de vínculos perfeitos, imperturbáveis, universais e a-históricos.

Sedentarização é manipulação que dissimula a história, é seu apagamento enquanto efeito transformador. Este gesto se funda sobre o estabelecimento de vínculos que desejam trapacear a história, apagando a contingência e instaurando uma suposta necessidade de que aquilo que “é” assim o foi e assim será. A sedentarização é a obliteração da movência, é o embotamento das possibilidades, é o estancamento do vir-a-ser. A história, no pensamento fregeano, é a letra escarlata, o emblema que atesta o fracasso da língua usada por um determinado campo de conhecimento. A história é sua fenda fundamental, a origem da imprecisão e da ilusão: é a marca da contingência e deve, para Frege, ser expurgada. Logo, para a lógica a assepsia da língua científica deve começar pela depuração da contingência e da história.

Mas tal assepsia seria possível? Pêcheux se dedica a analisar alguns enunciados morais considerando os efeitos de correção e subordinação do contingente ao necessário (PÊCHEUX, 2009, p. 63), o que nos importa sobremaneira na medida em que pretendemos observar o processo de estancamento das possibilidades da errância através da sedentarização dos vínculos.

Seja a frase: ‘Os homens que fogem são covardes’.

Vemos que as dificuldades suscitadas pela interpretação dessa frase incidem:

- 1) sobre a relação entre extensão e compreensão a propósito da noção de ‘homem que foge’;
 - 2) sobre a distinção entre propriedades essenciais e propriedades contingentes;
 - 3) sobre a natureza do vínculo que une as propriedades ‘fugir’ e ‘ser covarde’.
- (PÊCHEUX, 2009, p. 64).

Estas três dificuldades apontadas por Pêcheux são suficientes, segundo ele, para mostrar o quanto a linguagem científica está distante do ideal de Teoria Universal das Ideias, concebido pela lógica de Port-Royal, de forma que o projeto idealista de chegar a um universo de enunciados supostamente fixos e unívocos que recubram a contingência não tem mais densidade que um sonho (PÊCHEUX, 2009). Seus ataques ao projeto idealista de uma língua a-histórica não se findam por aí. Para Pêcheux, não somente a língua cotidiana é impossível de ser recoberta pela necessidade, mas também as noções aritméticas e matemáticas. Para ele, tais vínculos irretocáveis pertencem a um mundo imaginário que sugerem essências universais, ‘ideias primeiras’ que se assemelham à ideia de Deus para os cristãos (PÊCHEUX, 2009, p. 65). A malícia, afirma Pêcheux, está no apagamento do funcionamento dos vínculos:

o que vem primeiro não é o vínculo, mas a hiância. O vínculo, portanto, não pode ser essência justamente por é criação à posteriori. A noção de triângulo, exemplo dado por Pêcheux, é um protótipo perfeito do projeto científico/matemático de conceber e aplicar ao mundo essências que partem do sujeito, e não da natureza. “Creio que o triângulo, se fosse dotado de palavra, diria também que Deus é eminentemente triangular, e o círculo, que a natureza de Deus é eminentemente circular” (SPINOZA apud PÊCHEUX, 2009, p. 65).

Pêcheux afirma que tal ilusão antropomórfica do mundo é construída por um idealismo “calcado no modo do ‘como se’ (fazer como se as operações designadas fossem definidas em qualquer parte)” (PÊCHEUX, 2009, p. 65). Esta expressão, “como se”, usada pelo autor, por mais ingênua que pareça, é o perfeito protótipo da ilusão cínica e pragmático-cética do sonho realista-metafísico que separa e corrige a língua científica e a língua cotidiana. Trata-se do jogo ordinário de palavras usado para explicar algo material a partir de uma ideia (idealismo). Tomemos o seguinte enunciado como exemplo: “este triângulo é ‘como se’ fosse a materialização da essência do triângulo”. Neste caso, o único vínculo que existe entre um determinado triângulo material e a ideia supostamente essencial de triângulo é da ordem do “como se”, ou seja, não passa de efeito de linguagem que não tem relação alguma com o mundo material. A “essência” não existe fora da língua. Não existe um triângulo essencial que prescindia de alguma língua para se materializar. E se ele é da ordem da língua, está sujeito às contingências da história.

Pois é justamente esse o projeto de Frege e seus seguidores: apagar da língua seu caráter histórico, movente, contingente - errante. A ciência, segundo os lógicos e filósofos da linguagem, precisa de uma língua que não sofra derivas de sentido, que proporcione essências atemporais e universais (FREGE, 2009). O próprio empiricismo²⁴, afirma Pêcheux, não deixa de ter relação com a filosofia espontânea da linguística, mas através de mesclas, combinações engenhosas de empirismo, nominalismo, pragmatismo e criticismo: idealismo, afinal (PÊCHEUX, 2009, p. 65). Esta análise se torna importante na medida em que o conhecimento da realidade objetiva, justamente por se fundamentar na lógica e na retórica, desvanece a própria realidade objetiva. “A convicção subjetiva, e não a certeza objetiva, é o único fim acessível a toda ciência” (KLEINPETER, 1905 apud PÊCHEUX, 2009, p. 66).

²⁴ Empiricismo - R. Avenarius chamou sua "filosofia da experiência pura", que ele concebeu como ciência rigorosa, análoga às ciências naturais positivas, portanto excludente de qualquer metafísica (ABBAGNANO, 2007).

As ciências se tornam assim ‘instrumentos cômodos’, ‘modos de falar’ pragmática e retoricamente eficazes, não sendo essa eficácia senão o reflexo da eficácia dedutiva e classificatória do que podemos, então, chamar a retórica lógico-matemática. A ‘ciência’ se reduziria, pois, enquanto tal, aos procedimentos do raciocínio lógico e se confundiria, assim, com o sistema de operações (eventualmente muito complexas e logicamente muito abstratas) que pode ser aplicado a qualquer catálogo de fatos, objetos ou acontecimentos (PÊCHEUX, 2009, p. 67).

Dito de outra forma, o fazer científico não passa de um conjunto de procedimentos administrativos eficazes, uma “grande máquina de classificar” (PÊCHEUX, 2009) que ordena o mundo. Trata-se, portanto, de sedentarização do mundo através da sedentarização da língua. Nomear, classificar e organizar são procedimentos que, quanto mais se especializam e se aprofundam, mais diminuem a possibilidade errante do objeto, do acontecimento, do sujeito, enfim.

A ciência, com sua pretensa língua perfeita, corrigida pelos nobres defensores da lógica e da retórica, se torna então uma grande máquina de sedentarização do mundo. Quando a ciência categoriza em gênero e espécies, ou quando estabelece leis físicas ou regras de biologia molecular, ela está apagando toda distinção entre o que é ciência e o que não é, uma vez que a totalidade das coisas e dos eventos do mundo podem ser submetidos aos procedimentos lógico-administrativos. As ciências “humanas” não escapam de tal projeto. Quando a sociologia pensa em classes sociais, ou quando a linguística estabelece regras gramaticais, estamos falando de sedentarização. Compreender o mundo é meramente aplicar procedimentos administrativos e lógicos sobre ele, é sedentarizá-lo, recobri-lo de uma necessidade lógica que apaga sua errância contingente. Esta necessidade lógica, no entanto, não passa de coerção discursiva (PÊCHEUX, 2009, p. 68), pois é na língua que residem todas as essências, é na língua que habitam as classificações, catalogações e ordenações.

Este percurso teórico proposto por Pêcheux implica uma importante inversão de paradigma em relação às filosofias da ciência (lógica, filosofia da linguagem, epistemologia etc.): o olhar do analista do discurso vê a necessidade lógica não como fundamento e causa da ciência, mas sim como efeito do projeto de estabelecimento de uma língua perfeita onde se possa calcar as verdades científicas. Em outros termos, primeiro vem a ciência, depois a demanda por uma língua corrigida. O que está em jogo, nas palavras de Pêcheux, é que as essências se tornam efeitos da linguagem científica, inscritas e submissas à história, a

posteriori; as essências, portanto, não são ideias universais e atemporais *a priori*. Logo, a ciência não descobre essências, ela concebe e aplica essências através de jogos discursivos que tornam certos enunciados “inabaláveis”.

Podemos resumir nossa investigação pela seguinte constatação: as teorias empiristas do conhecimento, tanto quanto as teorias realistas, parecem ter interesse em esquecer a existência das disciplinas científicas historicamente constituídas, em proveito de uma teoria universal das ideias, quer tome ela a forma realista de uma rede universal e, a priori, de essências, quer tome a forma empirista de um procedimento administrativo aplicável ao universo pensado como conjunto de fatos, objetos, acontecimentos ou atos (PÊCHEUX, 2009, p. 69).

O caráter ideológico do Efeito Munchhausen se evidencia aqui, novamente: ambos os percursos teóricos apontados por Pêcheux exploram a existência das disciplinas científicas mascarando os traços fundamentais dessa existência, apagando qualquer distinção entre ciência e não ciência. Husserl é o protótipo perfeito dessa estranha circularidade que parece conduzir toda filosofia da linguagem desde Aristóteles, “em que se descobre que pela matematização geométrica, talhamos para o mundo vital uma vestimenta de ideias bem ajustadas” (PÊCHEUX, 2009, p. 69).

Inicialmente, mas não apenas isso, podemos dizer que a sedentarização se dá através da matematização da linguagem, conferindo-lhe uma roupagem aparentemente compreensível, corrigível, instrumentalizável. A errância, enquanto estado efêmero de relação, se dá sempre na história, em um dado momento, segundo certas condições de produção de sentido. A sedentarização teórico-matemática, ao contrário, acoberta os conhecimentos científicos produzidos e disponibilizados em um dado momento histórico. À sedentarização interessam as essências ditas universais e atemporais, lógicas e necessárias. O efeito dessa necessidade sedentária não se limita à natureza e às suas leis, ela envolve também as condições pelas quais o ser humano, como parte da natureza, se aparta da própria natureza para então poder entrar/ser colocado em relação com ela (PÊCHEUX, 2009, p. 70). Essas relações do ser humano com a natureza, conhecidas em Marx como “forças produtivas” e “relações de produção”, que fundamentam a história e a luta de classe, também são sedentarizadas pela linguagem lógico-matemática da ciência. E é justamente por isso que se pode falar em sedentarização ideológica da língua, da história e do sujeito através das materialidades que lhes coloca em relação.

A sedentarização, enquanto efeito ideológico de estabilização do sentido e de controle do sujeito, funciona nos moldes de uma representação imaginária, fictícia. Não se pretende, nesta tese, medir o grau de sua força ou fragilidade, mas não se pode evitar tangenciar sua natureza inacabada e imprecisa. Inacabado, aqui, não quer dizer que em algum momento o conhecimento humano tenda a alcançar o espírito absoluto (Hegel, 2003), mas sim que o caráter fundamental do conhecimento humano, justamente por que se dá na língua, é a impossibilidade de tudo dizer, a mesma impossibilidade que impede o total recobrimento do mundo através de uma realidade sustentada por uma língua lógico-matemática.

Tais verdades essenciais e atemporais obliteram os saberes historicamente constituídos, mesmo aqueles produzidos pelas disciplinas científicas que se ancoram, de alguma forma, na história. Para Pêcheux, este apagamento não é ingênuo, ainda que se deva negar certa instrumentalização totalmente deliberada. Para o autor, tais máquinas de classificação universal e atemporal atuam sob o efeito material de uma “necessidade cega”, conceito que ele toma emprestado de Engels para explicar o estado do conhecimento científico que se tem num dado momento histórico, mas que se supõe a-histórico. Essa necessidade cega fica patente quando se toma um dado conhecimento “essencial” que foi ultrapassado. No decorrer da história da ciência, incontáveis “verdades” foram “descobertas” e tornadas essências universais e atemporais para serem descartadas posteriormente. Como, inquire Pêcheux, um estado atual de conhecimento pode comportar a possibilidade de se transformar um conhecimento histórico em essência atemporal? Somente através de uma ilusão que se instaura através dessa necessidade cega que dissimula o impensado no cerne do pensado, ou seja, um movimento lógico-retórico de dissimulação do desconhecido da natureza e das relações humanas no interior de sistemas complexos que “explicam” e sedentizam a natureza e as relações do ser humano com ela, isto é, suas forças produtivas imersas em conflitos de classes (PÊCHEUX, 2009, p. 70).

A ciência lógico-retórica tenta levar seu rolo compressor até os confins do pensamento humano, categorizando, sedentizando e instrumentalizando natureza, sociedade e discurso. E a força que “ata” as relações de forma atemporal e universal é a ideologia, que embora se dê como representação imaginária, se materializa nas relações que se dão entre homem, natureza e sociedade. Dito de outra forma, a ideologia é aquilo que sedentiza através de recursos históricos justamente enquanto apaga o caráter histórico de tal mecanismo. A ideologia, nesses termos, se dá na forma de extensão do materialismo à história, um gesto científico de

domesticação da própria história. O materialismo histórico de Marx, no entanto, atesta que a) o mundo exterior material existe independente do sujeito; e b) o conhecimento objetivo deste mundo é produzido no desenvolvimento histórico da produção de saberes²⁵. Logo, para Pêcheux, fundamentado no materialismo, o próprio desenvolvimento (não-acabamento, não-estagnação) do conhecimento é uma prova da transitoriedade das essências ditas atemporais e universais, uma efemeridade obliterada pela necessidade cega que dissimula o desconhecido no interior do conhecido, como se as condições reais de existência fossem equivalentes às relações imaginárias que os indivíduos estabelecem com o conhecimento que possuem em um dado momento histórico.

‘Se o conhecimento nasce da ignorância’ (Lênin), é exatamente por que, em cada momento histórico dado, as formas ideológicas não se equivalem, e o efeito simulação-recalque que elas engendram não é homogêneo: as formas que a ‘relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência’ toma não são homogêneas precisamente por tais ‘condições reais de existência’ são distribuídas pelas relações de produção econômicas, com diferentes tipos de contradições políticas e ideológicas resultantes dessas relações. Em um momento histórico dado, as ‘formas ideológicas’ em

²⁵ Existe uma terceira definição, que será omitida nesta tese. Justificando: neste momento de “Semântica e Discurso” Pêcheux parece se lançar em um paradoxo que ele mesmo apontará na retificação do anexo III (PÊCHEUX, 2009, p. 269). O autor, ao buscar as definições de materialismo, traz uma terceira definição, fundamentada em uma tese contraditória de Lênin que atesta que o “conhecimento objetivo é independente do sujeito”. Pêcheux corrige este posicionamento, no anexo III, afirmando, a partir de Althusser, que o sujeito “funciona sozinho”, justamente por que é sujeito, indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia. Isso é de vital importância para esta discussão. Ora, das páginas inaugurais deste livro até pelo menos a página 70, ele está tratando do pensamento erigido por pensadores que transformaram o universo científico; a hipótese leninista de “conhecimento independente do sujeito”, no entanto, dá margem para se atestar que o conhecimento erigido por Frege tenha se dado a despeito de Frege. No entanto, a contradição maior se dá pelo fato de que o autor dedicou quase uma centena de páginas criticando o projeto científico de estabelecimento de essências universais e atemporais para depois incorrer na mesma tentação, a de aderir a uma concepção de ideologia que existe a despeito do ser humano, tão essencial, universal e atemporal quanto as verdades necessárias que ele atacou de forma contundente até então. Importa ressaltar que esta concepção não aparece em Marx: “O Conhecimento, na concepção marxista, é propriamente uma produção do pensamento, resultado de operações mentais com que se representa — e não repete, reproduz ou reflete — a Realidade objetiva, suas feições e situações” (PRADO JUNIOR, 1973). Pêcheux lança mão desta possibilidade de “conhecimento independente do sujeito” para fundamentar sua concepção de sujeito interpelado pela ideologia, apontando uma inversão no primado da ideologia em detrimento do sujeito, que nasce mergulhado em dizeres que já existiam antes dele, e por isso mesmo o assujeitam. Esta noção foi retificada no anexo III, de Semântica e Discurso. O contato com Lacan, no entanto, o levou a assumir que “algo manca” no sujeito, algo fura e destotaliza o próprio efeito da ideologia sobre o sujeito: “ficava contornado, com toda a obstinação filosófica possível, o fato de que o non-sense do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, nunca é inteiramente recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido” (PÊCHEUX, 2009, p. 276). É por isso que omitimos a terceira definição de “materialismo” da página 71 do mesmo livro.

presença cumprem, de maneira necessariamente desigual, seu papel dialético de matéria-prima e de obstáculo com relação à produção dos conhecimentos (PÊCHEUX, 2009, p. 74).

O conhecimento ocidental capitalista se emoldurou de essências universais e atemporais. Tabela periódica, física quântica e mecânica, períodos geológicos, algoritmos digitais, judicialização do cotidiano etc., estas são apenas alguns dos indícios do triunfo do projeto de sedentarização lógica através da língua. A gramática e a sintaxe se tornaram essências atemporais e universais necessárias, normalizando e normatizando a tomada da palavra nos mais diferentes campos de conhecimento. Diante de tal projeto, as disciplinas de ensino e correção da língua se tornaram, então, indispensáveis, presentes em todos os níveis escolares, servindo de critério de exclusão em universidades, empregos, palanques e púlpitos.

A língua essencial deve descartar sotaques, jogos de linguagem, regionalismos e usos descompromissados da língua. A língua atemporal exige engajamento, um certo senso de dívida e gratidão com a exatidão da “boa fala”, tornando-se crivo ideológico que separa classes e autoriza a fala. A ilusão de estabelecimento de vínculos atemporais e universais sedentariza a significação através de um empreendimento de catalogação que busca adequar perfeitamente o mundo em essências necessárias, compreensíveis e instrumentalizáveis. O conhecimento ocidental moderno se torna, portanto, uma máquina de sedentarização (controle dos sentidos) que apaga a errância e sobrescreve-a com necessidades que ilusoriamente apagam o erro e instauram uma língua correta, ajustada e eficiente.

Como já visto, este apagamento da errância estrutural da língua decorre de uma instrumentalização que supostamente, e ilusoriamente, consegue atar as partes da língua de forma definitiva. É justamente este o projeto da filosofia da linguagem de Husserl, Frege, Carnap e outros: proporcionar uma língua sólida o bastante para que se possa fundar, de forma segura e definitiva, as verdades da ciência. Dessa forma, para o par filosófico lógica/retórica importa sedentarizar veementemente as relações entre significante, significado e referente apagando a errância que constitui tais vínculos.

Fica manifesta, portanto, a importância da noção de relação, para esta tese. A respeito disso Althusser propôs importantes reflexões que podem auxiliar-nos a defender a errância da língua. Em seu texto sobre o materialismo do encontro (ALTHUSSER, 2005), o autor fala da natureza dos encontros (relações) que sustentam a língua. Importa, de saída, destacar que em sua tese também é imprescindível a noção de descontinuidade (hiância), elemento negativo

que separa as partes de uma relação. A noção de *relação* implica partes distintas colocadas em encontro; mas para continuar sendo relação, tais partes precisam continuar separadas, distintas, “não-um”. Se fosse possível o “um”, já não falaríamos em termos de relação, mas de continuidade. E justamente por que algo ainda continua a separar é que tais encontros podem ser desfeitos. Assim, causa e efeito são atributos do “não-um”, daquilo que se coloca em relação: uma coisa não pode ser causa de si mesma, só pode ser causa daquilo que é distinto. No “um”, como vimos, não há causalidade, logo, não há movimento: o “um” é o objeto de desejo da sedentarização.

A respeito da problemática da relação, Althusser remonta à antiga concepção filosófica de materialismo do encontro. Neste percurso uma corrente subterrânea do materialismo do encontro emergiu trazendo contribuições importantes ao campo de estudo da linguagem e da sociedade. Esta noção aponta para o caráter contingente das relações, e vem subverter inclusive certas concepções materialistas ainda vigentes:

Para simplificar as coisas, digamos por ora: um materialismo do encontro, portanto, do aleatório e da contingência, que se opõe, como pensamento totalmente outro, aos diferentes materialismos recenseados, inclusive o materialismo correntemente atribuído a Marx, Engels e Lenin, o qual, como todo materialismo da tradição racionalista, é um materialismo da necessidade e da teleologia, isto é, uma forma transformada e disfarçada de idealismo (ALTHUSSER, 2005, p. 9).

Althusser então retoma a metáfora do Clinamen, o nome latino que Lucrécio atribuiu ao desvio imprevisível de átomos na doutrina atomista de Epicuro.

O clinamen é um desvio infinitesimal, ‘tão pequeno quanto possível’, que acontece ‘não se sabe onde, nem quando, nem como’, e que faz um átomo ‘desviar’ de sua queda a pique no vazio e, quebrando de maneira quase nula o paralelismo em um ponto, provoca um encontro com o átomo vizinho e, de encontro em encontro, uma carambola [carambolage] e o nascimento de um mundo, ou seja, de um agregado de átomos que provoca, em cadeia, o primeiro desvio e o primeiro encontro (ALTHUSSER, 2005, p. 10).

Althusser está falando em termos de materialismo das relações, e para isso estabelece interlocuções com diversos filósofos que perpassaram tal temática. Não nos ateremos em esquadrihar todos estes diálogos, que passam por Epicuro, Heidegger, Maquiavel, Espinosa, Hobbes e Rousseau. Importa, antes, analisar a concepção althusseriana de relação, ou seja, o materialismo do encontro, da “pega”. Nesta metáfora, antes do encontro não há só o nada, há

sim uma chuva de átomos separados por um nada. Antes do encontro, portanto, as materialidades são disformes, átomos dispersos que nada constituem. “Antes da formação do mundo, não existia nenhum sentido, nem causa, nem fim, nem razão, nem desrazão” (ALTHUSSER, 2005, p. 10). Nesta perspectiva, a origem do mundo e das realidades possíveis devem-se a desvios infinitesimais: são os desvios, e não a razão ou a causalidade, que estão na origem dos encontros²⁶.

O desvio, segundo Epicuro, é contingente antes e depois do encontro. Ora, antes do encontro, o desvio é da ordem daquilo que pode ou não acontecer. Se o encontro ocorre, o desvio então dá lugar à pega, que pode ou não durar. Se durar, tal encontro então se torna a base de qualquer realidade que se construa sobre ele. É só então que a realidade, a necessidade e o sentido podem ser erigidos. Porém o encontro pode não ocorrer, e então toda uma série de realidades deixa de ocorrer e se perde no vazio. E se ocorrer, o encontro pode ser efêmero, e então uma série de realidades vem à existência para logo depois se perder, igualmente, no vazio. O encontro não cria nada na realidade, apenas permite que a mesma exista.

O mundo pode ser chamado *o fato consumado*, no qual, uma vez consumado o fato, se instaura o reino da Razão, do Sentido, da Necessidade e da Finalidade. Mas esta *consumação do fato* é somente um puro efeito da contingência, dado que depende do encontro aleatório dos átomos como consequência do desvio, do clinamen. Antes da consumação do fato, antes do mundo, há somente não-consumação do fato, o não-mundo, que é somente existência irreal dos átomos (ALTHUSSER, 2005, p. 11).

Colocados nestes termos, os problemas filosóficos deixam de ser enunciados da razão e da origem das coisas e se tornam a própria teoria da contingência, da submissão da necessidade à contingência. A filosofia deixa de ser análise e passa apenas a ser constatação: houve encontro e pega de elementos que permitiram determinadas realidades, ou não houve, ou houve brevemente. Qualquer questão de origem, essência e causalidade necessária seria, então, descartada. Althusser então constata um movimento de pensamento semelhante em Heidegger (2002).

Assim, o mundo é, para nós, um ‘dom’, um ‘fato de fato’, que não escolhemos, e que se ‘abre’ na nossa frente na facticidade de sua contingência, e para além

²⁶ Neste aspecto, é preciso estabelecer com mais clareza que a “relação” é um tipo de encontro. Ainda que não se possa afirmar que toda relação seja contingente, como o é a “pega”, não se pode negar que o “nada” que separa o átomo no encontro seja da mesma natureza que o “nada” que separa as partes de uma relação (ALTHUSSER, 2005; ABBAGNANO, 2007).

mesmo dessa facticidade, no sentido de que não é só uma constatação, mas um ‘ser-no-mundo’ que comanda qualquer Sentido possível. (ALTHUSSER, 2005, p. 12).

No entanto um questionamento atravessa a argumentação de Althusser: seria possível instrumentalizar a queda dos átomos, gerando, propositalmente, um desvio que culmine em um encontro previsto? Esta discussão o autor estabelece a partir das noções propostas por Maquiavel (ALTHUSSER, 2005, p. 12). O filósofo italiano se preocupava com o atomismo que separava a Itália em incontáveis regiões independentes e conflitantes, propondo um encontro que pudesse dar forma ao estado italiano, uma unidade que imitasse Espanha e França. “Em suma, um país atomizado, do qual cada átomo cai em queda livre sem encontrar seu vizinho. É necessário criar as condições de um desvio e, portanto, de um encontro, para que ‘pegue’ a unidade italiana” (ALTHUSSER, 2005, p. 12). O “Príncipe”, de Maquiavel, é justamente uma tentativa de estabelecer as condições necessárias para se instrumentalizar o encontro entre os átomos italianos, conferindo-lhes uma existência dotada de sentidos unificados.

Pode parecer que Maquiavel está apenas tratando de filosofia política, mas nas entrelinhas existe ali também uma filosofia do encontro e das relações, pensado a partir da política. Este viés político revela uma faceta importante da “pega”: ela atesta a possibilidade positiva de instrumentalização dos desvios, ou seja, assume a possibilidade de intervenção política na contingência dos encontros, causando certa ilusão de domesticação da casualidade pela causalidade. Neste aspecto, Althusser é categórico:

Jamais um encontro bem-sucedido e que não seja breve mas dure garantirá sua duração ainda no dia seguinte em lugar de desaparecer. Do mesmo modo que poderia não ter acontecido, pode não acontecer mais: ‘a fortuna passa e muda’. [...] Em outras palavras, nada garantirá jamais que a realidade do fato consumado seja a garantia de sua perenidade: bem pelo contrário, todo fato consumado, mesmo eleitoral, e mesmo tudo aquilo que dele possa se tirar de necessidade e de razão, não é mais do que encontro provisório, porque, dado que qualquer encontro é provisório, mesmo quando dura, não há nenhuma eternidade nas ‘leis’ de nenhum mundo, nem de nenhum Estado (ALTHUSSER, 2005, p. 14).

Por mais que se possa admitir certa operacionalização dos desvios, esperando encontros que podem ou não se consumir, Althusser descarta o apagamento da contingência pela necessidade ou pela instrumentalização.

A história não é mais do que a revogação permanente do fato consumado por um outro fato indecifrável a consumir-se, sem que se saiba antecipadamente nem onde, nem como o acontecimento de sua revogação se produzirá. Simplesmente chegará um dia em que as cartas serão redistribuídas e os dados serão lançados novamente sobre a mesa vazia (ALTHUSSER, 2005, p. 14).

Trata-se, acima de tudo, de uma filosofia do vazio. O vazio que serve de pano de fundo para a queda dos átomos e que continua perenemente separando-os para que não se tornem “um”. Evidentemente diferenças políticas fizeram com que Althusser não assumisse, neste artigo, o diálogo mais que patente com Sartre (1997), o filósofo que tratou de forma mais demorada da temática do nada e do vazio, no século XX. Mas não nos ateremos a isso, afinal tal discussão se sustenta de forma sólida em Epicuro. Mais adiante, no mesmo artigo, ele estabelece um diálogo com Espinosa (ALTHUSSER, 2005, p. 17), tratando ainda do vazio que fundamenta as relações e os encontros, passando, depois, por Hobbes (ALTHUSSER, 2005, p. 18), onde sustenta a importância de se pensar os indivíduos como átomos separados pelo vazio, que se encontram e geram ora pegadas, ora guerras.

O próximo filósofo com quem ele estabelece interlocução é Rousseau, partindo da metáfora da floresta primitiva, “em cujas florestas erram indivíduos isolados, sem relação entre eles, indivíduos sem encontro” (ALTHUSSER, 2005, p. 22). Embora dois possam se encontrar, “eles se separam e cada um segue seu caminho no vazio infinito da floresta” (ALTHUSSER, 2005, p. 22). A floresta de Rousseau se equivale ao vazio de Epicuro, onde os indivíduos se encontram brevemente em um “nada” de sociedade. Em outras palavras, a sociedade se dá sobre um plano de fundo vazio, um “nada” de sociedade que impossibilita a estabilização das relações. Diante de uma floresta imensurável, o normal é que os encontros não aconteçam, logo, o normal é a “não-sociedade”.

Para que exista uma sociedade efetivamente, o que é necessário? É preciso que o estado de encontro seja imposto aos homens, que o infinito da floresta, como condição de possibilidade do não-encontro, se reduza ao finito por razões externas, que catástrofes naturais a dividam em espaços reduzidos, em ilhas, por exemplo, onde os homens sejam forçados a se encontrar, e forçados a um encontro que dure: forçados por uma força maior do que eles (ALTHUSSER, 2005, p. 17).

Estes indivíduos são, portanto, forçados ao encontro, coagidos a relações duráveis e forçadas, inicialmente rudimentares, mas que depois são redobradas pelos efeitos produzidos por estes encontros sobre a própria natureza humana.

Toda uma longa e lenta dialética intervém, então, onde, por força do acúmulo de tempo, os contatos forçados produzem a linguagem, as paixões e o comércio amoroso ou a luta entre os homens, até chegar ao estado de guerra. A sociedade nasceu, o estado de natureza nasceu, e a guerra também, e com eles se desenvolve um processo de acumulação e de mudança que literalmente cria a natureza humana socializada (ALTHUSSER, 2005, p. 23).

Estas noções apresentadas por Althusser, em diálogo com Rousseau, apontam para os efeitos catastróficos da tentativa extrema de instrumentalização da contingência dos encontros. Permitindo-nos falar em termos de “sedentarização” e “errância” dentro da tese de Althusser, podemos dizer que no início havia o nada, antes de qualquer encontro (duradouro ou efêmero). Não há suporte para a ideia de uma “origem” plena, profanada por um primeiro erro fundamental. Ao contrário: não há nada originário além do próprio nada, portanto, não há um começo obrigatório para a filosofia, tampouco para a linguística. No outro extremo, o fim de um encontro não é nada mais do que o fim de uma pega, e não a cessação de encontros. “Portanto, não há fim nem do mundo, nem da história, nem da filosofia, nem da moral, nem da arte ou da política etc.” (ALTHUSSER, 2005, p. 25).

No ‘nada’ do desvio tem lugar o encontro entre um átomo e um outro, e este evento (événement) se torna advento (avènement) sob a condição do paralelismo dos átomos, porque é este paralelismo que, uma vez violado uma única vez, provoca a gigantesca carambola e enganche de átomos em número infinito, a partir do que nasce um mundo (um ou um outro: daí a pluralidade de mundos possíveis e o enraizamento deste conceito de possibilidade no conceito de desordem original) (ALTHUSSER, 2005, p. 27).

Ora, o que está em confronto, neste momento, é o movimento de sedentarização da língua (e da realidade discursiva) pela ideologia através do apagamento da errância contingente das relações históricas. É a tentativa ideológica de apagar o caráter histórico dos encontros através de essências necessárias, universais e atemporais. Continuamos, portanto, apontando para o fio condutor pecheutiano que se enuncia da seguinte forma: jamais existiu uma língua perfeita profanada por um erro primordial (língua adâmica perdida em Babel) que justifique sua correção e seus inquisidores; existe, sim, uma língua errante que se dá em encontros exíguos através de materialidades históricas incapazes de transpor a hiância fundamental que separa significante, significado e referente. E a força que tenta sedentarizar o movimento da significação é a ideologia, um processo de instrumentalização da história que

tenta apagar justamente o caráter histórico do sentido através de uma roupagem lógica/retórica.

O materialismo do encontro, portanto, nos ajuda a delimitar a natureza das relações que se estabelecem na base linguística e nos processos discursivos, de onde pretende-se, nesta tese, afirmar o caráter errante que perpassa toda extensão da linguagem. Assim, o materialismo do encontro impõe novas formas de se pensar a noção de erro e acerto, de correção e totalização das linguagens e das línguas, ao menos no que diz respeito a uma origem perfeita perdida, ou a um “acabamento final” da língua:

À velha pergunta: ‘Qual é a origem do mundo?’, esta filosofia materialista responde: ‘o nada’ - ‘coisa alguma’ -, ‘eu começo por nada’ - ‘não há começo, porque não existiu nunca nada, antes de qualquer coisa que seja’; portanto, ‘não há um começo obrigatório para a filosofia’ - ‘a filosofia não começa por um começo que seja sua origem’; ao contrário, ela ‘pega o trem andando’, e pela força do braço ‘sobe no comboio’ que passa desde toda a eternidade, como a água de Heráclito, [na] sua [frente]. Portanto, não há fim nem do mundo, nem da história, nem da filosofia, nem da moral, nem da arte ou da política etc. (ALTHUSSER, 2005, p. 25).

O materialismo do encontro alcança sua maturidade em Marx e Engels (2007), onde tal funcionamento está estreitamente relacionado com a noção de “modo de produção”. Em “O capital” (MARX, 1976), o modo de produção capitalista é compreendido como efeito que nasceu do encontro entre o “indivíduo que possui dinheiro” e o “proletário destituído de tudo”, exceto de sua força de trabalho. “Acontece que esse encontro ocorreu e ‘pegou’, o que significa que não foi desfeito tão logo realizado, senão que durou e se tornou um fato consumado” (ALTHUSSER, 2005, p. 32). O modo de produção capitalista se tornou, então, uma pega persistente, duradoura e regular. Seu funcionamento enquanto “pega” é dissimulado por leis e fatos de mercado, como se não se tratassem de partes distintas e separadas, mas unidades essenciais e coesas que se originaram tal como são.

“Dito de outra maneira: o todo que resulta da ‘pega’ do encontro não é anterior à ‘pega’ dos elementos, mas posterior, e por isso poderia não ter ‘pegado’ e, com mais razão ainda, ‘o encontro poderia não ter acontecido’” (ALTHUSSER, 2005, p. 32). O que Althusser está apontando é que a Formação Ideológica capitalista é composta por partes distintas, separadas e opostas, mas que foram colocadas em relação - uma juntura que “pegou”. Contudo, o fato de que este encontro entre discrepâncias tenha perdurado ao ponto de dissimular seu funcionamento não quer dizer que este encontro não poderia ter se dado de forma diferente,

que sequer tivesse ocorrido, ou que não possa vir-a-ser diferente. Althusser fornece como exemplo o encontro que se deu nos Estados italianos do vale do rio Pó, nos séculos XIII e XIV: nestas condições específicas, o encontro entre burguesia e proletariado não “pegou”.

Para Marx, a própria noção de modo de produção é uma relação, uma combinação particular entre elementos. Neste caso, o modo de produção é a relação entre elementos distintos como a acumulação financeira, a acumulação dos meios técnicos de produção, a acumulação de matéria-prima, a acumulação de produtores etc. A noção de acumulação, por sua vez, também deriva de uma relação, de uma “pega” entre elementos ainda mais fundamentais tidos como semelhantes, homogêneos e coesos. Isso implica assumir que cada elemento possui existência autônoma antes da pega:

Esses elementos não existem na história, para que exista um modo de produção, eles existem em estado ‘flutuante’ antes de sua ‘acumulação’ e ‘combinação’, sendo cada um o produto de sua própria história e não o produto teleológico dos outros ou da história deles (ALTHUSSER, 2005, p. 32).

Ora, tais concepções são muito caras a esta tese. É através delas que sustentamos a importância da noção de “relação” (encontro, pega) no interior do continente teórico do materialismo histórico, uma vez que qualquer modo de produção é fruto de uma relação, ou melhor, é “constituído de elementos independentes uns em relação aos outros, sendo cada um resultado de sua própria história, sem que exista qualquer relação orgânica ou teleológica entre essas diversas histórias” (ALTHUSSER, 2005, p. 33).

A partir dessas concepções, de que certos encontros podem durar mais que outros, sustentamos a premissa de que uma relação pode ser medida pela força que possui em atrair, capturar e costurar partes distintas. Essa proposição se coaduna com a ideia de que uma relação se trata de um encontro contingente passível de ser instrumentalizado (esse é o trabalho da ideologia: a tentativa de ordenar e fornecer sentidos estabilizados), ainda que tal operação não seja capaz de apagar a contingência inerente da própria relação. Logo, é esta análise althusseriana que nos fundamenta quando propomos que uma relação pode ser sedentarizada, ou seja, ter sua movência minorada ou quase apagada.

Todavia, há em Marx outra forma de se pensar a noção de relação e encontro:

Com efeito, há em Marx por onde cair neste erro, quando ele cede à outra concepção do modo de produção capitalista: uma concepção totalitária, teleológica e filosófica. Nesse caso, também temos todos os elementos

distintos de que já falamos, mas eles são pensados e dispostos como se estivessem, desde toda a eternidade, destinados a entrar em combinação, a se agrupar entre si, a se produzir mutuamente como seus próprios fins e/ou complementos. Nessa hipótese, Marx deixa deliberadamente de lado o caráter aleatório do ‘encontro’ e de sua ‘pega’ para pensar somente no fato consumado da ‘pega’ e, portanto, na sua predestinação (ALTHUSSER, 2005, p. 33).

Althusser faz, aqui, uma severa crítica não só à materialidade “teleológica” do encontro, mas também a uma grande parte de toda teoria marxista. Nesta segunda concepção de modo de produção, Marx entende que os elementos constitutivos não possuem histórias independentes, mas sim “uma” história que leva a um único fim; cada história apenas se adapta a outras histórias formando um todo que reproduz, incessantemente, os próprios elementos constitutivos. Trata-se do primado da história em detrimento dos elementos, ou seja, trata-se de pensar o proletariado como mero produto da grande indústria, de tomar o trabalhador por mera produção da exploração capitalista, como se o modo de produção capitalista existisse desde a eternidade e preexistisse a todos os elementos que o constitui. “Aqui, as histórias próprias não flutuam mais na história, como tantos átomos no vazio, graças a um ‘encontro’ que poderia não se dar. Tudo está consumado por antecipação, a estrutura precede seus elementos e os reproduz para reproduzir a estrutura” (ALTHUSSER, 2005, p. 34).

Este texto incompleto de Althusser, escrito em 1982 e publicado somente em 1994, atesta, no final, o primado da contingência do encontro em detrimento da necessidade da unidade. Nele, a própria noção de estrutura é posta em termos de relação: “Um modo de produção é uma combinação porque é uma estrutura que impõe sua unidade a uma série de elementos” (ALTHUSSER, 2005, p. 36). E será a partir dessa retificação althusseriana que vamos nos posicionar quando abordarmos as noções de Aparelhos Ideológicos de Estado e Aparelhos Repressores de Estado, ou seja, como processos heterogêneos que carregam uma contingência secreta, inerente e incorrigível que impossibilita o pleno e assujeitamento do indivíduo em sujeito do discurso. O materialismo do encontro é de grande importância para esta tese na medida em que nos ajuda a sustentar a hipótese de que existe hiância entre as partes que compõem o signo; e que os encontros entre significante e significado, embora estejam sujeitos a certa instrumentalização, são essencialmente contingentes e moventes. Errância tem que ver com relação, encontros efêmeros e fortuitos. Sedentarização também: é a tentativa de fazer das pegadas uma unidade estável o suficiente para apagar a hiância fundamental.

2.2 DA LÍNGUA AO DISCURSO: ANDANÇAS

Importa sublinhar, neste momento, que a segunda parte desta seção se fundamenta novamente na separação que o próprio Pêcheux fez entre “base linguística” e “processo discursivo”, sendo que nesta subseção nos deteremos em procurar pela errância (e pelo erro) no funcionamento do processo discursivo.

Ao opor base linguística e processo discursivo, inicialmente estamos pretendendo destacar que [...] todo sistema linguístico [...] é dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da linguística. É, pois, sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva etc., que utilizaria acidentalmente os sistemas linguísticos (PÊCHEUX, 2009, p. 81).

Pêcheux nomeia a segunda parte de Semântica e Discurso com o título “Da filosofia da linguagem à teoria do discurso” (PÊCHEUX, 2009, p. 75). Esta designação também fornece pistas sobre a passagem da análise de uma base linguística para os processos discursivos, mas não na forma de apagamento da primeira em detrimento da segunda, mas sim na forma de relação de sustentação da segunda sobre a primeira: o processo discursivo se assenta sobre a base linguística.

Tal balizamento se mostra demasiado importante para os objetivos desta tese. Como já fora apontado anteriormente, só há relação entre diferentes que não se fazem “um”, só há causa para aquilo que claudica. Logo, a hiância que separa a base linguística dos processos *discursivos* atesta o caráter errante da relação que se estabelece entre ambos, ou melhor, lança luz sobre o impossível de que a base linguística e os processos discursivos se façam “um”, um contínuo que sedentarizaria a relação entre diferentes ao ponto de apagar suas diferenças. Tal movência, em relativa autonomia²⁷, indica o oposto: a hiância que separa e opõe irremediavelmente significante e significado também separa a base linguística e os processos discursivos, alicerçando, afinal, todo o funcionamento do discurso sobre o vazio (nada) que habita a hiância. A sedentarização, portanto, só pode aparecer na forma de ilusão ideológica;

²⁷ Esta autonomia é só relativa justamente por que é a língua que coloca o signo e todo o sistema em movimento; no entanto, não se pode afirmar que a gramática, a sintaxe e a semântica de uma língua possa apagar a distinção e a separação das partes que a compõe.

e a errância, por outro lado, é o impossível de ser interrompido, é puro movimento. A errância é o impossível de se fazer “um” que garante à significação seu caráter contingente, movente, inconcluso, transitório: é o impossível que faz o possível, é o não-um que salvaguarda a inquietação dos sentidos.

Essa hiância errante, uma fina e sutil linha vermelha que perpassa Semântica e Discurso, pode ser seguida também pelo interior dos capítulos que abordam os processos discursivos. Neste aspecto, nossa hipótese é a de que a hiância fundamental também separa as partes que constituem o processo discursivo, impossibilitando ao discurso qualquer inteireza que lhe pudesse fazer “um”.

O sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados (PÊCHEUX, 2009, p. 81).

A base linguística, que possui uma autonomia relativa enquanto sistema linguístico, até pode ser vista como indiferente à divisão de classes, mas isso não quer dizer que as classes sejam indiferentes em relação ao uso da língua. Logo, a palavra colocada em curso, discurso, se dá no campo do antagonismo, das contradições e das interpretações. Assim, é justamente por que a língua não é una, enquanto base linguística fechada e acabada, que o discurso também não pode ser singular e indivisível. No entanto, no caso do processo discursivo, a errância constitutiva se evidencia mais rapidamente que na base linguística: “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 2009, p. 82). Se a natureza sistêmica do signo linguístico pode mascarar sua errância fundamental, o discurso já aparece no âmago de um conflito de classes que impossibilita a plena sedentarização dos sentidos. Por isso, é só pelas vias da ideologia que se pode instaurar certa ilusão de apagamento da errância na significação.

Pode parecer óbvio que a sedentarização (cristalização) da língua e do discurso sejam da ordem do impossível, mas diferentes teorias, de direita e de esquerda, já se encantaram com esta possibilidade. Neste sentido, Pêcheux aponta para o projeto Stalinista/Marxista - passando por N. Marr -, que pressupunha “uma língua do povo todo, única para a sociedade e comum a todos os membros” (PÊCHEUX, 2009, p. 83); teoria fundamentada na ideia de língua como meio de comunicação entre os homens, tal como prescreveu Marx e Engels em “A

Ideologia Alemã” (ENGELS; MARX, 2007). O contra-argumento pecheutiano se fundamenta na premissa de que algo sempre fura a língua e a lacera; ou seja, no âmago da língua existe também uma divisão escamoteada sob certa aparência de unidade. Se a língua e os processos discursivos são separados por hiências fundamentais, não será de forma harmoniosa que a ideologia conseguirá manter a ilusão de totalização e continuidade, mas sim mediante constante enfrentamento contraditório e político. “Diremos que as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantém, necessariamente, entre si os “processos discursivos”, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes” (PÊCHEUX, 2009, p. 83).

Pêcheux passa então a observar diferentes processos discursivos para buscar neles uma base comum sobre a qual se possa apoiar uma teoria materialista do discurso (PÊCHEUX, 2009, p. 84). Começando pelos processos nocionais-científicos, Pêcheux volta a dialogar com Gottlob Frege para compreender os processos discursivos e então propor uma teoria analítica do discurso.

Para Pêcheux, o projeto da Filosofia da Linguagem de reparar a língua para que se possa calcar sobre ela uma ciência irrefutável demanda, necessariamente, passar também por uma reparação dos processos discursivos. Novamente a noção de erro aparece nas discussões pecheutianas. Pêcheux lança luz sobre a sugestão de Frege de que as ilusões na linguagem se dão por que a “linguagem natural é mal feita e contém armadilhas e ambiguidades que podem desaparecer numa língua artificial bem feita” (PÊCHEUX, 2009, p. 87). O projeto lógico-matemático da linguagem científica implica, portanto, em processos discursivos que apaguem as oposições ideológicas e as contradições resultantes do conflito de classes.

Para a filosofia da linguagem de Frege, no processo discursivo científico a significação precisa estar acima dos meros conflitos ideológicos: ela deve ser essencial, universal e atemporal. Importa assinalar que tal procedimento repete a solução fregeana conferida à base linguística: a da correção. A correção, contudo, implica uma perfeição perdida, no passado, e/ou um aperfeiçoamento pleno, no futuro. De toda forma, a correção da língua e dos processos discursivos pressupõe certa inteireza que impõe, ao mesmo tempo, o estabelecimento do “erro” justamente para que ele possa ser corrigido. O erro aparece, assim, como efeito (*a posteriori*) do projeto lógico-científico, e não como causa (*a priori*). O erro emerge na medida em que se pressupõe uma perfeição que pode ser alcançada expurgando-se

as falhas da língua e as contradições do discurso, ainda que se tenha que recorrer a uma língua artificial, com processos discursivos igualmente artificiais.

Quisemos fazer este esclarecimento prévio para nos prevenirmos contra a concepção logicista segundo a qual as oposições ideológicas resultariam de imperfeições da linguagem, o que significa reduzi-las a quiproquós, a ‘problemas sem pé nem cabeça’ dos quais todo o mundo poderia escapar se se desse a um tal trabalho. Procuraremos mostrar que não se trata disso (PÊCHEUX, 2009, p. 87).

Não se trata disso, afirma Pêcheux: a língua não é imperfeita, nem os processos discursivos são ilusórios e falhos. Se o erro estivesse na língua, qualquer um que se dispusesse a corrigi-la poderia alcançar logro. Mas a diligência de Frege (2009) persiste sem resposta: de onde originam-se as ilusões linguísticas e as oposições discursivas que tanto desarranjam o progresso da ciência? Seguindo o percurso teórico pecheutiano que fundamentou os capítulos anteriores, uma resposta negativa parece se consolidar: o erro não está *a priori* na língua, mas no juízo *a posteriori* que se faz sobre ela. A ferramenta imperfeita (HENRY, 2013) só pode ser imperfeita na medida em que é tomada como ferramenta. A língua só acomoda a noção de erro quando vinculada a determinado projeto, como por exemplo, o de “bem-comunicar”.

O que leva a pensar que a expressão ‘instrumento de comunicação’ deve ser tomada em sentido figurado e não em sentido próprio, na medida em que este instrumento permite, ao mesmo tempo, a comunicação e a não-comunicação, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade (PÊCHEUX, 2009, p. 83).

Logo adiante o analista do discurso transcreve a solução proposta por Frege (PÊCHEUX, 2009, p. 87): “A ilusão provém de uma imperfeição da linguagem, da qual o simbolismo da análise matemática não está totalmente livre” (FREGE, 1971). A ilusão, segundo o lógico alemão, é a presença do erro na língua. Frege sugere que “se é possível aparecerem ilusões na linguagem, é por que a linguagem natural é malfeita e contém armadilhas e ambiguidades que podem desaparecer numa língua artificial bem-feita” (PÊCHEUX, 2009, p. 87).

Eis a solução final do projeto fregeano: uma língua artificial, criada de forma que os erros, as ilusões e as contradições jamais tomassem parte dela. Pêcheux, ao contrário, aponta que a ilusão sugerida por Gottlob Frege emerge de um ponto cego oriundo do próprio questionamento fregeano. É que ao indagar sobre a origem do erro na língua, supõe-se que um erro primordial tenha profanado uma língua perfeita, esquecida em algum momento

perdido na história. O erro, dessa forma, teria corrompido a perfeição da linguagem, tornando-se parte dela, mas justamente por isso, corrigível. Por outro lado, se não existe erro *a priori* na língua, não existe nada a ser corrigido. Para que o erro apareça na língua será necessário atá-la a um projeto, *a posteriori*, para que o sucesso ou o fracasso de tal projeto determine o aparecimento do acerto e do erro. Ora, diante da afirmação de que as ilusões não decorrem do erro, e de que o erro mesmo também é efeito, e não causa, de onde emanam ilusões, contradições ideológicas, contingências discursivas e falhas comunicacionais?

Advoguem em prol da errância. Seguindo o percurso teórico até aqui apresentado, sustentamos que a errância é a pura movência, é aquilo que permite novos encontros (relações, vínculos), mas é responsável também por desfazê-los. A errância é a expressão do “não-um”, do descontínuo oriundo da hiância fundamental que faz impossível a sedentarização da base linguística e dos processos discursivos. Em diversos estudos pecheutianos encontram-se sentenças que apontam para a incompletude movente do sentido, da língua, da história e do sujeito; não há novidade alguma nas noções de deslize e deriva de sentidos na obra de Pêcheux. Contudo, a proposta desta tese se assenta no projeto de lançar luz sobre a materialidade da movência, que chamamos aqui de errância: o movimento que se dá pelos vazios que separam cada parte da base linguística e do processo discursivo. Nossa hipótese, portanto, é que o próprio da língua é a errância, movimentos de perturbação que proporcionam encontros e desvinculam designações.

Em vista disso, a causa da ilusão sublinhada por Frege não seria o erro, mas a errância. Pêcheux, rebatendo a tentativa de estabilização dos sentidos (sedentarização) proposta pelos lógicos, argumenta em prol de uma movência percebida antes e depois dos encontros que proporcionam língua e discurso. Para isso ele faz uso dos mesmos recursos propostos por Frege para lançar luz sobre essa movência (errância) que desloca a significação e gera derivas de sentidos. O autor toma dois enunciados, um proposto por Frege, e outro por ele. O primeiro: “Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria” (FREGE, 1971, p. 115); e o segundo: “Aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu” (PÊCHEUX, 2009, p. 88). Segundo a análise de Frege, deve-se distinguir dois elementos em um enunciado: a designação de algo (sujeito) e a afirmação sobre esse “algo” (predicado). Na primeira frase, o designado seria Kepler, e na segunda, Jesus.

No entanto, a afirmação estabelecida a respeito dos designados, em cada enunciado, traz problemas diferentes, se olhados pelo viés da lógica. Seguindo o percurso lógico fregeano,

em tais enunciados estão em jogo não as relações de sentido que se estabelecem entre sujeito e predicado, mas sim a relação formal existente entre a totalidade da proposição (o pensamento) e as subordinadas que nela se inscrevem como objetos de pensamento. Este ponto requer maiores esclarecimentos. A proposição, para Frege, é um pensamento composto por unidades menores de objetos de pensamento, a saber, uma designação e uma definição a respeito do designado (relativas subordinadas explicativas, e relativas subordinadas determinativas). Para o filósofo da lógica, deve predominar a relação formal entre estes elementos em detrimento das relações de sentido que se possa estabelecer entre sujeito e predicado. É a isso que se chama de Lógica Formal, onde a verdade de uma proposição supostamente pode ser encontrada mediante análise formal, e a forma é a própria ordem dos elementos da proposição disposta em forma de algoritmo, o que possibilita uma geometria do enunciado.

Segundo Frege, a ilusão surge quando os objetos do pensamento (o sujeito e/ou o predicado) induzem necessariamente²⁸, no pensamento total da proposição, a existência de um sujeito absolutamente único: Kepler e Jesus, nos dois exemplos dados anteriormente. Dentro da lógica fregeana, onde objetos do pensamento compõem um pensamento maior, realmente é possível pensar que a necessidade dessa ilusão provenha de uma imperfeição na linguagem. A ilusão, segundo o autor, se evidencia quando um objeto de pensamento pressupõe a existência real de um objeto designado, ou seja, quando se faz uma afirmação e se pressupõe que os nomes empregados carregam, necessariamente, uma designação.

Ora, aponta Pêcheux, se esse fosse o problema da linguagem, poder-se-ia dizer que o primeiro enunciado “aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria” realmente possui uma ilusão decorrente de uma imperfeição na linguagem. No entanto, seguindo o mesmo fio condutor, o segundo enunciado “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu” se implodiria, e não faria sentido algum quando, decerto, faz. Já na segunda proposição o primeiro objeto de pensamento é anulado pelo segundo, ou seja, a relativa subordinada explicativa, que traz informações extras a respeito do sujeito designado, aniquila a existência do próprio designado, deixando um lugar vazio no lugar do sujeito, que por sua vez inviabiliza a enunciação do predicado. Dentro da lógica fregeana, portanto, não se poderia falar algo a respeito de uma não-coisa.

²⁸ Causa e efeito necessários, impossível de ser de outra forma. Não contingente.

No primeiro enunciado, “aquele que” é uma oração subordinada (relativa) determinativa, ou seja, restringe o significado do antecedente (substantivo ou pronome que as precedem) e por isso se tornam imprescindíveis ao sentido da frase. Mas “aquele que”, enquanto relativa determinativa, não poderia ocupar este lugar sem trazer uma informação que determine claramente o sujeito da oração, uma vez que “aquele que” não é um sujeito gramatical dedutível no interior da própria oração. A função da relativa determinativa seria estabelecer uma relação restritiva com predicado “morreu na miséria”. Este lugar vazio, a ilusão apontada por Frege, lança luz para o fato de que o nome “Kepler” só pode ocupar o lugar da relativa determinativa por uma pressuposição. Mas isso não é tudo. Ainda que o enunciado fosse posto de outra forma, como “Kepler morreu na miséria”, não há nada que determine cabalmente o sujeito único e histórico “Kepler” como sujeito desta proposição específica, não há efeito algum de sentido que possa determinar o indivíduo específico que um nome faça supor.

Logo, para Frege, todo nome próprio é uma ilusão, assim como todos os conceitos ou proposições que apresentam lugares vazios na relativa determinativa. Este é um defeito fundamental da língua que, para o filósofo da lógica, só se soluciona com uma língua artificial complexa e completa o suficiente para não permitir estes lugares vazios (PÊCHEUX, 2009, p. 87). Todavia, tal ilusão não se trata de erro: o erro não é da ordem do enunciado, mas do juízo (KANT, 2001). A ilusão e o erro não estão no enunciado, mas nas relações que se estabelecem entre enunciados, ou melhor, no juízo analítico ou sintético que atravessa o primeiro enunciado. Assim, nem a verdade nem a falsidade estão no enunciado, nos objetos, tampouco no mundo material. A verdade e a falsidade, ou mais, o acerto e o erro, são atribuições imputadas *a posteriori* pelo trabalho da ideologia, são efeitos discursivos e não essências a serem encontradas, corrigidas ou enaltecidas. Ao contrário: a língua, o enunciado e o discurso são, *a priori*, errantes. E na errância não há erro, tampouco acerto.

Para Pêcheux, no entanto, existe outra forma de se abordar este problema: não se trata de erro. Sobre o percurso lógico fregeano, e a instauração da ilusão como imperfeição na linguagem, Pêcheux afirma: “Não deveríamos, ao invés disso, considerar que há separação, distância ou discrepância na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase?” (PÊCHEUX, 2009, p. 88). A ilusão da significação que tanto incomodava Frege, portanto, deriva de uma hiância (separação, distância) que instaura uma contradição entre o já-dito que sustenta o dizer, ou

seja, o “pensado antes”, e o texto atualizado no momento da tomada da palavra. É nesta tensão que o sentido emerge, em meio a um turbilhão profícuo de pressupostos que aparecem em forma de paráfrase ou de polissemia, como veremos adiante. Por hora importa delinear que o recobrimento do dizer pelo já-dito também é separado por uma hiância irremediável, onde cada parte se move guiada por uma relativa autonomia. É essa errância que ocasiona os movimentos que deslocam a base linguística em relação aos processos discursivos. É assim que trabalha a língua e o discurso na produção de sentidos: em movência errante.

Nessa perspectiva, a ‘ilusão’ de que fala Frege não é o puro e simples efeito de um fenômeno sintático que constitui uma ‘imperfeição da linguagem’: o fenômeno sintático da relativa determinativa é, ao contrário, a condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois ‘domínios do pensamento’, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos ‘pré-construído’, isto é, como se esse elemento já se encontrasse aí (PÊCHEUX, 2009, p. 89).

É por isso que não existe erro na linguagem, existe, sim, um processo discursivo errante, sustentado por uma base linguística igualmente errante, que impõe processos de significação que fazem perpassar o “fora-texto” sobre o “intra-texto”, um processo nomeado por Paul Henry como “pré-construído” (HENRY, 2013). Neste momento do percurso pecheutiano, a base linguística se mostra insuficiente para explicar o processo de significação. Enquanto dialoga à distância com a lógica de Frege, Pêcheux está mostrando que algo de anterior atravessa o enunciado presente, algo exterior a ele, uma pressuposição pensada antes, em outro lugar e independente do dizer realizado em uma dada ocasião. O pré-construído, portanto, é um discurso-outro que diz respeito aos elementos da significação que estão fora do enunciado, mas que o atravessam e o condicionam. Assim, no enunciado “aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria”, a ilusão da designação não se dá por uma imperfeição na linguagem, mas sim por que algo de anterior, pré-construído, recobre o enunciado e lhe confere significação juntamente com a base linguística.

Contudo, uma pista se sobressai neste diálogo entre Pêcheux e Henry: justamente por que “há separação, distância ou discrepância na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase” (PÊCHEUX, 2009, p. 88) é que os sentidos se movem errantes no momento da tomada da palavra. O pré-

construído foi proposto para “designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é “construído” pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao efeito sintático” (PÊCHEUX, 2009, p. 89). Esta citação é sobremaneira importante a esta tese. Importa-nos, nela, realçar o atributo “independente”, que caracteriza a separação entre o já-dito e o dito. Tal movência independente, inaugurada pela hiância discrepante entre o já-dito e o dito, é o que chamamos, nesta tese, de errância do discurso.

Esta separação entre o já-dito e o enunciado atual se caracteriza como um movimento de recobrimento entre opostos discrepantes que não fazem “um”. Este deslizamento é estrutural no processo de significação, uma movência errante sustentada pelo vazio que separa e opõe o pensado antes e o dizer atual. A ilusão fregeana, portanto, tem que ver com o lugar onde o vazio aparece no momento da formulação do questionamento: a ilusão não está no “espaço vazio” da relativa determinativa, mas sim no vazio que separa as partes do discurso e instaura uma movência errante no todo da significação. Afinal, base linguística e processo discursivo estão separados, de igual forma, por uma hiância fundamental que estabelece uma relação dissimétrica entre diferentes domínios do pensamento.

Estes domínios de pensamento aparecem, em Henry (2013), através do par antinômico “Objeto Real” (OR) e “Objeto de Conhecimento” (OC). Na filosofia do conhecimento (BACHELARD, 1972), OR compreende o ser na sua mais inesgotável totalidade, ou seja, é o que ele é realmente, totalmente e atualmente, e não uma mera fração dele. Por outro lado, OC é a parte do objeto a que se pode ter acesso pelas vias do conhecimento. Embora o OC seja apenas uma parte do OR, o todo do OC não deixa de ter uma realidade própria capaz de transformar o conhecimento. No entanto, afirma Henry (2013, p. 22), “a contradição objeto real/objeto de conhecimento em uma ciência não é pontual”, ou seja, a relação que se estabelece entre OR e OC é a de contradição dissimétrica por discrepância entre estes dois domínios do pensamento (PÊCHEUX, 2009, p. 89).

Essa discussão tem origem na discussão sobre a referência (o referente) no seio da semântica, contrastando a semântica “referencialista” da “não-referencialista”. Essa problemática diz respeito à posição que diferentes teorias assumem em relação à premissa de que a língua fala de alguma coisa exterior à própria estrutura do sistema linguístico. Ducrot (1977), interlocutor à distância de Henry (2013), é considerado um autor “referencialista fraco” (MORAES, 2009). Para ele o referente, tal como em Frege, é um objeto em si, exterior à

linguagem, e por isso indizível e inalcançável ao significante e ao significado. Logo, quando se fala a respeito de um objeto, confere-se a ele um estatuto de existência que, embora não negue o real, se mostra insuficiente para contorná-lo com a linguagem. O estatuto do referente, neste caso, é considerado interno ao próprio discurso: fala-se do mundo, mas de um mundo construído pelo discurso; em Ducrot, portanto, a existência daquilo a respeito do que se pode contornar com a língua não é uma existência física, mas discursiva. Já em Pêcheux (2009, p. 98) e Paul Henry, a pressuposição da existência de um dado referente se caracteriza por um efeito de pré-construído que representaria sua existência em um discurso anterior. “Aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu” é um exemplo de enunciado que retoma pressupostos anteriores sobre a existência de Cristo. Isso confere a Cristo uma existência pressuposta nesse discurso anterior, que não precisa coincidir com a existência real de seu referente (um Cristo de carne e osso). Nestes termos, a Análise do Discurso é um exemplo de teoria não-referencialista: a realidade do referente é construída a partir das condições de produção em que ele aparece (MORAES, 2009, p. 262).

O pré-construído identifica-se, portanto, com o objeto de conhecimento (OC) que ilusoriamente “cria” o objeto real (OR) com um conhecimento anterior e pressuposto que irrompe no momento da tomada da palavra, produzindo efeitos de sentido sobre o objeto real. Dito de outra forma, se o real é indizível, isso não quer dizer que a ideologia não possa simular para ele uma roupagem simbólica acessível ao conhecimento. E nestes termos, o objeto real da língua é a língua antes dos linguistas, o todo deste objeto não absorvido pelo conhecimento (HENRY, 2013). Assim o OC alcança, pelas vias da ideologia, certa ilusão de totalidade e sedentarização da infinitude amorfa do OR. O pré-construído se configura como evidência já-dita que recobre o dizer atual, mas que se opõe a ele. O pré-construído é o conhecimento prévio que fundamenta a significação no ato da linguagem. É “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2005, p. 31). O pré-construído, portanto, torna-se um dos pontos fundamentais da articulação da base linguística com a teoria dos discursos. E uma das características essenciais do pré-construído é a “separação fundamental entre o pensamento e o objeto do pensamento, com a pré-existência deste último, marcada pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento” (PÊCHEUX, 2009, p. 93). O pré-construído, como veremos, trabalha no processo discursivo

fornecendo realidades provenientes de discursos anteriores que, sob trabalho da ideologia, é incorporado ao dizer atual (o fio-do-discurso) como evidência.

Contudo, importa ressaltar que a hiância que separa a base linguística do processo discursivo aparece novamente separando os objetos do pensamento (o designado e o predicado) do pensamento (o enunciado, como um todo). Isso importa sobremaneira a esta tese na medida em que tal separação é fonte de errância na significação, pois até mesmo ao pré-construído é impossível ser atado cabalmente ao dizer. Pêcheux exemplifica tal questão a partir do problema da perífrase²⁹ e do nome próprio (PÊCHEUX, 2009, p. 90). Na frase “aquele que morreu na cruz nunca existiu”, o demonstrativo “aquele que” só pode ocupar o lugar do nome próprio “Jesus” se houver, para aquele que toma a palavra, um pressuposto anterior relativo à narrativa bíblica, trabalhando o efeito de perífrase que recobre, por pressuposição, o atual pelo anterior. Neste aspecto, os domínios lógicos da ciência moderna alcançam grande logro em criar ilusões de identificações entre objetos do conhecimento (OC) com os objetos reais (OR), pois quando se “descobre” um novo composto químico, por exemplo, o cientista se coloca também na condição de “artífice” de uma definição, de fundador de uma relação específica entre um OC singular e um suposto OR singular. A criação de um nome próprio, de um conceito, enfim, instaura uma dupla tautologia: vejo o que vejo/sabe-se o que se sabe (PÊCHEUX, 2009, p. 91), fundamentada na “evidência” do que se vê em relação ao que se sabe. Tal evidência também está na origem do nome próprio humano: “‘eu’, fulano de tal, sou o único que posso dizer ‘eu’ ao falar de mim mesmo” (PÊCHEUX, 2009, p. 92). Em outras palavras, o ato de nomear e usar nomes para as coisas e para as pessoas é o ato de trazer o pré-construído para o interior do enunciado em forma de uma evidência que, quanto mais incontestável for, maior será seu efeito de perífrase.

Evidentemente que a construção de um pressuposto não se dá de forma célere e repentina, ela demanda esforços jurídicos, políticos, pedagógicos e outros de natureza ideológica. Quanto mais eficientes forem tais aparelhos de costura e estabilização dos sentidos, maior será o efeito perifrástico e, conseqüentemente, também o parafrástico³⁰, ou

²⁹ Figura de estilo que consiste na substituição de uma palavra por uma expressão mais longa e com mesmo significado (DUBOIS et al., 2006).

³⁰ A parafrase origina-se do grego “para-phrasis” (repetição de uma sentença). Parafrasear: recriar um enunciado com outras palavras tentando manter a essência de sua significação (DUBOIS et al., 2006).

seja, o da repetição. Contudo, importa ressaltar sobremaneira que a questão do pré-construído tem por característica essencial:

[...] a separação fundamental entre o pensamento e o objeto de pensamento, com a pré-existência deste último, marcada pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios como o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente, pré-existe ao sujeito (PÊCHEUX, 2009, p. 93).

O pressuposto, portanto, é o objeto de pensamento/conhecimento (OC) que preexiste ao pensamento do enunciado atual, e que justamente por ter sido formulado anteriormente aparece como o impensado do pensamento. Contudo, afirma Pêcheux, existe uma “separação fundamental entre o pensamento e o objeto de pensamento” (PÊCHEUX, 2009, p. 93), de modo que a relação de discrepância que se estabelece entre eles impossibilita que dois façam “um”, ou seja, a natureza dessa relação não permite que o pressuposto se dissolva no dizer, ou mesmo o contrário. Dito de outra forma, o já-dito não é capaz de realizar a dissolução do dizer em seu interior, ou seja, o pressuposto não é capaz de se impor totalmente ao dizer ao ponto de fazer subsumir totalmente os sentidos atuais nos anteriores, tampouco os sentidos correntes do enunciado podem existir sem os condicionamentos do pressuposto.

“Essa separação é, ao mesmo tempo, e paradoxalmente, o motor do processo pelo qual se pensa o objeto de pensamento, isto é, o processo pelo qual o pensamento funciona segundo a modalidade de conceito” (PÊCHEUX, 2009, p. 93). É a separação (hiância), portanto, e não a continuidade, que fundamenta também a natureza do pré-construído, o objeto de pensamento/conhecimento. Tais noções contribuem demasiadamente para o argumento desta tese na medida em que as hiâncias que separam e opõem cada parte da base linguística (significante X significado, arbitrário e valor) separam e opõem também a base linguística do processo discursivo, e finalmente, separam e opõem cada elemento deste último, a saber, o objeto do pensamento (pré-construído) do pensamento (enunciado atual). Dessa forma, cada fração de todo este complexo de significação possui, em alguma medida, uma autonomia relativa que lhes impõe uma movência errante em relação às demais partes. Assim, a sedimentação plena, ou seja, a união cabal das partes que constituem o tecido língua/discurso, é da ordem do impossível. Ainda que seja possível entrelaçar as partes, instaurando relações e encontros, a costura não faz um, só ata diferentes e instaura certa ilusão de unidade. Contudo, justamente por se tratar de relação entre diferentes é que não

podem fazer “um”: a unidade é da ordem da continuidade e não da relação, o que apagaria o próprio caráter de vínculo, encontro, oposição etc.

Que o francês, como qualquer outra língua, não se deixa pegar assim, que é primeiro uma diversidade tanto temporal quanto espacial e que é preciso pelo menos um conceito de língua, e não apenas um conceito simplesmente, para poder pensar uma unidade dessa diversidade (HENRY, 2013).

Frege, a propósito do pressuposto, tenta contornar o problema da exterioridade através da noção de saturação do pensamento. Pêcheux dedica várias páginas à explicação deste modelo fregeano (PÊCHEUX, 2009, p. 100), que consiste, grosso modo, em estabelecer um “processo de sustentação” do dizer através de uma articulação interna de asserções. Neste caso, um objeto de pensamento pode ser saturado se houver nele uma correspondência com uma ideia, ou não-saturado se dentro dele houver um lugar vazio, ou seja, uma correspondência ilusória. Este modelo fregeano consiste, na prática, em mover as partes do enunciado em diferentes direções, em diferentes substituições, na intenção de descobrir, no interior mesmo da proposição, sua verdade. Frege parece acreditar que o pressuposto pode ser encontrado no cerne do próprio enunciado, e neste caso, o objeto e o objeto de pensamento (ou mais, o objeto real e o objeto de conhecimento) aparecem como continuidades necessárias, onde dois, na verdade, são faces distintas do “um”.

“Frege parece estar supondo que, todo ‘pensamento’ é ‘completo e saturado’ por natureza” (PÊCHEUX, 2009, p. 106). O ponto cego fregeano, aponta Pêcheux, é simples de detectar. No enunciado “a França entrou em guerra com a Alemanha em 1939”, para que este pensamento seja completo e saturado é necessário que a totalidade dos franceses tenha entrado em guerra com a totalidade dos alemães, para que assim os termos França e Alemanha tenham seus pensamentos saturados. Mas o que é a França? E o que é a Alemanha? Não são somente seus cidadãos, mas também seus territórios, suas cachoeiras, pradarias e montanhas, que evidentemente não pelejaram entre si na segunda guerra mundial. Logo, aponta Pêcheux, o pensamento França, ou melhor, todas as expressões políticas, jamais poderão ser saturadas por conter nelas “um indício de irrealidade que impossibilita a estabilidade referencial do objeto e as torna questões de apreciação individual” (PÊCHEUX, 2009, p. 110).

No entanto, o projeto de Frege é “conferir à ciência histórica e ao direito [...] o caráter de objetividade científica [...]. Não seria esse, ainda, o sentido da observação final, instando a acabar, de uma vez por todas, com a fonte desses erros?” (PÊCHEUX, 2009, p. 111). Mas para

isso, seria necessário retirar do pensamento o impensado exterior e anterior, e colocar o pressuposto no interior mesmo do enunciado, como continuidade interna e não relações externas. Assim, a solução fregeana, presente também no realismo metafísico e no empirismo lógico (que não passam de faces diferentes do idealismo), é a fantasia de diluição da luta política no puro funcionamento do sistema da língua (PÊCHEUX, 2009, p. 112). Essa reabsorção, ou seja, o apagamento das diferenças e das oposições, tenta instaurar a fantasia de continuidade entre enunciado e pressuposto, como se não houvesse nada impensado no âmago do pensamento, como se a evidência da verdade pudesse ser encontrada de forma objetiva e científica.

Assim, se não se pode falar em termos de absorção de uma parte na outra, deve-se manter a relação entre base linguística e processo discursivo em termos de encontro e oposição. Todavia, há de se focar, doravante, nas descontinuidades (hiências) que separam também os elementos constitutivos do processo discursivo. A transição da análise da base linguística para a análise dos processos discursivos é inserida por Pêcheux da seguinte forma: “O fato de que a língua [...] seja indiferente à divisão de classes não quer dizer que as classes sejam indiferentes à língua. Ao contrário, elas a utilizam, de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente de sua luta política” (PÊCHEUX, 2009, p. 82).

Isso quer dizer que nos entremeios dos processos discursivos constata-se uma primeira hiência: aquela que separa e opõe classes. A língua pode ser indiferente ao discurso, afinal, não existe divisões de classes na língua: fonologia de classes, gramática de classes, sintaxe de classes. Mas as classes, em conflito, se preocupam com a fonologia, a gramática e a sintaxe para instrumentalizarem diferentes sentidos. O discurso se inscreve politicamente e ideologicamente, logo, diferentes classes sociais, inscritas em distintas formações discursivas, fazem uso da língua de forma diferente.

Tais distinções são apagadas pelo efeito ideológico de “apropriação de contradição”, como se a contradição pudesse ser usada, em sua totalidade, como ferramenta ativa de neutralidade e indiferença política no seio da língua. Assim, no âmago do conflito de classes a língua instrumentalizada cientificamente poderia aparecer como neutralidade balizadora do conflito. Assim, a especialização da língua é a tentativa de sedentarizar a errância contingente dos sentidos apagando os próprios rastros de sedentarização, como se a saturação dos pensamentos fosse natural. Ou seja, a língua correta e aperfeiçoada é a construção do mito da neutralidade através de processos politicamente demarcados (PÊCHEUX, 2009, p. 114). É a

incorporação da contradição, ou melhor, é o uso da própria contradição como força de sedimentarização.

Neste caso, a suposta neutralidade do discurso científico é instaurada justamente sobre o apagamento das descontinuidades da língua e do discurso. Assim, a contingência, o erro e a ilusão só podem ser apagados da língua se for apagada a descontinuidade (hiância) que separa a base linguística do processo discursivo, e a hiância que opõe o pensamento do objeto de pensamento (o dizer do já-dito no pré-construído).

Chega-se assim inevitavelmente à ideia de uma ‘ciência de todo e qualquer objeto’, para a qual somente existiriam relações pensadas, esvaziadas de todo ‘ser’: trata-se dessa língua ‘logicamente perfeita’, ou ideografia, da qual - diz Frege - se exigirá ‘que toda expressão construída como nome próprio, a partir de sinais previamente introduzidos, e de maneira gramaticalmente correta, designe, de fato, um objeto, e que nenhum sinal novo seja introduzido como nome próprio sem que lhe seja assegurada uma referência (PÊCHEUX, 2009, p. 116).

A lógica, assim, torna-se a o núcleo da ciência, seu fundamento necessário, funcionamento calcado no apagamento das descontinuidades (hiâncias). O resultado são pensamentos essenciais, atemporais e universais, que prescindem da história e do ser, ou melhor, pensamentos que constroem a história e os seres, uma espécie de ficção lógica (PÊCHEUX, 2009, p. 116) que produz armadilhas lógicas nas ciências humanas, como “o povo”, “as massas”, “a classe operária”, bem como causa ilusões conceituais nas ciências ditas exatas, como os seres metafísicos cunhados pela linguagem matemática e tidos como verdadeiros, à despeito da experiência.

Este suposto apagamento das hiâncias instaura a ilusão de que o complexo de significação se trata de uma unidade contínua, um tipo de relação que apaga a própria natureza relacional entre “dois” e faz parecer “um”. A estabilização da língua científica, portanto, funda-se na sedimentarização das movências presentes nas relações, nos vínculos e nos encontros que fundam a base linguística (o encontro arbitrário entre significante e significado, e a relação de oposição entre os signos no valor sistêmico), bem como na sedimentarização das relações presentes no processo discursivo (a relação contraditória entre o pré-construído e o dizer). Contudo, a sedimentarização da errância contingente se dá, como visto anteriormente, como incorporação de uma contradição, ou seja, a sedimentarização costura as

partes do todo enquanto apaga as marcas da costura, fazendo a soma das partes parecer “um”, indivisível, contínuo, necessário e estável.

É só nessas circunstâncias que a língua pode aparecer como ferramenta, e somente enquanto ferramenta é que ela pode ser imperfeita (HENRY, 2013). Ferramenta por que se presta a algo: a própria língua é alinhavada no tecido por que é posta a servir a um projeto, submetida a propósitos (encontros, vínculos e relações) que, apesar de não serem naturais, são produzidos-reproduzidos como “evidências naturais”, como se a sedentarização dos sentidos não derivasse de uma soma de instrumentalizações ideológicas, mas sim de uma “essência evidente”. Contudo, o processo ideológico de sedentarização das movências fracassa perenemente, afinal, o pressuposto não provém do interior do enunciado, mas sim de algo anterior, impensado, que destotaliza o pensamento e exige interpretação. Desde Saussure a própria língua se mostra

[...] como um tesouro depositado pela prática da fala nos sujeitos pertencentes a uma mesma comunidade, um sistema gramatical existindo virtualmente em cada cérebro, ou mais exatamente nos cérebros de um conjunto de indivíduos, já que a língua não está completa em nenhum deles (SAUSSURE, 2006, p. 26).

Falamos, portanto, da presença de opostos que se contradizem no seio das línguas e dos discursos: sedentarização e errância. A sedentarização, enquanto processo de costura que tenta imprimir certa ilusão de continuidade e unidade, se vê às voltas, perenemente, com o esgarçamento das linhas que costumam as partes do discurso e da língua, permitindo, nestes momentos, entrever o caráter contingente, transitório e frágil daquilo que a ciência acredita ser universal, atemporal e essencial.

O erro só pode aparecer por intermédio do procedimento lógico de sedentarização, ou melhor, no juízo que se estabelece sobre a base linguística e o processo discursivo. Assim, antes do juízo recobrir a linguagem com projetos de sedentarização, a errância apenas é, nem erro, nem acerto. Dito de outra forma, aquilo que erra não erra, ou melhor, aquilo que vaga não falha.

2.2.1 IDEOLOGIA E SEDENTARIZAÇÃO

O erro não está na língua, como já visto: o erro é da ordem do juízo, *a posteriori*.

Quisemos fazer este esclarecimento prévio para nos prevenirmos contra a concepção logicista segundo a qual as oposições ideológicas resultariam de imperfeições da linguagem, o que significa reduzi-las a quiproquós, a ‘problemas sem pé nem cabeça’ dos quais todo o mundo poderia escapar se se desse a um tal trabalho. Procuraremos mostrar que não se trata disso (PÊCHEUX, 2009, p. 87).

Não é o erro a causa das ilusões, derivas, mal-entendidos e confusões que se acumulam no uso da língua - o erro só aparece depois, a depender das condições de produção do sentido. É a errância que as causa - a movência irremediável que faz deslizar, umas sobre as outras, as partes que compõem a base linguística. Todavia um questionamento persiste: diante da errância da língua, seria possível a algum domínio das práticas humanas a aplicação de uma força na intenção de sedentarizar o processo de significação e produção de conhecimento? Sim, responderia Pêcheux. E o nome dessa força é Ideologia.

Depois de trilharmos de forma nômade, página a página, pelos primeiros capítulos de *Semântica e Discurso* (2009), buscando por pilares nos quais fundamentar uma teoria discursiva da errância, passando pelas pradarias primordiais da base discursiva e pelas cordilheiras do processo discursivo e do pré-construído, chegou a hora de continuarmos nossa jornada através dessa densa obra à procura da errância na Ideologia, no Discurso e no Sujeito. Mas importa, sobremaneira, salientar que o objetivo desta seção e das próximas não é meramente descrever os “misteriosos” processos de significação e de constituição do sujeito. O objetivo aqui é lançar luz sobre tais noções a partir do prisma da errância e do sedentarismo.

O primeiro capítulo da terceira parte é um pequeno tópico intitulado “Sobre as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 2009, p. 129) dedicado a trazer, para o interior da teoria discursiva, as noções de Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado, necessárias para fundamentar uma teoria materialista do discurso. Nosso objetivo, nesta tese, é demonstrar que a Ideologia é o agente da sedentarização dos sentidos, ou melhor, de sujeição da errância fundamental da significação através de uma instrumentalização discursiva.

Se assumirmos a ideologia como força motriz da sedentarização dos sentidos, o projeto da filosofia lógica, investigado na subseção anterior desta tese, traz contribuições para a compreensão do próprio funcionamento da ideologia, cujas características basais passam também por uma tentativa de estabilização e estancamento da movência errante dos sentidos, ou seja, uma sedentarização das relações que constituem língua, história, sujeito e discurso.

Todo esforço fregeano de instrumentalizar a língua na intenção de saturar os espaços vazios e depurar as ilusões e erros - projeto frustrado, como visto anteriormente, no problema das relativas determinativas e explicativas - não se difere, essencialmente, do funcionamento ideológico no que diz respeito à sutura dos sentidos.

Ancoramos essa argumentação em uma pista deixada por Pêcheux quando ele afirma que “é preciso [...] especificar alguns pontos de alcance mais geral, relacionados à teoria das ideologias, à prática de produção de conhecimentos e à prática política, sem os quais tudo o que vai se seguir estaria inteiramente deslocado” (PÊCHEUX, 2009, p. 129). Nos parágrafos seguintes o autor estabelece um diálogo com Althusser (1985) sobre a estrutura dos Aparelhos Ideológicos de Estado (doravante, AIEs), mas antes de prosseguirmos importa salientar que tais “pontos de alcance mais geral” são relacionados não só à caracterização das ideologias, mas também à prática de produção de conhecimentos e à prática política.

Tal aproximação teórica entre ideologia, epistemologia (lógica) e política nos ajudam a estabelecer um esteio para a ponte que liga as duas primeiras partes de Semântica e Discurso e a terceira parte, que trata mais claramente de ideologia, discurso e sujeito. Na bagagem das duas primeiras partes da referida obra vieram, principalmente, discussões a respeito A) do projeto científico de apagamento das contingências da significação através da necessidade lógica da significação; B) da tentativa de detectar e expurgar os erros (ilusões, espaços vazios) da língua e dos discursos; C) do empreendimento lógico de apagar as descontinuidades e implantar, no lugar, continuidades que formam unidades e invalidam a movência errante da linguagem científica e cotidiana; D) da errância estrutural, decorrente da hiância que separa as partes daquilo que Pêcheux chama de Base Linguística.

Ora, tais projetos de sedentarização da significação se identificam, em grande medida, com aquilo que Pêcheux empresta da teoria althusseriana sobre ideologias, que atesta que: A) os AIE trabalham “determinações econômicas” e “condições ideológicas” que instrumentalizam as relações de produção, ou seja, sedentizam suas possibilidades e regulam a reprodução e a transformação das relações de produção; B) reprodução e transformação são duas faces de uma contradição intrínseca a todo modo de produção que se baseia em uma luta de classes, ou seja, toda relação de produção se dá reproduzindo e transformando, concomitantemente (PÊCHEUX, 2009, p. 130).

Sobre os AIE, importa ressaltar: A) que Ideologia³¹ não equivale a “mentalidade da época”, nem se impõe de forma homogênea sobre a sociedade como algo anterior à luta de classes, logo, os AIE não são meras ferramentas da Ideologia; B) os AIE não são a realização incontestável da ideologia da classe dominante, ou seja, não há luta de classes sem lutas, não há domínio sem resistência; C) justamente por ser o palco de um conflito é que os AIE não são apenas da ordem da reprodução, são também da ordem da transformação; D) os AIE não são, eles mesmos, homogêneos; são, na verdade, um “conjunto complexo de aparelhos ideológicos de estado” que comporta também relações de contradição, desigualdade e insubordinação entre seus elementos.

Na verdade, seria absurdo pensar que, numa conjuntura dada, todos os aparelhos ideológicos de estado contribuem de maneira igual para a reprodução das relações de produção e para sua transformação. De fato, suas propriedades ‘regionais’ - sua especialização evidente na religião, no conhecimento, na política etc. - condicionam sua importância relativa (a desigualdade de suas relações) no interior do conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado, e isso em função do estado da luta de classes na formação social considerada (PÊCHEUX, 2009, p. 131).

Neste aspecto, importa delimitar com mais cuidado as diferentes definições de ideologia que aparecem na obra pecheutiana. A primeira noção, mais abrangente, traz a palavra com inicial maiúscula: Ideologia. Ela diz respeito à Ideologia em geral, ou seja, à noção mais essencial de Ideologia. A Ideologia, diz Pêcheux, é aquilo que permite pensar o humano como “animal ideológico”, ou seja, não o opõe à natureza, mas faz dele um animal histórico. “A história é um imenso sistema natural-humano em movimento, cujo motor é a luta de classes” (PÊCHEUX, 2009, p. 138). A história, no interior do marxismo-leninismo, é a história da luta de classes, e por isso a Ideologia é eterna. Hora, não se trata de esquecer a brevidade da existência de humanos no universo, nem de que houveram incontáveis eventos antes da história. Tampouco trata-se de encontrar na história e na Ideologia noções universais, essenciais e atemporais (Ideologia e história fora da história?), mas trata-se sim de pensar que no interior desse processo “natural-humano” da história, a Ideologia é eterna. Dito de outra forma, desde os primórdios da escrita humana e da história linear temos uma Ideologia

³¹ Ideologia (I maiúsculo), equivale a Ideologia em Geral, será distinguido de ideologia (i minúsculo) e ideologias (no plural), como veremos mais adiante.

funcionando de forma geral, abrangente e com caracteres infraestruturas (econômicos) e superestruturais (jurídico-político e ideológicos)³².

Com extensão menor que a Ideologia em geral, as Formações Ideológicas (FIs) são historicamente circunscritas e funcionam através dos processos ideológicos instaurados pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs). Assim, as FIs são um conjunto complexo de objetos ideológicos, bem como de formas de representações e relações com os mesmos, que não são individuais nem universais, mas inserem o sujeito no âmago do conflito de classes. Assim, as FIs são a materialização da própria luta de classes, ou ainda, a manifestação material e histórica do conflito. No interior de uma dada FI existem ideologias distintas, das quais se destaca a ideologia dominante. Seu par antinômico, evidentemente, é a ideologia dominada. É neste nível da ideologia que se vê de forma mais latente o conflito de classes (PÊCHEUX, 2009, p. 139).

Ora, tais bordas são importantes quando se pensa em semântica, pois é no interior desse conflito de classes que se dão os processos de significação. Importa, contudo, ressaltar que a própria ideia de “conflito de classes” implica, irremediavelmente, uma separação/oposição entre classes de forma que uma não se subsume na outra: duas não fazem uma. Dessa forma, a própria noção de AIE não pode também ser compreendida de forma linear, contínua e inteiriça, o que desautoriza a concepção de ideologia única, completa e acabada. Enquanto palco de um conflito perene, os AIEs são descontínuos, repletos de hiâncias que instauram movências errantes. Em outras palavras, se se pensa a Ideologia em termos de sedimentação da significação, deve-se assumir que a própria Ideologia é constituída por relações errantes, por encontros contingentes. E justamente por ser palco de um conflito perene é que os AIE são a própria materialização da tentativa de instrumentalização da significação. Ou seja, a Ideologia é, nestes termos, uma força de sedimentação dos sentidos que oculta, de seu próprio funcionamento, a errância contingente que a fundamenta.

Tais proposições se sustentam nas palavras de Pêcheux quando o autor afirma que não se pode falar em Ideologia sem falar em Formações Ideológicas (doravante, FIs), que são modos heterogêneos de fornecer objetos ideológicos e, ao mesmo tempo, maneiras de se servir deles (seus sentidos, suas orientações e os interesses da classe a que servem). Contudo, não

³² Não nos compete aqui pensar se a origem da escrita coincide com a origem da economia e da política.

se pode afirmar que tais FIs sejam “modos abstratos de ideologia” que são aplicados aos “objetos ideológicos”, como se houvesse uma cronologia teleológica que orientasse temporalmente as diferentes partes do funcionamento ideológico. Não existe uma anterioridade ideológica recaindo sobre os objetos ideológicos atuais, existe, sim, um processo ideológico que, no exato momento de sua prática, instaura os modos heterogêneos de fornecimento de objetos ideológicos bem como suas maneiras de consumo. Assim, é justamente nas relações entre diferentes classes (relações de desigualdade-subordinação), ou seja, na hiância que separa e instaura relações discrepantes entre FIs, que se constitui o palco da luta ideológica de classes (PÊCHEUX, 2009, p. 132).

Ora, a relação (a pega, o encontro) é ao mesmo tempo aquilo que aproxima, mas também é o que mantém afastado o suficiente para não fazer “um”. Fundamentadas em relações de oposições discrepantes, as FIs são separadas por descontinuidades que são, elas mesmas, motivo de embate ideológico. Dito de outra forma, é a relação entre as FIs que importa ao domínio ideológico, é o espaço entremeio entre elas que se torna objeto de disputa e controle. Segundo Pêcheux, existem duas formas de dominar o entremeio da relação. A primeira delas desloca o lugar da relação, da borda para um centro ilusório, trabalhando uma manutenção/sedentarização do idêntico no “interior” de cada região ideológica, como se fosse no âmago delas (moral, leis, família, política, pedagogia etc.) que habitasse o problema da movência dos sentidos. Esse deslocamento coloca a hiância no interior da FI como um corte a ser costurado, como um problema interno a ser solucionado. Segundo Pêcheux, as relações de desigualdade-subordinação habitam, de fato, nas hiâncias que separam essas regiões que constituem a cena da luta ideológica de classes.

Compreende-se melhor [...] a maneira pela qual as relações de desigualdade-subordinação entre os diferentes aparelhos ideológicos de Estado (e as regiões, objetos e práticas lhes correspondem) constituem, como dizíamos, a cena da luta ideológica de classes. O aspecto ideológico da luta para a transformação das relações de produção se localiza, pois, antes de mais nada, na luta para impor, no interior do complexo dos aparelhos ideológicos de Estado, novas relações de desigualdade-subordinação (PÊCHEUX, 2009, p. 133).

Não é no interior das regiões ideológicas onde se assenta o palco dos conflitos de classes, mas sim nas relações entre tais regiões - relações de desigualdade e subordinação que, justamente por serem relações, não fazem “um”. É neste tipo de relação entre as classes que

se instaura a manutenção da desigualdade, da diferença, do “não-um”, e é justamente por que são desiguais é que se pode instaurar a relação de subordinação.

Contudo, a subordinação do proletariado pela burguesia não se dá em termos de diluição de uma classe na outra: importa, ao contrário, que o proletariado continue não sendo burguesia, importa que a hiância que as separa em diferentes classes continue mantendo-as “não-um”. Logo, o objeto de instrumentalização e sedentarização da classe dominante não é a classe dominada, mas sim as relações de desigualdade-subordinação que separam e opõem as classes. E o ferramental de sedentarização de tais relações são os AIEs (aparelhos ideológicos de Estado). Isso implica assumir, segundo Pêcheux, que não basta à classe dominante ocupar os principais cargos na política, por exemplo, mas faz-se imprescindível “colocar a política no posto de comando” (PÊCHEUX, 2009, p. 133), assegurando a sedentarização das relações que habitam as hiâncias entre diferentes classes³⁵. Logo, ao processo de sedentarização do conflito de classes importa mais a instrumentalização das relações entre as classes e menos as classes particulares.

O segundo recobrimento ideológico de sedentarização das relações entre classes se dá forma de apagamento do próprio funcionamento. “[...] a relação de classes é dissimulada no funcionamento do aparelho de estado pelo próprio mecanismo que a realiza, de modo que a sociedade, o Estado e os sujeitos de direito [...] são produzidos-reproduzidos como ‘evidências naturais’” (PÊCHEUX, 2009, p. 134). Neste recobrimento ideológico de sedentarização (estabilização e administração dos sentidos) está em jogo a contradição entre reprodução e transformação das relações de produção. Ora, é manifesto que à classe dominante importa que tais relações sejam reproduzidas temporalmente e geograficamente, ou seja, importam as relações de manutenção do poder. Contudo, para que tais relações de reprodução subjuguem as relações de transformação faz-se necessário apagar das relações o próprio caráter de “relação”, pois enquanto mera relação, o conflito de classes adquire caracteres de arbitrariedade, contingência, historicidade, valor e sistema. Convém à classe dominante “reproduzir” apagando os vestígios do processo de reprodução, instaurando a ilusão de que a reprodução se trata de uma continuidade teleológica natural, uma evidência essencial, enfim,

³⁵ Como se poderá observar no decorrer dessa tese, a noção de “conflito de classes” será colocada sempre em termos de miríade de classes, e não apenas duas, coadunando com as visões mais contemporâneas do marxismo (ALTHUSSER, 1985).

que subjuga apagando o próprio procedimento de dominação e a existência da possibilidade de transformação.

O estabelecimento da reprodução/submissão como “evidência” é o auge da sedentarização do processo de significação. Todavia, convém lembrar, diante do que vimos nas subseções anteriores, que o processo de sedentarização carrega em seu âmago uma movência errante que impossibilita a plena instrumentalização dos sentidos. Algo sempre erra (falha, vaga) no interior do processo ideológico de sedentarização, fazendo desmoronar o castelo de evidências, ou melhor, fazendo furo e descosturando o tecido que instituíra certo delírio de completude. Algo sempre erra na ciência, algo sempre se move errante na religião, algo sempre desliza na política. A Ideologia acabada e estanque é uma ilusão que o erro pode desmascarar.

2.2.2 A SEDENTARIZAÇÃO DO SUJEITO PELA IDEOLOGIA

O principal argumento desta tese se sustenta sobre a inferência pecheutiana de que não é o erro a causa das inexatidões e ilusões na língua, “dos quais todo mundo poderia escapar se se desse a um tal trabalho. Procuraremos mostrar que não se trata disso” (PÊCHEUX, 2009, p. 87). Tentaremos, portanto, demonstrar que tais irregularidades derivam da errância, onde não há falha. A errância é apenas puro movimento: aquilo que erra, não erra, ou seja, aquilo que vaga não falha. O erro só pode aparecer *a posteriori*, determinado pela prática ideológica da linguagem que estabelece projetos e tenta controlar a significação. A sedentarização, nesta tese, é a antinomia da errância: é o procedimento ideológico (fadado ao fracasso) de mitigação e administração do sentido e do sujeito através de ilusões de evidências. Quando aborda a noção de sujeito, Pêcheux inicia sua teorização reforçando o conceito proposto por Althusser:

Como todas as evidências, inclusive aquelas que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’, ou ‘possua um significado’ (portanto, inclusas as evidências da ‘transparência’ da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos - e que isto não constitua um problema - é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (ALTHUSSER, 1985, p. 95).

O objetivo de Pêcheux, neste momento, é mostrar que a “constituição do sentido se junta à da constituição do sujeito” (PÊCHEUX, 2009, p. 140) através da figura da interpelação.

E o objetivo desta tese, neste ponto, é mostrar que assim como no processo de significação, o processo de constituição do sujeito também é marcado por hiâncias que separam e opõem as partes que o constitui, dotando-o de uma movência errante relativamente autônoma. Esta errância, como veremos, possui um duplo efeito: por um lado, impede a plenitude da sedimentação do sujeito, ou seja, impossibilita a interpelação-identificação cabal do indivíduo em sujeito do discurso pela ideologia; mas por outro lado, impede que o sujeito reconheça o próprio processo que lhe subjugava e permite que a Ideologia instale uma evidência imaginária para sentido e sujeito. Defenderemos, portanto, que a errância na “base linguística” fornece ao “processo discursivo” uma língua porosa e movente que, afinal, impõe procedimentos errantes que impedem o assujeitamento cabal do indivíduo ao mesmo tempo que impedem ao sujeito descortinar e ver claramente aquilo que lhe subjugava. Em outras palavras, nesta tese não buscaremos apenas abordar e delinear a noção de sujeito, bem conhecida dos analistas do discurso. O propósito desta subseção é, de outro modo, analisar os efeitos da errância na constituição discursiva do sujeito, e nossa hipótese é a de que o assujeitamento se dá em meio a uma tensão estabelecida entre a subjugação e a persistência da falha.

Tomamos como ponto de partida uma importante definição que Pêcheux faz a respeito da formulação de interpelação:

Dizemos a ‘figura’ da interpelação para designar o fato de que se trata, como indica Althusser, de uma ilustração, de um exemplo submetido a uma forma de exposição particular, concreta o suficiente para que possa ser reconhecida e abstrata o suficiente para que possa ser pensável e pensada, dando origem ao conhecimento (PÊCHEUX, 2009, p. 140).

Como veremos, Pêcheux está às voltas de solucionar o problema idealista que instaura a ilusão de que o “eu” coincide com o indivíduo que diz “eu”, mas é preciso tomar o cuidado para que tal procedimento não recaia no outro extremo, igualmente idealista, de prescindir da noção de indivíduo na própria constituição do sujeito. Sobre isso Pêcheux afirma que a relação entre indivíduo e sujeito é uma relação de discrepância, paradoxal (PÊCHEUX, 2009, p. 141). O fato de que o autor tenha colocado “indivíduo” e “sujeito” em termos de “relação” já nos leva a assumir, diante das subseções anteriores, que existe uma hiância que separa indivíduo e sujeito de forma irremediável. Logo, nem o projeto idealista de salvaguardar a autonomia do indivíduo nem o projeto ideológico de assujeitamento pleno podem, nestes

termos, fazer “um”, não podem fazer subsumir (indivíduo e sujeito) um no outro. Mas Pêcheux não define o par indivíduo/sujeito apenas como “relação”, leva mais adiante e define este par em termos de “relação discrepante”, ou seja, divergente, oposta, conflitante: “não-um”.

Ora, uma relação pode ser do tipo simétrica, relacionando dois “semelhantes” que podem, afinal, serem atados a ponto de se confundirem. Mas não é este o caso. Pêcheux atesta que a relação entre indivíduo e sujeito é uma relação discrepante, entre duas instâncias incompatíveis e discordantes. Logo, a interpelação é um procedimento que não se conclui de forma simétrica e coesa. Tal “relação discrepante” foi usada por Pêcheux para desvelar o mito da simetria idealista que atesta a liberdade plena do indivíduo no uso da palavra (PÊCHEUX, 2009, p. 141), contudo, ela serve também para que se evite o impulso teórico de assumir que o sujeito pode ser subjugado de forma cabal pela ideologia.

Vejamus isso com mais cuidado. Pêcheux inicia sua abordagem da noção de sujeito pelas vias da interpelação, que é aquilo que, no interior do funcionamento da Ideologia, torna tangível a relação entre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) e os Aparelhos Repressivos de Estado (AREs). O papel dos AREs (através do estado, do judiciário, da polícia) é distribuir, verificar e controlar as identidades, os números e os nomes dos “sujeitos”, instaurando certa ilusão de que o sujeito é um indivíduo singular, ou seja, de que o sujeito é uma evidência inequívoca no interior do indivíduo (PÊCHEUX, 2009, p. 140). Constituídos assim, os sujeitos (ilusoriamente individualizados) têm garantidos seus direitos e se submetem aos seus deveres, que são relações contratuais reguladas e instrumentalizadas pelos AREs. Dito de outra forma, a ideologia, através dos AREs, interpela (no duplo sentido da palavra: interrompe e demanda) o sujeito dentro de um enorme complexo de signos que condicionam, sobremaneira, o papel, o sentido e a existência do sujeito no interior de uma dada Formação Ideológica e Social.

Mas esta não é a única “mágica” da Ideologia na constituição do sujeito. Ela resolve também um problema ainda mais grave e intrínseco: o da des-identificação do sujeito consigo mesmo. Tal problemática fica a encargo dos AIEs, que através da família, da religião, da escola etc., instauram aquilo que Pêcheux chamou de “pequeno teatro da consciência”. Esta encenação ideológica se dá na forma do enunciado: “eu sou o único que pode dizer ‘sou eu’ quando se fala de mim mesmo” (PÊCHEUX, 2009, p. 140). Assim, o sujeito ideológico é aquele que diz “eu vejo”, “eu falo”, “eu te vejo”, “eu te falo”. Há, aí, uma espécie de identificação supostamente evidente que instaura a ilusão de que aquele que diz “eu” é uma singularidade com o “eu” fornecido pelos AREs. É assim que o indivíduo é interpelado-identificado como

sujeito pelo discurso, quando ele passa a acreditar, no palco da consciência, que o si coincide com o sujeito fornecido pelo estado. No entanto, recorda Pêcheux, estas são instâncias diferentes.

O problema da des-identificação não é novo. Embora não seja possível precisar sua origem, e talvez não seja necessário, o problema da des-identificação da consciência pode ser observado ao menos desde Kierkegaard (1991), passando por diversos outros pensadores. Neste autor, a des-identificação da consciência se apreende de forma mais clara no momento da autorreflexão: neste momento, a consciência olha para si mesma como se olha para um outro, igual a si mesmo, mas separado por um nada, intransponível, nas palavras de Pêcheux, “estranhamente familiar” (PÊCHEUX, 2009, p. 142). Em Kierkegaard, esta separação gera um estranhamento entre a consciência e este outro “eu”, instaurando um estado de independência e angústia entre as duas instâncias: a consciência parece ser livre até de si mesma.

Ora, Lacan era leitor de Kierkegaard (LACAN, 2005), e explicitamente Pêcheux era leitor de Lacan. Assim, a partir do analista do discurso, apontamos que o trabalho ideológico de constituição do sujeito só pode instaurar a evidência do sujeito quando apaga a hiância que separa e des-identifica a consciência daquilo que ela chama de “eu”. A interpelação ideológica do indivíduo em sujeito é isso: o apagamento da hiância que reside o âmago da relação discrepante indivíduo/sujeito, interpelando (demandando ao indivíduo) uma identidade que faz o sujeito se diluir no indivíduo como se este fosse “único, insubstituível e idêntico a si mesmo” (PÊCHEUX, 2009, p. 141). Assim, e somente assim, é que um sujeito pode responder “sou eu” quando se pergunta “quem é?”, como se fosse evidente que que “eu” sou a única pessoa que poderia dizer “eu” ao falar de mim mesmo. É a isto que Pêcheux chama de “pequeno teatro da consciência”, onde a consciência parece interpretar um personagem de forma tão magistral que passa a acreditar que aquele personagem é ela mesma. O “eu”, portanto, não passa de um personagem criado pelos Aparelhos Repressivos de Estado, ao passo que essa suposta diluição do personagem no ator é feita pelos Aparelhos Ideológicos de Estado. Mas essa pega entre personagem e ator, separada irremediavelmente por uma hiância fundamental, é movente e inconclusa: errante.

Já mostramos as vias teóricas pelas quais se pode assegurar a noção de errância entre indivíduo e sujeito, falta-nos observar a movência errante do sujeito em relação à Ideologia - tarefa mais densa e complexa. Se é patente que não existe sujeito sem Ideologia, seria possível

pensar uma hiância que separa e imprime certa movência errante ao sujeito em relação à Ideologia? Voltemos a Pêcheux:

Essa mistura surpreendente de absurdo e de evidência, e esse retorno do estranho no familiar, já foram encontrados por nós a propósito da noção de pré-construído. [...] Na ocasião, devíamos nos limitar a constatar que esse efeito de pré-construído consistiria numa discrepância pelo qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’. Podemos, de agora em diante, tendo em conta o que acabamos de expor, considerar o efeito de pré-construído como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito... ao mesmo tempo em que é ‘sempre-já sujeito’ (PÊCHEUX, 2009, p. 142).

Nesta tese falamos de assujeitamento em termos de sedentarização, ou seja, de um tipo de relação que sutura, diminui e administra as possibilidades contingentes do sentido e do sujeito, estreitando o horizonte de suas movências. A citação acima proporciona diversas pistas a respeito da tensão errância/sedentarização do sujeito. Ela se inicia atestando uma relação paradoxal entre absurdo e evidência, de retorno do estranho no familiar. O absurdo é aquilo que é contrário à razão, à sensatez e ao bom senso; é, enfim, *nonsense*, desconhecido e inesperado. A evidência é seu oposto: clara, esperada, conhecida, manifesta, verificável, incontestável. Poucas relações poderiam se dar de forma tão antagônica quanto esta que coloca lado a lado absurdo e evidência. Mas Pêcheux está dizendo que, a propósito do pré-construído no discurso, algo de absurdo sempre escoia e ecoa no interior do “evidente”, algo de estranho sempre irrompe no seio do familiar.

O próprio pré-construído é, ele mesmo, discrepante. Ao mesmo tempo em que é absurdo, exterior e anterior, sempre surpreendendo o sujeito com novos “conhecimentos” a respeito de sua prática social, ele é também aquilo que há de mais familiar ao sujeito, afinal, o pré-construído sempre esteve ali, antes mesmo do nascimento do indivíduo/sujeito. Ele é, por isso mesmo, paradoxal: é o anterior infundamente presente, é uma intimidade coletiva, um nativo colonizador - um “sempre já-aí” que persiste em tomar o sujeito de sobressalto.

Ora, é essa mesma discrepância entre absurdo e evidência que também fundamenta o próprio processo de interpelação do indivíduo em sujeito pela Ideologia. “Essa discrepância (a estranheza familiar desse fora, situado antes, que dá conta de seus atos) funciona por contradição” (PÊCHEUX, 2009, p. 142). Se o pré-construído é uma discrepância que se relaciona também por discrepância com o dizer atual, o sujeito é aquilo que, constituído antes

pela Ideologia, é aquilo que irrompe no indivíduo na forma de absurdo-familiar. A outra parte dessa relação discrepante é o indivíduo, aquilo que, regulado pelos AREs, é sempre atual - basta que um “indivíduo” mude de endereço para que todo um ferramental repressivo lhe imponha imediatamente designações burocráticas - e por isso mesmo é familiar, inequívoco, “óbvio e evidente” (o Fulano de Tal, nascido na data X, residente do endereço Y no ano Z, é “único”).

Importa ressaltar, portanto, que a interpelação do indivíduo em sujeito pela Ideologia trata-se de um processo que relaciona discrepâncias, ou seja, o assujeitamento não implica a diluição de um no outro; implica, sim, na instituição de certa relação discrepante (inconciliável) entre o atual e o anterior, entre o “evidente” e o absurdo, entre o familiar e o estranho. Assim, a interpelação funciona por contradição: existência conjunta de opostos que se repelem, mas que são colocados em movimento imanente³⁴. Trata-se, afinal, de uma interdependência independente: contradição. Mas isso não é tudo. A noção de interpelação não aparece sozinha, ela é postulada por Pêcheux, a propósito da noção de assujeitamento, na forma de par antinômico: interpelação-identificação. Se interpelar é interromper e demandar, identificar é tornar idêntico, confundir sem fundir, fazer dois parecerem “um”. A relação discrepante indivíduo/sujeito configura-se, portanto, como um processo que demanda e que impõe (via AREs) uma identificação/confusão entre indivíduo e sujeito (pelas vias dos AIEs). Neste processo “os ‘objetos’ que nele se manifestam se desdobram, se dividem para atuar sobre si enquanto outro si” (PÊCHEUX, 2009, p. 143), para logo depois, simularem uma fusão em um único si. O resultado deste processo é um sujeito aparentemente “causa de si”; ou novamente resgatando a metáfora do barão alemão do século XVIII, Münchhausen: elevar-se nos ares puxando-se pelos próprios cabelos.

Contudo, importa ainda delinear com mais atenção o procedimento ideológico que instaura a “identificação” do sujeito consigo mesmo e com o outro, sobretudo à luz da tensão entre sedentarização e errância na língua e no discurso.

2.2.3 O SUJEITO É UMA ILUSÃO, OU: O PERSONAGEM QUE CONSUMIU O ATOR

³⁴ Imanência: existência da causa na própria causa. Par antitético de “transcendência”: aquilo que tem uma causa exterior (KANT, 2001).

Errância e sedentarização continuam, neste tópico, figurando como fios condutores de nossa análise da obra *Semântica e Discurso*, de Pêcheux (2009). Já sabemos, a partir dos capítulos anteriores, que sentido e sujeito são constituídos simultaneamente; sabemos também que o pré-construído se mostra como aquilo que é estranho no seio do familiar. Logo, tanto sentido quanto sujeito são constituídos mediante processo contraditório que coloca em relação discrepante o absurdo e o familiar. Estas noções são caras a esta tese na medida em que evocam a hiância que mantém descontínuas as partes que constituem sentido e sujeito. A sutura ideológica, instrumentalizada pelos AIEs e pelos AREs, não é capaz de constituir sentidos plenos, nem sujeitos acabados: pode apenas constituir contradições.

Seguindo o curso das proposições pecheutianas, chegamos então ao famoso capítulo “A forma-sujeito do discurso” (PÊCHEUX, 2009, p. 145), uma importante seção do livro onde são delineados de forma mais sólida os conceitos de interdiscurso, intradiscurso e, obviamente, a noção de forma-sujeito³⁵. Para abordá-lo, importa retomar a noção de assujeitamento do capítulo anterior, onde se vê que o indivíduo é constituído em sujeito mediante processo contraditório de interpelação-identificação. O que veremos, doravante, são os mecanismos ideológicos que sustentam a interpelação e a identificação no âmago do funcionamento discursivo. Pêcheux inicia o capítulo assim:

Podemos resumir o que precede dizendo que, sob a evidencia de que ‘eu sou realmente eu’ (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas ‘ideias’ minhas intenções e meus compromissos), há o processo da interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio: ‘aquele que...’, isto é, X, o *quidam* que se achará aí; e isso sob diversas formas, impostas pelas ‘relações sociais jurídico-ideológicas’ (PÊCHEUX, 2009, p. 145).

O termo mais notório dessa citação é a palavra “evidência”. Evidência é aquilo sobre o qual não se tem suspeitas, mas certezas manifestas, à vista de todos. A evidência da significação, portanto, seria sua movência errante decorrente de uma base linguística que não faz “um” harmônico, mas coloca em relação opostos discrepantes. É isso que a base linguística evidencia a todo momento através de mal-entendidos, falhas, deslizos de sentido e

³⁵ O leitor experiente em *Análise do Discurso* sentirá falta, aqui, do diálogo teórico com a noção de “posição-sujeito”. Optamos por não trazer esta discussão pelo fato de que em *Semântica e Discurso* (2009) essa noção ainda não havia sido desenvolvida. E por conta da extensão de tal noção, nos preocupamos em manter o foco na interpelação pelo encaixe/identificação do sujeito com a forma-sujeito de uma dada FD. Em trabalhos futuros a noção de posição-sujeito deverá aparecer.

contingências enunciativas: essa é a verdade da língua, mas não é essa a verdade que interessa à Ideologia.

Para a Ideologia, materializada nos processos discursivos da Formação Ideológica dominante, o sentido precisa se evidenciar de outra forma, não fragmentada, não errante: língua, sentido e sujeito precisam ser “evidentes” neles mesmos. Ou seja, para a Ideologia, a evidência que recobre sentido e sujeito precisa ser uma “certeza” manifesta de que sentido e sujeito são o que são, que sempre foram assim e que não há maneiras de ser diferente. Assim, a evidência instalada pela Ideologia mascara a evidência primeira da significação, ou melhor, a ficção de evidência de continuidade dissimula a evidência da descontinuidade contraditória da base linguística em relação ao processo discursivo.

Assim, importa-nos distinguir, nesta tese, dois tipos de evidências: 1) a evidência do caráter material do sentido - como processo que coloca em relação partes discrepantes, separadas por hiências intransponíveis -; e 2) a evidência sentido-sujeito “prontos”, evidência constituída pela Ideologia mediante apagamento da evidência material do sentido. A primeira evidência é material, a segunda idealista.

Mas de que forma a Ideologia consegue instaurar uma evidência calcada na ilusão, mas ainda assim capaz de obliterar a evidência da materialidade contraditória do sentido? Este questionamento é demasiado importante para a teoria Pecheutiana e por isso demanda reflexões mais delongadas. Nossa primeira hipótese, fundamentada no que vimos até agora em Pêcheux, atesta que a evidência sentido-sujeito se dá mediante a construção de uma ilusão de continuidade que sutura sentido, indivíduo e sujeito e fornece a ficção do “um” (AREs + AIEs). Essa ilusão trabalha costurando fragmentos e instaurando certa aparência de unidade. Ou seja, queremos desenvolver a ideia de que a evidência do sujeito e do sentido “prontos” se instaura por intermédio de um apagamento das descontinuidades que separam sentido, indivíduo e sujeito. Esse apagamento das hiências constitutivas faz parecer que aquilo que é fundamentalmente discrepante é, de outro modo, uma continuidade singular, homogênea e coesa.

É nesse efeito imaginário de continuidade que o sujeito se “encaixa” na palavra e no discurso; é calcada neste delírio discursivo que a ideologia desenvolve relações “evidentes” e inequívocas entre significante e significado, apagando o efeito do pré-construído e fazendo parecer que um enunciado quer dizer exatamente o que diz. Dessa forma a linguagem

supostamente alcança caracteres de transparência que obliteram seu funcionamento ideológico e evidenciam de forma translúcida o irrefutável do sentido.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

É a Ideologia, através do hábito e do uso, que conecta palavras e costura sentidos e sujeitos como se fossem evidências prontas que não demandam análise. É a Ideologia que constitui esse imaginário de unidade, ‘um’ sempre já-sentido, já-sujeito, já-pronto. Pêcheux (2016, p. 27), em “O enunciado: encaixe, articulação e (des)ligação” nos fornece exemplos contundentes. Vejamos um deles através dos enunciados abaixo:

- a) João come maçãs.
- b) João nunca chama o médico.

Segundo o autor, aparentemente os dois enunciados não possuem relação de continuidade entre si. Contudo, é possível que certos conhecimentos pré-construídos atravessem os dois enunciados e simulem uma ponte, instaurando uma suposta unidade entre eles. Assim, se determinado sujeito for atravessado pelo pré-construído “maçãs fazem bem para a saúde e evitam doenças”, os dois enunciados acima podem aparecer em forma de continuidade singular. Esse conhecimento pré-construído emerge, assim, como aquilo que “todo mundo sabe”, como evidência que sutura e sedimenta as possibilidades significativas de ambos enunciados na forma de “é evidente que quem come maçãs não precisa chamar o médico”.

Assim, um enunciado A e um enunciado B são atravessados por um enunciado C, este último, um pré-construído, anterior, exterior e “evidente”, que aparentemente confere unidade e coesão a AB. Como veremos mais adiante em virtude dos processos de articulação e encaixe, o pré-construído aparece como meta-texto dentro do texto, que se torna referência “evidente” sobre si mesma a partir de si mesma. É assim que nasce a ficção de unidade, de apagamento das hiências. E se a evidência é um meta-discurso (efeito Münchhausen), toda a realidade humana - enquanto realidade fornecida discursivamente pelo pré-construído ideológico - é um meta-discurso. Ora, é essa mesma evidência imaginária de “unidade” que aparece no momento em que a lei (jurídica, religiosa, partidária) enuncia “aquele que cometer

determinado erro...” deverá ser punido. Nesse caso, o lugar vazio “aquele que...” novamente sugere unicidade (PÊCHEUX, 2009, p. 145).

Contudo não podemos nos esquecer que só o que a Ideologia consegue colocar no lugar vazio é uma amálgama discrepante - encontro de opostos -, e por isso mesmo instável e errante. Afinal, o enunciado C, fornecido pelo pré-construído, também é construído sobre uma base linguística porosa, claudicante e errante, e por isso mesmo incapaz de atravessar AB de forma plena e fornecer-lhes unidade homogênea. A evidência não é construída por outra coisa que não seja língua, errante e movente, e por isso mesmo ela é incapaz de fornecer uma evidência ilusória capaz de mascarar de forma plena a evidência da significação enquanto processo contraditório e assimétrico. O sujeito, portanto, é resultado de um processo sempre inacabado e imperfeito; nas palavras de Pêcheux, é “o *quidam*⁵⁶ que se achará aí” (PÊCHEUX, 2009, p. 145).

Isso é o que Pêcheux (2009, p. 146) chama de “caráter material do sentido”, uma evidência que é mascarada pela ilusão de evidência do sentido (e do sujeito) em si mesmo. Mas para abordarmos essa noção, faz-se importante um pequeno desvio para calcar de forma mais prudente a noção de materialismo, ou melhor, o conceito de materialismo dialético. Materialismo é, antes de mais nada, uma corrente de pensamento milenar - desde os estoicos suas principais noções já tinham significativa força. Segundo essa corrente, a matéria precede o espírito (ou a mente), partindo da premissa de que havia matéria no mundo bilhões de anos antes do surgimento da consciência humana. Assim, desde Aristóteles (2002) são as coisas materiais que proporcionam possibilidade de existência às culturas e sociedades. O oposto mais direto ao materialismo é o idealismo, que desde Platão (1991) afirma que é a consciência humana que fundamenta a realidade das coisas materiais. Foi só no século XIX que Marx e Engels propuseram o Materialismo Dialético, que ainda mantém a premissa de que a matéria precede a consciência, mas além disso afirma que a consciência e a sociedade também podem transformar a matéria, um movimento dialético de mútua transformação (LESSA; TONET, 2011).

Esse desvio teórico se faz importante para evitar que se tome de forma equivocada e frívola a noção de materialidade do sentido e do sujeito. Há de se destacar, por exemplo, que na premissa do Materialismo Dialético a mútua transformação (entre consciência e matéria)

⁵⁶ Sem importância, insignificante.

não implica absorção de um no outro. Dito de outra forma, o materialismo só pode ser dialético se mantiver a hiância que separa as partes colocadas em relação, caso contrário estaríamos falando em materialismo sintético. A materialidade dialética do sentido e do sujeito pressupõe, portanto, movência errante de uma parte em relação à outra.

Pêcheux deixa ainda outras pegadas que apontam que o caráter material do sentido possui um funcionamento discursivo heterogêneo, “não-um”: “Diremos que o caráter material do sentido - mascarado por sua evidência transparente para o sujeito - consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos ‘o todo complexo das formações ideológicas’” (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

O que Pêcheux está propondo neste momento é um reposicionamento do alcance do sentido. Se até então as escolas linguísticas e a filosofia da linguagem pensavam a produção de sentidos de forma gramatical, sintática e lógica, o analista do discurso agora propõe um olhar que amplia exponencialmente a esfera do sentido e do sujeito. Esta expansão das fronteiras do sentido fica manifesta quando Pêcheux aponta que o caráter material do sentido está em relação de dependência ao “todo complexo das formações ideológicas” (FIs). Esta vastidão heterogênea e contraditória do território do sentido se mostra através de duas teses:

Tese um: “A primeira consiste em colocar que o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe ‘em si mesmo’” (PÊCHEUX, 2009, p. 146), ou seja, o sentido não existe fora da relação contraditória do significante na história e da história na língua, e por isso mesmo ele não poderia ser “descoberto” como pura evidência. E se o sentido não existe em si mesmo, sua “manifestação” torna-se condicionada por um jogo de tensão entre diferentes posições ideológicas. As “palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 2009, p. 147), ou seja, a “pega” (relação, vinculação, costura) entre significante e sentido é cerzida e sedentarizada de forma distinta por diferentes Formações Discursivas³⁷ (FDs). E se sentido e sujeito são constituídos mutuamente, é também no interior de uma FD específica que o sujeito é interpelado-identificado aos sentidos que lhe corresponde.

³⁷ É neste momento da obra que aparece a clássica definição de FD: “Aquilo que, numa formação ideológica dada [...] determina o que pode e deve ser dito (articulado em forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, [...] etc)”. (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Segundo o autor, até a relação discrepante e errante estabelecida entre base linguística e processo discursivo ganha novas peculiaridades: se em cada FD são produzidas evidências diferentes para sentido/palavra/sujeito, o que se notabiliza é que, de fato, cada FD instaura relações diferentes entre a base linguística e processo discursivo: “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem ‘um’ sentido que lhe seja ‘próprio’, vinculado a sua literalidade” (PÊCHEUX, 2009, p. 147). A movência dos sentidos entre uma FD e outra se sustenta justamente no fato de que a noção de ‘relação’ impõe a existência de dois, de distintos que não fazem “um”, o que impossibilita a diluição do significado na literalidade do significante. É por isso que uma mesma “palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes - todos igualmente ‘evidentes’ - conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva” (PÊCHEUX, 2009, p. 147). Assim, a relação contraditória entre base linguística e processo discursivo, relação entre opostos que não fazem “um”, legitima a hipótese de que a sedentarização ideológica não pode suturar sentido e significante de forma definitiva, ao ponto de apagar a hiância e a errância que caracteriza fundamentalmente tal relação.

Mas se assumirmos que uma mesma palavra pode receber sentidos distintos a depender da FD em que ela é usada, devemos também assumir que palavras diferentes podem receber sentidos semelhantes neste jogo contraditório de FDs, o que representa, afinal, o papel do funcionamento discursivo no processo de significação - que é diferente e interdependente da base linguística: “A partir de então a expressão processo discursivo passará a designar o sistema de relações de substituições [...] que funcionam entre elementos linguísticos - significantes - em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 2009, p. 148). Este processo será chamado, mais adiante, de processo de articulação.

Ora, se a descontinuidade é a marca da relação entre significante e significado na base linguística, reencontramos no processo discursivo uma hiância fundamental que se manifesta através de um sistema de relações (não-um) de substituições. É em meio a esta errância fundamental que a ideologia instala pontos efêmeros de estabilização (PÊCHEUX, 2009, p. 148), que produzem o sujeito e, simultaneamente, aquilo que lhe é dado compreender do mundo. É nestes pontos de estabilização que se encontram as condições para que o sujeito se “reconheça”, ilusoriamente, em si mesmo e nos outros sujeitos. Este processo Pêcheux retomará, mais adiante, com o nome de processo de identificação.

Tese dois: “Toda Formação Discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2009, p. 148), isto é, cada FD dissimula (apaga) sua interdependência em relação às demais FDs, fazendo parecer que seu trabalho é capaz de instaurar certa singularidade em seu “interior”. Ora, se a uma dada FD fosse possível existir de forma independente, ela poderia, em seu funcionamento, fazer “um” sentido estável que sequer necessitaria ser chamado de dominante, já que o “um” é o apagamento das diferenças.

Trata-se, na verdade, do contrário: “propomos chamar interdiscurso a esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2009, p. 149). O “todo complexo de FDs” trata-se, evidentemente, de FDs distintas postas em relação pelas Formações Ideológicas. O interdiscurso, portanto, é aquilo que está “fora” de uma dada FD - de todas as FDs, pois situa-se, sim, na relação entre elas, no lugar discursivo de toque, de contestação e de confusão entre distintas FDs.

A relação entre FDs é relação de contradição: “Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso” (PÊCHEUX, 2009, p. 149). Dito de outra forma, a objetividade material do interdiscurso é contraditória, o que significa, nesta tese, que falamos de partes distintas e opostas colocadas em relação. A própria constituição do interdiscurso é da ordem da discrepância, relação errante entre opostos. O interdiscurso é aquilo que, em seu funcionamento complexo e discrepante, impede que cada FD possa se constituir de forma absoluta, fechada e singular: “Descobrimos, assim, que os dois tipos de discrepância, respectivamente, o efeito de encadeamento do pré-construído e o efeito que chamamos articulação [...], são determinados materialmente na própria estrutura do interdiscurso” (PÊCHEUX, 2009, p. 149).

Embora não esteja manifesto de forma patente, a errância movente da base linguística também constitui o processo discursivo. Afinal, através dessas duas teses pode-se deduzir que sentido e sujeito são constituídos por relações discrepantes (descontinuidades) em um processo Ideológico que dissimula suas hiências constitutivas e simulam “um”. Na primeira

tese a Ideologia desponta como processo que oblitera a relação entre os opostos significante-significado, instalando certo delírio de sentido evidente que existe em si mesmo. Na segunda tese, a Ideologia apaga a relação discrepante entre as FDs e instaura certa alucinação de inteireza e unicidade no “interior” de cada FD. Com isso queremos dizer que em ambos os casos a Ideologia trabalha tentando apagar o fato de que a base linguística e o processo discursivo são constituídos por partes distintas, separadas irremediavelmente por hiâncias que impõem movimentos errantes a cada uma dessas partes.

E se não há erro na língua, falar não é produzir equívocos, mas sim movências errantes mais ou menos sedentarizadas. O dizer A, posto em relação com B através de C (pré-construído) pode, no interior de uma dada FD, constituir ficções de falsidade ou verdade, de estabilidade ou de efemeridades. É por isso que o pré-construído é motivo de disputa por seu domínio. No entanto o pré-construído não se encaixa adequadamente no dizer: são dessemelhantes que a costura Ideológica não pode fazer “um”. Afinal, A, B e C são constituídos discursivamente sobre bases linguísticas errantes, assimétricas e discrepantes, e é por isso que a evidência fictícia que apresenta uma juntura simétrica do sentido ao sujeito só pode emergir na forma de dissimulação, de mascaramento da hiância e da errância. Mas de que forma se dá, discursivamente, essa dissimulação? E mais: pode, uma mera dissimulação, constituir uma evidência idealista forte o suficiente para apagar a evidência material da significação?

Se estamos de acordo que sentido e sujeito emergem de dissimulações ideológicas, podemos assumir que ambos são constituídos através de uma farsa quebradiça. Esse teatro dissimula a hiância através de uma inteireza imperfeita, débil, claudicante - e por isso mesmo há nela causa (só há causa para aquilo que falha) de manter-se operante ininterruptamente através dos AREs e dos AIEs. Diante do projeto de sedentarização do sentido e do sujeito, faz-se necessário à Ideologia manter perenemente uma ilusão idealista de evidência para que sentido e sujeito possam ser mantidos como unidades imaginárias.

O funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas - aceitas - experimentadas (PÊCHEUX, 2009, p. 149).

Se sentido e sujeito são ilusões frágeis, só resta à Ideologia instaurar um poderoso maquinário ideológico que forneça, ininterruptamente, a cada sujeito (ilusoriamente único), uma realidade “evidente” (ilusoriamente única). A realidade, nestes termos, é realidade discursiva, uma fina camada simbólica fornecida pelos pressupostos, que recobre o mundo sensível e lhe confere significados a partir de uma determinada condição de produção de sentidos. Este pujante processo ideológico de sedentarização das possibilidades de sentido e sujeito é construído sobre dissimulações, sobre esquecimentos que passaremos agora a explicitar de forma mais cuidadosa.

Os conceitos que até agora emergiram neste capítulo pareciam deixar certas pontas soltas, inconclusas e discrepantes. Ainda não está claro a forma pela qual a evidência material do sentido pode ser apagada pela evidência idealista do sentido-em-si-mesmo; também não parece crível que um sujeito possa se submeter cegamente ao “todo mundo sabe que...” do pré-construído; tampouco parece verosímil que se possa instalar uma ilusão de que o sentido esteja contido em si mesmo, ou que uma dada FD possa trabalhar sentidos independente das demais. Todas estas “partes” do discurso se evidenciam materialmente tão discrepantes e errantes que a evidência idealista de inteireza do sentido e do sujeito (sedentarização) parece improvável. A resposta a tais lacunas teóricas é a noção de forma-sujeito.

“Já observamos que o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina” (PÊCHEUX, 2009, p. 150). Quando é interpelado-identificado como sujeito do discurso - o exato momento em que tal sujeito faz uso da língua - a ilusão de evidência é instituída mediante uma série de esquecimentos, e à soma dessas obliterações Pêcheux chama de forma-sujeito, um conceito emprestado de Althusser: “todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma de sujeito. A ‘forma-sujeito’ é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (ALTHUSSER, 1978, p. 67).

A forma-sujeito é o processo de assujeitamento fundamentado na interpelação-identificação do sujeito com a FD que o domina. Assim, a forma-sujeito se manifesta na forma de Ego imaginário, ou melhor, em forma de unidade do si consigo mesmo - processo que remete àquele descrito na subseção anterior, sobre a des-identificação/identificação como apagamento da hiância que separa o indivíduo do sujeito (do discurso) e faz parecer que são “um” (PÊCHEUX, 2009, p. 141).

As partes do processo discursivo e sua relação discrepante com a base linguística encontram, na forma-discurso, um ponto paradoxal de encontro que desvela certos funcionamentos ideológicos da língua, do discurso e do sujeito. Ora, a própria noção de identificação nos revela novas pistas sobre a dissimulação instaurada pela evidência ideológica. Identificação/identidade tem que ver com paridade absoluta, logo, não existe identidade sem um outro com quem se possa estabelecer uma relação de identidade. Mas no caso da forma-sujeito, a identificação se dá (imaginariamente) “consigo mesmo” e com o outro (“o” minúsculo). É como se o indivíduo se fundisse àquilo que se diz sobre ele, àquele sempre-já-aí, àquele sempre-já-sujeito, formando uma unidade imaginária. A forma-sujeito, portanto, é a forma “evidente” e indiscutível do sujeito, cujo mérito é trazer à existência o próprio sujeito.

Seu mérito é também o de mostrar esse vínculo de uma maneira tal que o teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo, eu te falo etc.) é observado dos bastidores, lá de onde se pode captar que se fala do sujeito, que se fala *ao* sujeito, antes de que o sujeito possa dizer: ‘Eu falo’ (PÊCHEUX, 2009, p. 140).

É assim que o sujeito é levado a pensar que possui uma autonomia de pensamento e de uso da linguagem: através de uma identificação do sujeito consigo mesmo que lhe fornece uma emancipação em relação aos demais sujeitos, sustentada pelo efeito “interpelação-identificação” instaurado pela soma dos AREs com os AIEs. Assujeitado, o Ego-imaginário passa a acreditar que ele é ele, que só ele pode dizer “eu” quando se fala dele, e que ele é ele mesmo justamente por que não é mais ninguém - embora se assemelhe, em alguma medida, aos demais que o circundam (PÊCHEUX, 2009, p. 150).

Contudo, a própria noção de identificação é também salvaguarda das noções de hiância e errância. Se “identidade” tem que ver com paridade (par), isso implica a manutenção de “dois” que não fazem “um”. Só é possível a uma coisa ser idêntica a uma outra coisa ou a outras coisas. Uma coisa só pode ser idêntica se houver ali uma segunda, separada dela, descontínua, posta em relação. Logo, quer falemos de uma identificação do sujeito “consigo mesmo”, ou com o Outro, falamos, afinal, de “não-um”, de descontinuidades e hiâncias que mantêm, estruturalmente, a movência errante de um sujeito em relação ao outro.

Ora, essa identificação do sujeito consigo mesmo é, simultaneamente, uma identificação com o outro (com o minúsculo) enquanto outro ‘ego’, origem

discrepante etc.: o efeito-sujeito e o efeito de ‘intersubjetividade’ são, assim, rigorosamente contemporâneos e coextensivos (PÊCHEUX, 2009, p. 155).

Essa dupla identificação se dá, afinal, por que o sujeito se identifica, antes de mais nada, com a FD que o assujeita. Pêcheux explica que essa identificação fundadora da ilusão de unidade sujeito-FD se dá através de um processo de re-inscrição do Interdiscurso no Intradiscurso, ou melhor, de incorporação (inversa, dissimulada) do pré-construído (e do efeito de articulação) no “interior” do fio do discurso do sujeito.

Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto ‘pré-construído’ e ‘processo de sustentação’) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito (PÊCHEUX, 2009, p. 150).

Mas de que forma se dá essa reinscrição do interdiscurso no intradiscurso? E qual sua importância no processo de interpelação-identificação do sujeito? Ora, só uma ilusão dissimuladora poderia fazer caber o maior no menor, ou seja, fazer caber o interdiscurso no intradiscurso. O interdiscurso, como já visto, é constituído por dois processos discursivos que são discrepantes em suas próprias estruturas, mas o são também em relação um com o outro: 1) o processo discrepante de encaixe do pré-construído com o dizer, e 2) o processo de articulação (encadeamento e sustentação). Pois é justamente através destes funcionamentos discrepantes do interdiscurso que a Ideologia instaura uma inversão dissimulada que faz parecer que é o intradiscurso (fio do discurso do sujeito) que executa tais procedimentos discursivos. Vejamos esses efeitos com mais calma.

Para o autor, as relações de articulação e substituição podem tomar duas formas: a de equivalência simétrica e a de implicação orientada. Sobre a relação de equivalência simétrica o autor declara: “Vê-se que a relação entre os substituíveis é uma relação de identidade não-orientada, uma vez que os substituíveis só podem ser sintagmatizados por uma meta-relação de identidade” (PÊCHEUX, 2009, p. 151). E sobre a relação de implicação orientada ele afirma:

Vê-se aqui que a relação entre os substituíveis resulta, ao contrário, de um encadeamento (ou de uma conexão) que não é uma relação de identidade: tudo se passa como se uma sequência S_y (vertical) viesse atravessar

perpendicularmente a sequência Sx (horizontal) que contém os substituíveis, unindo-as por um encadeamento necessário (PÊCHEUX, 2009, p. 152).

Essas definições demandam maiores explicações. O eixo Sx, horizontal, é o eixo sintagmático que coloca palavras distintas (não idênticas) em relação de encadeamento linear, formando um enunciado, proposição ou frase. Esta é uma relação de implicação orientada, pois os sentidos não possuem relação alguma antes de sua orientação sintagmática na linha do discurso. Por sua vez, o eixo Sy, vertical, é o que atravessa o eixo Sx como “discurso-transverso”, fornecendo termos que podem substituir, por equivalência mais ou menos simétrica, um termo do enunciado. Abaixo, segue-se um exemplo de tal funcionamento:

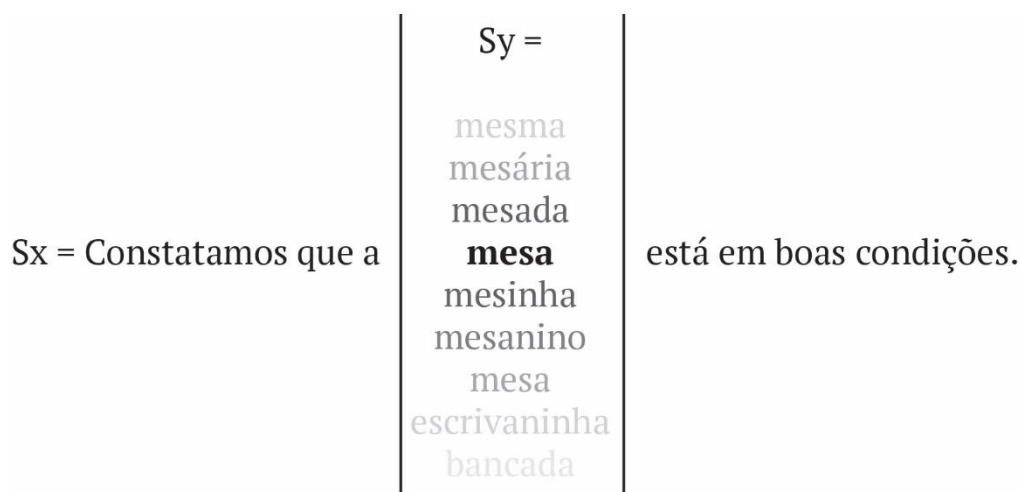


Figura 2: Eixo Sx e Sy. Autor: João Flávio de Almeida

O discurso transverso é o eixo Sy, ou seja, àquilo que atravessa o enunciado e propõe substituições metonímicas; e o processo de encadeamento é o que se vê no eixo Sx, sintagmático. Neste funcionamento, o Interdiscurso articula o pré-construído do discurso-transverso na linearidade do eixo sintagmático, o fio do discurso designado por Pêcheux como Intradiscurso, constituindo enunciados a partir de um imenso jogo de substituições e articulações.

Vemos, ao mesmo tempo, que o que chamamos anteriormente ‘articulação’ (ou ‘processo de sustentação’) está em relação direta com o que acabamos agora de caracterizar sob o nome de discurso-transverso, uma vez que se pode dizer que a articulação (o efeito de incidência ‘explicativa’ que a ele corresponde) provém da linearização (ou sintagmatização) do discurso-transverso no eixo do que designaremos pela expressão *intradiscurso*, isto é, o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora,

com relação ao que eu disse antes e ao que eu direi depois; portanto, o conjunto dos fenômenos de ‘co-referência’ que garantem aquilo que se pode chamar o ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito). (PÊCHEUX, 2009, p. 151)

Ora, articulação, conexão, encadeamento e identificação são, antes de tudo, tipos de relações. E como já visto, uma relação só é possível entre dois distintos, descontínuos, “não-um”: a relação se extingue quando dois formam “um”. Logo, o próprio processo de articulação, enquanto relação discrepante entre distintos, atesta que a hiância - que separa os termos do eixo sintagmático (discrepantes entre si) dos termos do discurso-transverso (igualmente discrepantes, segundo a teoria do valor do signo em Saussure) - não pode ser ultrapassada.

Isso nos leva a assumir que 1) o processo de articulação-sustentação do intradiscurso é “um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’” (PÊCHEUX, 2009, p. 154), pois é o interdiscurso que fornece todo o pré-construído (tanto o do eixo sintagmático quanto o do discurso-transverso) que será articulado no fio do discurso (intradiscurso) do sujeito falante; 2) que tal articulação entre o já-dito e o dizer é um processo que coloca em relação termos distintos (e discrepantes) que se movem de forma errante no processo de significação justamente por que podem, no interior de uma dada FD, ser articulados de forma distinta em relação a outra FD, todas em forma de “evidências”.

Materialmente falando, novamente o processo discursivo impõe um funcionamento errante à significação e ao assujeitamento. Mas como, então, o processo de articulação-sustentação pode emergir como força de sedentarização (interpelação-identificação) do indivíduo em sujeito do discurso? Através da forma-sujeito. Ora, a forma-sujeito se mostra como processo instrumentalizado pela Ideologia que dissimula e inverte a relação interdiscurso- intradiscurso, o que faz parecer que não se trata de um encaixe entre distintos discrepantes, mas continuidades entre semelhantes que “sempre estiveram” no intradiscurso:

O caráter da forma-discurso com o idealismo espontâneo que ela encerra, consistirá precisamente em reverter a determinação: diremos que a forma-sujeito (pela qual o ‘sujeito do discurso’ se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro ‘já-dito’ do intradiscurso, no qual ele se articula por ‘co-referência’. Parece-nos, nessas condições, que se pode caracterizar a forma-sujeito como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui um de seus fundamentos (PÊCHEUX, 2009, p. 154).

A forma-sujeito, afirma Pêcheux, carrega um idealismo espontâneo, ou seja, um funcionamento idealista intrínseco obliterado pelo próprio funcionamento. Chegamos, assim, ao funcionamento mais elementar do processo discursivo, justamente onde a ilusão de evidência inteiriça tem origem: a inversão dissimulada da relação interdiscurso-intradiscurso. É aqui que o sujeito e o sentido têm origem no seio de uma dada FD, quando ideologicamente os AREs e os AIEs fornecem meios pelos quais o indivíduo entrega-se à ilusão de que o intradiscurso sempre esteve dentro de seu intradiscurso, o fio-do-discurso que lhe “pertence”. Assim, a forma-sujeito é o próprio procedimento pela qual a Ideologia mascara os elementos do interdiscurso (o processo de articulação e encaixe do pré-construído pelo todo complexo com dominante de FDs) e instaura uma ficção de que o intradiscurso não passa de puro já-dito inerente ao fio-do-discurso do sujeito, como se o intradiscurso já estivesse sempre lá, dentro do intradiscurso, como “evidência”. Assim, toda a relação entre base linguística e processo discursivo, com todas suas variáveis, hiências e errâncias, são dissimuladas e subsumidas no funcionamento do intradiscurso como uma unidade imaginária, fornecendo ao sujeito uma ilusão de que ele está na origem das palavras e dos sentidos.

É só assim, de forma idealista, que se pode fazer funcionar o imaginário de que o sujeito, no momento do dizer, é o único responsável pelo dizer, que ele o faz de forma autônoma e que a palavra é de sua posse. É por intermédio de uma dissimulação que o sujeito acredita sedentarizar o sentido, como se lhe fosse possível domesticar e se apropriar dele, se fazer “um” com ele. É só assim, ilusoriamente, que o discurso do sujeito pode se desenvolver e se sustentar sobre si mesmo no intradiscurso: como co-referência que se sustenta sobre si mesma.

Isso implica afirmar que, afinal, o processo de dissimulação-inversão da forma-sujeito consiste em apagar o funcionamento do pré-construído, como se este fosse uma evidência por co-referência no seio de “seu” intradiscurso - sempre presente e atual -, e não uma memória discursiva já-dita, anterior e exterior ao seu fio-do-discurso - e que, ao contrário, condiciona o dizer do intradiscurso. E assim “a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura, encontra aqui um de seus fundamentos” (PÊCHEUX, 2009, p. 155).

Nestes termos, a instrumentalização ideológica do “erro” emerge novamente nesta tese como importante ferramenta de dissimulação-inversão do interdiscurso no intradiscurso. Através das noções de pecado, crime, fracasso etc., os AIEs e os AREs instauram “evidências”

que apontam “inequivocamente” o caminho para a salvação, para a justiça e para o sucesso. Esse procedimento instaura politicamente efeitos de “erro” nos limites de uma dada FD ao mesmo tempo em que faz parecer que foi o sujeito quem assim o determinou.

Contudo, um importante questionamento, já feito nesta tese, ganha contornos mais complexos neste momento: seria possível à Ideologia fornecer uma evidência idealista forte o suficiente para apagar a evidência material e contraditória do sentido e do sujeito? Ora, é neste momento que se pode, por exemplo, ceder-se à tentação teórica de se fazer outra inversão e tomar a farsa por verdade. A farsa da evidência idealista pode, assim, ser tomada como funcionamento perfeito do processo de assujeitamento e levar o analista do discurso à fatalidade da “morte do homem” (FOUCAULT, 2002), quando a hiância e sua errância irreversível é substituída por uma continuidade sedentária irreversível. Nesta prática teórica, a forma-sujeito se submete “perfeitamente” à ilusão fornecida pela Ideologia.

Ora, isso pode nos levar a pensar que ao sujeito cabe apenas reproduzir, em paráfrases eternas, os sentidos fornecidos pelo interdiscurso. Ora, essa conclusão coloca em graves apuros a poesia, a literatura, o cinema, a música e as artes de maneira geral. Mais do que isso, coloca em risco a própria possibilidade de resistência e luta necessárias à ideia de conflito de classes, afinal, uma subjugação plena, sem resistência, sequer se configura como conflito. Ou seja, parece que às vezes a ilusão de sedentarização do sentido pelo sujeito (inversão dissimuladora) parece submeter o sujeito de forma plena à sedentarização da Ideologia em geral, como se o fato de que o sujeito não possa ser dono do sentido faz da Ideologia dona do sujeito.

Há, no entanto, uma ressalva importante feita pelo próprio autor a respeito do processo de interpelação-identificação, que nos traz contornos importantes a respeito da tensão entre sedentarização e errância na conformação do sentido e do sujeito³⁸:

Ora, essa identificação do sujeito consigo mesmo é - como dissemos -, simultaneamente, uma identificação com o outro (com o minúsculo) enquanto outro ‘ego’, origem discrepante etc.: o efeito-sujeito e o efeito de ‘intersubjetividade’ são, assim, rigorosamente contemporâneos e co-extensivos. Nessa perspectiva, o autocomentário pelo qual o discurso do sujeito se desenvolve e se sustenta sobre si mesmo (ao se articular por ‘incidentes’ que - como acabamos de ver - sintagmatizam elementos substituíveis) é um caso particular dos fenômenos de paráfrase e de reformulação (como forma geral de relação entre substituíveis) constitutivos de uma formação discursiva dada, na qual os sujeitos por ela dominados se

³⁸ Pedimos desculpa pela citação longa, mas ela traz uma série de noções caras a esta tese.

reconhecem entre si como espelhos uns dos outros: o que significa dizer que a coincidência (que é também convivência - e mesmo, cumplicidade) do sujeito consigo mesmo se estabelece pelo mesmo movimento entre os sujeitos, segundo a modalidade do ‘como se’ (como se eu que falo estivesse no lugar onde alguém me escuta), modalidade na qual a ‘incorporação’ dos elementos do interdiscurso (pre-construído e articulação-sustentação) pode dar-se até o ponto de confundi-los, de modo a não haver mais demarcação entre o que é dito e aquilo a propósito do que isso é dito. Essa modalidade, que é a da ficção, representa, por assim dizer, a forma idealista pura da forma-sujeito sob suas diversas formas (PÊCHEUX, 2009, p. 155).

Analisemos esta citação com mais atenção. Queremos destacar, inicialmente, que a forma-sujeito se dá na forma de “autocomentário pelo qual o discurso do sujeito se desenvolve e se sustenta sobre si mesmo” (PÊCHEUX, 2009, p. 156). É nesse processo de autocomentário que o sujeito se identifica “consigo mesmo” e com os outros sujeitos, como espelhos, dentro de uma dada FD - o que se evidencia na semelhança de dizeres e efeitos de sentidos produzidos por sujeitos filiados a uma mesma FD. Isso quer dizer que a identificação-sustentação se dá concomitantemente entre indivíduo e sujeito, e entre sujeito e outros sujeitos. Contudo, Pêcheux nos adverte que essa coincidência é, também, “convivência - e mesmo, cumplicidade” (PÊCHEUX, 2009, p. 156). Essa cumplicidade se manifesta através da modalidade do “como se”, ou seja, é como se o intradiscurso pudesse incorporar o interdiscurso até o ponto de confundi-los, até o ponto de “não-haver mais demarcação entre o que é dito e aquilo a propósito do que isso é dito” (PÊCHEUX, 2009, p. 156). Essa ficção de unidade discursiva é, portanto, da ordem da convivência e da cumplicidade.

Essa primeira pista se mostra demasiado importante: já vimos anteriormente que a forma-sujeito não é capaz de reconhecer sua subordinação justamente por que a própria forma-sujeito se realiza “sob a forma de autonomia” (PÊCHEUX, 2009, p. 149). Todavia, agora vimos que a subordinação do sujeito ao discurso se dá precisamente mediante um processo de simulação de autonomia. Ou seja, o sujeito é enlaçado e costurado (sedentarizado) justamente quando crê que é a origem do sentido e de si mesmo, tornando-se, assim, cúmplice do processo interpelação-identificação. A prática social da forma-sujeito, enquanto professor, enfermeiro, lixeiro etc., é também da ordem da convivência: trata-se de um assujeitamento consentido e permitido, “como se...” aquilo que ele é e deve fazer não pudesse ser descrito de outra forma.

Assim, quando crê que é a origem do sentido e de si mesmo, o sujeito cai, convenientemente, na armadilha da forma-sujeito. É assim que o pensamento adquire caracteres autônomos e criadores dentro do próprio processo de submissão do sujeito à FD

que lhe subjugua. O pensamento como atividade criadora é, segundo o autor, um prolongamento espontâneo do idealismo espontâneo da forma-sujeito, e manifesta através de dois esquecimentos, apresentados de forma inversa:

O esquecimento número dois, que é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. Este 'esquecimento' produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. [...] Mas este é um esquecimento parcial (ORLANDI, 2005, p. 35).

Assim, o pensamento como atividade criadora só pode ser assegurado se o sujeito se esquecer de que existem outras formas de dizer o que diz, ou seja, a atividade criadora só pode ser sustentada por ilusão referencial que instaura a ficção de que um sentido só pode ser expresso daquela forma e não de outra. Mas este esquecimento, aponta Orlandi, é parcial, e isto quer dizer muita coisa.

O outro esquecimento é o esquecimento número um, também chamado de esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes. Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos. Na realidade [...] os sentidos são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isso que significam e não pela nossa vontade (ORLANDI, 2005, p. 35).

Esse é o paradoxo perfeito da forma-sujeito: crendo que é autônomo, o sujeito se torna cúmplice de sua perda de autonomia. Ora, assim concebida, a forma-sujeito se torna uma prática social (e discursiva) possível de ser rompida, furada, ao menos resistida. Logo, a forma-sujeito é uma farsa inacabada que dissimula o próprio funcionamento, mas que, no entanto, não é capaz de produzir uma unidade a não ser em forma de ficção: sentido e sujeito continuam separados, irremediavelmente, por uma hiância que faz movência e errância.

Essa não-unidade, que impõe certa movência errante às partes do discurso, se elucida da seguinte forma: a forma-sujeito - enquanto "autocomentário pelo qual o discurso do sujeito se desenvolve e se sustenta sobre si mesmo" (PÊCHEUX, 2009, p. 155) -, trata-se de

um efeito de dissimulação fundado exatamente sobre uma base linguística heterogênea, discrepante, inconclusa e movente: errante. Ou seja, o autocomentário do discurso do sujeito sobre si mesmo, que fornece a ilusão de evidência do sujeito (e do sentido) sobre si mesmo, é um autocomentário assentado não sobre uma língua unívoca, perfeita e estanque, mas sobre uma língua esburacada, plural e movente: “uma língua, como qualquer outra língua, não se deixa pegar assim, que é primeiro uma diversidade tanto temporal quanto espacial e que é preciso pelo menos um conceito de língua para poder pensar uma unidade dessa diversidade” (HENRY, 2013, p. 18). Logo, o mascaramento oferecido pela língua para dissimular o caráter material da língua não pode ser um tipo de mascaramento perfeito justamente por que a língua é, neste caso, uma ferramenta imperfeita.

Assim, o autocomentário da interpelação-identificação, constituído sobre a língua, é autocomentário errante. E é justamente por que a inversão-dissimulação ideológica da forma-sujeito não é regular e fixa que o “pequeno teatro da consciência” funciona também por conivência e cumplicidade (PÊCHEUX, 2009, p. 155), pois a língua não é capaz de fornecer uma evidência idealista e imaginária plena. Assim, a forma-sujeito funciona mediante farsas inacabadas, dissimulações imperfeitas, identificações claudicantes. Todo o complexo do interdiscurso é composto por relações discrepantes e moventes que impossibilitam aos ARES e aos AIEs assujeitarem, de forma conclusiva, o sujeito e com ele o sentido. O interdiscurso, como aquilo que fornece externamente o pré-construído ao fio do discurso (intradiscurso) do sujeito no momento do dizer, não é uma “estrutura” plena capaz de preencher todos os espaços do discurso: o interdiscurso é atravessado por incontáveis hiências e espaços vazios que colocam sentido e sujeito em perene movência errante, esse é o caráter material do sentido, essa é a verdade incontornável do funcionamento da língua.

Importa lembrar que este caráter material do sentido se explica através de duas teses: 1) a de que o sentido não existe em si mesmo, ou seja, não faz “um” com a palavra, mas constitui-se de formas diferentes no jogo de tensão em distintas FDs; e 2) toda FD está submetida à uma relação com o todo complexo de FDs, o interdiscurso. Este é o caráter material do sentido: sua obliteração pela forma-sujeito não possa de mascaramento, de esquecimento, de idealismo espontâneo (PÊCHEUX, 2009, p. 148).

Logo, o efeito que impede que o sujeito reconheça sua subordinação é o mesmo que impede sua subordinação plena. E este efeito, a saber, é a própria relação paradoxal entre a base linguística (contraditória) e o processo discursivo (discrepante). O sujeito, assim, não

pode reconhecer plenamente sua subordinação por que a trama da linguagem é toda porosa - e suas relações são errantes e escorregadias, o que lhe oblitera a visão e lhe impede ver plenamente a materialidade do sentido. Por outro lado, o caráter material do sentido não pode ser recoberto pelo discurso poroso e errante de forma plena, ao ponto de fazer esquecer totalmente que o sentido e o sujeito não são como a ideologia dominante diz ser. E é por isso que o sujeito precisa ser conivente e cúmplice da encenação de identificação instrumentalizada pelos AREs e pelos AIEs.

O sujeito é, nas palavras de Pêcheux, uma quimera, um *quïdam* (PÊCHEUX, 2009, p. 145). O sujeito é um espetáculo, uma encenação, efeito teatral. Dependendo do lugar em que é interpelado, pode ser tragédia, comédia, drama, suspense etc. O diretor dessa peça são os AIEs, o roteirista são os AREs: o palco é o discurso. O sujeito é o personagem, que juntamente com os demais personagens, simulam e dissimulam o caráter material de suas existências: dissimulam a origem de suas determinações, mas simulam a coincidência do ator (indivíduo) com o personagem (sujeito). Este personagem, afinal, é uma ficção contraditória: forte o suficiente para dissimular as hiências que separam sentido, indivíduo e sujeito, mas frágil a ponto de se desmanchar - tudo pode vir a baixo diante de um novo acontecimento no palco do discurso. Antes do teatro discursivo, cada elemento da peça existe e se move de forma independente. Mas quando o espetáculo começa, cada parte passa a existir em relação de interdependência discrepante uma em relação à outra.

É a Ideologia que faz mover sentido e sujeito através da sutura material da língua, e eis aqui seu paradoxo: a língua não passa de um liame que se esgarça facilmente, que desfia e abre brechas na costura da significação. É assim que as relações erram (falham e vagam), como se vê na relação arbitrária significante-significado, na relação de oposição no valor do signo, na relação discrepante entre base linguística e processos discursivos, e finalmente na relação de articulação e sustentação do discurso transversal (pré-construído) com o fio-do-discurso sintagmático (intradiscurso). É a Ideologia que instaura cada uma dessas relações e que coloca cada parte (e o todo) em movimento, sedentarizando suas possibilidades através da materialidade da língua. Mas é aí que a sedentarização plena encontra seu duplo impedimento: a impossibilidade de unidade na relação, e a vicissitude quebradiça da sutura (língua).

O leitor atento de Pêcheux percebeu que neste subtópico não nos referimos às noções de inconsciente, real e discurso do Outro (O maiúsculo), usadas por Pêcheux no capítulo 3 da

terceira parte, sobre a forma-sujeito do discurso. Estas noções serão resgatadas com maior cuidado e destaque na próxima subseção, quando abordaremos o anexo III do mesmo livro - “Só há causa daquilo que falha” (PÊCHEUX, 2009, p. 269).

2.2.4 A ERRÂNCIA DO SUJEITO: SÓ HÁ CAUSA DAQUILO QUE ERRA

Algo insiste em errar no conhecimento humano - de forma geral, nos termos do interdiscurso, bem como de forma gregária, nos termos do conhecimento de uma dada Formação Discursiva (FD), mas também de forma “particular”, no nível do intradiscurso de um sujeito. Algo sempre erra, falha e vaga, em toda prática humana calcada na linguagem. O que já não nos surpreende: base linguística e processos discursivos são, ambos, repletos de hiâncias e errâncias que não permitem o estabelecimento de bases sólidas e inequívocas para a construção de nenhuma fortaleza intelectual.

Ora, não poderia ser diferente com a construção paradoxal da Tríplice Aliança fundada sobre certos continentes do conhecimento que são, eles mesmos, discrepâncias errantes: Marxismo, Psicanálise e Linguística. Cada termo desta aliança não se encerra de forma sintética, ao contrário: se abre infinitamente de forma analítica. O projeto estruturalista francês das décadas de 60 e 70 teria, assim, que lidar desde o início com uma movência teórica incapaz de constituir unidade - a não ser em forma de ilusões teóricas com desfechos paradoxais e insólitos.

É isso que Pêcheux aponta no anexo III de *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, 2009, p. 269-281): que a articulação supostamente aperfeiçoada entre materialismo histórico dialético, signo linguístico e inconsciente resultou, afinal, em uma amálgama hostil ao próprio projeto humanístico latente nessa aliança intelectual. Depois de tudo, o que restou foi uma forma-sujeito sedentarizada cabalmente pela ideologia, de forma que qualquer resistência e ruptura tornaram-se mera ilusão instrumentalizada pela ideologia dominante: “Levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Vérités de La Palice*” (PÊCHEUX, 2009, p. 276).

Em algum momento, quer seja por vias canônicas, quer seja por comentaristas e estudiosos de AD, parece que este campo de conhecimento se sucumbiu diante da tentação idealista de totalização, que assolou o programa estruturalista francês das décadas de 60 e 70. Não nos deteremos em detalhar o processo teórico que culminou na ilusão pessimista e

derrotista de “sujeito-pleno” do discurso, “absoluto-perfeito” da ideologia, impossível de resistir. Nos importa, ao contrário, buscar por aquilo que erra (falha e vaga) no interior da Análise do Discurso pecheutiana e que aponta, por último, para a errância incontornável do sentido e do sujeito: aquilo que barra, enquanto hiância, a totalização ambicionada pela ideologia dominante.

Comecemos pelo fim, ou seja, pela retratação pecheutiana:

Gostaria de apresentar aqui para os leitores um esboço fragmentário dessa tentativa de ajustamento lançando mão de um ponto preciso, ao qual me restringirei. Na conclusão do texto redigido em 1975, encontramos a seguinte formulação resumida: ‘A forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o *non-sens* da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira’ (PÊCHEUX, 2009, p. 279).

Ora, parece que os apontamentos que fizemos no final da subseção anterior desta tese ganham agora novas proporções. Lá lançamos luz, a partir das próprias definições de Pêcheux, sobre a incapacidade da subversão ideológica em fornecer uma ilusão de evidência sólida o suficiente para mascarar plenamente o caráter material do sentido. Objetivamos, assim, mostrar que o projeto ideológico de sedentarização plena do sentido e do sujeito é frustrado por uma errância fundamental e incorrigível que reside na base linguística e nos processos discursivos. Ora, nosso objetivo nas subseções anteriores foi justamente mostrar que a própria relação discrepante entre base linguística e processos discursivos não permite, enquanto relação, construir uma unidade capaz de sedentarizar cabalmente os movimentos errantes do sentido e do sujeito. Logo, antes mesmo de trazermos a psicanálise para a discussão, já não podíamos falar em termos de sujeito e sentido inteiros, plenamente sedentarizados pela Ideologia.

Mas antes, retomemos o problema da forma-sujeito plena, para depois passarmos pela solução psicanalítica proposta por Pêcheux. Comecemos:

Os marxistas já tinham, há muito, reconhecido e expressado especificamente esse ponto [...], dizendo que as condições materiais de existência dos homens determinam as formas de sua consciência, sem que as duas jamais coincidam: ou ainda, dizendo que os homens fazem a história, mas não a história que eles querem ou acreditam fazer. Tudo isso exprimia muito bem que ‘os homens’ estão determinados, na História, a pensar e a fazer livremente o que não podem deixar de fazer e pensar, e sempre através da eterna repetição de uma evidência descritiva que ameaça, em definitivo, enclausurar a política do

proletariado no dilema do quietismo [...] e do salto voluntarista [...] (PÊCHEUX, 2009, p. 271).

A forma-sujeito determinada cabalmente pela ideologia apresenta(va)-se, assim, como “um emperramento teórico e prático...” (PÊCHEUX, 2009, p. 272). Pêcheux não foi o único a ver e assumir esta fragilidade da Tríplice Aliança. O próprio Althusser tentou revolver as estruturas teóricas marxistas através de uma aproximação conceitual mais efetiva com a psicanálise, trazendo conceitos como ego, inconsciente, imaginário e outros (PÊCHEUX, 2009). Não sem reveses: sua crítica, que também era autocrítica, o levou a ser visto como “inimigo de classe que leva a luta de classes sob as formas do silêncio ou da denegação, em nome da Eternidade!” (PÊCHEUX, 2009, p. 272).

Procurando responder a ataques, principalmente a respeito do poderio totalizador dos Aparelhos Ideológicos de Estado, Pêcheux assume que ele mesmo se entregou a subterfúgios teóricos enviesados:

Fui mais longe investigando de que modo [...] o ‘sujeito é produzido’ como historicamente capaz [...] de se voltar contra causas que o determinam, [...] cheguei, assim, no fim de *Les Vérités de La Palice* a delinear o fantasma de um estranho sujeito materialista que efetua a ‘apropriação subjetiva da política do proletariado’. E apesar de todas as precauções teóricas de que eu me cercava (em particular com a noção de ‘desidentificação’), cheguei finalmente a um paradoxal sujeito da prática política do proletariado cuja simetria tendencial com o sujeito da prática política burguesa não era questionada! (PÊCHEUX, 2009, p. 274).

Este “fantasma de um estranho sujeito materialista” tornava-se capaz, através de uma retórica reduplicada, de fazer encaixar na teoria pecheutiana uma ideologia às avessas cujo papel era assujeitar o indivíduo em sujeito de um outro discurso: o discurso do proletariado. Ou seja, apesar dos furos e dos deslizos materiais que se opunham veemente à forma-sujeito plena, Pêcheux não foi capaz, neste primeiro momento, de abrir mão do funcionamento discursivo da interpelação-identificação. Assim, a noção de *sujeito plenamente interpelado-identificado pela Ideologia como forma-sujeito* acabou por impor a Pêcheux certas emendas teóricas ainda mais insólitas: a contraidentificação, a desidentificação e a superidentificação.

É que, frente ao sujeito pleno identificado na interpelação da Ideologia dominante burguesa, portador da evidência que faz com que cada um diga ‘sou eu!’, eu me apoiava em uma exterioridade radical da teoria marxista-leninista para desvendar o ponto em que o absurdo reaparece sob a evidência, determinando, assim, a possibilidade de uma espécie de pedagogia da ruptura

das identificações imaginárias em que o sujeito se encontra, logo, a possibilidade de uma ‘interpelação às avessas’, atuando na prática política do proletariado (PÊCHEUX, 2009, p. 275).

Nestes termos, a contraidentificação e a desidentificação se mostram apenas como variáveis do processo de interpelação-identificação que, no anexo III, são declinadas a mera pedagogia da ruptura. Isso significa dizer que Pêcheux, em virtude da manutenção da noção de forma-sujeito, foi levado a costurar conceitos que até permitiam certa movência em relação a uma dada FD, mas nunca em relação a uma FI. Da forma com que foi apresentada, toda transgressão e resistência aparecem apenas como rupturas instrumentalizadas pela Ideologia, ainda nos moldes da forma-sujeito, mas agora na forma de uma “pedagogia da autonomia” (nenhuma referência a Paulo Freire). Estas variáveis da identificação são assim descritas pelo autor:

A primeira modalidade consiste numa superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do ‘livre consentimento’: essa superposição caracteriza o discurso do ‘bom sujeito’ que reflete espontaneamente o Sujeito.

A segunda modalidade caracteriza o discurso do ‘mau sujeito’, o discurso no qual o sujeito da enunciação ‘se volta’ contra o sujeito universal por meio de uma ‘tomada de posição’ que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação revolta...) com respeito ao que o ‘sujeito universal’ lhe ‘dá a pensar’: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno (PÊCHEUX, 2009, p. 199).

Somando-se às duas primeiras, aparece também uma terceira modalidade: “caracterizada pelo fato de que ela integra o efeito das ciências e da prática política do proletariado sobre a forma-sujeito, efeito que toma a forma de uma desidentificação, isto é, tomada de posição não-subjetiva” (PÊCHEUX, 2009, p. 201). Ora, foi a partir desse ponto, sob muitos aspectos insuportável, que Pêcheux procurou transformar sua teoria no que tange à totalidade da forma-sujeito. Por motivos que não nos cabe aqui analisar, não é difícil encontrar defesas àquilo que o próprio autor renegou: “diante do exposto, pergunto se o próprio Pêcheux não foi muito radical na sua autocrítica?” (GRIGOLETTO, 2005). Por algum motivo, a plenitude do sujeito acabado emerge ainda como tentação teórica no seio da AD.

Pêcheux então assume que a contraidentificação e a desidentificação não passam de efeitos instrumentalizados de deslocamento de submissão para outra FD (PÊCHEUX, 2009, p.

275), haja vista que não existe espaço discursivo fora da Ideologia (PÊCHEUX, 2009, p. 166). E este é o verdadeiro problema da forma-sujeito fundamento-de-si: o interdiscurso de uma dada Formação Ideológica, se for compreendido também como espaço pleno de discurso, não permite desidentificações (no fundo do mar não existem espaços “não-água”), mas apenas contraidentificações instrumentalizadas. Logo, só é possível ao sentido (e ao sujeito) passar de uma forma-sujeito a outra, de uma FD a outra, mas nunca se colocar fora do interdiscurso - que por sua vez remete inevitavelmente a uma dada FI. Logo, contraidentificação e desidentificação se tornam noções contraditórias às que o próprio autor desenvolve em fases posteriores.

Havia muitas consequências teóricas inconvenientes a este modelo totalizante, que o autor chama de “retorno idealista de um primado da teoria sobre a prática” (PÊCHEUX, 2009, p. 276). Algumas dessas consequências são levantadas pelo próprio autor no anexo III. Pêcheux teria que assumir, por exemplo, que no interior mesmo da Formação Ideológica Capitalista pudesse surgir uma Formação Discursiva contrária ao capitalismo, mas nos termos de uma oposição pedagogicamente instrumentalizada (pelo próprio capitalismo?). Outro problema é que, nestes moldes, língua, discurso e sujeito não poderiam possuir funcionamento ideológico previsto fora do sistema capitalista globalizado contemporâneo, calcado na premissa (muitas vezes insustentável) de que existe apenas uma classe dominante hegemônica e apenas um proletariado uniforme e coeso. Mas não só isso: o próprio diálogo com a psicanálise estava ameaçado:

Ao mesmo tempo, alguma coisa está falhando também do lado da Psicanálise, na referência feita a seus conceitos, e se concentra sobre a relação entre o ego e o sujeito. Tudo se passa, em *Les Vérités de La Palice*, como se o que foi dito do sujeito se confundisse tendencialmente com o que foi posto relativamente ao ego como ‘forma-sujeito’ da ideologia jurídica, a ponto de que o funcionalismo, expulso politicamente pela porta, pudesse, apesar de todas as denegações, ter voltado a tamborilar pela janela psicanalítica, sob a forma de uma espécie de gênese do ego; à força de levar exageradamente a sério as ilusões do poder unificador da consciência (PÊCHEUX, 2009, p. 276).

“Permitir a instalação de um tal jacobinismo da consciência, enclausurada na evidência de seu próprio império sobre seus atos, palavras e pensamentos, sem que nada falhe” (PÊCHEUX, 2009, p. 276), era tornar-se prisioneiro da teoria - que idealmente pode ser perfeita, em detrimento da prática. É neste momento que Pêcheux recorre ao famoso enunciado lacaniano “só há causa daquilo que falha”, para salvar a relação da Análise do

Discurso com a Psicanálise, mas sobretudo, para se resguardar do platonismo que rondava sua teoria através de plenitudes, unidades, necessidades e sedentarizações que, por sua vez, ameaçavam o projeto marxista de revolução.

A reparação pecheutiana então se volta às noções de inconsciente e real, ambas em estreita relação com a noção de *non-sens* (não-sentido, sem sentido). O autor começa distinguindo a noção de esquecimento (ou apagamento), da noção psicanalítica de recalque - que juntamente coma noção de real, são mais próximas da noção de “impossível”. Isso implica afirmar, por exemplo, que o sujeito não se constitui apenas por um apagamento daquilo que lhe determina, na forma-sujeito, mas sim que o sujeito é constituído por um *non-sens* impossível de emergir, impossível de simbolizar. Algo fura, falha e vaga perenemente no sujeito. Nas palavras de Lacan:

No sonho, no ato falho, no chiste, chama atenção o modo de tropeço pelo qual eles aparecem [...]. Ali alguma outra coisa quer se realizar - algo que aparece como intencional, certamente, mas de uma estranha temporalidade. O que se produz nessa hiância, no sentido pleno do termo produzir-se, se apresenta como um achado [...] e, mais ainda, sempre está prestes a escapar de novo, instaurando a dimensão da perda (LACAN, 1979, p. 29).

Ora, se o próprio inconsciente se dá como pura perda, a relação da ideologia com o inconsciente não poderia jamais se dar na forma de uma totalidade. De um ponto de vista teórico, o inconsciente lacaniano é o privilégio da hiância, da falta e da incompletude, em detrimento da unidade e da continuidade. O inconsciente “se situa nesse ponto em que, entre a causa e o que ela afeta, há sempre claudicação” (LACAN, 1979, p. 27). Ou seja, o inconsciente enquanto *non-sens*, é a própria função de descontinuidade, de barramento, que reside justamente entre a causa e o efeito, na hiância irreparável que impede a totalidade (COSTA-MOURA, 2006). Assim, se o ego da forma-sujeito é atravessado por um inconsciente que é hiância e descontinuidade, ideologia e sujeito não podem constituir “um” justamente por estarem irreparavelmente separados por uma pura falta. Este modelo lacaniano coaduna com o que apresentamos durante toda a tese sobre a hiância da relação, ainda que a partir de outros autores como Kant (2001) e Hume (2004). “Assim, ficava contornado, com toda a obstinação filosófica possível, o fato de que o *non-sens* do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, nunca é inteiramente recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto” (PÊCHEUX, 2009, p. 276).

Novamente a ideia de “evidência” aparece na teoria pecheutiana, mas dessa vez ela não é capaz de recobrir ou obstruir plenamente o caráter material do sentido. O que não quer dizer que a ideologia, através dos AIEs e dos AREs, não tente impor tal evidência de sentido e realidade. Ou seja, o produto “sujeito-centro-sentido” ainda opera ideologicamente, mas não mais em termos de continuidade, mas de pulsação: “[...] o tempo da produção e o do produto não são sucessivos como para o mito platônico, mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma pulsação pela qual o non-sens inconsciente não para de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar” (PÊCHEUX, 2009, p. 276).

Se antes a ideologia trabalhava a interpelação-identificação a partir de um esquecimento daquilo que determina o sujeito, apagando o caráter material do sentido e fornecendo uma evidência autorreferente (com causa em si mesma), agora Pêcheux coloca a causa fora do sujeito e do sentido, e essa causa é a erro, o lapso, o ato falho, “pois os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/non-sens do sujeito dividido” (PÊCHEUX, 2009, p. 277).

Diversas relocalizações teóricas se evidenciam nesta citação. Relida com atenção e calma, esta proposição pecheutiana afirma que há, no significante, traços inconscientes sempre latentes. Isso implica assumir que na relação significante-significado (quer seja pelas vias saussurianas de arbitrário do signo e valor do signo, ou pelas vias da cadeia de significantes, de Lacan) a pulsação sentido/non-sense insiste em fazer falhar perenemente, na forma de batimento de um sujeito dividido. E se já na base linguística a errância persiste insolúvel, ela emerge ainda mais irresolúvel nos processos discursivos. A própria noção de ritual ideológico de assujeitamento se torna o “não-todo” do ritual, pleno de hiâncias, falhas e movências. Não há ritual sem falhas, diz Pêcheux; atravessado pelo inconsciente, o ritual se estilhaça no lapso (PÊCHEUX, 2009, p. 277).

Contudo, para que o ritual falhe, é preciso que o ritual venha à existência pelas vias da forma-sujeito. O que queremos sustentar, aqui, é que Pêcheux corrige sua teoria no que diz respeito à plenitude do assujeitamento pela forma-sujeito de uma dada FD, o que não quer dizer que este funcionamento de interpelação-identificação não ocorra. Sustentamos, aqui, a hipótese de que ele ocorre sim, como realidade material que impõe de incontáveis maneiras. Mas certo erro “infecta constantemente a ideologia dominante, do próprio interior das suas práticas” (PÊCHEUX, 2009, p. 278). É essa imperfeição que permite às classes dominadas (heterogêneas, incoerentes e discrepantes) qualquer medida de resistência, qualquer vitória

ínfima - aparições fugidias, “que no tempo do relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio” (PÊCHEUX, 2009, p. 278).

Pêcheux fala em termos de desequilíbrio da ideologia dominante, de falhas no ritual, de revolta e resistência, e não em termos de inexistência da forma-sujeito (e das Formações Discursivas). Pensar a relação de incompletude da ideologia com o *non-sens* não implica, por outro lado, pensar o inconsciente sem a ideologia, mas sim que o *non-sens* emerge como um erro que estilhaça a plenitude do tecido discursivo em incontáveis retalhos.

Retraçar a vitória do lapso e do ato falho nas falhas da interpelação ideológica não supõe que se faça agora do inconsciente a fonte da ideologia dominada [...]: a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente (PÊCHEUX, 2009, p. 278).

A partir deste prisma, sentido e sujeito não derivam mais de uma continuidade teleológica que faz encaixar de forma homogênea as partes desse “todo”. Agora sentido e sujeito emergem de uma pulsação sentido/não-sentido, como um erro perene que aponta para uma movência contingente de cada fragmento do não-todo. Ora, é a partir dessa hiância - que separa significante e significado, base linguística e processos discursivos, articulação e sustentação, FDs de outras FDs (no interior do intradiscurso) - que sustentamos nossa hipótese de errância na significação: “há um buraco e algo que vem oscilar no intervalo. Em suma, só existe causa para o que manca/claúdica” (LACAN, 1979, p. 27).

Propomos, assim, a noção de errância não como aquilo que oscila no intervalo da hiância - que é o inconsciente; não faz sentido algum renomearmos uma noção tão bem desenvolvida. Não se trata disso. A errância é a movência intrínseca a cada parte que compõe o não-todo complexo discursivo, uma movência que se instaura justamente por que cada fragmento do sistema discursivo é separado por hiâncias que o projeto ideológico não é capaz de apagar, tampouco de dissimular de forma plena. É a hiância que confere ao todo complexo discursivo um caráter de “não-todo”, de “não-um”, costurado ideologicamente de forma inconsistente, flácida e movediça.

Se na subseção anterior concluímos que a própria relação contraditória entre a base linguística (desigual e arbitrária), em contato com os processos discursivos (discrepantes), impõe uma movência errante a cada fragmento do não-todo complexo discursivo, agora a noção de inconsciente (*non-sense*) emerge afetando significante e sujeito ainda de forma mais

contudente. O ritual não é capaz de costurar o tecido da significação de forma plena: o liame ideológico é falho, se esgarça, e a movência errante de cada fragmento insiste em se impor. É assim que o ritual falha - lançando luz sobre o projeto de sedentarização da ideologia dominante. É pelas vias da errância que sentido e sujeito deslizam um sobre o outro em uma movência que não se dissuade facilmente. É assim que os AIEs e os AREs falham em construir uma estrutura sólida, é assim que as revoltas aparecem e são esquecidas. Algo sempre erra, falha e vaga, na construção da realidade humana.

2.3 A MATEMÁTICA DA SEDENTARIZAÇÃO

Nos primeiros capítulos de *Semântica e Discurso* Pêcheux trava um debate filosófico com Kant, Leibniz, Husserl e principalmente com Frege a respeito do uso da linguagem como ferramenta a serviço da verdade científica. Para a maioria dos filósofos da linguagem, lógicos, epistemólogos e filósofos da ciência, a construção de conceitos científicos carece principalmente de uma boa estrutura de argumentos válidos e verdadeiros. Esse aperfeiçoamento da língua inicialmente passou por processos de expurgação dos erros e das ilusões na linguagem (em Kant, Leibniz e outros), e por fim entendeu que a ciência pode ser melhor fundamentada sobre uma língua artificial e formal (em Husserl e Frege) que possa articular sempre argumentos válidos e chegar à verdade mais facilmente. De uma forma ou de outra, à ciência tenta revestir-se de uma roupagem linguística que lhe forneça coesão e estabilidade suficiente para que possa enunciar proposições rigorosamente claras, replicáveis e, sobretudo, lógicas e necessárias.

Ora, o que está por trás deste projeto não é nada menos que uma matemática da linguagem, materializada em uma língua artificial, tal como propôs Leibniz, Frege, Peirce, Carnap etc. (PÊCHEUX, 2009, p. 278). Nesta língua lógica, a contingência deve ser expurgada e as ilusões devem ser suprimidas. De forma prática, o projeto científico de construção e provisão de verdades através da língua passa por processos de sedentarização das possibilidades de significação; isto é, ainda que seja através de operadores lógicos importados da matemática, a língua deve ser revestida de um caráter lógico capaz de desalojar o erro de seu funcionamento intrínseco.

Sobre o erro na língua, Pêcheux se opõe à

concepção logicista segundo a qual as oposições ideológicas resultariam de imperfeições da linguagem, o que significa reduzi-las a quiproquós, a ‘problemas sem pé nem cabeça’ dos quais todo o mundo poderia escapar se se desse a um tal trabalho. Procuraremos mostrar que não se trata disso (PÊCHEUX, 2009, p. 87).

O erro não está na língua, mas no juízo que se faz sobre ela. Essa concepção esclarece, por exemplo, o motivo pelo qual o enunciado ‘tem um trem no meu olho esquerdo’ é uma proposição válida e verdadeira em diversas regiões brasileiras em seu uso cotidiano, ao passo

que o enunciado físico “a energia e a massa total num sistema fechado ou isolado são sempre constantes, tal como em $E=mc^2$ ” não é válido, tampouco verdadeiro, para uma grande parcela da população brasileira. O projeto dos filósofos lógicos pode ser visto facilmente neste jogo de enunciados. Enquanto Leibniz propunha afastar a contingência interpretativa dos enunciados científicos, chegando até mesmo a propor a correção de toda linguagem cotidiana, Frege propôs uma série de operadores lógicos em uma língua artificial que poderia ser usada para recobrir a linguagem científica e expurgar, de vez, os erros, as ilusões e os deslizes de interpretação.

Para que tais projetos pudessem ter lugar, os lógicos precisavam imputar na língua um erro estrutural para que se justificasse o trabalho de expurgar e erradicar os erros de seu funcionamento. Mas o erro não está na língua: “não se trata disso” (PÊCHEUX, 2009, p. 87). O erro, como vimos, decorre do fracasso da Ideologia em impor um funcionamento discursivo perfeito que possa sedentarizar plenamente o sentido e interpelar-identificar cabalmente o sujeito na forma-sujeito através de evidências ilusórias. E é justamente por que o funcionamento ideológico é da ordem do juízo, ou seja, funciona através de projetos materiais de fornecimento de realidades, é que o erro pode emergir no âmago do funcionamento do aparato ideológico de sedentarização do sentido e do sujeito (AIEs + AREs).

Nossa hipótese, portanto, é a de que todo erro só pode emergir na língua (cotidiana, científica, artística, pedagógica etc.) a posteriori, quando determinado projeto ideológico, materializado no funcionamento de uma dada FD, se mostra incapaz de fornecer uma evidência plena para o sentido e o sujeito ali inscritos. Se o erro é da ordem do juízo, ele não pode ser evidenciado, pode apenas ser atribuído. E é no interior deste jogo complexo e errante de FDs que as falhas e as ilusões são instrumentalizadas como fracassos. Ou seja, a própria noção de erro é uma noção política e ideológica: no interior de uma FD, o erro se torna uma poderosa ferramenta de sedentarização e assujeitamento do indivíduo pela forma-sujeito.

A quem serve a noção de erro? Para o padre e para o pastor, para o professor, para o médico, para o político, para o juiz e para o “cientista”: o erro é aquilo que, imaginária e discursivamente, deve ser evitado, e por isso mesmo aponta para aquilo que deve ser almejado no interior de uma FD. O erro, portanto, é uma importante ferramenta de condicionamento no processo de determinação da realidade e da prática do sujeito na sociedade, afinal a falha - e sua correção na forma de “progresso” -, mostra-se como poderosa metodologia de sedentarização ideológica. No entanto, o erro erra: falha e vaga. O próprio trabalho de

assujeitamento falha pela língua, pelo inconsciente e pelo processo discursivo. E se o erro é a causa do movimento ideológico perene, a errância é a causa que produz o erro. Dito de outra forma, o motivo da falha e das falhas, segundo nossa hipótese, é a errância movente que impede a estabilização plena do sentido e do sujeito, o que impossibilita a construção de enunciados e proposições absolutos, e com isso coagula o projeto ideológico de constituição de castelos inabaláveis de conhecimentos.

Ora, é a partir do prisma da errância que continuaremos nossa perambulação teórica e que vamos olhar para o capítulo um da quarta parte de *Semântica e Discurso*: “Ruptura epistemológica e forma-sujeito do discurso: não há ‘discurso científico’ puro” (PÊCHEUX, 2009, p. 171). Pêcheux inicia essa discussão ressaltando a impossibilidade de um discurso “não-ideológico”, uma vez que não existe lugar fora da ideologia justamente por que a ideologia é a própria exterioridade. Essa noção implica diretamente no projeto lógico-epistemológico da ciência de fornecer verdades válidas que sejam universais e atemporais, haja vista que o “reconhecimento” de uma essência implica que a mesma não seja enviesada ideologicamente, sobretudo historicamente. O projeto de Leibniz, de expulsar a contingência da linguagem cotidiana e científica é um exemplo perfeito da concepção de “língua fora da ideologia”. Da mesma forma, a linguagem lógica fregeana, sustentada por operadores formais, também se mostra como tentativa de fornecer um funcionamento linguístico sólido e inequívoco para as “verdades” científicas, onde se pode expurgar o erro e o risco da interpretação politicamente enviesada.

A título hipotético de exemplo, façamos o seguinte exercício lógico sobre uma mesma árvore:

- Uma criança: “Que árvore gigante! Vou subir e brincar nela”.
- Um adulto: “Esta árvore não cresceu o suficiente. Vai dar pouca lenha”.
- Uma cientista: “Esta árvore tem 5,48 metros de altura”.

Supostamente não há erro nem interpretação no valor exato, em metros, da altura da árvore. Ou seja, 5,48 m não é alto nem baixo, é 5,48 m. É assim que a experiência humana é convertida em dados matemáticos “fora da ideologia”, e por isso mesmo se tornam supostamente imunes a erros na transmissão das verdades. É assim que uma fórmula química pode, em diferentes regiões do globo, em séculos diferentes, produzir a mesma penicilina que cura doenças igualmente “a-ideológicas”. A linguagem perfeita, destituída do perigo da

interpretação política, é a linguagem das fórmulas, dos códigos, dos algoritmos: a linguagem lógica.

Ora, o próprio acolhimento do erro na língua como funcionamento que precisa ser corrigido é, por si mesmo, um gesto ideológico. O erro não está na língua, mas no juízo que se faz sobre ela, a *posteriori*. O erro não emerge na língua, de dentro pra fora: o erro é instalado na língua, de fora para dentro. Corrigir a língua é, por isso mesmo, um gesto ideológico por excelência, ou seja, a própria concepção de uma língua “fora da ideologia” já se configura como inscrição ideológica. Diante dessas premissas, em Pêcheux podemos afirmar que o trabalho lógico da linguagem científica consiste em expulsar a ideologia (fonte de erros e interpretações) de seu funcionamento, justamente enquanto marca, politicamente, sua própria inscrição ideológica; melhor dito, a ciência dissimula ideologicamente a própria ideologia que lhe determina.

Isso quer dizer que “a história da produção dos conhecimentos não está acima ou separada da história da luta de classes” (PÊCHEUX, 2009, p. 172); ao contrário: a história de um dado conhecimento científico não passa de efeito de um processo muito maior, historicamente condicionado e ideologicamente circunscrito. Um efeito que não é trabalho de um gênio criador que inova a partir do nada, nem mesmo de uma equipe de pesquisadores competentes de uma dada universidade, muito menos resulta de procedimentos meramente metodológicos replicáveis universalmente: a ciência é efeito de um interdiscurso, de um todo complexo com dominante de FDs. Ainda que possa resultar em fórmulas químicas, algoritmos e códigos supostamente “fora da ideologia”, o não-todo da linguagem científica (bem como de sua prática) não se distingue da própria luta de classes, ou seja, não se separa do discurso dominante e de suas demandas ideológicas e políticas. A língua artificial fornecida pelos operadores lógicos, ao contrário do que propôs Gottlob Frege, não existe fora do discurso e da ideologia. Todavia, importa lembrar que a ideologia falha em seus rituais:

Em outras palavras, as ‘ideias científicas’, as concepções gerais e particulares [...] não estão separadas da história (da luta de classes): elas constituem ‘compartimentos’ especializados das ideologias práticas sobre o terreno da produção dos conhecimentos, com discrepâncias e autonomizações variáveis (PÊCHEUX, 2009, p. 173).

O terreno da produção dos conhecimentos é errante, repleto de discrepâncias, de compartimentos especializados que se movem com autonomizações variáveis.

Isso significa que as contradições que constituem o que chamamos *condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção* se repercutem, com deslizamentos, deslocamentos etc., no todo complexo das ideologias teóricas sob a forma de *relações de desigualdade-subordinação que determinam os interesses teóricas em luta numa conjuntura dada* (PÊCHEUX, 2009, p. 173).

Talvez um dos indícios mais patentes da prática científica é seu movimento - supostamente linear, para frente, rumo ao progresso. Ora, o próprio movimento tem como causa a falha (só há causa para aquilo que claudica), de onde emana a contradição *reprodução-transformação* das relações de produção do conhecimento. Contudo, nas palavras de Pêcheux, a reprodução-transformação se dá na forma de deslizamentos e deslocamentos entre relações desiguais, relações de luta, enfim. Com isso queremos afirmar que o movimento da ciência não se trata de uma teleologia linear: o sentido nasce do *non-sens* em uma pulsação descompassada, em deslizamentos e movências errantes, incoerentes e conflitantes. A ciência não é “uma” ciência, uniforme, homogênea e inteiriça: ciência é contradição e conflito.

Assim, a epistemologia é, ela mesma, uma meta-ciência errante, repleta de hiâncias e movências que impossibilitam a sedentarização plena das relações de produção de conhecimento:

[...] diremos que a objetividade material específica do complexo das ideologias teóricas que constituem um campo epistemológico dado se encontra precisamente nas relações de desigualdade/subordinação que atribuem a cada elemento [...] desse campo um papel determinado, no qual se combinam sob formas específicas o caráter de *obstáculo epistemológico* e o de *matéria-prima* ou de *instrumento*, segundo dosagens variáveis, de modo que certos elementos constituem, em um momento dado, puros obstáculos, e em outros constituem os pontos de apoio de uma transformação do campo (PÊCHEUX, 2009, p. 174).

Assim, um mesmo ponto epistemológico pode ser, hoje, o lugar onde as coisas andam, e logo se tornar o local onde elas emperram. Ora, seria ingenuidade (ou astúcia?) crer que um enunciado lógico-matemático científico pode ser sólido e imutável o suficiente para fundamentar de forma perfeita um dado campo epistemológico. A quem interessa o erro e a perfeição? Quem se beneficia da estabilidade ilusória da linguagem científica e de suas “verdades”? Afinal, “a objetividade material específica do complexo das ideologias teóricas que constituem um campo epistemológico dado”, ou seja, a própria materialidade da ciência,

se dá justamente sobre uma relação de desigualdade e subordinação no interior do interdiscurso.

A prática científica circunscrita na materialidade histórica e discursiva do interdiscurso é, portanto, essa suposta verdade advinda dos conhecimentos empíricos e descritivos. Dessa maneira, todo conhecimento está inscrito na própria forma-sujeito de uma dada FD, constituindo os sentidos “evidentes”, consistentes e harmônicos que supostamente homogeneízam os sujeitos ali inscritos.

Mas isso não é tão simples. A ciência se vê sempre às voltas com certos cortes epistemológicos, rupturas e transformações de paradigmas. E o próprio momento do corte epistemológico deriva também de processos históricos e ideológicos que clamam por novas formas de ordenação do conhecimento. Isso se vê na própria cronologia do conhecimento ocidental: inicialmente o conhecimento se dividia apenas entre senso comum, religioso e filosófico. Esse paradigma epistemológico perdurou desde a Grécia antiga até pelos menos o renascimento iluminista. Foi só nessa época que certos cortes epistemológicos surgiram instaurando modelos específicos de ordenação do conhecimento. Tais rupturas no paradigma fragmentaram as grandes narrativas antigas até culminar, na contemporaneidade, em uma especialização fragmentada por incontáveis cortes (dentro da psicologia existem diversos cortes e especializações, bem como dentro da linguística, da matemática etc.). E se o conhecimento de uma FD está inscrito na forma-sujeito como evidência para o sentido e para o sujeito, como pensar, então, o processo histórico de corte epistemológico?

O processo histórico que inaugura a conjuntura de corte pode, então, ser caracterizado como a formação progressiva de um ‘bloqueio’ no interior do todo complexo das ideologias teóricas, de tal modo que o estado das relações de desigualdade-subordinação que atravessam este último não pode mais ‘trabalhar’ e é compelido a se *repetir circularmente* através de diferentes demarcações, ajustamentos etc., de modo que a própria estrutura da forma-sujeito se torna o limite visível do processo (PÊCHEUX, 2009, p. 175).

Aqui tomaremos o cuidado para não incorrermos no erro que Pêcheux mesmo retificou no anexo III. Não podemos cair na tentação de assumir que a revolução manifesta no corte epistemológico tenha sua origem em uma identificação às avessas, como se o modelo epistemológico da forma-sujeito fosse pleno, sem furos, e por isso toda transformação viria sempre em termos de uma pedagogia da revolução. Não se trata disso. O momento do corte é caracterizado por um bloqueio no interior do interdiscurso, de uma contenção do

funcionamento discursivo que se torna inoperante e é compelido, finalmente, a se transformar. E Pêcheux especifica a maneira pela qual essa transformação ocorre: através de uma “repetição circular”, de novas demarcações e ajustamentos. Ou seja, o corte epistemológico se dá na forma de deslizamentos, de movências e ajustes na própria forma-sujeito. “Isso significa dizer que o momento histórico do corte que inaugura uma ciência dada é acompanhado necessariamente de um questionamento da forma-sujeito e da evidência de sentido que nela se acha incluída” (PÊCHEUX, 2009, p. 175).

Esta citação também exige cautela. Nestes termos, se se incorre na tentação teórica da evidência ilusória do sentido e do assujeitamento pleno, estamos falando de uma relação direta entre o pensamento e o real, entre a forma-sujeito e a coisa-em-si: uma relação que prescinde do sujeito, “de tal modo que o que é pensado não seja, como tal, sustentado por um sujeito” (PÊCHEUX, 2009, p. 175). Ora, nada pode ser mais platônico que isso: um “mundo das ideias”, um idealismo imaterial que se sustenta em si mesmo através de um meta-discurso originado em si mesmo, sem sujeito, sem autor. E se o sujeito fica fora do jogo, o mesmo se dá com o próprio sentido, que se torna ausente; o que resiste ali é uma mera função em um processo (PÊCHEUX, 2009, p. 176).

Esse é o mesmo idealismo que está na origem da ficção científica de linguagem “fora da ideologia”, criticada algumas páginas atrás. A propósito do exemplo dado anteriormente, quando a cientista diz “a árvore tem 5,48 metros de altura”, o que está em funcionamento é uma proposição que prescinde do sujeito, da interpretação e da experiência com o mundo. Aqui um breve desvio se impõe. A contradição que se manifesta pujante em toda essa tese diz respeito, essencialmente, à relação entre sedentarização e errância. O que queremos dizer com isso é que embora devamos nos esquivar da tentação teórica da plenitude e unidade da forma-sujeito, isso não quer dizer que no funcionamento discursivo de uma dada FD não existam diversos sujeitos que se submetem/são submetidos aos efeitos ideológicos dessa mesma ilusão a ponto de acreditar nas evidências fornecidas pela forma-discurso. Ou seja, enquanto analistas do discurso devemos nos colocar como teóricos que, conscientes da materialidade contraditória, incompleta e errante do discurso, analisam os processos pelos quais certos indivíduos são sujeitados e sedentarizados por determinadas FDs. Logo, as falhas nos rituais, o *nonsense* do inconsciente, a errância da base linguística e a movência dos processos discursivos devem ser levados em consideração no momento da análise. Afinal, o

processo interpelação-identificação é, ele mesmo, contradição: é pulsação sentido não-sentido, é subjugação conivente, evidência turva e sujeito dividido.

O que nos leva a assumir que falamos, nesta tese, em termos de rituais de assujeitamento que são, eles mesmos, errantes (claudicantes e moventes). Ou melhor: os procedimentos de sedentarização da movência do sentido e do sujeito não podem fazer “um” e estancar as relações, o que não quer dizer que o sujeito sedentarizado não possa se tornar conivente com a ilusão de evidência que lhe é apresentada. Quando se idêntica ao conhecimento “evidente” fornecido pela forma-sujeito, o próprio sujeito se torna cúmplice de um processo que apaga sentido e sujeito. Será então a partir dessa contradição errância-sedentarização que nos colocaremos a pensar o problema do discurso científico “sem sujeito”. De um lado temos uma posição idealista que toma o indivíduo como origem dos sentidos e conhecimentos científicos, e de outro, uma segunda posição igualmente idealista que retira o sujeito plenamente do processo discursivo até sobrar um mundo platônico das ideias que tem origem em si mesmo, e se mantém através de si e por si mesmo.

Ora, Pêcheux mesmo atesta que o discurso sem sujeito se dá na forma de um paradoxo - só não é paradoxo para o idealista (PÊCHEUX, 2009, p. 175). Contradição que instaura concomitantemente uma evidência e um ponto cego. O discurso e os dispositivos experimentais “sem sujeito” derivam de um paradoxo que:

[...] chega a conceber que, no processo conceptual do conhecimento, a determinação do real (‘exterior’) e de sua necessidade independente do pensamento se materializa sob a forma de um corpo articulado de conceitos que, a um só tempo *exibe e deixa em suspenso* o efeito ‘cego’ dessa mesma determinação enquanto efeito-sujeito (PÊCHEUX, 2009, p. 176).

Dito de outra forma, o discurso científico, compreendido ideologicamente como “veículo de comunicação de essências”, fornece ficções que se materializam como um “corpo articulado de conceitos evidentes”, que prescindem do sujeito. Quando a cientista de nosso exemplo anterior atestou cientificamente que a árvore tinha 5,48 metros de altura, ela estava se submetendo a uma suposta relação direta entre os conhecimentos fornecidos pela forma-sujeito científica (medidas em metros, botânica, geografia etc.) e o objeto real (a árvore), uma relação que supostamente prescinde do sujeito e se sustenta em si mesma.

É assim que a ciência fornece conhecimentos “verdadeiros e incontestáveis”: apagando o próprio procedimento discursivo que lhe conforma. Quando um sujeito de uma

dada FD recorre a argumentos científicos para validar uma proposição, ele acolhe e incorpora a ilusão do discurso sem sujeito e a evidência do conceito sem sentido - que funciona como função em um processo (PÊCHEUX, 2009, p. 176). Se o sentido é contraditório, errante e exige interpretação, o discurso científico coloca, no lugar do sentido, uma função em um processo, um apanhado de códigos e algoritmos que sedentizam a relação entre forma-sujeito e objeto real. Dizer que o discurso científico sedentariza sentido e sujeito significa dizer que suas movências são imobilizadas justamente subtraindo-se sentido e sujeito do processo, apagando a descontinuidade que lhes separa através de uma evidência que costura as extremidades e faz “um”.

Sentido e sujeito são problemáticos demais para quem se propõe a fornecer verdades. A relação direta entre forma-sujeito e objeto real, por outro lado, pode oferecer efeitos para um discurso supostamente mais sólido, essencial, necessário, estanque, homogêneo e sedentarizado. Mas esta unidade possui, nas palavras de Pêcheux, um ponto cego, um erro na evidência. É que nos termos da forma-sujeito, o discurso “sem sujeito” da ciência aparece como interioridade sem exterioridade no fio-do-discurso do cientista. Logo, justamente quando o sujeito se faz mais presente é quando ele acredita estar ausente, invertendo-dissimulando o funcionamento do discurso-sem-sujeito no interior do intradiscurso. E novamente somos levados a assumir que tal procedimento não poderia funcionar sem a conivência e a cumplicidade do sujeito (PÊCHEUX, 2009, p. 155).

O funcionamento fictício de reversão do interdiscurso dentro do intradiscurso não apaga o absurdo que atravessa a evidência, e por isso resulta, ao contrário do que propõe a sedentarização científica, em uma movência incontrolável na prática científica.

Estamos designando aqui o trabalho do impensado no pensamento, por meio do qual os próprios termos de uma questão, com a resposta que ela pressupõe, desaparecem, de modo que a questão perde literalmente seu sentido, ao passo que vão se formando ‘respostas’ novas a questões que não haviam sido colocadas - processo no qual nomes e expressões se apagam, com a referência ‘evidente’ a seus objetos, enquanto outros nomes e expressões aparecem sob o efeito de certos deslocamentos do campo, de certas intrusões ‘incongruentes’ de elementos ‘lançados’, desligados-caídos de outros lugares, deslocamentos e intrusões que constituem propriamente o trabalho do filosófico (PÊCHEUX, 2009, p. 176).

Em Pêcheux, a verdade material do processo discursivo é essa: a exterioridade da ideologia, através do discurso transversal do interdiscurso (enquanto conflito de classes), é o

que fornece o pré-construído ao intradiscurso - na forma de impensado (contingente) no pensamento (necessário). E como já visto anteriormente, a língua (arbitrária e movente) não é capaz de oferecer uma ilusão de evidência que dissimule plenamente este funcionamento na forma-sujeito; a inversão que retira o ideológico (sentido e sujeito) do discurso científico só poderia funcionar ficcionalmente. Ora, essa relação discrepante e errante que separa base linguística e processo discursivo é o que impede a constituição de um discurso científico coeso e hegemônico.

Nestes termos, nenhuma política de assepsia da língua poderia salvaguardar a ciência das heresias da política, da contingência e da errância. As fórmulas matemáticas, os algoritmos e os códigos artificiais não fariam sentido algum fora da ideologia; aliás, é pela ideologia, mais especificamente por/para uma ideologia dominante, que eles são produzidos. Não há solução fora da ideologia, ou seja, não é possível salvar a ciência dos vieses políticos nem da errância do sentido e do sujeito. É isso que se avulta na citação pecheutiana acima: um jogo caótico de termos em deslizamentos, deslocamentos, embates, lapsos, desligamentos, esquecimentos, intrusões, incongruências...

Segundo o autor, a ideologia enquanto “exterioridade intransponível” se patenteia sobremaneira no momento do nascimento de um continente do conhecimento. No momento de um corte epistemológico, um complexo de conhecimentos prévios emerge como ponto de contradição em que a reprodução-transformação desvela as escolhas, as tomadas de posição e as demandas da classe dominante. Era essa a temática do primeiro livro de Pêcheux - escrito em parceria com Michel Fichant, chamado “Sobre a história das ciências” (PÊCHEUX; FICHANT, 1971). O analista do discurso se debruça sobre os efeitos da ruptura epistemológica originada em Galileu Galilei para mostrar de que forma os conceitos e as práticas de diferentes continentes do conhecimento incidiram historicamente e materialmente na ocasião deste corte epistemológico. Mas por que “corte” epistemológico? O autor mostra, através das consequências na física e na biologia, que as propostas de Galileu interromperam diversos fluxos de conhecimento, causando “bloqueios” que impunham concentrações (acúmulos) de perguntas e respostas que forçaram novos caminhos teóricos (PÊCHEUX; FICHANT, 1971, p. 21). Tomemos o curso de um rio como metáfora. Em um dado momento, novas articulações de conhecimentos impedem que certos cursos do conhecimento continuem tal como eram, interrompendo momentaneamente o fluxo através de “bloqueios”. Esses obstáculos, como barragens em rios, forçam novas brechas e escoamentos de perguntas e respostas. Contudo,

afirma Pêcheux, as “descobertas” de Galileu cortaram diversos rios de conhecimento, e causaram grande perturbação no conhecimento ocidental.

O “bloqueio” que precede o corte funciona na forma de acúmulo de termos e conceitos, de pré-construídos em turbulência, e por isso resulta em alianças complexas entre novas ilhas de conhecimento com continentes maiores, supostamente estabilizados, que fornecem “um apoio e uma garantia ao materialismo da nova disciplina (por intermédio de articulações e de sustentações intracientíficas)” (PÊCHEUX, 2009, p. 177). Ora, tais alianças atestam a não-ingenuidade ideológica da prática científica; ou melhor: denunciam sua inscrição em jogos políticos que implicam até mesmo seus preciosos códigos lógicos (fórmulas químicas e físicas, algoritmos matemáticos, dados estatísticos etc.) em funcionamentos discursivos que interferem e maculam qualquer ideário de coesão e pureza. Dito de outra forma, não há conhecimento científico desvinculado de uma forma-sujeito ideologicamente circunscrita em uma dada FD, e não há ruptura epistemológica sem ruptura na própria forma-sujeito.

Destacaremos o fato de que toda ruptura epistemológica é a ocasião de um ‘desarranjo’, de uma redistribuição específica das relações entre materialismo e idealismo, na medida em que [...] toda ruptura exhibe e põe em discussão, em seu próprio campo, os efeitos da forma-sujeito (PÊCHEUX, 2009, p. 178).

O efeito idealista de identificação do indivíduo com a FD que o assujeita tem que ver diretamente com um reconhecimento (como em um espelho) com os conhecimentos que a forma-sujeito fornece. Assim, no momento de um corte epistemológico, é a própria forma-sujeito que é colocada em questão. Um corte epistemológico, portanto, não é mais que um corte discursivo. Para Pêcheux, esse momento de movências pujantes nas estruturas de uma FD se dá em duas vias: por um lado, na repetição idealista - vista na coincidência do sujeito consigo mesmo através do espelho da forma-sujeito -, que condiciona a forma com que um sujeito se coloque diante de uma determinada experiência empírica ou de uma abstração especulativa através de rituais de assujeitamento; por outro lado, no funcionamento materialista da produção-reprodução do conhecimento, que funciona por omissão do sujeito - como se a forma-sujeito pudesse se relacionar materialmente com o objeto real, prescindindo do sujeito (PÊCHEUX, 2009, p. 179).

Quando Leibniz, Frege, Husserl e outros atestam a necessidade de uma linguagem depurada das contingências políticas - que possa permitir o desenvolvimento empírico e dedutivo das propriedades dos objetos -, tem-se por objetivo instaurar uma relação contínua

e necessária entre ciência e lógica (PÊCHEUX, 2009, p. 180), como se só o conhecimento pautado pela lógica tivesse validade.

Ademais, novamente estão em jogo as noções de “relação, hiância, continuidade e continuidade”, e com elas, os conceitos de “errância e sedentarização” das relações enquanto efeitos de “erro e acerto, verdadeiro e falso”. E nestes termos, colocar a lógica em relação de continuidade com a ciência é conceber “inelutavelmente a prática científica como uma atividade de triagem entre enunciados verdadeiros e enunciados falsos, repelindo tudo o que diz respeito às condições de aparição desses enunciados” (PÊCHEUX, 2009, p. 180). Por isso não há ingenuidade ideológica alguma na epistemologia fundada na lógica e na assepsia da língua científica.

A lógica colocada como fundamento contínuo da ciência trabalha através do apagamento da errância constitutiva da língua e do discurso, colocando no lugar uma solução idealista que assume a existência de erros e acertos em uma linguagem “fora da ideologia”, “sem sujeito”, puro “procedimento lógico”, simples “triagem de enunciados verdadeiros ou falsos”. Esse funcionamento só pode se dar sobre rituais de apagamento das condições históricas de aparição desses enunciados (PÊCHEUX, 2009, p. 181), instaurando sobre eles certas evidências universais e atemporais que colocam em relação de continuidade a forma-sujeito e o objeto real, prescindindo do sujeito. Essa linguagem lógica de formulação, que seria a linguagem científica, exclui “por seu fechamento, qualquer referência a ‘situações’, pressupostos e tomadas de posição” (PÊCHEUX, 2009, p. 181).

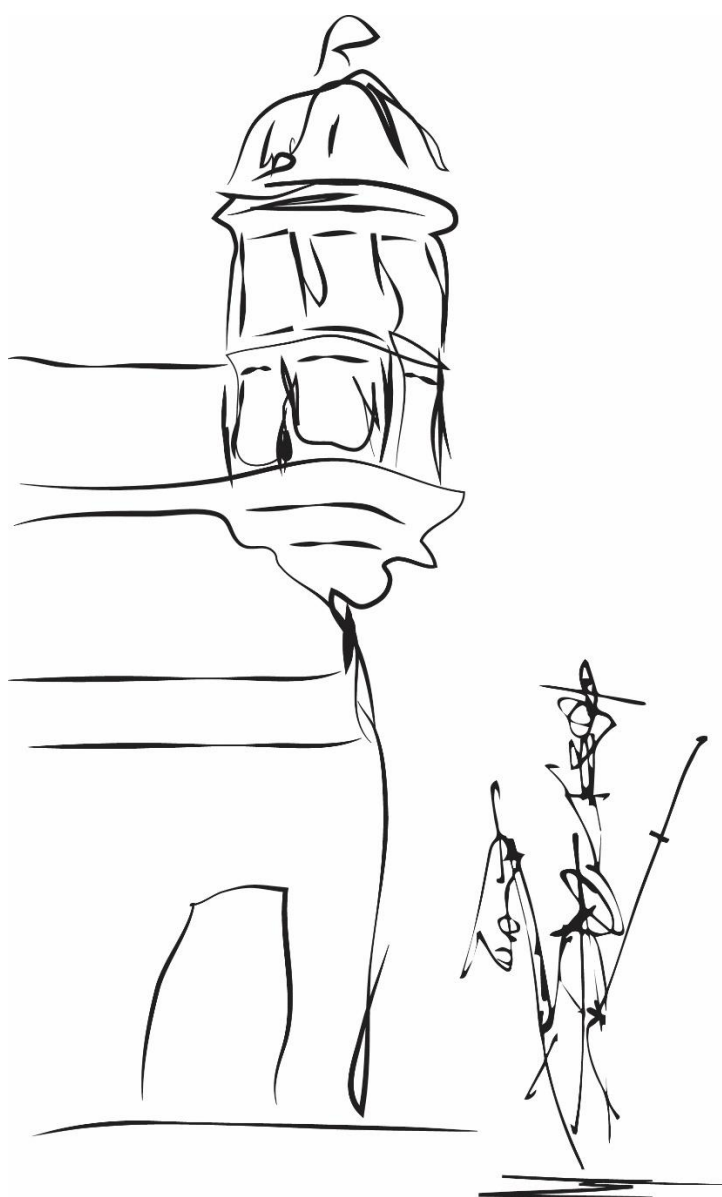
Na raiz dessa confusão está, finalmente, a ideia de que existe um discurso da ciência, isto é, um discurso do sujeito da ciência, cuja característica seria a de que esse sujeito está apagado nela, isto, ‘presente por sua ausência’, exatamente como Deus sobre esta terra no discurso religioso (PÊCHEUX, 2009, p. 181).

A hipótese fundamental dessa tese é que o suposto “discurso da ciência”, com todas suas práticas lógico-linguísticas de estabelecimento de “verdades”, é fruto de um ritual ideológico de deslocamento de hiâncias que se descortina em três estágios concomitantes: 1) sutura e apagamento da descontinuidade entre ciência e lógica - fazendo crer que só é possível fazer ciência de forma lógica; 2) dissimulação da continuidade existente entre linguagem científica e ideologia - infundindo ali uma hiância que supostamente salvaguardaria a ciência das contingências políticas do sentido e do sujeito; e finalmente, 3) apagamento das

descontinuidades que separam as partes contraditórias da base linguística e das discrepâncias do processo discursivo - sedimentarização que lhe conferiria coesão estável e cabal. Essa é a verdade que o discurso científico instrumentaliza justamente enquanto apaga seus próprios rastros. No entanto, a verdade material do discurso resiste, e insiste: “O único meio de esclarecer essa confusão é reconhecer que não há “discurso da ciência” (nem mesmo, a rigor, “discurso de uma ciência”), por que todo discurso é discurso de um sujeito” (PÊCHEUX, 2009, p. 182).

Não existe enunciado científico puro - fórmula, algoritmo ou proposição lógica -, fora da ideologia, descontaminados da errância contingente. Não há discurso científico puro, assim como não há discurso político, artístico, religioso etc. puros, desconectados do “todo complexo com dominante de FDs”. Essa é a materialidade contraditória do discurso: por um lado, o interdiscurso é a própria exterioridade ideológica: não há discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia. Mas por outro, não há ritual sem falhas, só há causa daquilo que erra. Se o sujeito é uma ilusão conivente, sujeito dividido, é por que o ritual é igualmente repleto de hiências. Logo, a forma-sujeito do “discurso científico” só pode fornecer verdades por intermédio de evidências fictícias e rotas que exigem certa cumplicidade do sujeito.

Memórias inventadas são mais bonitas



3.1 A ERRÂNCIA DA HISTÓRIA

DOM QUIXOTE, PARTE I, CAPÍTULO 22

“Embora eu saiba que não exista magia no mundo que possa mover e forçar a vontade - como alguns simplesmente acreditam -, é livre a nossa vontade, e não existe erva nem encanto que a force.”

Já vimos que ideologia, língua e sujeito são elementos constitutivos do processo de significação no discurso que inexoravelmente constituem também o conhecimento produzido pela ciência. Estes funcionamentos discrepantes e contraditórios já satisfariam nosso propósito de detectar a movência errante que revira e revolve as estruturas do discurso e da epistemologia moderna, contudo, ainda nos falta um componente significativo: a história. O objetivo desta subseção é inserir a noção de errância - enquanto movimento contingente (na base linguística e nos processos discursivos) situado para além da controvérsia erro/acerto - nas problemáticas pecheutianas que envolvem história, acontecimento e memória discursiva no cerne do estabelecimento de uma epistemologia da errância. Estas noções serão discutidas a partir das obras “Discurso: estrutura ou acontecimento” (PÊCHEUX, 2008), e “O papel da memória” (PÊCHEUX, 1999).

Nos termos propostos por esta tese, a contraparte da errância é a sedentarização. Uma vez inserida em uma teoria discursiva, a noção de sedentarização tem que ver com o empreendimento (ainda que frustrado) do discurso dominante em se tornar proprietário do sentido, domesticando seu funcionamento e minorando sua amplitude. Assim disposto, a instrumentalização das noções de “erro” e “acerto” - e seus deslizamentos significantes que assujeitam em direção ao “progresso”, à “inovação” e ao “aperfeiçoamento” do conhecimento científico - aparece como efeito discursivo de controle e arbítrio sobre sentido e sujeito. Essa nomenclatura se justifica na medida em que o trabalho da ideologia se dá justamente nos moldes de uma minoração da amplitude errante da significação - projeto que produz efeitos através do fornecimento de “evidências” que supostamente instauram certa unidade entre as partes que constituem o sentido, apagando as hiências e as errâncias através de ilusões de naturalização e cristalização do sentido: a ilusão da sedentarização.

Pêcheux inicia a obra “Discurso: estrutura ou acontecimento” (2008) abordando problemáticas dessa ordem. Tomando como exemplo o acontecimento das eleições francesas

de 1981, ele toma como objeto de análise o enunciado “on a gagné” (ganhamos) para lançar luz sobre os jogos de significação que, em conflito, trabalham os pressupostos fornecidos pela memória discursiva em relação a um dado acontecimento atual. A partir desse cenário, Pêcheux fundamenta que a movência dos sentidos é imensurável: os sentidos da vitória política são invadidos por acepções advindas de diversos “universos” discursivos, como o futebol, o das guerras e muitos outros. No entanto, ao mesmo tempo em que emerge de uma miríade intangível, esses sentidos errantes - que se movem de forma contingente e indefinível -, recebem tratamentos lógicos, legitimados socio-politicamente, que instauram certa ilusão de evidência transparente: “o veredito das cifras, a evidência das tabelas” (PÊCHEUX, 2008, p. 20). Trata-se, segundo o autor, de um confronto discursivo que teve início muito antes das eleições de 10 de maio...

[...] por um imenso trabalho de formulações (retomadas, deslocadas, invertidas, de um lado a outro do campo político) tendendo a prefigurar discursivamente o acontecimento, a dar-lhe forma e figura, na esperança de apressar sua vinda... ou de impedi-la; todo esse processo vai continuar, marcado pela novidade do dia 10 de maio. Mas esta novidade não tira a opacidade do acontecimento, inscrita no jogo oblíquo de suas denominações (PÊCHEUX, 2008, p. 20).

Ainda que se coloque materialmente diante dos olhos de muitos, o acontecimento recebe significações tão heterogêneas que se torna impossível captar a totalidade e a unidade do sentido da “eleição”: trata-se, ao contrário, de incontáveis “eleições” que não tiveram início e fim determinados, mas estendem-se pela história de forma contingente e plural - errante. “Ora, entre esses gritos de vitória, há um que vai ‘pegar’ com uma intensidade particular: é o enunciado ‘On a gagné’ [‘Ganhamos!'] repetido sem fim como um eco inesgotável, apegado ao acontecimento” (PÊCHEUX, 2008, p. 21).

Entre encontros e relações incalculáveis, algumas “pegas” - nos termos propostos por Althusser (2005), se efetivaram mais que outras. A contingência errante dessa movência dos sentidos gera colisões que, “de encontro em encontro, uma carambola e o nascimento de um mundo” (ALTHUSSER, 2005, p. 10), ou seja, de relações em relações, sentidos inapreensíveis podem ser costurados de forma mais duradoura que outros. Algumas “pegas” são instrumentalizadas pelos discursos dominantes (conflitos de FDs) através de enunciados lógicos que supostamente afastariam o problema da interpretação: “o candidato A recebeu X votos, que equivalem a Y% do total, e por isso é o vencedor das eleições presidenciais de 1981

na França”. Estas supostas “evidências” inequívocas emergem na forma de enunciados matematizáveis, necessários e contínuos, como se um derivasse do outro de forma homogênea e coesa. Trata-se, nos termos propostos por esta tese, de uma tentativa de sedentarização da significação através de recursos lógico-retóricos que visam reter a movência descontrolada e errante da significação.

Contudo a errância, por que é fundamento, persiste e faz errar (no duplo sentido da palavra) o projeto de sedentarização pelo discurso dominante. No exemplo lógico anterior, “o candidato A recebeu X votos, que equivalem a Y% do total, e por isso é o vencedor das eleições presidenciais de 1981 na França”, persistem diversas hiâncias através das quais a errância pode fazer movência. Uma das mais perceptíveis se vê no uso da palavra “vencedor” (on a gagné), uma brecha por onde outros sentidos podem irromper de forma contingente: “este grito marca o momento em que a participação passiva do espectador-torcedor se converte em atividade coletiva gestual e vocal, materializando a festa da vitória da equipe, tanto mais intensamente quanto ela era mais improvável” (PÊCHEUX, 2008, p. 21).

Sustentados nas proposições teóricas elencadas nos capítulos anteriores, propomos aqui lançar luz sobre a hiância que separa as partes que constituem a significação da palavra “vencedor”. Na base linguística, o arbitrário e o valor do signo nos impedem de assumir “um” sentido coeso para esta palavra; já nos processos discursivos, este termo tem sua significação constituída de forma discrepante e paradoxal, de forma que a estabilidade de tal signo só poderia emergir na forma de ficção de evidência. Assim, é no nível discursivo que as ambiguidades e equivocidades são sublinhadas, pois é a partir da arbitrariedade do signo que a palavra pode emergir entre jogos conflituosos de significação: “sempre há outros jogos no horizonte” (PÊCHEUX, 2008, p. 22).

Ora, é justamente dessa miríade de sentidos e pegas errantes que emerge o gesto imperativo da interpretação: o momento em que se coloca em relação a memória discursiva (pressupostos) e o acontecimento atual. Como visto anteriormente, trata-se de uma relação entre discrepantes que não podem fazer “um”: o já-dito atravessa e invade o dizer como um absurdo no seio do familiar (ou como um familiar no seio do absurdo), de forma que o encaixe entre eles só pode se dar de forma imperfeita e claudicante. O encontro do já-dito com o dizer é, portanto, dotado de certa movência instável e inapreensível: trata-se da errância da interpretação.

Todavia, continua Pêcheux, no acontecimento das eleições francesas de 1981 diversos comentaristas, especialistas e influenciadores se dispuseram (gentilmente?) a interpretar aquela miríade de sentidos para a população francesa. É neste gesto que tencionamos captar o trabalho de sedentarização da significação por parte do discurso dominante, o trabalho de recortar, medir, alinhar, alinhavar e costurar sentidos através de fios “lógicos” que supostamente estabilizam (estancam a movência) da significação. É através da linguagem lógica, aquela que se autoproclama capaz de expurgar os erros e a necessidade de interpretação, que o discurso dominante fornece “evidências” que instauram a ilusão de que o acontecimento pode ser descrito em sua inteireza pela língua inequívoca da ciência.

Tomados pelo ângulo em que aparecem através da mídia, os resultados eleitorais apresentam a mesma univocidade lógica. O universo das porcentagens de resultados, munidos de regras para determinar o vencedor é ele próprio um espaço de predicados, de argumentos e relações logicamente estabilizado: desse ponto de vista, dir-se-á que no dia 10 de maio, depois de 20 horas, a proposição ‘F. Mitterand foi eleito presidente da República’ tornou-se uma proposição verdadeira; ponto final (PÊCHEUX, 2008, p. 23).

Em termos lógicos, poderíamos escrever este enunciado da seguinte forma: $A \wedge B$ tal que $A = F.$ Mitterand e $B =$ eleito presidente da República. Dito de outra forma, a proposição $A \wedge B$ é verdadeira se A e B forem ambos verdadeiros; senão é falsa. Esses recursos lógicos são amparados por outros: números absolutos, gráficos, tabelas e equações. No final da série de “interpretações” lógicas, os comentaristas podem enunciar proposições supostamente consistentes e coesas, logicamente estabilizadas. Ora, é esta estabilização lógica que opera e diminui a amplitude da significação, tolhe suas movências e interrompe suas andanças. É através de tais recursos que uma dada FD pode fazer funcionar o ideário de “proprietária da verdade”, defensora de sentidos e reguladora de proposições. Ao sujeito cabe, assim, identificar-se à forma-sujeito e submeter-se à interpretação do acontecimento fornecida pela FD.

Mas esse efeito de sedentarização é incompleto, como já visto. Sua plenitude é da ordem do impossível. Estes sentidos logicamente estabilizados são logo desarranjados e confundidos pela errância fundamental que reside a base linguística e os processos discursivos, uma movência atestada por “paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc. - isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável” (PÊCHEUX, 2008, p. 23).

O enunciado “*On a gagné*” só pode ser verdadeiro se cada fragmento do sintagma corresponder às proposições logicamente estabilizadas fornecidas por uma dada FD. Pêcheux aponta que o “ganhamos” pode deslizar através de uma série discursiva que pode significar “ganhar em uma competição, ser o vencedor; ganhar em um jogo de azar, ser o vencedor do grande prêmio; ganhar terreno, espaço, tempo (sobre o adversário); ganhar galardões; ganhar um lugar, um posto; ganhar a simpatia de alguém etc.” (PÊCHEUX, 2008, p. 25), e assim cada FD pode fornecer sentidos diferentes para o “*on a gagné*”: uma pluralidade de sentidos “logicamente estabilizados” e “verdadeiros”.

Que parte, cada um desses funcionamentos léxicosintáticos subjacentes, tomou na unidade equívoca desse grito coletivo que repercutiu? ‘*On a gagné*’ [‘Ganhamos’]... A alegria da vitória se enuncia sem complemento, mas os complementos não estão longe: ganhamos o jogo, a partida, a primeira rodada (antes das legislativas); mas também (em função do que precede) ganhamos por sorte, como se ganha o grande prêmio quando nem se acredita; e, claro, ganhamos terreno sobre o adversário, já com a promessa de ocupar posições neste terreno e, antes de tudo, ocupar com toda legitimidade o lugar do qual se governa a França, o lugar do poder governamental e do poder do Estado; ‘A esquerda toma o poder na França’ é uma paráfrase plausível do enunciado-fórmula ‘*on a gagné*’ [‘ganhamos’], no prolongamento do acontecimento (PÊCHEUX, 2008, p. 26).

O gesto de fornecer interpretações afeta diferentes FDs de diferentes formas. Os padres interpretam a bíblia para os fiéis, o advogado interpreta a lei para os cidadãos, e os jornalistas e especialistas interpretam os acontecimentos para os ávidos consumidores de informações: “não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambiguidades, por um tipo de ‘terapêutica da linguagem’ que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados” (PÊCHEUX, 1997, p. 60). Nestes termos, quando especialistas se oferecem a ceder “gentilmente” suas interpretações, entra em funcionamento um complexo jogo discursivo que instrumentaliza e recorta os sentidos ao mesmo tempo em que se apaga as marcas dessa instrumentalização e seleção de sentidos. Quando o especialista fala, “não há que se duvidar”. Seus enunciados lógicos apagam os restos: eis tudo o que se pode e precisa saber a respeito de um dado acontecimento.

Ora, nós já vimos isso antes: trata-se da mesma inversão idealista superposta pela forma-sujeito - a ilusão que faz parecer que o interdiscurso é mero efeito do intradiscurso, ou melhor, que é o fio do discurso do especialista que está na origem dos sentidos trabalhados por “seu” discurso. O sujeito especialista habita a língua de forma lógica: sua língua é

“asséptica”, ilusoriamente livre de falhas e errâncias. É “estabilizada” pela lógica, sedentarizada pela ilusão de continuidade e totalidade. A língua do especialista recai no delírio de que não possui costuras justamente por que é traída pela miragem de totalidade unívoca: um devaneio que dissimula sua materialidade errante, composta de partes, de pluralidades incapazes de fazer “um”.

Nestes termos, a instrumentalização do erro se torna um método aparentemente eficaz na construção imaginária de um saber pleno que, por sua vez, pode ser fornecido somente por poucos especialistas. O trabalho do especialista consiste, sobretudo, em engendrar o erro no discurso enquanto ele mesmo emerge como paladino da verdade, do acerto e do progresso. Enquanto “intérprete”, o especialista se coloca na posição de oráculo do conhecimento coerente e respaldado: discordar dele, portanto, é um erro. Dito de outra forma, antes da intervenção dos especialistas os sentidos de “on a gagné” eram plurais, desorientados, errantes. Mas através da instrumentalização do erro os sentidos são assentados, estabilizados, administrados, sedentarizados. A incomensurabilidade plural da errância dá lugar a uma unidade (ilusória), recortada pela sedentarização: eis tudo.

Assim, o discurso “científico” do especialista - importa lembrar que “não há discurso científico puro” (PÊCHEUX, 2009, p. 189) -, parte da premissa de que é possível tudo dizer, tudo explicar; acolhe a ilusão de que é possível abarcar a plenitude do acontecimento em suas interpretações e explicações. Neste momento de “O discurso: estrutura ou acontecimento” (PÊCHEUX, 2008, p. 29) o autor serve-se do termo “real”, de origem lacaniana, para investigar tal pretensão lógico-científica em sedentarizar a pluralidade errante dos sentidos através de “unidades plenas” de sentido. Não nos deteremos em delinear este termo (o real) sequer minimamente, ficaremos apenas com aquilo que o analista do discurso coloca em questão e que coaduna com aquilo que já retomamos a partir de Paul Henry (2013), a saber, que o objeto real é diferente do objeto do conhecimento, ou melhor, que o real é aquele resto que escapa e persiste foracluído, expulso dos limites da linguagem e impossível de ser alcançado pela simbolização, pela explicação e pelo conhecimento. O trabalho do especialista, através de técnicas lógico-retóricas, consiste justamente em dissimular os restos e apagar os resíduos da significação para então impor o delírio da unidade conclusa: “eis tudo”.

Um grande número de técnicas materiais (todas as que visam produzir transformações físicas ou biofísicas) por oposição às técnicas de adivinhação e de interpretação de que falaremos mais adiante, têm que ver com o real:

trata-se de encontrar, com ou sem a ajuda das ciências da natureza, os meios de obter um resultado que tire partido da forma a mais eficaz possível (isto é, levando em conta a esgotabilidade da natureza) dos processos naturais, para instrumentalizá-los, dirigi-los em direção aos efeitos procurados (PÊCHEUX, 2008, p. 30).

Ora, sedentarizar é instrumentalizar, se apropriar, controlar e restringir. Nestes termos, a sedentarização (ilusória) alinhavada pelo especialista passa justamente pela administração do dito e do não-dito, ou melhor, daquilo que “existe” e/ou “não-existe” no campo da significação. A linguagem científica do especialista, amparada pela retórica, dissimula os restos do sentido e instaura o imaginário de que sua interpretação sobre dado acontecimento é tudo o que há para se dizer a respeito.

Sedentarizar é foracluir a diferença, a heterogeneidade e a divisão do sentido; é traçar divisas e desprezar (jogar fora) o que está para além desses limites, no exílio - asilo. À exclusão corresponde certa reclusão, que localiza aquilo que é “familiar” e fixa sua movência. Os primeiros sapiens sedentários transformaram o mundo dessa maneira (HARARI, 2017). Quando encontravam uma porção de terra apta ao plantio, faziam cercas e delimitações, retiravam vegetações inúteis e plantavam trigo; construía casas e colocavam vigias nas entradas. A transformação de um dado espaço fornecia a ilusão de propriedade, ou melhor, instaurava certa fantasia de continuísmo “humano-terra”, como se a separação entre eles fosse apagada por uma singularidade. Essa unidade sedentária implicava, ainda, na obliteração de tudo mais que não estivesse dentro dos limites da propriedade. Esse duplo pertencimento (da terra ao humano, e do humano à terra) restringia, assim, a movência do sedentário a um pequeno espaço previamente delimitado. O errante, ao contrário, não se apropriava de nada, apenas caminhava sem rumo pelos restos imensuráveis que o sedentário ignorava.

A linguagem lógica do especialista é ferramenta (imperfeita) de sedentarização. Quando fornece interpretações e explicações para um dado acontecimento, trabalha recortando (ilusoriamente) o certo do errado e o verdadeiro do falso, apartando o que é “logicamente” válido do que é inválido, e rotulando o que é eficaz e o que deve ser descartado. Assim, afirma Pêcheux (2008, p. 30), o especialista se implica com o real na medida em que silencia os restos da significação, instaurando a ilusão de que seu dizer é tudo o que precisa ser dito, de que a realidade que ele fornece é toda a realidade de que se precisa ter ciência. Ao mesmo tempo em que opera uma foraclusão e uma denegação - ou melhor, uma dissimulação

dos restos da significação -, opera também um enclausuramento administrado: “eis tudo”. O eco que aponta para o impossível, neste caso, se torna supostamente instrumentalizado pela lógica: “é impossível que um candidato tenha ganhado e perdido ao mesmo tempo”, ao mesmo tempo em que o impossível de ser simbolizado do “on a gagné” - seus restos exilados -, é (ilusoriamente) apagado.

A esta série vem se juntar a multiplicabilidade das ‘técnicas’ de gestão social dos indivíduos: marcá-los, identifica-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos... Este espaço administrativo (jurídico, econômico e político) apresenta ele também as aparências da coerção lógica disjuntiva: é ‘impossível’ que tal pessoa seja solteira e casada, que tenha diploma e que não o tenha, que esteja trabalhando e que esteja desempregado, que ganhe menos de tanto por mês e que ganhe mais, que seja civil e que seja militar, que tenha sido eleito para tal função e que não o tenha sido, etc... (PÊCHEUX, 2008, p. 30).

Assim, o discurso do cientista se estabelece a partir de um duplo recobrimento: o especialista se torna agente desses espaços ao mesmo tempo em que opera como garantia desses dizeres. Dito de outra forma, ao mesmo tempo em que o cientista fornece interpretações “logicamente estabilizadas” a respeito de tudo, desautoriza e veta as demais interpretações. “Esses espaços [...] repousam, em seu funcionamento discursivo interno, sobre uma proibição de interpretação, implicando o uso regulado de proposições lógicas” (PÊCHEUX, 2008, p. 30-31).

Contudo, vimos também em Pêcheux que a lógica não opera sozinha, mas em par com a retórica (PÊCHEUX, 2009, p. 26). O estudo do funcionamento da retórica como amparo à lógica pode fornecer importantes pistas a respeito do processo de legitimação e respaldo de um dado discurso “logicamente estabilizado”. O dicionário de linguística de Dubois et al. (2006, p. 522) define retórica da seguinte forma:

A retórica comporta, em particular, o estudo dos três componentes essenciais do discurso: a *inventio* (temas e argumentos), a *dispositio* (arranjo das partes) e, sobretudo, a *elocutio* (escolha e disposição das palavras); acrescenta-se, seguidamente, a *pronuntiatio* (modo de enunciação) e a *memória* (ou memorização). A *elocutio*, objeto principal da retórica, se define essencialmente pelo estudo das figuras ou tropos. Os tipos de discurso definidos pela retórica são o deliberativo (discurso sustentado a fim de

persuadir ou aconselhar), o judiciário (discurso sustentado a fim de acusar ou defender) e o epidíctico (discurso sustentado para elogiar ou censurar).

Já vimos nesta tese, a partir de Pêcheux, que retórica tem que ver com “forma” do discurso (arte de bem falar, estilística) que, aparelhada e operacionalizada pelo discurso dominante, e em par com a lógica, trabalha a legitimação e a estabilização de determinados sentidos. Assim o especialista, que habita a linguagem de forma lógica, precisa também da retórica como ferramental de instrumentalização; caso contrário, poderia ele recair em um espaço de incompreensão e isolamento discursivo. A retórica é aquilo que opera uma pedagogia da “verdade” e das “essências”. Se a lógica fornece a “estabilização” do sentido, a retórica por sua vez é uma ferramenta de recondução a tais verdades que pode vaguear, divagar e girar por caminhos diferentes, desde que reconduza às verdades instrumentalizadas. A retórica do especialista faz uso de determinados “erros” linguísticos na forma de “sistema de erros pedagogicamente necessários” para se atingir uma verdade fornecida por uma determinada FD (PÊCHEUX, 2009, p. 41). Dessa forma, cabe ao especialista não só o domínio da linguagem lógica, mas também o bom uso da retórica.

Como “intérprete”, supõe-se que o especialista deva ser didático e convincente, o que justifica recorrer a narrativas alheias ao contexto argumentativo. É assim que os sentidos de “on a gagné” são trabalhados a partir de deslizos metafóricos provenientes do esporte, da guerra, da religião etc. Trata-se, portanto, de um duplo recobrimento fundamentado na sedentarização (ilusória) da hiância e do erro: o discurso do especialista dissimula a errância fundamental, que é incontornável, ao mesmo tempo em que fornece um determinado “erro”, que supostamente pode ser reparado somente por ele. Essa operação científica trabalha como jogo discursivo que engendra e administra os sentidos: a lógica aparece como aquilo que expulsa o erro da linguagem científica do especialista, e a retórica emerge como ferramenta (de qualificação dos discursos) que trabalha persuadindo, aconselhando, acusando, defendendo, elogiando e censurando através de argumentos “infalíveis”, aparentemente bem colocados, atraentes, sedutores, claros, convincentes e bem enunciados.

Diante da miríade imensurável e incontornável de sentidos errantes que um dado acontecimento pode desfechar, o discurso dominante, através de especialistas, manifesta-se como força ordenadora e pacificadora de sentidos indômitos, revoltos e desgovernados, ou melhor, “perigosos”. Através da retórica o especialista faz crer que a errância dos sentidos é uma ameaça danosa, prejuízo do progresso, e que por isso deve ser sedentarizada. E por

intermédio da lógica, ele fornece essências, necessidades e continuidades que afastam o erro de sua linguagem ao mesmo tempo em que o atribui aos demais discursos. Dissimular a errância é transformar a língua em pura comunicação, mas porque erra (vagueia), erra (falha), e nem sempre comunica.

Nas palavras de Pêcheux, o especialista é aquele que fornece determinados pressupostos enquanto silencia outros, ao mesmo tempo que faz parecer, através do par lógica/retórica, que seu enunciado é “tudo” o que há para se dizer a respeito daquele assunto: “não há restos”. No final da equação, a linguagem lógica do especialista se mostra supostamente asséptica, perfeita e coerente, mas ainda dependente de uma retórica errante que possa legitimar o discurso dominante. E seus efeitos discursivos fornecem a uma dada FD o que chamamos anteriormente - a partir de Pêcheux (2009, p. 213) - de forma-sujeito³⁹, aquilo que fornece realidades e “evidências” transparentes que instaura a ilusão de que o sujeito é quem está na origem do sentido.

Nesses espaços discursivos (que mais acima designamos como ‘logicamente estabilizados’) supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo (tal que este universo é tomado discursivamente nesses espaços). (PÊCHEUX, 2008, p. 31).

Essas considerações nos fornecem pistas importantes a respeito da epistemologia moderna e contemporânea, e permite-nos entrever como esse modelo de produção e comunicação de conhecimentos se estende para outras esferas discursivas. Se partirmos da premissa de que não há erro na língua, mas somente no juízo que se faz a respeito dela (KANT, 2001), ou mais, de que não é de erro que estamos falando - de meros quiproquós corrigíveis (PÊCHEUX, 2009), somos levados à premissa de que erro e acerto não são estruturas *a priori*, mas imputações *a posteriori*, e por isso manipuláveis. Logo, quando o especialista confere erro e acerto ao discurso, ele dissimula a errância contingente e incontável do sentido e do sujeito.

³⁹ Em “O discurso: estrutura ou acontecimento” (2008), Pêcheux não usa estes termos, “formação discursiva” e “forma-sujeito”. A propósito das discussões sobre a manutenção ou não de tais noções, tomamos partido pela pertinência e atualidade de tais funcionamentos discursivos, mas acreditando na pluralidade aberta e diluída das FDs e na porosidade da forma-sujeito (incapaz de assujeitar de forma plena o sujeito do discurso).

Contudo, algo insiste em errar no projeto de sedentarização (estabilização lógica dos sentidos) do especialista fornecido pelo discurso dominante. A errância, por ser estrutural, é incontornável. Logo, mesmo quando fornece (ilusoriamente) verdades, acertos e coerências, o especialista se vê irremediavelmente envolto por equívocos, ambiguidades, mal-entendidos, incompreensões e objeções. Quando fornece “evidências inequívocas”, o especialista não dá voz aos restos da significação, trabalha erros e acertos e, sobretudo, desconsidera a errância contingente que estrutura a língua. Isso se dá por que na errância não há erro e acerto, há movência. Dito de outra forma, somente quando o especialista acredita apagar a errância é que ele pode instaurar erro e acerto na significação, mas é justamente por que a errância é incontornável que seus “acertos” insistem em falhar.

Ora, esta homogeneidade lógica, que condiciona o logicamente representável como conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas, é atravessado por uma série de equívocos, em particular termos como lei, rigor, ordem, princípio, etc. que ‘cobrem’ ao mesmo tempo, como um patchwork heteróclito, o domínio das ciências exatas, o das tecnologias e os das administrações (PÊCHEUX, 2008, p. 32).

O próprio recobrimento fornecido pela administração dos sentidos é, nas palavras de Pêcheux, um *patchwork* heteróclito, irregular, composto por partes discrepantes e contraditórias: costuras impossíveis de fazer “um”. Assim, a sedentarização (a estabilização lógico-retórica do sentido), não passa de uma roupagem sistematizadora, trajes discursivos que ocultam o “censurável” do caos (desde que se acredite que o caos é censurável). Trata-se, afinal, de simples cobertura ordenadora, de fantasia ortodoxa e heteróclita, repleta de falhas, descosturas, pontas soltas, fendas e ranhuras: o velado insiste em se desvelar. Essa “cobertura” lógico-retórica, por outro lado, é também o projeto de estabelecimento daquilo que deve ficar dentro e fora dos limites permitidos pela costura de uma dada FD. Mas esta vestimenta, por mais ornamentada que possa parecer, é cerzida com um tecido rudimentar e mutilado, suturado por linhas frágeis e flácidas, e por isso incapaz de impedir que sentidos outros caminhem errantes através das hiências. Logo, falar em termos de “dentro” e “fora” é, no mínimo, recair na ilusão idealista de transparência evidente da língua.

Isso não quer dizer, contudo, que a noção de FD (e com ela, a noção de forma-sujeito) não faça mais sentido; a sedentarização discursiva, embora imperfeita e incompleta, é uma noção que se impõe materialmente. No contexto sócio histórico do Brasil de 2018, sentidos de “vida” e “morte”, por exemplo, são trabalhados de forma dicotômica em embates discursivos

ditos “de esquerda” e “de direita”, de forma que seria também ingenuidade não perceber que FDs distintas trabalham sim sentidos e sujeitos em termos de “interioridade” e “exterioridade” discursiva que, se existem ou não na teoria, se impõem tão materialmente como balas de revólver ou pílulas de aborto.

Importa-nos agora ponderar de forma mais demorada sobre o alcance da sedentarização discursiva pelo par lógica-retórica.

A ideia de que os espaços estabilizados seriam impostos do exterior, como coerções, a este sujeito pragmático, apenas pelo poder dos cientistas, dos especialistas e responsáveis administrativos, se mostra insustentável desde que se a considere um pouco mais seriamente (PÊCHEUX, 2008, p. 33).

Neste momento Pêcheux parece apontar, ainda que de forma breve e tangente, outros funcionamentos do efeito de sedentarização. “O sujeito pragmático - isto é, cada um de nós, os ‘simples particulares’ face às diversas urgências de sua vida - tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica” (PÊCHEUX, 2008, p. 33). Esta estabilização lógico-retórica dos sentidos é sustentada não somente pelo discurso do especialista, difundido nos jornais, revistas e programas televisivos. Ela é trabalhada também nas minúcias do cotidiano através de todo um complexo aparato tecnocientífico. Esta necessidade de homogeneidade lógica...

se marca pela multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência (por exemplo, em nossa civilização, o portanotas, as chaves, a agenda, os papéis, etc.) até as ‘grandes decisões’ da vida social e afetiva (eu decido fazer isto e não aquilo, de responder a X e não a Y, etc...) passando por todo o contexto sócio técnico dos ‘aparelhos domésticos’ (isto é, a série dos objetos que adquirimos e que aprendemos a fazer funcionar, que jogamos e que perdemos, que quebramos, que consertamos e que substituímos...) (PÊCHEUX, 2008, p. 33).

Os efeitos da sedentarização dos sentidos adquirem caracteres estéticos, pedagógicos e políticos que afetam o cotidiano mais imediato do sujeito ocidental contemporâneo. Praticamente tudo ao seu redor é atravessado por uma linguagem logicamente estabilizada: o piso de cerâmica onde pisa é projetado, fabricado, vendido e assentado a partir de cálculos, controles e gerenciamentos de cada mínimo sentido produzido. O televisor de última geração carrega em sua estrutura incontáveis enunciados tecnológicos propostos por incontáveis engenheiros de diferentes áreas - e por isso acompanha um extenso manual de instruções.

Nas escolas impõem-se certos saberes “científicos” enquanto silencia-se outros, e com isso regula o aprendizado através de testes e incentivos profissionais. A sedentarização dos sentidos está também nas minúcias menos importantes: a chave abre apenas uma porta, a agenda organiza os compromissos, a revista de moda avisa qual é o corte de cabelo a ser adotado: e assim a linguagem logicamente estabilizada invade cada poro da sociedade contemporânea. O alcance da epistemologia moderna, que regula e organiza saberes, parece transcender os limites da ciência ao mesmo tempo em que legitima a exclusividade de tal modelo.

Contudo, a sedentarização dos sentidos (ou a estabilização lógica da movência na significação), tem ainda contornos mais complexos a ganhar. Pêcheux se ocupa, neste momento de sua obra, em suscitar um gesto teórico poucas vezes trabalhado em sua teoria, a saber, o acolhimento do “humano de carne e osso”, esse que sente fome, dor, medo e prazer, no seio da AD. O autor passa a usar seguidamente o marcador semântico “de nada serve negar...” para se referir a esta problemática:

De nada serve negar essa necessidade (desejo) de aparência, veículo de disjunções e categorizações lógicas: essa necessidade universal de um ‘mundo semanticamente normal’, isto é, normatizado, começa com a relação de cada um com seu próprio corpo e seus arredores imediatos (e antes de tudo com a distribuição de bons e maus objetos, arcaicamente figurados pela disjunção entre alimento e excremento). (PÊCHEUX, 2008, p. 34).

Esse movimento teórico marca que o humano (pragmático, material, objetivo, real) que suporta o sujeito, tem também importância para a AD. E neste aspecto, a estabilização lógica do sentido (sua sedentarização) passa a ser discutida à luz de necessidades e desejos que alcançam até mesmo âmbitos fisiológicos. Este movimento afasta qualquer impressão de que o sujeito, na AD, é um autômato que não sente medo, não tem esperanças nem necessidades, e que tais eventos cotidianos não afetam, em alguma medida, a forma com que a significação é trabalhada.

Sedentarizar é estabelecer divisas: estabilizar e foracluir. Contudo, afirma o autor, de nada serve negar que o estabelecimento lógico-retórico de fronteiras ao conhecimento coincide com a necessidade de se organizar as múltiplas coisas-a-saber: o melhor tratamento para uma determinada doença, a forma mais segura de se aterrissar um avião, a planificação mais eficaz do trânsito e de suas leis etc. “As ‘coisas-a-saber’ representam assim tudo o que arrisca faltar à felicidade (e no limite à simples sobrevida biológica) do ‘sujeito pragmático’”

(PÊCHEUX, 2008, p. 34). De nada serve negar que a sedentarização do sentido corresponde, também, às demandas de um sujeito de carne e osso que se vê obrigado a confrontar problemas cotidianos “associados às ameaças multiformes de um real do qual ‘ninguém pode ignorar a lei’ - porque esse real é impiedoso” (PÊCHEUX, 2008, p. 34).

Esta guinada teórica de Pêcheux nos impõe, portanto, certa cautela teórica: não se trata de romantizar a errância, tampouco de execrar a sedentarização. O real é impiedoso e muitas vezes vindica respostas rápidas, assertivas e coerentes; no humano de carne e osso há desejos, necessidades, medos e esperanças: de nada serve negar. Sobreviver é o maior acerto, junto à paz, saúde e fartura de alimentos; falhar, conseqüentemente, é cessar. Às coisas-a-saber interessa, afinal, que sejam sólidas, assertivas, preventivas: de nada serve negar a materialidade das ameaças à vida.

Neste cenário, a sedentarização lógica dos sentidos pelas ciências (no plural: jurídicas, médicas, sociais etc.) adquire pujança tal que qualquer crítica às suas práticas se torna insensatez, mesmo quando a prática científica extrapola os limites da necessidade e se transfigura em ferramenta de poder. A retórica salvacionista promovida pela ciência - a luz que ilumina (iluminismo) o caminho em direção às coisas-a-saber (KANT, 2010) -, amparada por uma linguagem lógica que supostamente afasta o erro de seu funcionamento, desvela justamente uma amálgama contraditória entre necessidade e poder, tal que suas divisas parecem subsumir-se em funcionamentos “evidentes” e inquestionáveis.

Segundo Pêcheux o real, justamente por que é inalcançável em sua plenitude, é fonte de uma miríade heteróclita (irregular) de sentidos que, tomados em sua vastidão insubmissa e impenetrável, constituem eles mesmos, ameaças multiformes (PÊCHEUX, 2008, p. 35). É dessa necessidade fundamentalmente humana de organizar os saberes (para sobreviver, minimizar os sofrimentos e otimizar os prazeres) que a filosofia, a ciência e o capitalismo se servem para fornecer conhecimentos ilusoriamente estabilizados, seguros e sedentarizados, mas não despidos de caracteres políticos e ideológicos.

O projeto de um saber que unificaria esta multiplicidade heteróclita das coisas-a-saber em uma estrutura representável homogênea, a ideia de uma possível ciência da estrutura desse real, capaz de explicitá-lo fora de toda falsa-aparência e de lhe assegurar o controle sem risco de interpretação (logo uma autoleitura científica, sem falha, do real) responde, com toda evidência, a uma urgência tão viva, tão universalmente ‘humana’, ele amarra tão bem, em torno do mesmo jogo dominação/resistência, os interesses dos sucessivos mestres desse mundo e de todos os condenados da terra... que o fantasma

desse saber, eficaz, administrável e transmissível, não podia deixar de tender historicamente a se materializar por todos os meios (PÊCHEUX, 2008, p. 35).

Diante de tais vestígios, propomos colocar a questão da sedentarização dos sentidos (estabilização lógica, organização, instrumentalização e administração da significação) como parcela significativa da problemática da epistemologia ocidental, fundada pelo corte epistemológico feito pela filosofia grega clássica: um gesto ideológico fundamentado na operacionalização discursiva do par erro/acerto e na dissimulação da errância fundamental.

Bem se sabe que antes de Sócrates, Platão e Aristóteles a poesia mitológica era a prática discursiva predominante na maioria das culturas ocidentais no que dizia respeito à produção de saberes e práticas sociais. Foram estes filósofos que pleitearam pelo advento e manutenção de um modelo de produção de conhecimento calcado na racionalidade lógica em detrimento da poesia polissêmica (PRADEAU, 2010). A partir do corte epistemológico fundado por Sócrates, o gesto de produzir conhecimentos científicos se tornou o ato de separar, distinguir, organizar, se apossar e administrar sentidos de forma lógica. “Na verdade, a inteligência grega era indisciplinada e caótica até que as fórmulas implacáveis de Aristóteles proporcionaram um método rápido para o teste e a correção do pensamento” (DURANT, 1996). Nos termos propostos pela filosofia grega clássica, era justamente a poesia o gesto indisciplinado de criação de saberes e práticas sociais que precisava ser corrigido pelos métodos lógicos; tudo em nome de uma ciência régia que pudesse salvaguardar a humanidade da contingência caótica. “A promessa de uma ciência régia conceptualmente tão rigorosa quanto as matemáticas, concretamente tão eficaz quanto as tecnologias materiais, e tão onipresente quanto a filosofia e a política!... como a humanidade poderia ter resistido a semelhante pechincha?” (PÊCHEUX, 2008, p. 35).

Pêcheux aponta que este modelo epistemológico de estabilização lógica (sedentarização) dos sentidos no pensamento ocidental se deu a partir de diferentes escolas de pensamento: “houve o momento da escolástica⁴⁰ aristotélica, procurando desenvolver as categorias que estruturam a linguagem e o pensamento para fazer delas o modelo e o *organon* de toda a sistematização” (PÊCHEUX, 2008, p. 35). Há também o período do rigor positivo, marcado por uma matematização da linguagem e da natureza (através da física, da química e

⁴⁰ Período que se estendeu do século IX até início do século XVI, marcado por pensadores como Tomás de Aquino, Guilherme de Ockham, Pedro Abelardo e outros, sempre guiados pela Bíblia e pelos escritos aristotélicos (STÖRIG, 2008).

da biologia): “um novo *organon*, construído contra o aristotelismo e apoiado na referência às ‘ciências exatas’, procura por sua vez homogeneizar o real, desde a lógica matemática até os espaços administrativos e sociais” (PÊCHEUX, 2008, p. 36). E não menos importante, houve (há) também o gesto de sedentarização dos sentidos proposto a partir de Marx, sobre o qual nos deteremos um pouco mais justamente por que é do marxismo que emana a noção de história, tão cara à Análise do Discurso.

3.1.1 A SEDENTARIZAÇÃO TELEOLÓGICA DA HISTÓRIA

Partimos de uma contradição específica que, nesta tese, se impõe sobre as demais: a errância, por que é fundamental e estrutural, não pode ser contornada. E é assim que a necessidade humana de organizar o saber - urgência instrumentalizada pelos sábios administradores do progresso do conhecimento - falha. Por mais que se operacionalize o par erro/acerto, o conhecimento erra, a administração falha, o progresso manca; precisamente por que língua, discurso e sujeito erram, ou melhor, vagam na contingência incorrigível da significação.

Evocando este curso, culminamos na problemática da noção de “história”, de sua importância para a AD e para a conceituação de errância - como apresentada por esta tese. A pluralidade de sentidos atribuídos a tal conceito nos alerta para o cuidado que devemos tomar ao fazer uso de suas aplicações. Nos dicionários de filosofia, o termo história demanda muitas páginas, mas de forma introdutória podemos dizer que este termo designa: 1 - uma disciplina, também chamada de historiografia (constituída de relatos, análises, pesquisas de documentos etc.), com métodos e teorias diversos, cujos artífices são os historiadores; e 2 - o objeto de estudo dessa disciplina, ou seja, a sequência de acontecimentos realizados ou sofridos pela humanidade no passado (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001). Essa dupla definição, embora apareça aqui de forma incompleta, abarca uma grande diversidade de desdobramentos e consequências teóricas muito importantes ao nosso objetivo de delinear minimamente a errância do sentido. Esta divisão do conceito de história em “disciplina” e “acontecimento” tem nesta última concepção ainda outras quatro grandes divisões que concebem a histórica como sucessão de acontecimentos: 1- passado; 2- tradição; 3- mundo histórico; 4- objeto da historiografia (VEYNE, 1987).

A saber, a noção de história como concebida por Marx aparece dentro da terceira acepção (mundo histórico) que, aliás, é a mais relevante filosoficamente. Tal concepção aceita a história como a totalidade dos modos de ser e das criações humanas no mundo, ou a totalidade das culturas. Nesse sentido, história se opõe a natureza, que é independente da cultura e que por isso mesmo não pode ser considerada produto de sua criação. Tal concepção de história como 'mundo histórico', no entanto, se divide ainda em outras cinco interpretações: a) história como decadência; b) história como ciclo; c) história como reino do acaso; d) história como progresso; e) história como ordem providencial (CERTEAU, 1982). E foi dentro desta última concepção que Hegel, e depois Marx, conceberam a noção de história como dialética material, uma concepção de história que acolhe certa inevitabilidade do progresso como um movimento que passa pela necessidade causal, rejeitando a contingência. Nestes termos, a história emerge unívoca, una, integral: mera passagem total do tempo sobre o mundo através de transformações e produções. Diversas doutrinas fizeram uso deste delineamento teórico da história que pressupõe uma ideia de desenvolvimento necessário dos feitos humanos até a consecução de um estado definitivo de perfeição. Neste aspecto, Marx pressupõe a história como um mundo histórico que é regido por uma ordem providencial, causal.

Em Marx a história é tida como processo unilinear e progressivo que, por meio da luta de classes, necessariamente desembocará na sociedade sem classes, que é a sociedade acabada e sem erros. Marx atesta, a propósito, que a passagem para a sociedade sem classes ocorrerá com a mesma fatalidade com que a causalidade preside os fenômenos da natureza. Ora, fatalidade tem que ver ao mesmo tempo com contingência e necessidade (acidentes inevitáveis que poderiam, ou não, se suceder de outra forma), mas em Marx a história é da ordem da necessidade providencial porque dela advirá o modo de vida definitivo e perfeito do gênero humano (VEYNE, 1987).

A história, em Marx, se dá em movimentos dialéticos de ultrapassagem (substituição) de uma classe social por outra, uma definição que sugere a presença do passado no caminho do futuro: o vir-a-ser, portanto, é sempre determinado pelo passado (NASCIMENTO JÚNIOR, 2000). Embora seja um risco apresentar o conceito de história em Marx apenas a partir da citação abaixo, ela se faz importante para pensarmos este movimento de determinação de uma instância temporal em outra:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra, as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada (MARX, 1968, p. 203).

A tradição marxista se desenvolveu, predominantemente, dentro dessa concepção de um passado no futuro, onde o “a ocorrer” já se encontra totalmente delineado no já-ocorrido, o que colocaria até mesmo as grandes revoluções históricas dentro de uma linearidade teleológica perfeitamente apreensível e previsível - o eterno efeito parafrástico sobre os acontecimentos. Essa determinação fatalista do passado sobre o futuro é atestada pelo próprio filósofo alemão em diversos textos, coincidindo em um conceito de história que é comparado, por ele mesmo, com a causalidade e exatidão das ciências da natureza, a saber, o lugar teórico onde não há espaço para a contingência:

A apropriação capitalista, de acordo com o modo de produção capitalista, constitui a primeira negação dessa propriedade privada que nada mais é do que o corolário do trabalho independente e individual. Mas a própria produção capitalista gera sua própria negação com a fatalidade das metamorfoses da natureza (MARX, 1976, p. 646, tradução nossa).

A história é, em Marx, a síntese de um movimento dialético não só previsível, mas também determinado. Essa irreversibilidade da história imputaria sérias complicações teóricas às noções de ideologia, língua e sujeito, na AD. Se a história for mero fluxo sobre rotas muito bem apreensíveis (história teleológica), o futuro já estaria necessariamente determinado pelo passado, logo o passado já estaria no futuro. Nestes termos, o passado é o futuro e o futuro é o passado, ou seja, não há história: o próprio fluxo histórico torna-se inconcebível se a história é necessária e cada momento dela é tudo o que deve ser (VEYNE, 1987). Ora, se o futuro for todo determinado pelo passado, irrompe aí uma brecha conceitual para se admitir não só o registro da totalidade dos acontecimentos históricos pela ciência histórica, mas também, no limite, torna desnecessário esse registro da história na memória: não há o que se aprender com a história se o futuro é inevitável. Neste cenário hipotético

estariamos diante da totalização (e da banalização) da significação plena no dizer, e não no silêncio. Não haveria restos - mas é de restos que vive a interpretação.

Essa concepção teleológica de história paradoxalmente se coloca para além do erro e do acerto justamente por que é inevitável; assim, tudo o que acontece, acontece por que tinha que acontecer inevitavelmente daquela forma, e assim todo movimento da significação se daria de forma linear, encaixada, causal e inevitável. Mas ainda que para Marx não haja na história erro ou acerto, não se poderia dizer sobre ela que é errante e contingente, apenas que é causal, linear e necessária. Pêcheux, por outro lado, se lança em um gesto de denúncia deste movimento teórico de estabilização lógica dos sentidos (sedentarização) latente nos escritos do filósofo/sociólogo alemão:

[...] há o momento da ontologia marxista, que pretende de seu lado produzir as 'leis dialéticas' da história e da matéria, outro *organon* parcialmente semelhante aos dois precedentes⁴¹, partilhando de qualquer modo com eles o desejo de onipotência - 'a teoria de Marx é todo poderosa porque é verdadeira' (Lenin). No seu conjunto, os movimentos operários não puderam visivelmente resistir a este presente extraordinário de uma nova filosofia unificada, capaz de se institucionalizar eficazmente, enquanto componente crítico/organizador do Estado (o Estado existente/o Estado futuro): o dispositivo de base da ontologia dialética marxista (com O Capital como arma absoluta, 'o míssil mais poderoso lançado na cabeça da burguesia') se mostrou também capaz - do mesmo modo que todos os saberes de aparência unificada e homogênea - de justificar tudo, em nome da urgência (PÊCHEUX, 2008, p. 36).

É patente o projeto de sedentarização e gerenciamento do par erro/acerto, em Marx. Para Lênin, "a teoria de Marx é todo poderosa porque é verdadeira". Para o proletariado, um presente extraordinário, onipotente, unificado, perfeito. Para o continente marxista, uma teoria unificada e homogênea, capaz de tudo justificar. Pêcheux, contudo, não economiza em suas críticas à teleologia da história em Marx: "a constatação da 'crise do marxismo' é hoje suficientemente admitida para que eu seja direto, dizendo: tudo leva a pensar que a descontinuidade epistemológica associada à descoberta de Marx se mostre extremamente precária e problemática" (PÊCHEUX, 2008, p. 39).

Quem poderia resistir uma filosofia tão homogênea, unificadora, perfeita, promissora e esperançosa? Seu poder de aliciamento, afirma Pêcheux (2008, p. 40), ultrapassa os efeitos

⁴¹ O Organum (ARISTÓTELES, 2005) e o Novum Organum (BACON, 2000). Estas obras são tentativas de constituir regras máximas à prática filosófica e científica de seus tempos.

escolásticos de desdobramentos exotéricos (externos), e até mesmo esotéricos (místicos), de forma que os marxistas “pensavam poder construir tudo por si mesmos: a economia, a filosofia, a psicologia, a linguística, a literatura, a sociologia, a arte” (2008, p. 15), como se esta teoria fosse um parafuso no qual qualquer rosca pudesse se encaixar até formar uma construção perfeita, capaz de tudo abarcar. Nestes termos, “o impossível próprio à estrutura do real histórico - isto é, o real visado especificamente pela teoria marxista - seria literalmente inapreensível nas ‘aplicações’ da dita teoria” (PÊCHEUX, 2008, p. 40). Se havia restos na teoria marxista não era por falta de zelo em tentar abarcá-los. Se ainda havia o imperativo da interpretação, não era por falta de especialistas totalizadores:

Vamos parar de proteger Marx e de nos proteger nele. Vamos parar de supor que ‘as coisas-a-saber’ que concernem o real sócio histórico formam um sistema estrutural, análogo à coerência conceptual-experimental galileana. E procuremos medir o que este fantasma sistêmico implica, o tipo de ligação face aos ‘especialistas’ de todas as espécies e instituições e aparelhos de Estado que os empregam, não para se colocar a si mesmo fora do jogo ou fora do Estado, mas para tentar pensar os problemas fora da negação marxista da interpretação: isto é, encarando o fato de que a história é uma disciplina de interpretação e não uma física de tipo novo (PÊCHEUX, 2008, p. 42).

A história em Marx é constituída, portanto, de outro tipo de assepsia: nela não há erro, nem mesmo a ser instrumentalizado: há apenas o inevitável. Mas se a história é teleológica, linear e necessária, não há nela restos; e se não há restos, não há interpretação. Contudo, não é este o caso, afirma Pêcheux. Nossa proposta é que não só as relações que constituem a base linguística e os processos discursivos são errantes, mas também o plano de fundo (fundador) fornecido pela história - ela mesmo errante, e por isso reclamante por interpretação.

3.1.2 A ERRÂNCIA DA CIÊNCIA: LÓGICA *VERSUS* INTERPRETAÇÃO

O objetivo desta tese é lançar as bases para uma epistemologia da errância, fundada principalmente na premissa da movência contingente do sentido no discurso, na língua e no sujeito. Convém, no entanto, apontar que sustentamos o pressuposto de que errância não tem que ver somente com polissemia, metáfora e deslizos, mas também com relações, hiâncias e descontinuidades nas materialidades linguísticas e discursivas. Já visitamos os espaços teóricos da base linguística e dos processos discursivos, onde pudemos observar que as relações estabelecidas ali são separadas por hiâncias (separações, fissuras, disjunções) que

impedem qualquer unidade coesa capaz de interromper as andanças dos sentidos pelos poros da língua e do discurso. O trabalho da ideologia, por outro lado, é a tentativa (frustrada) de costurar essas partes contraditórias, opostas e discrepantes usando linhas de “evidências” de sentido, na intenção de coser uma singularidade harmônica que estanque, estabilize e sedentarize a movência contingente da significação.

Como já visto, não há erro na língua, mas sim uma errância que se situa aquém do erro e do acerto. Errância é movência ao acaso, contingente, indomável, incompreensível e indomesticável. Sedentarização é ilusão de administração causal, controle e posse: é economia de sentidos, delírio de aperfeiçoamento e progresso. É nestes termos que emerge a instrumentalização ideológica do erro (e do acerto) enquanto mecanismo de gestão da língua e do discurso, mas principalmente do sentido e do sujeito. A ideologia, através de cientistas especialistas, trabalha a tentativa de dissimular a errância fundamental, instalando (*a posteriori*) o erro na língua e no discurso de modo que se justifique a prática daqueles que se oferecem, “sábios e virtuosos”, a corrigir e estancar a movência incontrolável da errância na significação.

Pêcheux se ocupa, neste momento de “Discurso: estrutura ou acontecimento” (2008, p. 43), com a problemática da estabilização lógica e retórica dos sentidos, o que chamamos aqui de sedentarização. Importa-nos lembrar o ponto de partida dessa discussão, a saber, “a promessa de uma ciência régia conceptualmente tão rigorosa quanto as matemáticas, concretamente tão eficaz quanto as tecnologias materiais, e tão onipresente quanto a filosofia e a política!...” (PÊCHEUX, 2008, p. 35). É dessa forma que se contrapõem as noções de erro e errância na epistemologia ocidental, através de um jogo de tensões entre o logicamente-estável e o impossível de se estabilizar, errante. “Interrogar-se sobre a existência de um real próprio às disciplinas de interpretação exige que o não-logicamente-estável não seja considerado a priori como um defeito, um simples furo no real” (PÊCHEUX, 2008, p. 43).

Pode parecer que Pêcheux não se aplica, neste momento, à epistemologia, mas apenas à semântica e à interpretação; contudo no final do capítulo anterior da mesma obra, sua problematização girava em torno da estabilização lógica do sentido através de três epistemologias: a escolástica-aristotélica, a pragmática e a marxista, e nas páginas seguintes ele se ocupará da epistemologia estruturalista, ou seja, de seus modos de produzir e fazer circular conhecimentos. Assim, o problema posto pelo autor agora é a relação entre ciência e interpretação. Ora, é justamente disso que se ocupam, mas por outras vias, a lógica e a

epistemologia ocidental moderna: em apagar a interpretação da linguagem dita “científica”. A lógica, em toda sua pluralidade (HAACK, 2002), não é apenas a disciplina que se dedica a estabilizar a movência da significação, é também o paradigma do pensamento capitalista ocidental que se consolidou desde o iluminismo e que se intensificou nas últimas décadas, em decorrência principalmente dos algoritmos (lógica de programação) que invadiram praticamente todas as formas de produção e consumo de conhecimento.

O imperativo capitalista do “progresso” (que pressupõe a ultrapassagem do “erro”), tornou-se a força motriz por excelência de um projeto que amarrou, nas palavras de Pêcheux, “em torno do mesmo jogo dominação/resistência, os interesses dos sucessivos mestres desse mundo e de todos os condenados da terra” (PÊCHEUX, 2008, p. 35). Nestes termos, parece que a antiga discussão escolástica a respeito do papel da lógica na filosofia caiu em desuso: se a lógica era apenas um instrumento nas mãos dos filósofos, agora predomina o ideário de que não se pode produzir sem ela nenhuma espécie de conhecimento. Na (ilusão) lógica, o real é mero referente que corresponde, termo a termo, com a linguagem matemática da ciência; e as coisas-a-saber, diante da plenitude lógica do conhecimento, são meras faltas, “erros” a serem corrigidos. Seria possível, interroga Pêcheux, uma epistemologia com fundamentos outros? Para isso seria necessário:

[...] supor que - entendendo-se o ‘real’ em vários sentidos - possam existir um outro tipo de real diferente dos que acabam de ser evocados, e também um outro tipo de saber, que não se reduz à ordem das ‘coisas-a-saber’ ou a um tecido de tais coisas. Logo: um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos (PÊCHEUX, 2008, p. 43).

O autor aponta que este era precisamente o projeto fundamental do campo conhecido como estruturalismo, “uma tentativa antipositivista visando a levar em conta este tipo de real, sobre o qual o pensamento vem dar, no entrecruzamento da linguagem e da história” (PÊCHEUX, 2008, p. 44). No início as abordagens estruturalistas até manifestavam certo repúdio pela ideia de constituir uma “ciência régia” do real, mas não demorou muito até “puderam ceder por sua vez a este fantasma e acabar por aparentar uma nova ‘ciência régia’” (PÊCHEUX, 2008, p. 44). De toda forma, Pêcheux estava às voltas com uma base teórica nova, “uma construção crítica que abalava as evidências literárias da autenticidade do ‘vívido’, assim como as certezas ‘científicas’ do funcionalismo positivista” (PÊCHEUX, 2008, p. 45).

Inicialmente essa epistemologia era delineada mais por uma negatividade, uma não-identificação com o logicamente estabilizado da ciência pragmática e empirista contemporânea. Foi só gradualmente que ela ganhou traços próprios, sendo o principal deles a interpretação. Nestes termos, importa ressaltar que este projeto pecheutiano se sustenta a despeito do estruturalismo - que segundo Pêcheux, recaiu também em um narcisismo teórico, este ainda mais pretencioso: o narcisismo da estrutura. No final, parece que o estruturalismo inventou um tipo de narcisismo próprio que, no entanto, reincidiu no mesmo movimento, a suspensão da interpretação - um embargo ancorado em uma metalinguagem que colocava a teoria como bastião irrevogável do sentido.

A suspensão da interpretação (associada aos gestos descritivos da leitura das montagens textuais) oscila assim em uma espécie de sobre-interpretação estrutural da montagem como efeito de conjunto: esta sobre-interpretação faz valer o 'teórico' como uma espécie de metalíngua, organizada ao modo de uma rede de paradigmas. A sobre-interpretação estruturalista funciona a partir de então como um dispositivo de tradução, transpondo 'enunciados empíricos vulgares' em 'enunciados estruturais conceituais'; esse funcionamento das análises estruturais (e em particular do que poderíamos chamar o materialismo estrutural ou o estruturalismo político) permanece assim secretamente regido pelo modelo geral da equivalência interpretativa (PÊCHEUX, 2008, p. 46).

Essa condescendência do estruturalismo com a tentação de forçar toda interpretação unicamente pelos caminhos teóricos da estrutura não se diferencia, afinal, da prática do especialista, que enquanto fornece interpretações dissimula a própria prática interpretativa através de supostas evidências: “eis tudo”. Era esta a face narcisista do estruturalismo, “ares de discurso sem sujeito, simulando os processos matemáticos, que conferiu às abordagens estruturais esta aparência de nova 'ciência régia', negando como de hábito sua própria posição de interpretação” (PÊCHEUX, 2008, p. 47).

O projeto pecheutiano para uma nova base teórica-epistemológica é menos pretencioso. Trata-se, ao contrário do estruturalismo, de olhar para baixo, para o “ordinário das massas” (PÊCHEUX, 2008, p. 48). Isso representa uma significativa guinada teórica para a AD. Pêcheux agora nos convida a ouvir mais as ruas que os meios de comunicação, mais os saberes dos leigos que o dos especialistas. É uma volta ao sujeito de carne e osso, sujeito do discurso, sim, mas sujeito que sente, sofre e sorri, que luta por mecanismos de sobrevivência. Trata-se “de se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido” (PÊCHEUX, 2008, p. 49). O analista do discurso experiente, especialista, poderia afirmar que

o discurso das massas é o mesmo do capitalismo científico justamente por que o sujeito reproduz o discurso dominante. Ora, essa ilusão idealista que invadiu o estruturalismo é precisamente aquilo que Pêcheux parece agora denegar. Por que fura, desliza, erra e vaga, o discurso das massas é sempre outro; é plural, movente e indomesticável em sua completude: errante.

Contudo Pêcheux nos adverte: uma base teórica constituída a partir do não-estabilizado (errante), deve se cuidar em não recair nos antigos narcisismos. Logo, deve-se evitar o risco de se “conceber esse registro do ordinário do sentido como um fato de natureza psico-biológica, inscrito em uma discursividade logicamente estabilizada. Logo, o risco de um retorno fantástico para os positivismos e filosofias da consciência” (PÊCHEUX, 2008, p. 49). Assim, a epistemologia do não-estabilizado (errância) é o projeto de engajar concretamente as materialidades discursivas trabalhadas em rituais ideológicos provenientes das mais diferentes práticas discursivas: da filosofia, da política, das formas culturais e das estéticas, desde que sua premissa fundadora seja a interpretação e suas relações com o cotidiano, com o ordinário do sentido. Assim, importa que esse projeto deva “permanecer prudentemente distanciado de qualquer ciência régia presente ou futura (que se trate de positivismos ou de ontologias marxistas)” (PÊCHEUX, 2008, p. 49). Pêcheux propõe, então, três problematizações⁴² a respeito dessa nova base teórica não-estabilizada, não-sedentarizada.

1 - Pêcheux nos orienta iniciar esse novo procedimento epistemológico sempre pelas materialidades discursivas (PÊCHEUX, 2008, p. 50), assumindo o caráter interpretativo (em que toda descrição já é interpretação) e o real da língua - sua impossibilidade de tudo dizer, de tudo descrever. Esse gesto implica sobremaneira a epistemologia na língua, uma vez que a própria materialidade discursiva que sustenta determinado acontecimento ou conhecimento se torna a única porta de entrada viável. Ao contrário da prática linguística sedentarizada logicamente, essa “entrada” epistemológica no acontecimento se dá não pelas vias do acerto, mas sim do erro, do fracasso, do equívoco, da elipse, da falta; das diferenças, enfim. Nos termos propostos por esta tese, trata-se do acolhimento do erro mais que sua recusa; é fazer dele matéria discursiva, porta de acesso que culmina na própria errância.

⁴² Pêcheux fala em “exigências”, o que evitaremos por parecer a nós uma contradição, já que estamos às voltas com uma nova base teórica errante, calcada no não-estabilizado-logicamente. Impor exigências nos parece uma forma controversa de se iniciar tal projeto.

Isto obriga a pesquisa linguística a se construir procedimentos (modos de interrogação de dados e formas de raciocínio) capazes de abordar explicitamente o fato linguístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico. Isto é, a necessidade de trabalhar no ponto em que cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos ‘mundos normais’ (PÊCHEUX, 2008, p. 51).

Em oposição à estabilização lógica do sentido - sua sedentarização -, a epistemologia da errância é o espaço de “transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida *a priori*, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações” (PÊCHEUX, 2008, p. 51). Todavia, a fronteira entre sedentarização e errância não é evidente⁴⁵, nas palavras de Pêcheux, existe toda uma região intermediária que oscila entre a estabilização e o “relançar indefinido das interpretações”. É nesta “zona cinza” onde habitam aquilo que o autor chamou anteriormente de necessidade de estabilização nas lógicas do cotidiano: “no limite, os proletários, as massas e o povo teriam tal necessidade vital de universos logicamente estabilizados que os jogos de ordem simbólica não os concerniram!” (PÊCHEUX, 2008, p. 53). Assim, abordar um acontecimento pelas vias de uma epistemologia não-logicamente-estabilizada (errante) implica também acolher a contradição da própria estabilização (sedentarização): o desejo e a necessidade do humano de carne e osso pelo ordenamento lógico das coisas-a-saber.

2 - Toda descrição (de objetos, acontecimentos ou arranjos discursivos-textuais) é por essência uma interpretação, e por isso “está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 2008, p. 53). Contudo, vimos anteriormente, a partir de Kant (2001) e Pêcheux (2009), que não há erro na língua, mas apenas no juízo que se estabelece sobre ela. Dito de outra forma, o erro (e o acerto) só aparece *a posteriori* mediante um projeto de sedentarização dos sentidos. Essa premissa - “não há erro na língua” - não implode a outra, que declara que toda descrição interpretativa está “intrinsecamente exposta ao equívoco da língua”, afinal, o gesto de interpretar deriva, sobretudo, de um projeto heterogêneo que erra: falha e vaga sem rumo, oscilando entre o mesmo e o outro.

⁴⁵ Quase nada é evidente; a única evidência aceitável é a evidência de que quase nada é evidente - e por isso não chega a ser, de todo, uma evidência.

E é neste ponto que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há o outro nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes (PÊCHEUX, 2008, p. 54).

A noção de redes de significantes altera, assim, a compreensão das práticas epistemológicas em relação às coisas-a-saber. A proposta pecheutiana vê o conhecimento como uma rede de memórias por onde os sentidos circulam com alguma contingência. Neste aspecto, importa muito mais escutar o discurso-outro que pulsa nas hiências, nos lugares vazios, nos atos falhos, nos equívocos, negações e interrogações. Esse “discurso-outro” marca o espaço fundamental de resistência ao logicamente-estabilizado; é nele que se materializa a errância dos sentidos que caminham contingentemente pela rede de significantes. É neste espaço também onde convivem as coisas-a-saber e as coisas a respeito das quais ninguém pode estar seguro de “saber do que se fala”, o batimento entre aquilo que é bordeado pela língua e aquilo que fica fora dela, restos que não são “produtos de uma aprendizagem” (PÊCHEUX, 2008, p. 55). A diferença entre a errância e a estabilização lógica está no fato de que a errância assume as contradições “saber/não-saber” e “descrever/interpretar”, ao passo que a sedentarização lógica nega a movência, os restos e os erros, “dando a ilusão que sempre se pode saber do que fala, [...] negando o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece” (PÊCHEUX, 2008, p. 55).

3 - O desenvolvimento dos dois tópicos anteriores incide diretamente sobre a questão central da referida obra, a saber, sobre o funcionamento do discurso como estrutura ou como acontecimento. O operador “ou”, do título “O discurso: estrutura ou acontecimento”, pode deixar dúvidas em relação à funcionalidade do discurso enquanto contradição ou enquanto paradoxo. Aparentemente o próprio autor já fez esta escolha nas páginas anteriores. Segundo ele, quando se permite inscrever o discurso em uma série, sempre se corre o risco...

[...] de absorver o acontecimento desse discurso na estrutura da série na medida em que esta tende a funcionar como transcendental histórico, grade de leitura ou memória antecipadora do discurso em questão. A noção de ‘formação discursiva’ emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a ideia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade

desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora (PÊCHEUX, 2008, p. 56).

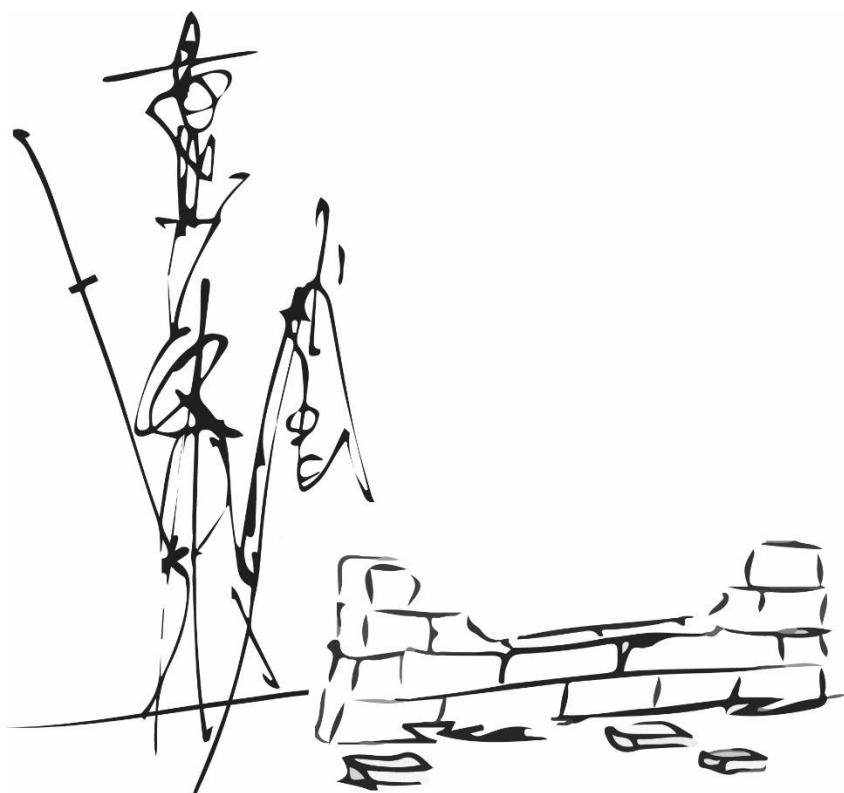
Nossa hipótese é que o discurso, quando compreendido como estrutura, tende à ilusão de absorção e apagamento do acontecimento. Logo, se o discurso fosse apenas estrutura, ele não poderia ser acontecimento. Por outro lado, se o discurso for acontecimento, sua rede de memórias é rota, falha, furada: é antes rede de deslocamento que rede de repetição.

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos (PÊCHEUX, 2008, p. 56).

Diante das críticas que o próprio autor teceu em direção ao narcisismo do estruturalismo, e diante da proposta geral dessa tese – uma epistemologia da errância que postula a produção e a circulação de saberes não estabilizados logicamente -, tomamos a posição interpretativa - em alguma medida, consciente -, de que o discurso se estrutura como batimento (pulsção) entre estrutura e acontecimento, como rede contingente de significantes por onde os sentidos circulam errantes. Sobre os efeitos dessa errância do sentido no sujeito, o autor atesta: “não há identificação plenamente bem-sucedida” (PÊCHEUX, 2008, p. 56). Diante da incompletude do real, algo sempre erra, ou melhor, vaga sem direção. Mas é justamente por que o projeto ideológico de estabilização falha é que ele existe enquanto movimento ininterrupto; é no erro que se estruturam “sociedades e a história, e não apenas uma justaposição caótica (ou uma integração supra-orgânica perfeita) de animais humanos em interação...” (PÊCHEUX, 2008, p. 57).

Nossa proposta de lançar as bases para uma epistemologia da errância se funda, sobretudo, na pluralidade das interpretações, na expansão dos territórios do conhecimento diverso e múltiplo, na não apropriação e gestão da “evidência”, na assunção contraditória das coisas-a-saber e das coisas-impossíveis-de-se-saber, e finalmente no acolhimento dos restos e dos erros como portas de acesso à errância. “Face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí, para mim de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade” (PÊCHEUX, 2008, p. 57).

Estranha alegria em derrubar muros



4.1 O ERRO SECRETO DO ACERTO

DOM QUIXOTE - PARTE 2, CAPÍTULO 58

“Adverte, Sancho - disse Dom Quixote -, que o amor não mira cumprimentos nem guarda termos de razão em seus discursos, e tem a mesma condição da morte: que assim acomete os grandes palácios dos reis como as humildes cabanas dos pastores, e quanto toma posse de uma alma, o primeiro que faz é tirar o medo e a vergonha.”

O título dessa seção bem poderia ser o contrário: o acerto secreto do erro. Mas não teríamos, aí, uma paráfrase: na tentativa de desnaturalizar os sentidos pejorativos da noção de erro, importa mais o elogio à falha que a depreciação da perfeição. Contudo, mais do que isso, o objetivo dessa seção é lançar luz sobre o prejuízo secreto do “progresso”.

Errância é largueza e desprendimento; sedentarização é administração e apoucamento. O que será que perdemos com a sedentarização dos sentidos? Na contemporaneidade, a vastidão dos territórios da significação é recortada, circunscrita e contida até os extremos de um projeto ininterrupto - por que falha perenemente - que lança sociedade e ciência no paradoxo da especialização: quanto mais sabe, mais expande suas possibilidades de saber - mas em direções cada vez mais restringidas. No âmago da pulsação *sense/non-sense* habita uma hiância, a que interessa a esta tese: a do saber que se alarga horizontalmente na pluralidade dos sentidos. Importa-nos, portanto, denunciar o projeto científico de sedentarização que supostamente avança verticalmente ao mesmo tempo em que aprofunda raízes e estanca movimentos, ou melhor, diminui a amplitude dos sentidos e dos saberes. Importa ainda lançar luz sobre o caráter político-ideológico de tal sedentarização - estabilização lógico-retórica - que administra e instrumentaliza sentidos e saberes no interior de um incessante conflito por poder. A sedentarização não é ingênua, ou mera resposta à contingência angustiante do real: é instrumentalização ideológica, ferramenta política, economia de saberes.

O objetivo desta tese, lançar as bases para uma epistemologia da errância, será calcado nas três premissas propostas por Pêcheux no final de “Discurso: estrutura ou acontecimento” (2008), que apresentamos brevemente no final do capítulo anterior e que funcionarão como guias teóricos para este capítulo final. A saber, tais premissas são: 1- saberes e conhecimentos se estruturam como linguagem, e por isso são submetidos aos mesmos jogos discursivos que

implicam sentido, história, língua e sujeito; 2- toda descrição é interpretação, logo, todo gesto científico de desvelamento de “verdades” não passa de construção e legitimação de sentidos discursivos; 3- quando se diz algo, silencia-se uma infinidade imensurável de dizeres outros, restos esquecidos e foracluídos; quando o cientista-especialista estabiliza sentidos, ele o faz apagando discursos-outros. Estes restos produzidos no ordinário do sentido devem ser a origem da epistemologia do não-estabilizado-llogicamente - ou melhor, do não sedentarizado: errante.

Importa ressaltar que as páginas deste último capítulo constituem as considerações finais desta tese. Nesta conclusão proporemos considerações que, em alguns momentos, assumem certa escrita mais livre e propositiva.

4.1.1 A VELHA CIDADE DA LÍNGUA: PERIFERIAS ESQUECIDAS

A primeira premissa que guiará nosso objetivo de lançar as bases para uma epistemologia da errância implica a epistemologia e a ciência com a língua, ou melhor, assume que saberes e conhecimentos se estruturam como linguagem e por isso são submetidos aos mesmos jogos discursivos. Por isso assumimos que sentidos e sujeitos habitam a língua de muitas formas. “Pode-se considerar a nossa língua como uma velha cidade: um emaranhado de ruelas e praças, casas velhas e novas, casas com anexos de épocas diferentes; e tudo isso circundado por um conjunto de periferias” (WITTGENSTEIN, 2009, p. 34).

Sentido e sujeito, efeitos do discurso na língua e na história, possuem a espessura de uma palavra, e como tal, circulam errantes por espaços languageiros igualmente moventes. Na metáfora proposta por Wittgenstein⁴⁴, a língua é uma velha cidade onde espaços urbanos tomam formas distintas, com peculiaridades estéticas, idiossincráticas e sociais em constante conflito e revolvimento. Assumindo certo valor de análise nesta metáfora, importa-nos lançar luz sobre a *práxis* discursiva de certo território alocado em região nobre da velha cidade da língua, um bairro conhecido como “ciência”. Este bairro seria, como os demais, composto por diversas ruas, praças, edifícios, casas e “cidadãos” que habitam estas cercanias de forma ímpar. É que os sujeitos que ali habitam parecem se sentir desconfortáveis em dividir qualquer espaço com sujeitos de outros bairros, e por isso tentam ora se separar da cidade, ora converter

⁴⁴ Não nos aproximaremos da tese de Wittgenstein mais do que o recurso a esta metáfora específica, que acreditamos calhar, sem causar prejuízos teóricos, com as propostas de Pêcheux.

todo o município em uma extensão deste bairro: água e óleo não se misturam mais do que necessidade e contingência.

Foi este fio condutor que perseguimos em Pêcheux através de Semântica e Discurso (2009), e Discurso: estrutura ou acontecimento (2008). A partir dele foi possível observar o movimento epistemológico - proposto na revolução intelectual chamada “modernidade” -, de fazer da língua científica um espaço separado da língua cotidiana, como se ela pudesse se apartar e se emancipar do restante “contaminado” da cidade; diante deste impossível - afinal “não existe língua científica pura” (PÊCHEUX, 2009, p. 182) -, a alternativa era assumir o governo da cidade e expulsar dela as demais formas de produção de conhecimentos e saberes, com a intensão de fazer de todo este espaço mera reprodução de seu discurso. O projeto científico de sedentarização da língua se verteu, finalmente, em projeto de colonização - gesto de tomar posse à força.

Ora, objetivamos nesta tese sustentar a hipótese de que o projeto ideológico de sedentarização científica funciona justamente no batimento entre a instrumentalização política do erro e a dissimulação (fracassada) da errância incorrigível da língua e do discurso. Nesta tese partimos da premissa Kantiana de que “o erro não é da ordem do enunciado, mas do juízo” (KANT, 2001), proposição que somamos à tese pecheutiana (PÊCHEUX, 2009) de que equívocos e ilusões na língua não derivam de erros passíveis de serem corrigidos, mas de uma errância (movência contingente) fundamental decorrente de hiâncias que separam cada parte da base linguística, dos processos discursivos e dos acontecimentos históricos. Em vista disso, assumimos o pressuposto de que não há, *a priori*, erro na língua, mas que erro e acerto são atribuições imputadas *a posteriori*, na “camada” do juízo. Isso implica também assumir, ao contrário do que por vezes se propõe na análise do discurso, que equívocos, falhas e incompletudes não são fundamentos, mas atribuições, imputações - nos termos propostos por esta tese, somente os deslizes e as movências são fundamentais. Acolher a ideia de erro é, de alguma forma, acolher a ideia de correção e acerto; “não se trata disso” (PÊCHEUX, 2009, p. 87). É a sedentarização ideológica (estabilização lógico-retórica) que tenta dissimular a errância e colocar em seu lugar o par erro-acerto e suas variáveis discursivas: equívoco-inequívoco, fracasso-progresso, imprecisão-precisão, incompletude-completude etc.

O campo teórico da epistemologia sofre, contemporaneamente, um revés decorrente da própria prática científica. Como veremos mais adiante, sua força diminuiu no decorrer do século XX, já que seu trabalho consiste em produzir critérios lógicos e filosóficos para a

criação e circulação de saberes em uma época em que a própria prática científica instaura seus próprios procedimentos, prescindindo da filosofia epistemológica. Logo, a reflexão teórica proposta por esta tese recai em um campo cada vez menos habitado. Diversos fatores contribuíram para isso. Um dos mais importantes foi a instauração dos critérios hipotéticos, apresentados por Karl Popper, que se tornou o principal critério de demarcação dos saberes científicos (Popper, 1982). Segundo ele, somente as hipóteses que podem ser testadas (e que depois de testadas, não forem refutadas), é que podem ser validadas como verdade científica. Ou seja, só aquilo que pode ser testado e aprovado por meio de métodos tecnocientíficos podem ser declarados como ciência. Nestes termos, toda a prática filosófica, inclusive a epistemologia, recai no campo da mera abstração especulativa; a própria ciência também muda de estatuto, e se verte em tecnociência.

Neste aspecto, os méritos desta tese, de propor uma epistemologia calcada na língua (errante), estaria já fadada ao fracasso. Logo, o primeiro desafio que se nos impõe é analisar e sustentar a premissa de que a tecnociência produz e faz circular saberes no interior de uma prática discursiva, sujeita às mesmas errâncias que constituem a língua e o discurso. Por mais “óbvio” que isto pareça aos linguistas, essa premissa não se institui sem grandes objeções do campo tecnocientífico, para quem o chuveiro elétrico, a aspirina e a bomba de hidrogênio se mostram como verdades suficientemente estáveis. Submetida à linguagem, a tecnociência submete-se também às indesejadas contingências errantes da língua e do discurso.

Dessa forma, nossa análise não converge sobre a prática científica - sobre a estabilidade de enunciados sobre elétrons, nêutrons e bombas de hidrogênio -, mas sobre a noção de “saber científico”. Essa escolha se justifica pela competência a que podemos ingressar sem maiores prejuízos teóricos: só podemos abordar, aqui, a prática languageira e discursiva que fundamenta os saberes ditos “científicos”. Essa escolha não é apenas mais segura, é também a única viável. Embora Pêcheux tenha direcionado muito de seus textos para a discussão sobre o “discurso científico”, buscaremos em Jean-François Lyotard (2015) algumas preposições que possam nos ajudar a legitimar a premissa pecheutiana que atesta que a ciência se circunscreve como prática discursiva. Lyotard, assim como Pêcheux, foi um filósofo de matriz marxista que se atentou sobre o discurso científico. Embora não faça uso de conceitos da Análise do Discurso, suas contribuições sobre os jogos de linguagem da tecnociência podem nos ajudar a compreender as condições de produção de sentidos

“científicos” na contemporaneidade. Iniciaremos este itinerário analítico distinguindo “saber” e “conhecimento”.

O saber não é a ciência, sobretudo em sua forma atual; e esta, longe de poder ocultar o problema de sua legitimidade, não pode deixar de apresentá-lo em toda sua amplitude, que não é menos sociopolítica que epistemológica. [...] O saber em geral não se reduz à ciência, nem mesmo ao conhecimento. O conhecimento seria o conjunto dos enunciados que denotam ou descrevem objetos, excluindo-se todos os outros enunciados, e susceptíveis de serem declarados verdadeiros ou falsos. A ciência seria apenas um subconjunto do conhecimento (LYOTARD, 2015, p. 35).

A tecnociência contemporânea, ainda que negue, submete-se em grande medida à língua e aos jogos discursivos sociopolíticos. Se no decorrer dos séculos modernos (XVI-XX) a chancela sobre a linguagem científica era feita pela epistemologia, na contemporaneidade a própria tecnociência se encarrega deste trabalho através de duas condições: que existam referentes acessíveis e únicos para um determinado significante, para que este possa ser avaliado empiricamente; e que tais enunciados se circunscrevam à linguagem proposta pelos *experts* de cada área. Em termos discursivos, este movimento ideológico da tecnociência é o mesmo trabalho discursivo de fornecer evidências ao mesmo tempo em que se apaga as pistas sobre a origem destas evidências.

Mas pelo termo saber não se entende apenas, é claro, um conjunto de enunciados denotativos; a ele misturam-se as ideias de saber-fazer, de saber-viver, de saber escutar, etc. Trata-se então de uma competência que excede a determinação e a aplicação do critério único de verdade, e que se estende às determinações e aplicações dos critérios de eficiência (qualificação técnica), de justiça e/ou de felicidade (sabedoria ética), de beleza sonora, cromática (sensibilidade auditiva, visual), etc. Assim compreendido, o saber é aquilo que torna alguém capaz de proferir ‘bons’ enunciados denotativos, mas também ‘bons’ enunciados prescritivos, avaliativos... Não consiste numa competência que abranja determinada espécie de enunciados, por exemplo, os cognitivos, à exclusão de outros. Ao contrário, permite ‘boas’ performances a respeito de vários objetos de discursos (LYOTARD, 2015, p. 36).

Esta distinção entre saber e conhecimento é útil para melhor situar o objeto de estudos de nossa epistemologia da errância: o saber científico, e não o conhecimento científico. O saber científico é, nas palavras de Lyotard, aquele que ultrapassa os limites da prática científica e circula na sociedade, produzindo efeitos de sedentarização sobre os sentidos e sobre os sujeitos. Dito de outra forma, não nos compete aqui desafiar ou objetar os enunciados que compõem os conhecimentos científicos enquanto práticas de um determinado campo; só

nos compete lançar luz sobre a noção de “saber”, mais especificamente sobre o saber tecnocientífico.

Assim voltamos ao pressuposto pecheutiano de que todo saber científico é prática discursiva, e por isso assumimos também que não existe procedimento lógico-matemático suficiente para retirá-lo dos jogos políticos e ideológicos que o condicionam de forma contingente. Logo, se assumimos que o saber é discurso, assumimos que ele é constituído de forma errante por língua, história e sujeito. O erro se torna então fonte de instrumentalização e administração (sedentarização) do saber. Ora, as implicações desta premissa na epistemologia não são pequenas. A assunção da ciência como prática linguageira errante levaria também à assunção de que o erro, não existindo *a priori*, nunca passou de ferramenta de direcionamento discursivo; logo, o erro nunca teve a ver com falhas naturais observáveis no mundo empírico. Erros e acertos científicos funcionam imersos em jogos político-ideológicos que condicionam os rumos do “progresso” e do “retrocesso”, e por isso valem como vitória e derrota, sucesso e fracasso, eficiência e ineficiência etc. Mas porque erra (vaga e falha), a própria noção de progresso se torna efeito de um discurso errante, contingente, marcado ideologicamente e suscetível de embates e forças não-lineares.

Outro efeito de uma epistemologia implicada com a língua é a movência contingente dos saberes e a impossibilidade de tudo dizer, ou melhor, a impossibilidade de tudo saber. Por mais que os jogos ideológicos tentem dissimular a errância, fornecendo “evidências” logicamente estabilizadas, a sedentarização da significação não é capaz de constituir unidades que apaguem as hiências que separam base linguística e processo discursivo. A errância, por que é incontornável, produz incessantes deslizes de sentido que implicam toda ciência com a interpretação, com a história, com o discurso e com o sujeito. Não há discurso científico puro: a velha cidade da língua, por que é movente, produz sentidos errantes que jamais se estabilizam, tampouco constituem homogeneidades e unidades. Algo sempre erra - falha e vaga - no conhecimento humano. Aquilo que em uma dada condição de produção de sentidos pode parecer progresso coerente, em outra condição de produção emerge como loucura e fracasso.

A respeito do saber científico como prática discursiva, Pêcheux (2008) salientou o papel do jogo lógico-retórico trabalhado pelo especialista. Este jogo é calcado na lógica fornecida por enunciados complexos e inacessíveis ao sujeito “leigo”, amparado por uma retórica discursiva de recondução aos saberes legítimos e verdadeiros. O que está em jogo,

afinal, é o fornecimento de sentidos estabilizados aptos a cooptar o máximo de sujeitos a uma determinada Formação Discursiva. Diante da miríade incontável e incalculável de sentidos que um acontecimento discursivo provoca, o especialista emerge como “paladino da verdade” que fornece “evidências” inequívocas, estáveis, homogêneas e coerentes. O que este gesto esconde é o caráter político e ideológico que sedentariza e administra sentidos e sujeitos.

A legitimação do saber tecnocientífico teve início no Renascimento - também chamado de Iluminismo. O trabalho de sedentarização dos sentidos pela lógica-retórica se tornou patente desde o famoso artigo de Emanuel Kant, publicado em um jornal alemão em 3 de dezembro 1783, sob o título “Resposta à pergunta: ‘Que é o Iluminismo?’”. Embora não se trate de um artigo científico, mas sim de um opúsculo publicado em um jornal popular, este texto se tornou um dos mais emblemáticos delineadores do saber legítimo no interior daquilo que se chama de modernidade e iluminismo. Assim inicia Kant:

Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo, sem a guia de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo (KANT, 1985, p. 100)

Os livros de história estão repletos de argumentos que atestam que a sedentarização dos sentidos não é efeito recente, mas milenar. Kant, no final do século XVIII, está às voltas com uma série de ataques à sedentarização dos sentidos e dos sujeitos imposta pelo clero e acolhida por seus súditos. Contudo, importa aqui sublinhar o projeto inicial iluminista de “des-sedentarização” como passagem da menoridade intelectual para a maioria iluminada pelo conhecimento científico. Kant, Voltaire e outros filósofos da época erigiam fortes críticas à administração dos sentidos e do pensamento, convidando o sujeito europeu de então a pensar por si mesmo: “não me é forçoso pensar, quando posso simplesmente pagar; outros empreenderão por mim essa tarefa aborrecida” (KANT, 1985, p. 102)

A solução iluminista para a sedentarização imposta pela igreja era, por suposto, o saber científico, empírico, nos moldes propostos por Francis Bacon (2000) e René Descartes (1992). “Ousa pensar por si mesmo”, pregava Kant. Em outras palavras, a filosofia orientava: “empreenda por si mesmo esta tarefa aborrecida”, “liberte-se da guia fornecida pela religião”, que domina, e “alcance a maioria intelectual e imparcial fornecida pela ciência”.

“Apresentei o ponto central do Iluminismo, a saída do homem da sua menoridade culpada, sobretudo nas coisas de religião, porque em relação às artes e às ciências os nossos governantes não têm interesse algum em exercer a tutela sobre os seus súditos” (KANT, 1985, p. 104). Kant pareceria realmente crer que a ciência poderia desconstruir os muros que sedentarizavam os sentidos e os sujeitos em erros que atravancavam o que ele nomeava como progresso. A filosofia da ciência e a epistemologia deveriam, portanto, fornecer os meios para a liberdade do pensamento e para o avanço do conhecimento e do saber.

Uma época não se pode coligar e conjurar para colocar a seguinte num estado em que se tornará impossível a ampliação dos seus conhecimentos (sobretudo os mais urgentes), a purificação dos erros e, em geral, o avanço progressivo na ilustração. Isso seria um crime contra a natureza humana, cuja determinação original consiste justamente neste avanço (KANT, 1985, p. 112).

Na velha cidade da língua a ciência emergiu, inicialmente, como bairro periférico, com ruas e praças desconhecidas, ainda em construção. Até então os efeitos de sentido eram administrados pela igreja, que durante certo tempo ainda conseguiu mandar para as fogueiras aqueles que ousavam mudar os nomes das ruas ou as leis do trânsito. Mas não por muito tempo. O que se viu nos séculos seguintes, depois de Bacon e Descartes, foi um grande movimento discursivo de aliciamento e persuasão que partia da filosofia, das artes e das culturas burguesas em defesa da ciência, mais especificamente, em defesa do método (STÖRIG, 2008). Enquanto Kepler, Newton, Galileu e outros desenvolviam experimentos e revolucionavam o conhecimento a respeito do mundo sensível, Augusto Comte (1999) propunha o positivismo como metodologia de aquisição e difusão de saberes, inaugurando uma nova era em que o saber deveria ser regulado não pela fé, mas pela lógica. A retórica da filosofia iluminista, fundamentada pela lógica, era o próprio movimento discursivo de legitimação da ciência moderna, e o papel da epistemologia era, assim, construir muros que separassem a “verdadeira ciência” das pseudociências.

Não é difícil antever o narcisismo que lançou o projeto iluminista em uma contradição interna. Enquanto a retórica filosófica deslegitimava o saber calcado na fé - libertando o sujeito moderno das correntes da igreja -, legitimava o saber científico como único apto a fornecer verdades essenciais e universais. A des-sedentarização iluminista não passou, afinal, de re-sedentarização, de nova administração dos saberes. Como já visto nesta tese, filósofos como Leibniz, Hume, Kant, Marx e tantos outros produziram dizeres que surtiram poderosos

efeitos no ocidente moderno, efeitos de legitimação da ciência e deslegitimação dos demais saberes. Enquanto efeito de sedentarização, a epistemologia moderna calca sua administração e posse do saber a partir da noção de método, um efeito discursivo que invalida não só o conhecimento religioso, mas também os saberes das ruas, dos curandeiros, dos indígenas, dos leigos, dos incultos: das experiências ordinárias do cotidiano, enfim.

Progressivamente a ciência conseguiu impor novas leis à velha cidade da língua, e a principal delas era a assepsia do erro na língua. Desde Leibniz, passando por Frege e culminando na lógica contemporânea, a epistemologia se encarregou de expurgar o erro da prática científica, controlando as contingências, instaurando necessidades e estabilizando os sentidos logicamente. E se não houver erro na língua? Como vimos, basta que a epistemologia e a lógica o imputem no funcionamento discursivo para que se justifique o trabalho de reparo da língua e da ciência. O projeto iluminista, sob a retórica do progresso e da liberdade, torna-se então o projeto de administração de toda a velha cidade da língua, ou melhor, da sedentarização dos sentidos, até sua atrofia. A pluralidade errante dos sentidos, antes sedentarizada pela igreja, passou então a ser dominada e administrada justamente por intermédio de uma retórica filosófica que fazia apologia à liberdade proporcionada pela ciência. O método, salvaguardam os filósofos, serve de anteparo contra os enganos no conhecimento, mas principalmente fornecem os meios pelo qual o conhecimento pode progredir e avançar. O método permite, segundo eles, descrever os eventos do mundo de forma autêntica, verdadeira e neutra, logo, o método é o efeito discursivo de apagamento da interpretação, de dissimulação da errância e da estabilização dos sentidos em axiomas. Se a ciência residiu, no passado, as periferias da velha cidade da língua, hoje ela governa a cidade, ocupa os bairros mais nobres, as praças mais adornadas e as ruas mais sofisticadas. Aos demais dizeres - os que ainda não foram banidos do município linguístico -, restaram as periferias pequenas, controladas e esquecidas.

Se a ciência residiu, no passado, as periferias da velha cidade da língua, hoje ela governa a cidade, ocupa os bairros mais nobres, as praças mais adornadas e as ruas mais sofisticadas. Aos demais dizeres - os que ainda não foram banidos do município linguístico -, restaram as periferias pequenas, controladas e esquecidas. Mas se todo saber é estruturado como linguagem (PÊCHEUX, 2008, p. 44), e por isso submete-se aos mesmos efeitos da língua, da história e do sujeito, deve-se assumir que a ciência é também uma prática discursiva errante. Assim posto, deve-se reconhecer que o saber científico é constituído a partir de jogos

discursivos contingentes, dominados por forças políticas e ideológicas em tensão. Nestas condições, o erro emerge como ferramenta discursiva de administração dos sentidos científicos, daquilo que deve ser considerado progresso ou fracasso, verdadeiro ou falso, justo ou injusto. O erro instrumentalizado pela retórica é, assim, a ferramenta de gerenciamento dos rumos da agenda científica, dos limites da legitimação e da justificação do efeito reparador da epistemologia e da lógica. E o erro operacionalizado pela lógica é a ferramenta de sedentarização e gestão do enunciado, dos sentidos e da prática científica.

Mas sobretudo, se compreendermos o saber científico em sua implicação com a língua, somos levados a admitir que ilusões, equívocos e falhas se originam da errância que habita as hiências que separam as partes do não-todo da língua e do discurso. Dessa forma, a despeito do método, e de qualquer promessa científica de liberdade e progresso, algo sempre erra - falha e vaga - no saber científico. A incompletude e a movência não permitem ao saber constituir unidades totalizantes, apenas contradições frágeis e vacilantes. Mais do que isso, essa errância incontornável impõe à ciência uma circunscrição histórica e social que anula a ideia de essência atemporal, deixando em seu lugar apenas um produto científico que convoca, ininterruptamente, por interpretação. Finalmente, a epistemologia da sedentarização se funda na estabilização lógica dos sentidos, o que impõe muros ao que se compreende como “verdadeira ciência”, e afasta todo tipo de saber que não usa o método para evitar o erro e a contingência. Mas se este efeito é errante, a dissimulação dos restos não pode ser plena: sentidos outros insistem e persistem no interior do saber científico por mais que se tente tamponar logicamente os poros da língua dita “científica”.

4.1.2 CIÊNCIA: DESCRIÇÃO OU INTERPRETAÇÃO?

A segunda premissa pecheutiana sobre a qual propomos fundamentar uma epistemologia do saber “não-estabilizado” (nos termos propostos por esta tese: saber errante) reitera a proposição nietzschiana de que toda descrição é, ela mesma, interpretação. Esta segunda premissa se sustenta na primeira: todo saber se estrutura como linguagem errante constituída por língua, história e sujeito. De igual forma, o saber científico também se submete aos jogos discursivos e ideológicos no mesmo momento em que tenta apagar os rastros políticos que deixou atrás de si. E se a prática científica é prática discursiva, inevitavelmente sua constituição é fundamentada por errâncias incorrigíveis em sua base

linguística, em seus processos discursivos e em seus conflitos políticos. Logo, o trabalho discursivo da ciência para produzir “verdades” essenciais e atemporais é, antes de mais nada, o trabalho de dissimular sua errância fundamental.

Como já visto, a errância na base linguística é a movência contingente das partes contraditórias que constituem o signo. O arbitrário do signo e o valor do signo (SAUSSURE, 2006) atestam isso: há hiância entre significante e significado, há movência errante entre as partes - cisão que a ideologia tenta costurar, sedentarizar e simular “um”. A errância dos processos discursivos se vê na hiância que separa e faz deslizes entre os diversos processos que constituem o discurso: na movência contingente do pressuposto (já-dito) em relação ao dizer atual, de forma que o encaixe entre eles se torna impossível; na movência errante do interdiscurso em relação ao intradiscurso, o que impossibilita o controle sobre o fio do discurso; na hiância incontornável que separa os AREs dos AIEs, resultando em rituais esburacados incapazes de constituir “um” sujeito pleno. E por último, a errância pode ser vista também no encontro da história com o acontecimento, na movência incontrolável de um sobre o outro, o que impõe ao sujeito a interpretação.

Vimos também que, para corrigir a errância, a ideologia fornece evidências que tentam sedentarizar as movências do sentido. Olhando para a história do nomadismo humano, aprendemos que sedentarizar é foracluir, o que na prática discursiva significa separar o que deve ser dito do que deve ser silenciado e esquecido. Logo, sedentarizar é recortar um espaço discursivo, tomar posse dele e administrá-lo através de hierarquias e jogos de poder; é diminuir a movência do sentido através de muros e divisas, é cultivar e produzir o “mesmo”, é simular homogenias e hegemonias. Nestes termos, a sedentarização científica é produzida através de dois efeitos discursivos: a estabilização lógica e o apoio da retórica (recondução às “verdades” do dizer). Este duplo movimento discursivo é o que fundamenta o projeto epistemológico de instauração do erro na língua, para que então se justifique seu trabalho de reparo e aperfeiçoamento, de apagar a hiância e a movência das partes que constituem língua e discurso, fazendo parecer que para cada significante há um significado único, estável e inequívoco. Ou seja, a lógica e a retórica científica instauram o erro e o acerto no exato momento em que dissimulam a errância incontornável e fundamental.

[...] trata-se dessa língua ‘logicamente perfeita’, ou ideografia, da qual - diz Frege - se exigirá que toda expressão construída como nome próprio, a partir de sinais previamente introduzidos, e de maneira gramaticalmente correta,

designe, de fato, um objeto, e que nenhum sinal novo seja introduzido como nome próprio sem que lhe seja assegurada uma referência (PÊCHEUX, 2009, p. 116).

Sem errância - na língua, no discurso e na história - não há interpretação, e a descrição se salva das contingências e das vicissitudes que atravancam o “progresso do conhecimento”. Com a instauração do erro, instaura-se também a possibilidade do acerto, do aperfeiçoamento e do progresso. Mas se não há erro *a priori* na língua e no discurso, se há apenas errância irreparável, somos levados a assumir que a imputação do erro e do acerto são gestos discursivos passíveis de serem administrados por discursos dominantes. É por isso que o processo de sedentarização, pelas vias da forclusão e da denegação perversa, é processo de administração do erro e do acerto. Erro para quem? Acerto para quem? Progresso para quem? Logo, administrar a significação é sedentarizar o sentido, apagar a interpretação e colocar em seu lugar uma descrição “sem erros”, logicamente estável e retoricamente elegante.

Ora, é exatamente assim que funciona o “método” científico⁴⁵: como ferramenta de administração e sedentarização dos sentidos e dos dizeres, de separação, de denegação e forclusão daquilo que pode ser considerado científico e do que é relegado a senso comum, fé, credence etc. Foi a partir deste propósito que Leibniz se propôs a afastar a contingência da linguagem metodológica, que Kant trabalhou em mecanismos ditos essenciais e atemporais para a produção de saberes, e que Frege, Husserl, Carnap, Ducrot e outros lógicos produziram línguas artificiais, lógicas, capazes de “afastar” completamente o erro de seus funcionamentos. E é neste momento que queremos nos deter com mais atenção: na passagem do método para a linguagem lógica dos algoritmos, ou melhor, da premissa científica moderna para a premissa computacional contemporânea - o que nesta tese significa olhar para o aperfeiçoamento do apagamento da errância e da interpretação através de evidências cada vez mais estabilizadas logicamente.

Os primórdios da computação podem ser antevistos na civilização grega através dos sistemas axiomáticos. Ora, um sistema axiomático parte de premissas aceitas como verdadeiras e regras tidas como válidas que possam conduzir a novas sentenças “verdadeiras”, logo, as conclusões são alcançadas a partir da instrumentalização de símbolos de acordo com

⁴⁵ Embora não seja possível falar em “um” método, mas em métodos, e nem todos excludentes.

um determinado conjunto de regras. A verdade final do cálculo (o output: C) deriva da síntese de axiomas supostamente estáveis (os inputs: A e B).

$A \rightarrow B$	input (premissa 'estável' A em relação à premissa 'estável' B)
C	output (síntese 'verdadeira' C)

Nestes termos, a passagem do input para o output de um algoritmo depende em grande medida de uma “evidência” logicamente estabilizada do sentido em A e B para que C possa ser aceito como um output “verdadeiro”. Por isso os inputs devem ser calcados em axiomas, que são premissas tidas como necessariamente (por causalidade inequívoca) verdadeiras e evidentes, logo, “verdades” irrevogáveis que fundamentam outras demonstrações embora sejam, elas mesmas, indemonstráveis. Segundo a lógica empirista, os axiomas derivam de princípios supostamente inatos, como “nada pode ser e não ser, ao mesmo tempo”, ou de generalizações advindas da observação empírica. Os matemáticos gregos acreditavam que tal sistema axiomático pudesse fornecer conformações lógicas (depois compreendida como lógica formal) para se tornar uma ferramenta de incremento à capacidade humana de pensar, como uma série de instruções que resolvesse problemas “humanos” de forma mais rápida e assertiva: era a origem do que chamamos hoje de algoritmo.

Mais de dois milênios depois, partindo das contribuições de Frege, Husserl, Peirce, Quine, Dewey e outros, um matemático inglês conseguiu reduzir os vários sistemas formais a um sistema básico subjacente que proporcionou a criação dos computadores digitais. Estamos falando de Alan Turing, em meados da década de 30 do século XX. O sistema formal de Turing pode ser compreendido como uma espécie de jogo com definições estritamente rigorosas que determinam regras para manipulação de símbolos. Quando se ‘ensina’ um jogo formal para um colega, três aspectos desse ‘jogo’ devem ser delimitados: a natureza dos símbolos, a definição da situação inicial do jogo (algo como ‘layout do tabuleiro’) e uma lista dos movimentos permitidos em uma dada posição (HODGES, 2001, p. 11).

Alan Mathison Turing nasceu em 1912 na Inglaterra. Em 1936, aos 24 anos de idade, Turing consagrou-se como um dos maiores matemáticos do seu tempo quando comprovou teoricamente que era possível executar operações computacionais numéricas através de máquinas onde se pudesse colocar regras de um sistema formal em seu funcionamento

(HODGES, 2001, p. 18). Nesta época suas máquinas eram apenas hipóteses, mas a demonstração teórica que ele apresentou à comunidade científica da época permitiu uma nova perspectiva no esforço de formalizar a linguagem a partir da matemática, além de lançar as bases para a computação contemporânea.

Turing inaugurou uma nova era para a produção e gestão do conhecimento humano. Suas máquinas (então hipotéticas) usavam termos matematicamente precisos em um sistema formal automático com regras muito simples e que apresentavam resultados impressionantes. Seu sistema formal automático consistia em um dispositivo físico que manipulava automaticamente símbolos pré-estabelecidos a partir de regras igualmente pré-estabelecidas. A união de matemática e lógica em uma nova linguagem artificial estruturada em uma máquina automática tornou possível o primeiro sistema de processamento automático de símbolos. E para Turing, a maioria dos problemas inteligíveis poderiam ser convertidos para a forma “encontre um número n tal que...” (HODGES, 2001, p. 25).

Ora, partindo dessas premissas, as regras dessa linguagem matemática exigiriam definições mais rígidas que a linguagem cotidiana, até mais que a linguagem praticada pelas ciências humanas como filosofia, sociologia etc. As entradas (inputs), tal como na Grécia antiga, precisavam ser axiomáticas, e por isso Turing concentrou-se na definição destes estados linguísticos de forma que pudessem ser claros e inequívocos o suficiente para que tais definições pudessem ser usadas para comandar as operações lógico-matemáticas da máquina. Este procedimento era, em outros termos, a tentativa leibniziana de assepsia da língua levada ao seu limite. Turing iniciou seu projeto através de uma tabela de instruções supostamente simples e inequívocas que descreviam os movimentos lógicos de operação da máquina. Seu objetivo era provar que a descrição lógica de informações, os passos de um sistema axiomático formal e os estados físicos da máquina poderiam se equivaler entre si e funcionar como uma unidade chamada de computador (HODGES, 2001, p. 30). Na II guerra mundial Turing se tornou ‘herói’ ao construir de fato o primeiro computador, usado para decifrar códigos interceptados dos nazistas. Decepcionado com burocracias que impediam seus experimentos e com preconceitos de gênero, no dia 7 de junho de 1954 Turing suicidou-se durante uma crise de depressão, usando uma maçã envenenada com cianureto de potássio (HODGES, 2001, p. 62).

O dispositivo lógico-computacional desenvolvido por Alan Turing é, em grande medida, decorrente do “método” proposto pela revolução filosófica-científica da

modernidade. Lógica e método são conceitos muito próximos, e o funcionamento de ambos a partir de algoritmos é uma ideia bastante aceita (COPI, 1981). As descrições de um algoritmo computacional contemporâneo (CORMEN, 2012) possuem muitas semelhanças com o método científico proposto por Descartes no “Discurso do Método” (DESCARTES, 2001). De forma hipotética, assumindo os riscos e as incompletudes deste gesto, um entrecruzamento rápido entre o método e o algoritmo resultaria aproximadamente nas seguintes premissas:

1. objetivo: processar conhecimentos;
2. matriz: dados e informações empíricos transformados em axiomas;
3. definição do processamento: instruções (método ou algoritmo);
4. obtenção de dados: entrada, coleta e seleção;
5. utilização dos dados processados: saída, arquivos propagáveis;
6. resultado: conhecimentos e saberes.

O que queremos evidenciar, aqui, é o caráter errante e interpretativo do método científico bem como do dispositivo computacional - apesar de todos os esforços de dissimulação e apagamento da errância contingente e política de seus procedimentos. Nosso argumento, calcado por premissas erigidas por Pêcheux (2009) e Henry (2013), se sustenta na crítica ao processo de estabelecimento de axiomas que fundamentam os enunciados tecnocientíficos que compõem este tipo de saber. Para a lógica tradicional, o axioma é uma sentença ou proposição que, apesar de não ser provada ou demonstrada, é considerada como evidência óbvia, ou melhor, como um consenso inicial necessário (não contingente) para a construção e aceitação de um método científico ou instrução algorítmica (COPI, 1981). Dessa forma o axioma, que está na origem do gesto “descritivo” proposto pela ciência, não passa de um gesto interpretativo.

Na intenção de analisarmos o caráter interpretativo do gesto científico de “descrição” - toda descrição é interpretação (PÊCHEUX, 2008, p. 53) -, propomos considerar o dispositivo lógico-metodológico de estabelecimento de axiomas como um processo de re-inscrição do Interdiscurso no Intradiscurso. O interdiscurso, como já visto, é constituído por dois processos discursivos discrepantes: 1) o processo discrepante de encaixe do pré-construído com o dizer, e 2) o processo de articulação (encadeamento e sustentação). Quando a ciência estabelece axiomas iniciais para seus métodos e algoritmos, ela tenta estabelecer um único sentido para determinado significante, ignorando, silenciando e apagando todas as demais variações semânticas que circundam tal significante.

Um exemplo desse trabalho de interpretar-dissimular ocorreu recentemente na 26^a Conferência Internacional de Física Atômica, em Barcelona (MARTÍN, 2018). Nela o físico William Phillips, prêmio Nobel de física em 1997, defendeu que o padrão de definição da unidade de massa deixasse de ser um objeto físico, no caso um cilindro de platina-irídio de 1kg que era usado como parâmetro internacional para medir massas, e passasse a ser uma constante invariável da natureza. Mas mesmo isso não é unânime. Enquanto os físicos lutam para que 1 quilo seja medido pela constante de Planck - relação entre a energia de um fóton e a frequência de sua onda, os químicos defendem que 1 quilo deva ser medido pelo número de Avogadro - relação entre a quantidade de átomos ou moléculas com a massa de uma amostra. Nos próximos meses veremos uma batalha que, no final, terá apenas um vencedor, um pódio composto de apenas um lugar: o axioma linguístico científico. Aos demais sentidos não cabem nem menções: a dita “língua científica” precisa de significantes e significados estabilizados para produzir “seus” sentidos.

Este gesto científico de forclusão e denegação é gesto de seleção de um sentido e apagamento dos demais. Não importa se um quilo é pesado para uma pessoa e leve para outra, que seja o tormento de um anoréxico ou a alegria de uma mãe que vê o filho crescer saudável. Mas para a ciência o senso comum já é resto há pelo menos quatro séculos. O que nos interessa sobremaneira aqui é que no interior mesmo da linguagem especializada da ciência ocorram embates políticos sobre o sentido também na forma de forclusão e denegação: a ciência não é una, homogênea: é embate, política, errância e interpretação. Todavia o mecanismo contemporâneo de dissimulação da errância aos leigos pode minimamente ser descrito/interpretado: para que os especialistas produzam “um” sentido para quilograma, basta que elevem o patamar desse gesto interpretativo a níveis quânticos, um lugar discursivo inacessível a não-especialistas destituídos de tecnologias e capital financeiro para contrapor uma determinada seleção. Aos leigos resta apenas aceitar tal decisão e, aos poucos, esquecer que tal sentido foi determinado por poucos especialistas.

A sedentarização dos sentidos é isso: é estabilização lógica do sentido, é seleção, interpretação e apagamento dos restos e de seu próprio gesto interpretativo. Sedentarizar o sentido é administrar os efeitos da palavra, é controlar a “pega” entre significante e significado, é fornecer “um” sentido, tomar posse dele e diminuir sua movência: é fincar raízes, “progredir” verticalmente e produzir mais valia. Posteriormente o sentido “estabilizado” de 1 quilo circulará em outros espaços discursivos, supostamente

sedentarizando neles também toda movência: para a ciência, o quilograma deve ser padronizado na quitanda da esquina, na farmácia e, quiçá, na balança de precisão do tráfico de drogas - desde que parta da ciência, e somente dela, essa definição. Os sentidos de erro e acerto em relação à medição da massa sofrerão deslocamentos na linha do fio-do-discurso, ocupando novos espaços discursivos e condicionando os dizeres de outra forma. Depois de tudo, vê-se que nunca houve erro *a priori* no quilo, apenas atribuições *a posteriori* que, resultantes de embates políticos, demarcam os territórios discursivos sedentarizados e administrados pela ciência.

O que queremos sublinhar, aqui, é que esse processo de seleção-foraclusão-denegação consiste justamente em uma interpretação a respeito de qual sentido deve ser o mais “coerente”, no interior de determinada prática discursiva, para ser “colado” em determinado significante. Por isso, o trabalho de incluir um sentido e foracluir outros no processo de estabelecimento de axiomas científicos equivale ao trabalho de re-inscrição dos pressupostos fornecidos pelo interdiscurso no interior do fio-do-discurso “científico” (intradiscurso). É esta inversão dissimuladora que instaura as duas ilusões - ou esquecimentos ideológicos - no discurso praticado pela ciência: a ilusão de que não há outra forma de se significar quilo, como no exemplo; e a ilusão de que tais sentidos estabilizados pertencem somente à ciência.

Como já visto, para Pêcheux as relações de articulação e substituição podem tomar duas formas: a de equivalência simétrica e a de implicação orientada (PÊCHEUX, 2009, p. 152). Usaremos o gráfico proposto pelo autor como método de análise da prática científica de estabelecimento de axiomas. O gráfico abaixo mostra como o eixo Sx, horizontal, funciona como eixo sintagmático que coloca palavras distintas em relação de encadeamento linear, formando um enunciado, proposição ou frase a partir de uma relação de implicação orientada. O gráfico mostra também que o eixo Sy, vertical, é o que atravessa o eixo Sx fornecendo sentidos outros que podem substituir, em alguma relação possível de significação, um termo do enunciado.

Sx = Um quilograma equivale a	<p style="text-align: center;">Sy =</p> <p>cinco cenouras duas horas de academia um cilindro de platina $2.176470(51) \times 10^{-8}$ plancks 496,06 mols de H ganho de peso infantil uma semana de dieta dois pacotes de cocaína</p>
-------------------------------	---

Figura 3: Eixo Sx e Sy: aplicação. Autor: João Flávio de Almeida

O discurso transverso Sy é constituído pelos pressupostos fornecidos pelo interdiscurso, ou seja, diz respeito àquilo que atravessa o enunciado e propõe substituições metonímicas; e o processo de encadeamento, que se vê no eixo Sx, é o eixo sintagmático de arranjo das palavras, onde ocorre a ilusão de propriedade de posse do sentido. Neste funcionamento, é o Interdiscurso que articula o pré-construído do discurso-transverso na linearidade do eixo sintagmático, o fio do discurso designado por Pêcheux como Intradiscurso, constituindo enunciados a partir de um imenso jogo de substituições e articulações. Todavia, o processo de constituição de axiomas científicos se dá na forma de dissimulação do interdiscurso no interior do intradiscurso. Esse gesto de escolha de um sentido, de denegação e forclusão, instaura certa ilusão de que é na prática discursiva científica que nascem tais efeitos de sentido - e não da memória discursiva e de seus pressupostos. “Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação” (PÊCHEUX, 2008, p. 53).

É por isso que o trabalho metodológico de descrição, calcado no estabelecimento de axiomas não passa, afinal, de um gesto interpretativo (PÊCHEUX, 2008, p. 54); e da mesma forma, todo o mecanismo computacional de Turing. Produzir e trabalhar algoritmos informáticos é, afinal, escolher um sentido axiomático e esquecer os demais: é interpretar apagando a interpretação. Tanto no método científico quanto no algoritmo computacional, o axioma é a sedentarização do encontro, da relação e da “pega” do sentido. Importa lembrar que todo sentido é fruto de uma relação (pega), ou melhor, é “constituído de elementos

independentes uns em relação aos outros, sendo cada um resultado de sua própria história, sem que exista qualquer relação orgânica ou teleológica entre essas diversas histórias” (ALTHUSSER, 2005, p. 33). Logo, o que está em jogo é uma sedentarização instrumentalizada da “pega”, e ainda mais: de sua manutenção. A errância, contingente e irremediável, emerge sempre como aquilo que produz erros no âmago do projeto científico de sedentarização do sentido. A errância nunca erra em fazer errar: ela resiste, persiste e insiste no jogo científico de forclusão e denegação. Enquanto “pega” (relações, encontros), a produção de sentidos na ciência não passa de construção de realidades e evidências, nada tem a ver com desvelamentos, descobertas e esclarecimentos: “o todo que resulta da ‘pega’ do encontro não é anterior à ‘pega’ dos elementos, mas posterior, e por isso poderia não ter ‘pegado’ e, com mais razão ainda, ‘o encontro poderia não ter acontecido’” (ALTHUSSER, 2005, p. 32). E enquanto “pega”, o sentido está sujeito, antes e depois do encontro, à contingência do vazio da significação.

O clinamen é um desvio infinitesimal, ‘tão pequeno quanto possível’, que acontece ‘não se sabe onde, nem quando, nem como’, e que faz um átomo ‘desviar’ de sua queda a pique no vazio e, quebrando de maneira quase nula o paralelismo em um ponto, provoca um encontro com o átomo vizinho e, de encontro em encontro, uma carambola [carambolage] e o nascimento de um mundo, ou seja, de um agregado de átomos que provoca, em cadeia, o primeiro desvio e o primeiro encontro (ALTHUSSER, 2005, p. 9).

O axioma científico-computacional, fruto da sedentarização ideológica do sentido, é uma “pega” errante que pode deslizar, mover, vir a ser outra ou até deixar de ser. Se sedentarização é interpretação que apaga o próprio gesto interpretativo, a errância fundamental é aquilo que lança luz sobre os gestos políticos próprios à interpretação “secreta” da ciência. Quando os sentidos vagam e falham, ou seja, quando os acontecimentos discursivos esgarçam a costura dos sentidos imposta pela ciência, os especialistas se colocam a tecer novas evidências e novas suturas, entesando e enrijando as linhas discursivas que se afrouxam e revelam falhas. Nestes termos, a prática discursiva funciona, nas palavras de Pêcheux, no batimento entre necessidade causal (a sedentarização instrumental do sentido) e contingência casual (a errância que faz movência em uma dada estrutura). Toda descrição é interpretação, e como tal, errante.

4.1.3 ESCUTAR OS RESTOS E OS ERROS: DEPOR OS MUROS

A terceira - e última - linha que pretendemos descosturar no projeto iluminista de sedentarização dos sentidos é aquela que exclui, para fora da costura, os erros e os restos da significação. Como visto, a epistemologia clássica (agente retórica de regulação do saber científico) e a lógica (ferramenta de estabilização do sentido) trabalham constituindo supostas unidades de significação que apagam os restos e os erros através da dissimulação da errância fundamental. Contudo, na epistemologia da errância os muros do saber devem ser quebrados, a potência do sentido - até então “trancado” - deve ser ampliada, e a movência dos novos encontros deve ser acolhida como novo paradigma: soltura, agitação e deslocamentos de sentido.

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há uma identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma ‘infelicidade’ no sentido performativo do termo - isto é, no caso, por um ‘erro de pessoa’, isto é, sobre o outro, objeto de identificação (PÊCHEUX, 2008, p. 56).

A proposta de uma epistemologia da errância ganha contornos outros quando olhamos para o cenário computacional contemporâneo. No subtópico anterior aproximamos o ‘método científico’ ao ‘algoritmo’ de Alan Turing na intenção de lançar luz sobre uma importante guinada na produção de saberes: a codificação axiomática. Nas sociedades pós-industriais a prática de descrição científica começa gradualmente a trocar de mãos: ela sai do domínio do cientista humano e recai no domínio do cálculo feito pelo computador. Em termos de sedentarização e errância, isso quer dizer que os axiomas lógicos se tornam ainda mais eficientes em produzir “evidências” que estabilizam a movência contingente dos sentidos. Mas quais são as consequências dessa sedentarização sobre a sociedade e sobre o sujeito? O que será que estamos perdendo?

Se o saber científico é uma prática discursiva, é patente que as máquinas informacionais afetem a produção e a circulação desse discurso. Nesta condição de produção, todo conhecimento deve se tornar estável o suficiente para que possa ser computado, administrado e posto em circulação através de redes de computadores. A própria natureza do saber não permanece intacta: agora ele precisa ser traduzido em quantidades de bits. Neste sentido, novos procedimentos de forclusão e denegação são imputados; os axiomas dos inputs agora são obrigatoriamente convertidos em códigos binários, e os erros (e acertos) nos outputs também adquirem natureza estritamente matemática. Com o predomínio do saber informatizado, a sedentarização dos sentidos adquire caracteres jamais vistos, e a instrumentalização dos axiomas computacionais passam a ser a nova epistemologia, ou seja, o método que baliza a aceitação e a refutação de inputs e outputs⁴⁶ na produção e circulação de saberes.

Isso significa que não só a memória pode agora ser terceirizada em bancos de dados, mas também o processamento de conhecimentos. Os aparelhos computacionais são capazes de processar e organizar informações milhares de vezes mais rápido que o cérebro humano, e por usarem linguagens “assépticas” (axiomas estabilizados logicamente), supostamente erram menos que os humanos. Por isso supostamente se torna mais seguro deixar que os computadores pensem por nós. Contudo, outro esforço retórico se torna essencial: para que os códigos matemáticos possam fazer sentido para a vida contemporânea, faz-se necessário converter toda a realidade discursiva em um mundo codificado por axiomas. Dito de outra forma, a própria realidade discursiva fornecida pelas Formações Discursivas deve ser adaptada ao paradigma lógico-matemático. Para que a humanidade possa terceirizar sua cognição à máquina, faz-se preciso recobrir o mundo sensível com uma nova roupagem discursiva capaz de ser computada em axiomas logicamente estabilizados.

Diversas inversões estão em jogo, neste momento. Se antes o papel da retórica estava a encargo da filosofia (epistemologia, lógica, teoria do conhecimento etc.), agora a filosofia recai em desuso, sem capacidade de legitimar essa nova realidade discursiva matematicamente estabilizada. O papel da retórica, agora, recai sobre a própria ciência que, capaz de encontrar seus próprios caminhos de circulação (mídia em geral, jornalismo científico, revistas especializadas etc.) consegue impor de forma “incontestável” suas

⁴⁶ Input: entrada de dados em um sistema. Output: saída de dados processados pelo mesmo sistema.

prescrições à produção de conhecimentos. E finalmente, o processamento dos dados, que antes era labor do cientista - que recolhia dados empíricos do mundo, fazia experimentos e produzia artigos -, agora é trabalho da máquina computacional. Nestes termos, o saber (saber fazer, saber decidir, saber julgar) é vertido em mero conhecimento (técnica de verificação). Neste novo funcionamento discursivo, o saber sobre a realidade é acompanhado de uma transformação da própria realidade discursiva para que a tecnociência possa supostamente dar conta dela.

O funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece 'a cada sujeito' sua 'realidade', enquanto sistema de evidências e de significações percebidas - aceitas - experimentadas (PÊCHEUX, 2009, p. 149).

O processo de interpelação é, no limite, o processo de fornecimento de realidade percebida e experimentada - e isso implica assumir que nem mesmo as percepções biológicas escapam de certos condicionamentos discursivos. Logo, é provável que uma guinada matemática nas linguagens possa afetar a própria natureza da realidade discursiva e do sujeito por ela assujeitado. Não se trata, aqui, de desqualificar a prática científica. Todos usufruem de suas benesses quando se toma um remédio para dor aguda, quando se viaja a 900 km/h a cerca de 11 km de altitude, ou quando se retira o salário em um caixa eletrônico. Tudo isso é tecnociência, e em todos estes casos o gesto de forclusão e denegação está funcionando: ninguém quereria uma errância nos sentidos quando o piloto fosse pousar o avião. Contudo a realidade cada vez mais dependente da tecnociência faz parecer que todos os funcionamentos discursivos na contemporaneidade são tão submissos ao axioma quanto o voo de um avião. A escada rolante do shopping, o vidro automático do automóvel, a cafeteira elétrica... se tornam, então, eloquentes porta vozes do aperfeiçoamento da língua: a gravidade do erro se torna a própria paralização da cotidianidade. A matematização da realidade discursiva contemporânea tem sido cada vez mais vertida em códigos cujos axiomas parecem se tornar imprescindíveis à totalidade das práticas humanas. Essa tecno-dependência, afinal, faz do axioma (linguagem matemática supostamente perfeita) uma necessidade indispensável, e conseqüentemente a movência errante dos sentidos se torna cada vez mais diminuída e domesticada.

Ora, a transformação discursiva da realidade em códigos abre espaço para uma nova prática discursiva na tecnociência: a forma de valor de troca (comércio) de saberes. Segundo Lyotard (2015, p. 56): “o saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde seu valor de uso”.

Não é novidade que o conhecimento se tornou a principal força de produção nas últimas décadas, motivo de disputas entre corporações e instituições. O ideal iluminista se perde cada vez mais na memória discursiva; o “ousa saber”, de Kant, é saturado por novos pressupostos bem menos românticos⁴⁷. Se nos séculos XVII e XVIII erro e acerto surgiam em termos de verdadeiro e falso, ou em termos de justo e injusto, ele passa agora a aparecer em termos de eficácia e ineficácia em relação à produção de patentes e artigos científicos (LYOTARD, 2015, p. 20). A tecnociência que invadiu o mundo ocidental por conta da segunda guerra, somada à recuperação do capitalismo na mesma época, impuseram mudanças aos funcionamentos dos AREs e AIEs: a sedentarização, então, ganha novos contornos. Defendemos esta hipótese assumindo o aumento da força dos dizeres corporativos e financeiros dentro de outros espaços discursivos, como o político e o jurídico. Além da filosofia, agora é o estado que também perde o poder de regular o conhecimento. O poder de interpretação e sedentarização dos axiomas logicamente estabilizados fica nas mãos de corporações que buscam exclusivamente o lucro. Quando a riqueza passa a ser medida em informações e patentes, é a tecnociência que passa a regular os sentidos produzidos pelo estado, ou melhor, são as corporações que passam a sedentarizar e administrar os sentidos. O conhecimento, assim, deixa de ter valor de uso de transformação das realidades desfavorecidas, ou mesmo valor de verdade que liberta de credices e dogmas, e passa a ter meramente valor de comércio; as promessas humanistas do iluminismo dão agora lugar às promessas de enriquecimento e de lucro. É assim que o *ethos* do cientista (MERTON, 1970) se verte em competição e embates políticos (LATOUR, 2000).

No entanto, importa ressaltar e descrever minimamente o processo retórico de adaptação e legitimação da realidade discursiva calcada na codificação matemática, o que pode nos ajudar a observar certas variações no funcionamento dos AREs e AIEs. Uma importante transformação no funcionamento discursivo contemporâneo diz respeito ao

⁴⁷ Kant, representante dos filósofos românticos, defendia a ciência como prática libertária (DURANT, 1996).

modelo teórico e epistemológico que fundamenta a prática tecnocientífica. “O modelo teórico e mesmo material não é mais o organismo vivo; ele é fornecido pela cibernética que lhe multiplica as aplicações durante e ao final da Segunda Guerra Mundial” (LYOTARD, 2015, p. 20). Já vimos anteriormente que o advento e a propagação da informática na ciência, causa da transformação de todos os inputs e outputs metodológicos em axiomas matemáticos, é causa também de transformações na realidade fornecida pelo discurso científico⁴⁸. O imperativo computacional, que impõe novas prescrições metodológicas, constrange e conforma todos os dados científicos em dados computacionais, de forma que a maioria dos enunciados científicos passam a “relatar” (interpretar) uma realidade puramente matemática. A realidade discursiva se torna codificável, armazenável e instrumentalizável: ela passa a ter funcionamentos calcados no axioma, na sedentarização radical do sentido logicamente estabilizado. Daí a credibilidade da ciência: possuindo os meios de instaurar e impor sua própria realidade discursiva sobre as demais, possui também os meios de administrar todas as evidências, todas as “provas” científicas.

Na velha cidade da língua, o bairro da ciência descobriu que não precisava se emancipar ou se desligar do restante da cidade: ela tomou para si todas as ruas, todas as praças, refez as leis, os hábitos e alterou toda a arquitetura. Os aparelhos ideológicos de estado não são mais as igrejas e a família, são as redes sociais e os algoritmos do Google; e os aparelhos repressivos do estado agora são as empresas de cartões de crédito, os algoritmos de rastreamento do histórico de navegação, as câmeras de segurança nas ruas e as câmeras de auto exposição nos dispositivos comunicacionais móveis. Ainda é o estado que fornece documentos, mas agora são as corporações financeiras que os regulam, ao passo que é nas redes sociais que ocorrem os principais movimentos de interpelação dos indivíduos em sujeitos. Dito de outra forma, passamos por uma mudança sistemática nas funções dos estados: a gestão jurídica e política dos “cidadãos” são retiradas das mãos de administradores (juízes, deputados etc.) e são entregues aos cuidados de algoritmos axiomáticos e autômatos. Os decisores deixam de ser os políticos e juízes tradicionais e passam a ser os programadores pagos pelas grandes corporações.

Ainda que não seja plenamente controlável (algo sempre erra), os efeitos desta nova sedentarização não são menos repressores. Estamos falando, neste sentido, na constituição

⁴⁸ Sempre é importante lembrar que não existe discurso científico puro (PÊCHEUX, 2009).

de uma realidade discursiva calcada em linguagens artificiais: as linguagens de programação. Uma língua artificial de programação é calcada em axiomas que permitem métodos padronizados de instruções para uma máquina computacional. Através destas linguagens artificiais é possível ao programador transmitir regras sintáticas e semânticas ao computador, tarefa executada através de programas que calculam com precisão os dados coletados (inputs) e transformados em resultados precisos (outputs). Mas isso não é tudo. Uma das principais premissas da linguagem de programação é a produtividade, a facilidade e a simplicidade. No universo das linguagens artificiais existem diversas línguas, com sintaxes e semânticas específicas: PHP, Java, C++, Delphi, SQL e muitas outras (LOPES; GARCIA, 2010). E para que o conhecimento científico possa ser produzido e circulado por estas linguagens axiomáticas, faz-se preciso lançar sobre a realidade discursiva um recobrimento logicamente estabilizado, matematizado, para que os algoritmos possam captar, calcular e entregar resultados automaticamente. As realidades discursivas fornecidas pelas FDs se tornam, por isso, cada vez mais axiomáticas, cada vez mais reduzidas, estáveis e administráveis. Por fim, o gesto sedentarizador do sentido tecnocientífico pode ser visto em dois momentos distintos e concomitantes: no apagamento daquilo que não cabe no axioma, ou melhor, de seus restos (forclusão), bem como no gesto de fazer crer – colar e naturalizar - que o sentido selecionado é o único válido e legítimo para ocupar aquele espaço na significação (denegação).

Este processo de sedentarização computacional possui ainda outras nuances de difícil compreensão. Os algoritmos do Google, por exemplo, prometem entregar resultados de buscas condizentes com os hábitos de consumo de informação de cada sujeito. Ou seja, no exato momento em que este algoritmo trabalha uma informação particularizada e personalizada, ele instaura certa ilusão de coerência e pertinência totalmente calcada no estabelecimento de axiomas escolhidos por empresas de cunho financeiro. Trata-se, portanto, de uma sedentarização calcada na ilusão de individualização e coerência. Neste cenário computacional e tecnocientífico, deve-se assumir que diferentes FDs sofrem efeitos discursivos de distintas corporações capitalistas, que privilegiam certos sentidos em detrimentos de outros, mas que também interrompem certos sentidos em seus axiomas computacionais.

Para que os algoritmos possam “fazer ciência”, as FDs precisam fornecer sentidos logicamente estabilizados: não é possível que Deus exista e não exista ao mesmo tempo, que o aborto seja bom e ruim concomitantemente, ou que as drogas façam bem e mal à saúde. Não

é possível o operador lógico “e” nesta nova conformação discursiva, impõe-se o “ou”: ou Deus existe ou não existe; ou aborto é aceito ou não é; é preciso estabelecer um único significado para um determinado significante, é preciso estabilizar suas movências e descartar os restos, é preciso consenso e unidade para que a realidade discursiva possa ser axiomática e computável pela tecnociência. Ou seja, não só a natureza da ciência é outra, mas é outra também a natureza da realidade descrita (interpretada) pela ciência. Por mais fragmentadas que sejam as certezas, elas precisam ser inequívocas e estáveis para serem transformadas em dados, gráficos e estatísticas.

O saber tecnocientífico contemporâneo impõe, portanto, um único jogo de linguagem: o denotativo. Supostamente sua eficácia capitalista é maior, já que nele a instrumentalização do erro e do acerto são mais evidentes. O enunciado denotativo, como vimos, é calcado na forclusão/denegação axiomática, ou seja, na seleção de “um” sentido e no apagamento dos restos. E é justamente por isso que ele se torna o jogo de linguagem perfeito para a tecnociência computacional. Os demais jogos de linguagem calcados na conotação, como o poético, o lírico, o dramático etc., perdem importância neste cenário (mesmo nas artes vê-se uma grande guinada realista (DOWNING, 2015) em detrimento das fantasias conceituais). Enquanto poetas, romancistas, ensaístas e especuladores de toda ordem não se preocupam com a legitimação de seus enunciados como “verdades eficazes”, a tecnociência computacional por outro lado trabalha, a todo momento, a eficácia e a validade de seus enunciados. E neste caso, o sentido mais válido e eficaz é o mais estabilizado logicamente.

A tecnociência conseguiu impor não só seu método de descrição (interpretação) da realidade, mas recompôs também a própria realidade discursiva a ser descrita pela ciência. Na velha cidade da língua, a ciência conseguiu impor as próprias leis ao embate que ela disputa com os demais saberes, logo, diante de uma determinada fragilidade basta-lhe que reescreva as leis do jogo (LYOTARD, 2015, p. 54). E como a tecnociência se torna proprietária do jogo que ela disputa com outras formas de saber, ela pode administrar as evidências e as provas a respeito de tais evidências. Este efeito discursivo de administração das provas pode ser visto no “progresso” técnico da ciência que levou o empirismo a níveis não-humanos, ou seja, já não são olhos, mãos e ouvidos humanos que administram as provas, mas sofisticados e dispendiosos aparelhos técnicos usados como “extensões” aprimoradas do corpo humano; já não é também o cérebro humano que processa os dados destes experimentos, são colossais computadores quânticos. Assim, não se pode jogar o atual jogo da “verdade” e da “eficácia”

dos enunciados sem acesso a grandes montantes de capital financeiro e sem conhecimentos altamente especializados, impossíveis a um pequeno grupo de sujeitos. Os jogos de “verdade” e “eficácia” são, portanto, jogados apenas por grandes corporações que podem arcar com altos investimentos. O embate pelo sentido se tornou, portanto, embate entre corporações, e não mais entre religiões, filosofias, estados e direitos.

Diante destes investimentos astronômicos, não se poderia esperar outra coisa além da dinâmica da mais-valia. Incontáveis corporações se colocam em embate pela posse de um determinado sentido, mas não só isso: elas lutam também pela eficácia e mais-valia dos sentidos que possuem. Não se paga altíssimos salários a cientistas, técnicos e especialistas para “saber a verdade”, mas para aumentar o poder de domínio sobre os sentidos, para lucrar com eles. E na dinâmica da mais-valia, o valor de um sentido é medido pela eficácia, cujo arquétipo perfeito é o saber que consegue ao mesmo tempo convencer como “verdade” e render lucros. É dessa forma que o poder legitima a tecnociência e o direito por sua eficiência lucrativa; é dessa forma que a filosofia perde seu espaço epistemológico, e que a sociologia deixa de ser pertinente na produção de enunciados sobre a realidade: só as corporações tecnocientíficas possuem legitimidade para produzir evidências, interpretar, sedentarizar e administrar os sentidos. Consequentemente, agora é a tecnociência que legitima governos, e não o contrário; é a capacidade de uma nação em produzir patentes que mede sua eficácia em relação a outras nações; é na tecnociência que estão os principais investimentos das nações “desenvolvidas”; é através da eficácia tecnocientífica, finalmente, que uma determinada nação se impõe financeiramente, militarmente e politicamente sobre as demais.

A realidade contemporânea se torna, assim, discursivamente, materialmente e sensivelmente sedentarizada por axiomas logicamente estabilizados. Na antiguidade os objetos materiais que cercavam a humanidade eram criados a partir de conexões entre universo, matéria, gesto construtor e potência de vida. Eram gestos criativos moventes: neles os sentidos se moviam com certa liberdade por definições mais ou menos sólidas, feitas justamente para deslizar na história e atuar de diferentes formas no mundo e nos sujeitos: a matéria era, então, transbordamento de forças (LIER, 1972, p. 135). Já na idade média o gesto de construção de objetos se subordina ao discurso de forma diferente. Neste momento surgem artesãos especialistas que eram pagos para construir coisas. O artesão apenas faz, não transborda: estanca. Já ali o gesto construtor passa a ser condicionado discursivamente como gesto instrumental que se submete à uma denominação exata de cada parte constituinte do

objeto final. Cada fragmento do objeto se torna um substantivo comum, devidamente nomeado, axiomático. Para cada ação há também um verbo que a nomeia, explica e especializa. As qualidades finais do objeto agora se tornam adjetivos mensuráveis, sobre os quais o valor de comércio repousará. “Assim as coisas mantêm, dentro e fora de si mesmas, relações bastante precisas e bastante constantes para sugerir um sistema de referência firme” (LIER, 1972, p. 137). Contudo, é no objeto contemporâneo que se vê o trabalho de sedentarização discursiva sobre os objetos com um pouco mais de clareza. Agora os objetos são antecedidos por patentes escritas em forma de gráficos que indicam milhares de componentes que sequer recebem nomes, apenas códigos; a origem destas pequenas partes também se torna desconhecida, e talvez desnecessária. O fato é que cada uma delas é construída a partir de outras patentes, com outros gráficos matemáticos, com outros axiomas. Seus sentidos não são claros - o funcionamento de um transistor AF115, por exemplo, está ao alcance da interpretação de poucos. A junção destas partes é também feita por máquinas - orientadas por patentes, gráficos e axiomas -, em um processo de encadeamento lógico e causal supostamente asséptico de erros, com execução “rigorosamente” administrada, eficaz e inequívoca. Assim são feitos os azulejos de uma parede, os automóveis que lotam as avenidas e os smartphones usados a todo momento. Já não existem mais objetos, apenas produtos eficazes, ávidos por serem vendidos (LIER, 1972, p. 149). E é de se supor que o sujeito que participa da criação deste produto, bem como aquele que o consome, sejam assujeitados de uma forma um pouco diferente, já que os objetos que na antiguidade eram aberturas para o mundo agora se tornam confinamentos em sistemas discursivos logicamente estabilizados.

Calcados nestas premissas, a maioria dos governos ocidentais aplicam projetos pedagógicos fundamentados na técnica, na eficácia e na estabilização lógica dos sentidos, afinal, o saber axiomático está na origem da produção de bens de consumo. Não é preciso dizer que desde o letramento inicial, passando pelas etapas básicas, médias e superiores, a pedagogia ocidental se converteu em uma grande máquina de assujeitamento e estabilização de sentidos. Nossa hipótese é que este trabalho discursivo é efeito de um grande projeto de estabilização lógica dos sentidos, calcado na “eficácia” e no “progresso”, ou melhor, calcados na instrumentalização política do “erro” e do “acerto”. As nações precisam de mão de obra especializada, de cientistas que produzam inovações e de especialistas que coloquem um determinado estado em alto grau de competitividade. O sujeito contemporâneo se torna, finalmente, portador de um tipo muito específico de mercadoria: o conhecimento

tecnocientífico. Sua própria competitividade se resume à qualidade dos conhecimentos que possui: quanto mais eficazes os saberes de que dispõe, maior o valor pago pela aquisição deste sujeito. A educação capitalista ocidental se torna, no final das contas, uma ferramenta de assujeitamento e sedentarização de “cidadãos para a eficácia”, para a produção e para a mais valia. A sedentarização administrativa dos sentidos alcança assim seu ápice: a realidade discursiva apequenada do sujeito, reduzida a axiomas, se torna ilusão de realidade asséptica, estabilizada, limitada, clara e eficiente.

A produção e a circulação de saberes pela informática, fundamentada na premissa de axiomas logicamente estabilizados, implica a própria realidade discursiva em uma digressão matemática. “Digressão” é ruptura na continuidade de um determinado sintagma com uma mudança intencional de tema, que pode ou não ser incorporada ao sentido total do enunciado. Vejamos um exemplo. Em setembro de 2018 o furacão Florence foi noticiado por diversos veículos de comunicação como um dos mais avassaladores da história recente dos Estados Unidos da América. Os efeitos de um tornado sobre todo um estado, no caso, a Carolina do Sul, deve produzir uma miríade incalculável de sentidos e dizeres de forma errante e contingente. Um acontecimento discursivo dessa magnitude, que atinge de forma intensa milhares de sujeitos, possivelmente faz emergir todos os sentidos possíveis para medo, morte, perda, luto, dor, tensão, desespero etc. Todavia o furacão Florence foi noticiado pelo canal noticias.r7.com da seguinte forma: “Furacão Florence mata 3,4 milhões de frangos e perus nos EUA. Os prejuízos causados pelo Florence podem atingir entre US\$ 17 e 22 bilhões em todo o país. Furacão é um dos 10 mais caros de todos os tempos” (SANZ, 2018). Ora, de toda miríade de sentidos matematicamente incalculáveis, os algoritmos captam, processam e devolvem somente aquilo que pode ser quantificado em axiomas. Essa digressão matemática pode parecer um desvio inadequado, se não de mal gosto; no entanto, aos olhos da tecnociência ela é “tudo”, justamente por que é axioma: sedentarização do sentido. Existem ainda outros axiomas “inequívocos” em torno deste acontecimento: o furacão Florence, que era de categoria F4 - com ventos de 220 km/h -, decresceu para a categoria F1 - com ventos de até 50 km/h. Deixou ainda 32 mortos e cerca de 800 mil pessoas sem energia elétrica (SANZ, 2018). Por algum motivo os jornais não fizeram circular sentidos de dor, desespero e tensão; apenas números gerados por sistemas automáticos de coleta de dados axiomáticos.

Ora, o que queremos sublinhar nesta proposta de epistemologia da errância, sobretudo, são os efeitos do prejuízo semântico causado por aquilo que chamamos aqui de

epistemologia da sedentarização, a prática ideológica e discursiva de estabilização, apoucamento e administração de sentidos. Os novos funcionamentos dos AREs e dos AIEs impõem novos critérios de cidadania, novos valores e até mesmo novos fundamentos à sobrevivência. O sujeito sedentarizado como axioma pelo discurso tecnocientífico se torna sujeito à eficácia e à produtividade, que deixam então de ser meros assujeitamentos e passam a ser critérios de sobrevivência. Para o modelo informático de assujeitamento, calcado na performance do axioma computacional, importa a potência e a eficiência do sentido escolhido em conseguir foracluir os demais. Logo, não se faz mais necessário qualquer legitimação proveniente de outros jogos de linguagem, advindos por exemplo da filosofia, da sociologia ou outros. A ciência conseguiu impor as próprias regras ao jogo discursivo social contemporâneo: a legitimação de seus enunciados agora é efetuada pela eficácia de seus efeitos; eficácia que, por sua vez, também é medida em forma de axiomas computacionais administrados pela própria ciência.

Esta nova realidade discursiva, materializada em uma língua matematizada por/para o algoritmo computacional, impõe ao sujeito uma eficácia que nada tem a ver com a consistência inclemente do real. A eficácia se torna um direito a ser alcançado, uma metalinguagem que se sustenta no ar puxando-se a si mesma pelo cabelo (efeito Münchhausen), capaz de afastar cada vez mais o sujeito contemporâneo da realidade material. “Quanto à informatização das sociedades [...], ela pode tornar-se o instrumento ‘sonhado’ de controle e de regulamentação do sistema do mercado, abrangendo até o próprio saber, e exclusivamente regido pelo princípio de desempenho” (LYOTARD, 2015, p. 119). A premissa iluminista, que prescrevia o remédio do saber como tratamento à escuridão da menoridade intelectual, legitimava filosofia, matemática e ciência como partes da formação espiritual do sujeito moderno até que este alcançasse condição de cidadão livre e participante (KANT, 1985). Nestes termos, o saber possuía valor de uso, substituído, então, por um mero valor de troca, de comércio, de eficiência, pautado por altos investimentos, por práticas discursivas altamente especializadas, pela instauração de axiomas computacionais e pela medição perene do desempenho.

Todavia a errância é estrutural, fundamental e incontornável. Não há erro nem acerto na língua, o que nos permite dizer que não há erro e acerto no saber: só errância, movência e contingência. A errância é aquilo que insiste em fazer furo na ilusão de totalidade no saber tecnocientífico, é aquilo que esgarça a sutura alinhavada pela evidência: a costura esgarça,

descostura, rasga, se move e falha. A errância é a causa contingente da falha no ritual de assujeitamento. Mas é justamente por que erra (vaga e falha) que o ritual de estabilização lógico-retórico ainda opera sobre o sentido uma sedentarização que se especializa cada vez mais. Propomos, portanto, inverter o ponto de partida e questionar a prática discursiva matematizada por outra via: não existiria, na eficácia discursiva da tecnociência, um fracasso secreto? O que será que perdemos com a sedentarização dos sentidos nesta realidade discursiva matematizada pela tecnociência? Quais são os efeitos dessa sedentarização sobre o sujeito? Não se trata, aqui, de pensar esses efeitos em termos de um novo tipo de “mal-estar na civilização” (FREUD, 1974). Tem que ver, sim, com a amplitude (redução) da realidade discursiva, com privação, diminuição e administração de sentidos e sujeitos. Tem que ver apenas com os efeitos ideológicos de uma sedentarização colonialista, imperialista e axiomática trabalhada pela prática discursiva da tecnociência contemporânea. Errância, aqui, não é apenas aquilo que impede a totalização estável dos saberes tecnocientíficos. Ela pode ser toda uma forma diferente de se habitar a língua.

Como já visto, errância e sedentarização tem que ver com a forma com que sentido e sujeito habitam a língua. Sedentarização tem que ver com estabilização da movência, com apropriação, colonização e administração. Quando o sedentário institui uma propriedade, circunscrevendo uma divisa, faz de si mesmo um estrangeiro daquilo que está para fora de suas fronteiras: esta foraclusão é, em alguma medida, uma espécie de autopunição. O problema é que os territórios discursivos dos sedentários não são apenas menores que os dos errantes, são repetíveis, da ordem do “mesmo”. Enquanto o errante se move por sentidos diferentes que não se repetem, o sedentário percorre muitos quilômetros discursivos ao redor de uma posse, trabalhando, moldando, corrigindo e afastando erros e vigiando de invasores. Se por um lado a administração dos sentidos garante ao sedentário o provimento diário de prescrições e autorizações, por outro ela impõe um cardápio extremamente limitado de significações. Assim, enquanto a movência contingente do errante lhe proporciona uma multiplicidade incontável de sentidos, experiências e sensações, a sedentarização tecnocientífica minora e extingue possibilidades. Em prol de uma suposta segurança maior, ilusória, se dispõem a uma existência menor.

Além de recortados, os espaços discursivos dos sedentários são também mais artificiais, calcados em línguas lógico-formais antinaturais como as linguagens de programação. Enquanto os errantes não causam praticamente nenhuma mudança nos

sentidos - apenas perambulam por eles -, os sedentários constroem sistemas discursivos artificiais, transformando, administrando, derrubando e descartando os sentidos que não interessam. A sedentarização axiomática foraclui restos para fora de suas divisas, limites assegurados por altos muros e pontos de vigia. É essa transformação do sentido que faz com que o sedentário tenha a ilusão de que determinada palavra lhe pertença. Sedentarização é posse, errância é partilha. Sedentarização é conquista, errância é repouso. Sedentarização é domínio, errância é deixar ir. Sedentarização é apoucamento, errância é alargamento: na sedentarização o erro é instaurado para ser expurgado, mas a própria errância está para além do erro e do acerto.

Segundo diversos historiadores, a sedentarização do Homo Sapiens proporcionada pela revolução agrícola foi a maior armadilha da história, embora se dissimule em forma de benesses, proteção e progresso (HARARI, 2017). Com a passagem do sujeito natural e biológico para o sujeito simbólico, discursivo, é possível que estejamos diante da segunda grande armadilha da história: a sedentarização dos sentidos e dos sujeitos pelo discurso axiomático da tecnociência. Poderíamos sublinhar que o pastor da igreja também sedentariza sentidos e sujeitos em sua igreja, bem como o político, o guru, a propaganda da Nike e o professor na escola infantil. Mas em todos esses casos a errância se mostra mais patente, e suas movências produzem frequentemente efeitos de rupturas, contestações e resistências. A Bíblia está ao alcance dos fiéis, assim como a constituição e o livro de filosofia. Os enunciados tecnocientíficos, por outro lado, são produzidos a partir de maquinários e especializações inalcançáveis aos sujeitos leigos. E assim, uma profusão de axiomas logicamente estabilizados parecem fazer do discurso científico um monólito incontestável, coerente e verdadeiro. A segunda vinda de Jesus parece demorar demais, assim como as promessas da filosofia, da sociologia e das ciências ditas “humanas” parecem não produzir efeitos; a educação parece não livrar nem os países com alto desenvolvimento humano de certos radicalismos, e a política mundial caminha em largos passos para o declínio. Todos esses saberes parecem produzir cada vez menos efeitos. Mas quem haveria de contestar os efeitos dos axiomas que fundamentam o chuveiro elétrico, o televisor de plasma, o carro elétrico, os edifícios de 800 metros de altura ou a bomba de hidrogênio? E depois do milagre da cura de doenças complexas, quem haveria de contestar a veracidade dos efusivos enunciados advindos da astronomia, da nanotecnologia, da física, da química, da agronomia etc.

Na sedentarização as transformações são gradativas, aparentemente lentas, e por isso passam despercebidas. Existe nela um ciclo vicioso secreto, onde falhas no ritual acabam por implicar o sujeito em nova sedentarização justamente por que há, no sentido e no sujeito, erros a serem corrigidos. O que está em jogo, aqui, é a sedentarização de sujeitos como fiéis e eficientes operários, instrumentalizados pela mais-valia dos sentidos tecnocientíficos. Produz-se, agora, não mais a sedentarização iluminista que prometia uma liberdade asséptica e uma ordem insípida. A sedentarização tecnocientífica capitalista é de outra ordem: ela é repleta de desejos e anseios, ela sedentariza pela eficiência e pela ambição em detrimento da ordem e da liberdade.

Esperamos, nesta tese, ter lançado luz sobre o ponto mais frágil da ciência, a causa inevitável de sua "imperfeição": a linguagem e as línguas - artificiais ou não -, que fundamentam, errantes e contingentes, a prática científica. Mas isso não é tudo: se à tecnociência interessa uma língua perfeita e sem erros, ela terá que passar pelo processo político e histórico de estabelecimento de axiomas.

Seria possível uma forma "outra" de habitar a velha cidade da língua? Seria possível certa produção e circulação de saberes "outros", com outras premissas e outras posturas diante da significação? Se sedentarização é fixação, errância é movência contingente. Errância é encontro passageiro, sem posse: simples fruição, sem restrição ou prescrição; é ver e viver sentidos outros, imprevisíveis, ignorados e desconhecidos; é perambular, deparar-se com profusão de sentidos: encontrar e partir. Nossa proposta de epistemologia da errância se funda justamente nesta movência da língua e do discurso, na tomada da epistemologia e da ciência como práticas discursivas, interpretativas, e sobretudo franqueadas aos restos e aos erros.

Isso significa uma produção de conhecimentos que, ao invés de foracluir, se coloca apenas a fruir. Significa, nas palavras de Pêcheux, vagabundear pelo "ordinário das massas" (PÊCHEUX, 2008, p. 48); o que implica se colocar na escuta dos sentidos que pulsam na hiância intermediária que reside entre o saber tecnocientífico e o senso comum. Isso implica a Análise do Discurso não como campo epistemológico que se coloca a fornecer interpretações apagando os restos, como os especialistas; ela deve, sim, emergir como prática errante que lança luz sobre os sentidos outros, justamente aqueles descartados e silenciados pelo axioma computacional da tecnociência.

O objetivo da epistemologia da errância é, por isso, produzir movências, descosturar evidências e contestar as verdades tecnocientíficas pela única brecha que nos é possível: a

fissura da língua, que a faz errante. Para produzir movências, o sujeito errante precisa, sobretudo, se colocar na escuta dos sentidos silenciados e apagados pelo método científico e pelo axioma. Ao fazer isso, o errante lança luz sobre os gestos políticos que fundamentaram a escolha que constituiu o axioma, além de desvelar os interesses e os proprietários de determinado sentido. Descosturar o axioma não é tarefa fácil, impossível se nos colocarmos a questionar seus enunciados pelas práticas científicas, caras, especializadas e inacessíveis. Mas quando o errante sublinha o resto e produz a partir dele efeitos outros, ele lança luz sobre o trabalho ideológico e político de sedentarização dos sentidos - aquele que administra, diminui, instrumentaliza e lucra com o sujeito eficiente.

A epistemologia da errância é, finalmente, a prática de escuta de sentidos outros, trabalhando na descostura das pegadas e das evidências administradas pelo discurso dominante. Logo, seu objetivo não é produzir ordem e fornecer interpretações especializadas que estabilizam logicamente os sentidos; seu objetivo é produzir movências contingentes, alargar a realidade discursiva e as possibilidades dos sujeitos que habitam a língua - de seus corpos, de seus objetos, de suas relações e de suas produções. Não há eficiência aqui, nem progresso, tampouco prescrições. Há apenas movência despreocupada, fruição e desejo. A epistemologia da errância se inclina a ouvir os erros, a acolhê-los e produzir, a partir deles, *eros*: efeitos de sentidos errantes, para além do erro e do acerto. A epistemologia da sedentarização é aquela que imputa o erro para que se justifique o trabalho da correção; a epistemologia da errância, por outro lado, é aquela que erra e faz errar.

“Quanto mais eu, que nu nasci, me encontro nu: nem perco e nem ganho.”

Dom Quixote - Parte 1, Capítulo 25.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AGOSTINHO, S. **Confissões**. São Paulo: Editora Abril, 1973.
- _____. **A doutrina cristã**: manual de exegese e formação cristã. São Paulo: Paulinas, 1991.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. **A Corrente Subterrânea do Materialismo do Encontro**. Crítica Marxista. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.
- _____. Resposta a John Lewis. In: _____. **Posições**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- ANGIONI, L. Os seis requisitos das premissas da demonstração científica em aristóteles (Segundos Analíticos I2). **Manuscrito**, Campinas, v. 35, p. 7-60, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-60452012000100001&nrm=iso>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- _____. **Metafísica**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- _____. **Órganon**: categorias, da interpretação, analíticos anteriores, analíticos posteriores, tópicos, refutações sofisticas. Bauru: EDI-PRO, 2005.
- _____. **De anima**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- BACHELARD, G. **A epistemologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.
- _____. **Conhecimento comum e conhecimento científico**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1972.
- BACON, F. **Novum organum**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- BARRETO, E. F. **Arbitrariedade da língua em Saussure**: do mito freudiano ao real lacaniano. Revista Odisseia: PPgEL/UFRN, 2010.
- BASÍLIO, R. **A teoria do valor linguístico revisitada**. Nonada. Porto Alegre: Centro Universitário Ritter dos Reis, 2013.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadorias.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BORGES, J. L. A biblioteca de babel. In: _____. **Ficções.** São Paulo: Companhia das letras, 2007.

BOUQUET, S. **Introdução à leitura de Saussure.** São Paulo: Cultrix, 1997.

BUNGE, M. **Epistemologia.** Barcelona: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

BYNUM, W. **Uma breve história da ciência.** São Paulo: L&PM, 2014.

CAMARGO, G. A. Sobre o conceito de verdade em Nietzsche. **Revista Trágica: estudos sobre Nietzsche**, v. 1, n. 2, p. 93-112, 2008.

CAMUS, A. **O mito de Sísifo.** Rio de Janeiro: Record, 2018.

CARNAP, R. **Empirismo, Semântica e Ontologia.** São Paulo: Abril Cultural, 1975.

CARVALHO, B. S. Similaridades entre a tradição upanichádica e a filosofia grega antiga. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 9, n. 2, p. 124-141, jul./dez. 2012.

CERTEAU, M. D. **A Escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Unviersitária, 1982.

CHOMSKY, N.; MCGILVRAY, J. **The science of language: interviews with James McGilvray.** Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2012.

COMTE, A. **Princípios de filosofia positiva.** São Paulo: Editorial Paulista, 1999.

COPI, I. **Introdução à lógica.** São Paulo: Mestre Jou, 1981.

CORMEN, T. **Algoritmos. Teoria e Prática.** Rio de Janeiro: Campus Editora, 2012.

COSTA-MOURA, F. O inconsciente entre a causa e o que ela afeta. **Psychê**, v. 10, p. 81-94, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382006000300006&nrm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2018.

DAWKINS, R. **O gene egoísta.** São Paulo: Companhia das letras, 2008.

DEDEKIND, R. **Continuity and Irrational Numbers.** London: Oxford Uni Press, 2005.

DELEUZE, G. **Lógica do sentido.** São Paulo: Perspectiva, 1988.

DESCARTES, R. **Meditações.** Coleção os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973. v. XV.

_____. **Princípios da filosofia.** Lisboa: Edições 70, 1992.

_____. **Discurso do método.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DEWEY, J. **Reconstrução em filosofia**. São Paulo: Ed. Nacional, 1959.

DONATO, H. **Galileu: o devassador do infinito**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1971.

DOWNING, C. **Salvation from cinema: the medium is the message**. New York: Routledge-Taylor & Francis, 2015.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 2006.

DUCROT, O. **Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer**. São Paulo: Cultrix, 1977.

DURANT, W. **A história da filosofia**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

DURÃO, A. B. O direito real de Kant. **Trans/Form/Ação**, v. 33, p. 77-93, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732010000200005&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2018.

ELIAS, L. R. **A apropriação do pensamento epistemológico de Ernst Mach por Freud e Skinner**. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

EVANS, J. C. **The metaphysics of transcendental subjectivity: Descartes, Kant and W. Sellars**. Amsterdam: Verlag Gruner, 1984.

FERRATER MORA, J. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Loyola, 2000.

FINKEL, M. **O povo do teto do mundo**. National Geographic Brasil. São Paulo: Editora Abril, 2013.

FLUSSER, V. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FRANKLIN, K. Os conceitos de Doxa e Episteme como determinação ética em Platão. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 23, p. 373-376, 2004.

FREGE, G. **Ecrits logiques et philosophiques**. Paris: Editions du Seuil, 1971.

_____. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FREUD, S. **O mal estar na civilização** - Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Campinas: Pontes Editores, 2004.

GALIMBERTI, U. Man in the age of technology. **Journal of Analytical Psychology**, v. 54, n. 1, p. 3-17, jan. 2009.

GODEL, R. **Les sources manuscrites du cours de linguistique générale de F. de Saussure**. 2. ed. Genebra: Librairie Droz S.A., 1969.

GRAYLING, A. C. **Wittgenstein**. São Paulo: Edições Loyola 1996.

GRIGOLETTO, E. A noção de sujeito em Pêcheux: uma reflexão acerca do Movimento de Desidentificação. **Estudos da língua(gem)**, Vitória da Conquista, p. 61-67, 2005.

HAACK, S. **Filosofia das lógicas**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

HARARI, Y. N. **Sapiens**: uma breve História da Humanidade. São Paulo: L&PM Editores, 2017.

HARRIS, Z. **Discourse analysis**. New York: Language, 1952.

HEGEL. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo** (I, II). Petrópolis: Vozes, 2002.

HEISENBERG, W. **Die Physikalischen Prinzipien Der Quantentheorie**. Leipzig: Verlag Von S. Hirzel, 1930.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita** - Língua, sujeito e discurso. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

HODGES, A. **Turing**: um filosofo da natureza. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2002.

HUME, D. **Investigação sobre o entendimento humano**. Lisboa: Edições 70, 1998.

_____. **Investigação sobre o entendimento humano**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

HUSSERL, E. **Investigaciones lógicas**. Madri: Revista de Occidente, 1967.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

JUSTO, J. S.; NASCIMENTO, E. C. D. Errância e delírio em andarilhos de estrada. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, p. 177-187, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722005000200005&nrm=iso>. Acesso em: 13 set. 2018.

KANT, I. O que é o esclarecimento? In: _____. **Textos Seletos**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. O que é o esclarecimento? In: _____. **Textos Seletos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

KIERKEGAARD, S. **O conceito de ironia**. Petrópolis: Vozes, 1991.

KIRCHOF, E. R. **A estética antes da estética**: de Platão, Aristóteles, Agostinho, Aquino e Locke a Baumgarten. Canoas: ULBRA, 2003.

KLEINPETER, H. **Die Erkenntnistheorie der Naturforschung der Gegenwart**. Leipzig: Barth, 1905.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

LACAN, J. **O seminário, livro 3: as psicoses**. Jorge Zahar, 2002. ISBN 8571103895.

_____. **O seminário, livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LEIBNIZ, G. W. Discurso de Metafísica. In: _____. **Os Pensadores: "Newton-Leibniz"**. 2. ed. São Paulo: Ed. Abril, 1980.

_____. **Novos ensaios sobre o entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIER, H. V. Objeto e estética. In: _____. **Semiologia dos objetos**. Petrópolis: Vozes, 1972.

LOPES, A.; GARCIA, G. **Introdução à Programação**. Rio de Janeiro: Campus Editora, 2010.

LYOTARD, J.-F. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

_____. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

MACH, E. **Analyse der Empfindungen**. Boston: D. Reidel Publishing Company, 1976.

MAFFESOLI, M. **Sobre o Nomadismo**: vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARTÍN, B. **A batalha científica para que um quilo seja sempre um quilo**. 2018.

Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/30/ciencia/1532936144_774322.html>. Acesso em: 16 set. 2018.

MARX, K. O Dezoito de Brumário de Luiz Bonaparte. In: ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1968.

_____. **El Capital**. Paris: Editions Sociales, 1976.

MEDIAVILLA, D. **O pior inimigo da Ciência não é Deus; são os políticos e a propaganda**. 2017. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/05/ciencia/1491416759_691895.html>. Acesso em: 16 set. 2018.

MERTON, R. K. **Sociologia**: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MILNER, J. C. **O amor da língua**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul Ltda., 1987.

MOLINA, J. A.; HOFFMANN, E. A. Nova ordem para novos conhecimentos: o projeto leibniziano de enciclopédia científica. **Scientiae Studia**, v. 5, p. 81-94, 2007. ISSN 1678-3166. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662007000100005&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MORAES, É. D. Teorias semânticas e a implicitação na língua(gem). **Alfa - Revista de Linguística**, Araraquara, v. 53, n. 1, p. 261-282, 2009.

MÜLLER, H.-J. Failure as a Form of Art. In: FEUVRE, L. L. (Ed.). **Failure**. Cambridge: The MIT Press, 2010.

NASCIMENTO, E. C. D.; JUSTO, J. S.; FRANÇA, S. A. M. Errância e normalização social: um estudo sobre andarilhos de estrada. **Psicologia em Estudo**, v. 14, p. 641-648, 2009. ISSN 1413-7372. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722009000400004&nrm=iso>. Acesso em: 21 ago. 2018.

NASCIMENTO JÚNIOR, A. F. Fragmentos do pensamento dialético na história da construção das ciências da natureza. **Ciência & Educação, Bauru**, v. 6, p. 119-139, 2000. ISSN 1516-7313. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132000000200004&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2018.

NASSIM, S. **A lembrança do silêncio**: mística, filosofia e psicanálise. Rio de Janeiro: Editora Novamente, 2000.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**. Rio de Janeiro: 2003.

_____. **A Vontade de Poder**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

_____. **Além do bem e do mal: prelúdio para uma filosofia do futuro**. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

NÓBREGA, M. A língua como sistema de signos: Saussure e seu trabalho com a produção de sentidos. **Graphos**, João Pessoa, v. 6, 2004.

ORLANDI, E. **Análise de Discuro: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PEIRCE, C. S.; MARTENS, E. **Texte der Philosophie des Pragmatismus**. Stuttgart: Reclam, 1975. 255 p.

PESSANHA, J. A. M. Santo Agostinho, vida e obra. In: _____. **Confissões; de magistro**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PLATÃO. **Banquete**. 5. ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991.

_____. **A República**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

POPPER, K. **Conjecturas e refutações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

_____. **Em busca de um mundo melhor**. Lisboa: Editorial Fragmentos, 2006.

PRADEAU, J.-F. **História da filosofia**. Lisboa: Ed. Dom Quixote, 2010.

PRADO JUNIOR, C. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. **Discurso**, v. 4, n. 4, p. 38, 1973. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37760/40487>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

PRICE, W. C.; CHISSICK, S. S.; HEISENBERG, W. **The Uncertainty principle and foundations of quantum mechanics: a fifty years' survey**. New York: Wiley, 1977.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni. **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-105.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. O. (Org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes Editores, 2008.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. O enunciado: encaixe, articulação e (des)ligação. In: CONEIN, B. et al. (Org.) **Materialidades discursivas**: a espessura da linguagem. Campinas: Editora Unicamp, 2016. p. 227-236.

_____.; FICHANT, M. **Sobre a história das ciências**. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

RABINOVITCH, S. **A foraclusão**: presos do lado de fora. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

REAL, M. **Nova teoria do mal**. Lisboa: Ed. Dom Quixote, 2012.

RIGHI, M. G. **Pré-história e História**: as Instituições e as Ideias Em Seus Fundamentos Religiosos. São Paulo: É Realizações, 2017.

ROMÃO, L. M. S. Memória e ideologia: a propósito do discurso jornalístico. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1, p. 145-159, 2007.

_____. O fora da rede: (co-mando de) arquivos no arquivo. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V. D.; DELA-SILVA, S. (Org.). **Discurso, arquivo e ...** Rio de Janeiro: 7 letras, 2011.

RUSSELL, B. **Introduction to Mathematical Philosophy**. London: George Allen & Unwin, 1919.

SANTOS, A. N. D.; CHISHMAN, R. L. D. O. Do conceito de signo ao princípio do valor linguístico: ensaio sobre a dimensão do significado na teoria saussuriana da linguagem. **Domínios de Lingu@Gem**, v. 9, n. 1, p. 241-252, jan./mar. 2015.

SANZ, B. **Furacão Florence mata 3,4 milhões de frangos e perus nos EUA**. 2018. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/furacao-florence-mata-34-milhoes-de-frangos-e-perus-nos-eua-19092018>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SARTRE, J.-P. **O ser e o nada**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

SAUSSURE, F. **Escritos de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2002.

_____. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHAFF, A. **Introdução à semântica**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

SCHULZ, K. **Being Wrong: Adventures in the Margin of Error**. EUA: HARPER USA, 2011.

SILVA, D. L. G. D. et al. Valor linguístico e desvio de linguagem: um estudo acerca do autismo. **Revista Prolíngua**, v. 11, n. 2, p. 13-23, out./dez. 2016.

SILVA, F. L. E. **Descartes**. Metafísica da modernidade. São Paulo: Moderna, 1993.

SPINOZA, B. D. A ética. In: _____. **Os pensadores**. São Paulo: Editora Abril, 1979.

STOLYAROV II, G. **Death is Wrong**. Scotts Valley, Califórnia: Createspace, 2015.

STÖRIG, H. J. **História geral da filosofia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.

TEIXEIRA, A. C. E. M. **A utopia liberal de Richard Rorty**. Rio de Janeiro: Redescrições, 2011.

TFOUNI, F. E. V. O interdito e, n. o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 8, n. 2, p. 353-371, 2008.

_____. Por que existe linguagem em vez de nada? Uma leitura discursiva e psicanalítica. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 18, p. 175-194, 2012.

VARGAS, S. S. L. O problema da verdade em Kant. **Griot - Revista de Filosofia**, v. 12, n. 2, p. 32-49, 18 dez. 2015.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1987.

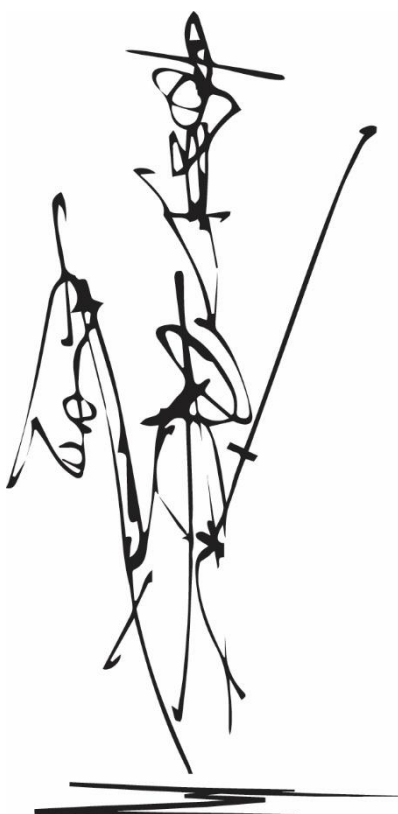
WERLE, M. A. Hegel e W. Benjamin: variações em torno da crise da arte na época moderna. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 45, n. 109, p. 32-45, jun. 2004.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Ed. da USP, 2008.

_____. **Investigações filosóficas**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

PARA UMA PISTEMOLOGIA DA ERRÂNCIA

João Flávio de Almeida



Dom Quixote, o errante.